



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 49, DE 2014 (nº 194/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos os recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 9 de julho de 2014.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente Dilma Rousseff.

EM nº 00105/2014 MF

Brasília, 4 de Julho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Estado do Rio Grande do Sul requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Tais recursos serão destinados ao financiamento parcial do “Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD”.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante as Resoluções nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e nº 43, de 21 de dezembro de 2001, nas suas versões atualizadas.

3. O Projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 2000.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, desde que seja autorizada pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda a excepcionalidade prevista na Portaria nº 306, de 10 de setembro de 2012, e seja verificada, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais a adimplência do Ente com a União, bem como formalizado o contrato de contragarantia.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), ao apreciar a minuta de contrato referente à operação de crédito sob exame, pronunciou-se favoravelmente aos seus termos e sugeriu o encaminhamento do pleito ao Senado Federal para fins de autorização da concessão de garantia da União, reiterando as ressalvas indicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e indicando a necessidade de verificação das condições especiais prévias ao primeiro desembolso antes da assinatura do contrato.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar à Presidência da República que envie Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter, à apreciação daquela Casa, o pedido de concessão da garantia da República Federativa do Brasil à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Guido Mantega



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001477/2012-05

PARECER PGFN/COF/Nº *1066* /2014

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Rio Grande do Sul (RS) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD". Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal. Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312/74; DL nº 147/67; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resolução nº 48, de 2007, alterada pela Resolução 41/2009 e Resolução nº 43, de 2001, republicada e consolidada em 10 de abril de 2002, todas do Senado Federal.

I

1. Trata-se de concessão de garantia da União para operação de crédito externo, de interesse do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Tais recursos serão destinados ao financiamento parcial do "Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD".

II

2. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal, nas Resoluções do Senado Federal nº 48, de 21/12/2007, alterada pela de nº 41/2009 e nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Tais formalidades, conforme se observa nos parágrafos a seguir, foram obedecidas.

Par senado-bid-rs-podrs-pod





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001477/2012-05

Parecer favorável da Secretaria do Tesouro Nacional

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, considerando os documentos constantes dos autos, emitiu o Parecer nº 856/2014-COPEM/STN, de 16 de junho de 2014 (fls. 716/720), descrevendo as condições financeiras da operação de crédito, prestando as demais informações pertinentes e manifestando nada ter a opor à concessão da garantia do Tesouro Nacional, desde que obedecidas as seguintes condicionalidades: (i) concessão de excepcionalidade pelo Sr. Ministro da Fazenda; (ii) verificação de adimplência do Estado com a União e (iii) formalização do contrato de contragarantia;

Aprovação do projeto pela COFLEX

4. Foi autorizada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, mediante a Recomendação nº 1318, de 18.05.2012, homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 08.06.2012 (fl. 09).

Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União

5. A Lei Estadual nº 14.133, de 28.11.2012 (fl. 12) autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BID, no montante equivalente a até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do “Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD”.

6. A referida Lei dispõe ainda que o Poder Executivo do Estado está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias admitidas em direito.

7. De acordo com estudo elaborado pela STN acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado (Memorando nº 94/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 16.06.2014, às fls. 713/714) as garantias oferecidas pelo Estado do Rio Grande do Sul são consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação em epígrafe, devendo ser formalizado contrato de contragarantia com a União, por força do qual, o Governo Federal poderá reter as importâncias necessárias para satisfação dos





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001477/2012-05

compromissos assumidos, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Mutuário.

Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Estadual

8. O Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo de 30.05.2014 (fls. 603/609) informa que este Programa está inserido no Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Sul para o quadriênio 2012-2015 estabelecido pela Lei Estadual nº 9.657, de 06.01.2012, revisada pela Lei Estadual nº 13.308, de 18.10.2011.
9. Ainda segundo a Declaração *supra* mencionada, constam na Lei Estadual nº 14.375, de 19.10.2013, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2014, dotações para a execução deste Projeto no ano em curso.

Análise da STN acerca da capacidade de pagamento do Estado

10. A Coordenação-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, da Secretaria do Tesouro Nacional, pela Nota nº 1043/COREM/STN, de 04.12.2013 (fls. 445/460), realizou análise da capacidade de pagamento do Estado do Rio Grande do Sul, o qual foi classificado na categoria “C-”, que indica o não atendimento aos Indicadores de Endividamento e de Serviço da Dívida, sendo necessária a concessão de excepcionalidade pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda nos termos previstos no art. 11 da Portaria MF nº 306/2012.
11. A Nota *supra* citada indica que o resultado da análise de capacidade de pagamento permanece válido até 31 de maio de 2014, data limite para a publicação dos balanços consolidados relativos ao exercício de 2013. Contudo, o Sr. Secretário do Tesouro Nacional entendeu não ser necessário pronunciamento complementar sobre a avaliação financeira para fins de garantia da União, intitulada análise de capacidade de pagamento, conforme manifestação de folhas 719v e 720. A referida manifestação consignou que:

A Portaria 306, de 2012, não estabeleceu um prazo de validade formal para a análise para fins de tramitação dos processos de garantia. As informações que amparam os indicadores presentes na análise têm por fonte primária os dados de balanço, os quais são divulgados anualmente, sendo a data limite para os municípios o final do mês de abril, e para os estados, o final do mês de maio. Naturalmente, portanto, a existência de um novo balanço poderia ensejar novos valores e alterações nos indicadores. Contudo, entendemos que é importante que, no âmbito de um processo de garantia, não tenha que ser refeita a avaliação obrigatoriamente pelo simples vencimento do prazo de divulgação de novos dados contábeis. Tal situação traz irracionalidade ao processo, pois geraria a necessidade de voltar atrás em uma série de análises já realizadas, o que demandaria prazos adicionais, na maioria das vezes, para se alcançar um resultado igual

Par senado-bid-rs-podrs-pod





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001477/2012-05

ou muito próximo àquela já evidenciado. Isso porque a metodologia atual envolve um conjunto grande de indicadores, o que minimiza, assim, o impacto de eventual mudança na execução orçamentária anual. Finalmente, a análise financeira para fins de garantia, em nosso entendimento, não é formalmente uma exigência legal, mas um procedimento necessário do gestor público e cujos parâmetros são definidos em nível administrativo.

Análise da STN quanto ao atendimento, pelo Estado, dos requisitos da Resolução nº 43 do Senado Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal

12. A STN, em seu Parecer nº 856/2014 informou que a presente operação é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 306, de 10.09.2012.

13. Em parecer anterior - Parecer nº 844/2014/COPEM/STN, de 11.06.2014 (fls. 690/695) -, aquela Secretaria informou que, por força da liminar obtida na Ação Cautelar nº 3617, em 25.04.2010, o Estado atendeu os requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, conforme previsto na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem assim observou as demais restrições estabelecidas no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

14. A referida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal refere-se ao descumprimento dos limites de despesas com pessoal previstos no art. 20, II, c, da LC nº 101/2000 (fls. 734/736) e encontra-se vigente. A força executória da referida liminar foi objeto de apreciação da Secretaria Geral do Contencioso da Advocacia Geral da União que, em seu Parecer AGU/SGCT/MAS/Nº020/2014, de 07.05.2014 (fls. 503/506), exarou o seguinte entendimento, *in verbis*:

Conforme se verifica dos termos da petição inicial e da medida liminar deferida na Ação Cautelar em exame, o Ministro Relator acolheu integralmente o pedido formulado pelo Autor "a fim de que se considerem atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado, para os fins específicos exposto (viabilizar a finalização das operações PROCONFINS e POD, com recebimento de autorização e aval da ré), e genéricos – prevenir obstaculização de transferências voluntárias e eventualmente outras operações de crédito similares à vertente, enquanto não julgado o mérito da ação principal".

Situação de adimplência do Estado em relação ao garantidor

15. Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, às fls. 603/609, informou estarem incluídos no Serviço Auxiliar de Informações Para Transferências Voluntárias (CAUC), todos os CNPJs da Administração Direta do





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001477/2012-05

Estado do Rio Grande do Sul. A lista de CNPJs constante do CAUC pode ser utilizada como base para as consultas de adimplência do ente, conforme informação da STN.

16. Com efeito, a verificação da adimplência financeira com a Administração Pública Federal e suas Entidades Controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Serviço Auxiliar de Informações Para Transferências Voluntárias (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2009, que alterou a RSF nº 48, de 2007. No entanto, a fim de informar corretamente o d. Senado Federal, impende ressaltar que foi efetuada, nesta data, consulta eletrônica ao CAUC – Serviço Auxiliar de Informações Para Transferências Voluntárias, restando pendente de comprovação o item 4.2 Aplicação Mínima de recursos em Educação e item 4.3 Aplicação Mínima de Recursos em Saúde (fls.731). Não obstante a ausência dessas informações no CAUC, o Mutuário comprovou a regularidade da Aplicação Mínima de Recursos em Saúde e Educação apresentando Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (fls. 637/638).

17. Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional, em atendimento ao art. 16 da Resolução do SF nº 43/2001, verificou que Estado do Rio Grande do Sul encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), realizada em 16.06.2014 (fls. 708/709).

18. Por fim, consulta eletrônica realizada, nesta data, no sítio eletrônico mantido pela STN indica que o Estado do Rio Grande do Sul encontra-se adimplente, em relação aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas (fls. 733).

Certidão do Tribunal de Contas do Estado e Declaração do chefe do Poder Executivo Estadual quanto aos exercícios não analisados e despesas de PPP's

19. O Estado apresentou as Certidões de seu Tribunal de Contas Nº 3621/2014, datada de 04.06.2014 (fl. 636), Nº 1903/2014, de 13.02.2014 (fl. 637) e Nº 6493/2014, datada de 05.02.2014 (fl. 638), atestando, quanto ao ano de 2012 (último exercício analisado) e 2013 (em análise), que o Estado cumpriu os limites constitucionais de gastos com saúde e educação de que tratam os artigos 198 § 2º, II combinado com o art. 77 do ADCT e o 212 da CF, bem como com os limites de despesa com pessoal, de acordo com os artigos 19, 20, 21 e 23 da LC 101, de 2000. O Tribunal atestou ainda, o cumprimento do disposto no art 1º (competência tributária); § 2º do art. 12; no art. 23, no art. 33; no art. 37; no art. 52; e no § 2º do art. 55; todos da Lei Complementar nº 101, de 2000.

20. A certidão manifestou-se, ainda, quanto ao ano em curso (2014), informando o cumprimento do disposto nos arts. 23, 52, e 55, §2º. da LRF.

Par senado-bid-rs-podrs-pod





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001477/2012-05

21. Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, datada de 30 de maio de 2014 (fls. 603/609), atesta, quanto aos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o exercício em curso, estarem cumpridos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, conforme determina o art. 21 da Resolução nº 43 do Senado Federal. Informa ainda que, o Estado do Rio Grande do Sul não assinou até a presente data contrato de na modalidade Parceria Público-Privada.

Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Estado

22. A Procurador-Geral do Estado da Paraíba emitiu o Parecer nº 16.314/14, datado de 26.06.2014 (fls. 725/729), para fins do disposto no art. 32 da L.C. nº 101, de 2000, e Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, onde conclui pela regularidade da contratação e aprova a minuta de contrato.

Regularidade quanto ao pagamento de precatórios

23. Para efeitos do art. 97, § 10, inciso IV, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Mutuário comprovou a regularidade quanto à liberação tempestiva de precatórios, apresentando Declaração de Adimplência de Precatórios, onde informa que o Estado do Rio Grande do Sul “encontra-se adimplente, e efetua regularmente de forma mensal, em cada último dia útil do mês, os depósitos previstos na Emenda Constitucional nº 62, de 06 de dezembro de 2009, bem como cumpre com o disposto no artigo 100 da Constituição Federal e no art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterados pela referida emenda”. A Declaração foi encaminhada para protocolo junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 38, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507, de 24 de novembro de 2011 (fls. 723). A verificação da regularidade por meio dos documentos citados foi adotada tendo em vista a decisão do Conselheiro Bruno Dantas, do CNJ, de suspensão do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes - CEDIN (Processo de Acompanhamento de Decisão nº 0005633-70.2010.2.00.0000).

Credenciamento da Operação no Banco Central do Brasil

24. O Banco Central do Brasil, mediante o Ofício nº 545/2014/Depec/Dicin-Surec, de 16 de junho de 2014, sob o número TA691962 (fls. 722), informou que credenciou a operação.

Par senado-bid-rs-podrs-pod





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001477/2012-05

Condições prévias ao primeiro desembolso

25. A Cláusula 3.02 do Contrato de Empréstimo (minuta às fls. 552/587) traz como condições especiais prévias ao primeiro desembolso:

- (a) apresentação de evidência da criação formal do Escritório de Projetos (EP) na estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH-RS) e designação do coordenador geral do Projeto;
- (b) apresentação da Ata de Criação da Comissão Especial de Licitações;
- (c) designação do assessor jurídico para a análise dos processos do Projeto;
- (d) assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a SJDH-RS e a Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS);
- (e) apresentação do Regulamento Operacional do Projeto (ROP) e do modelo de termo de cooperação a ser assinado com os municípios participantes do Projeto.

26. Conforme manifestação da STN, de modo a permitir um bom início de execução do Programa e evitar o pagamento desnecessário de comissão de compromisso, cumpre verificar, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, o grau de cumprimento das mencionadas condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID.

III

27. O empréstimo será concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas nas operações de crédito celebradas com essa instituição.

28. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

29. O mutuário é o Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

Par senado-bid-rs-podrs-pod





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001477/2012-05

IV

30. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Fazenda para que, entendendo cabível, após conceder a excepcionalização à operação, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal. Ressalte-se, ainda, que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o cumprimento das condições especiais prévias ao primeiro desembolso; verificada a adimplência do Ente com a União e suas controladas e formalizado o contrato de contragarantia.

É o parecer que se submete à superior consideração.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA
UNIÃO, em 01 de julho de 2014.

Ana Rachel Freitas da Silva
ANA RACHEL FREITAS DA SILVA
Procuradora da Fazenda Nacional

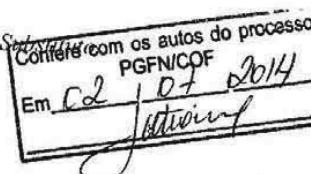
De acordo. À consideração do Senhor Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Fiscal e Financeira Substituto.
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA
UNIÃO, em 01 de julho de 2014.

Suely Dib de Sousa e Silva
SUELY DIB DE SOUSA E SILVA
Coordenadora Geral Substituta

Aprovo o Parecer. Encaminhe-se o assunto à Secretaria-Executiva (SE-MF) e, em prosseguimento, ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 1º de
JULHO de 2014.

Maurício Cardoso Oliva
MAURÍCIO CARDOSO OLIVA
Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Fiscal e Financeira Substituto

Par senado-bid-rs-podrs-pod



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Ofício nº 545/2014–Depéc/Dicin/Surec
Pl. 1401597168

Brasília, 16 de junho de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
MAURÍCIO CARDOSO OLIVA – Coordenador-Geral
Coordenadoria de Operações Financeiras da União – COF
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Esplanada dos Ministérios – Bloco “P” – 8º Andar – Sala 803
70048-900 – Brasília – DF Fax: 61 3412-1740

Assunto: **Credenciamento – ROF TA691962 – Governo do Estado do Rio Grande do Sul**
Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID
Processo MF nº 17944.001477/2012-05

Senhor Coordenador-Geral,

Referimo-nos ao ROF TA691962, de 29/05/2014, por meio do qual o Governo do Estado do Rio Grande do Sul solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 50.000.000,00, destinados ao financiamento do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul.

2. A propósito, informamos que, por meio do Ofício nº 543/2014–Depéc/Dicin/Surec, o Banco Central do Brasil, com base no Art. 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986 e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, credenciou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul para negociar a referida operação, nas condições constantes do citado ROF.

Atenciosamente,

Fernando Antonio de Moraes Rego Caldas
Chefe Adjunto

Departamento Econômico – Depéc
Divisão de Capitais Internacionais – Dicin
SBS Quadra 3, Bloco B, 10º andar, Edifício Sede – 70074-900 – Brasília (DF)
Telefone: 61 3414-1777 – Fax: 61 3414-2036
E-mail: rde@bcbr.gov.br





Processo nº 17944.001477/2012-05
Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Parecer nº 856/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 16 de junho de 2014.

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
Recursos destinados a financiar a execução do Programa de Oportunidades e Direitos - POD.

PEDIDO DE CONCESSÃO DE GARANTIA.

1. Trata o presente parecer de pedido de concessão de garantia da União à operação de crédito externo, de interesse do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Os recursos oriundos da operação serão destinados a financiar a execução do Programa de Oportunidades e Direitos - POD.

RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - COFIEEX

2. A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX, por meio da Recomendação nº 1.318, de 18/05/2012 (fl. 09), homologada pela Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 08/06/2012, recomendou a preparação do Programa no valor de até US\$ 50.000.000,00 provenientes do BID, com contrapartida estadual de no mínimo US\$ 6.000.000,00.

OBJETIVOS DO PROGRAMA, ARRANJO INSTITUCIONAL E ANÁLISE DE CUSTO-BENEFÍCIO

3. De acordo com o Anexo Único da minuta contratual (fls. 564/565v), o objetivo geral do Projeto é contribuir para a redução dos índices de criminalidade violenta de jovens de 15 a 24 anos de idade nas cidades de Alvorada, Porto Alegre e Viamão, no Estado do Rio Grande do Sul, mediante a abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções.

4. Ainda de acordo com o referido Anexo Único, o Órgão Executor do Projeto será o Mutuário, que atuará por intermédio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (SJDH-RS). A execução administrativa e financeira do Projeto estará a cargo da SJDH-RS, que criará um Escritório de Projetos (EP) responsável por coordenar o funcionamento geral do Projeto e a articulação com o Banco. A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP-



RS) será responsável pela execução técnica de um dos componentes do Projeto, e participará das definições e da gestão dos processos relacionados com a avaliação e seleção das ofertas para a contratação de obras e aquisição de bens e serviços previstos neste componente. Para fins de coordenação entre a SJDH-RS e a SSP-RS, será estabelecido um Termo de Cooperação Técnica, devendo a SSP-RS indicar um coordenador que integrará o EP da SJDH-RS.

5. De acordo com o Parecer Técnico (fls. 610/618), serão beneficiários diretos do programa aproximadamente três mil pessoas por mês, atendidas pelos serviços públicos ofertados nas dez unidades das Casas dos Direitos Humanos. De forma indireta, considerando a amplitude das ações e o caráter de multiplicador dos projetos, em torno de 12 mil pessoas por mês passam a ser beneficiadas, considerando-se a média de componentes do núcleo familiar.

FLUXO FINANCEIRO

6. De acordo com informações do interessado (fl. 670), o Programa contará com investimentos totais de US\$ 56.000.000,00, sendo US\$ 50.000.000,00 financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o restante proveniente da contrapartida estadual, conforme quadro abaixo:

ANO	LIBERAÇÕES	CONTRAPARTIDA
2014	33.333.333,33	2.000.000,00
2015	16.666.666,67	2.000.000,00
2016		2.000.000,00
TOTAL	50.000.000,00	6.000.000,00

US\$

CONDIÇÕES FINANCEIRAS

7. Conforme minuta do contrato de empréstimo (fls. 558/563) e demais documentos pertinentes, as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras - ROF, do Banco Central do Brasil, sob o registro TA691962 (fls. 697/705), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, serão as seguintes:

Credor	Banco Interamericano de Desenvolvimento ✓
Valor da Operação	US\$ 50.000.000,00 (fl. 559) ✓
Modalidade	Mecanismo de Financiamento Flexível (FFF) ✓
Desembolso	5 (cinco) anos, contados a partir da vigência do contrato (fl. 559) ✓
Amortização	O empréstimo deverá ser amortizado mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira 66 meses após a data da assinatura do contrato e a última até 25 anos após esta data, nos termos da cláusula 1.05 da minuta do contrato de empréstimo (fl. 559).
Juros	O Mutuário deverá pagar juros sobre os saldos devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o artigo 3.03 das Normas Gerais, conforme estipulado na cláusula 1.06 da minuta do contrato de empréstimo (fl. 559v). Enquanto o Empréstimo não tenha sido objeto de nenhuma Conversão, o Mutuário pagará juros sobre os Salos Devedores diários a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário. Neste caso, os juros

	incidirão a uma taxa anual para cada Trimestre determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre (fl. 574).
Conversões	O mutuário poderá solicitar ao Banco conversão de moeda e conversão de taxa de juros conforme disposto na cláusula 1.09 da minuta do contrato de empréstimo (fl. 559v) e no Capítulo V das Normas Gerais (fl. 578).
Comissões de Crédito	Nos termos da cláusula 1.07 da minuta do contrato de empréstimo (559v), o mutuário pagará comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Financiamento que não seja na moeda do país do mutuário. A comissão de crédito começará a incidir 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do Contrato e seu valor não poderá exceder 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) ao ano conforme arts. 3.04 e 3.05 das Normas Gerais (fls. 574/574v).
Despesas de Inspeção e Supervisão	Nos termos da cláusula 1.08 da minuta do contrato de empréstimo e do artigo 3.06 das normas gerais, o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão gerais. Conforme revisão periódica de suas políticas, este notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% do valor do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos (fl. 574v).

8. Foi anexado ao processo (fl. 706), o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação com o BID, situado em 4,06% a.a.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

9. Relativamente ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), nas Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 40/2001, nº 43/2001 e nº 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/90, e alterações, com vistas à concessão da garantia da União, vale ressaltar o seguinte:

I - VERIFICAÇÃO DOS LIMITES PREVISTOS NO ART. 32 DA LRF

10. Mediante Parecer nº 844/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/06/2014, (fls. 690/695v), esta Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM pronunciou-se quanto aos limites e condições para a contratação de operação de crédito externo pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido cumpridas as exigências dispostas nas RSF nº 40/2001 e 43/2001 e suas alterações, e atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da LRF, não obstante o cumprimento da despesa com pessoal e do art. 35 da LRF terem se dado por meio de Ações perante o STF, conforme explicitado no item 43 do citado parecer. A verificação de limites e condições tem validade de 90 (noventa) dias, para apreciação do Senado Federal.

11. Entretanto, por tratar-se de operação com a garantia da União, a análise acerca dos aspectos orçamentários foi realizada no âmbito deste Parecer.

II - INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL

12. O Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 603/609) informa que o Programa em questão está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2012/2015, estabelecido pela Lei nº 13.308, de 18/10/2011.



III - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

13. Complementarmente, o Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, informa que constam na Lei Estadual nº 14.375 de 19/12/2013, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio Grande do Sul para o exercício de 2014, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos. / (p. 603),

IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA – Contratação e Contragarantias à Garantia da União

14. A Lei Estadual nº 14.133, de 28/11/2012 (fl. 12), autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no montante de até US\$ 50.000.000,00 destinado ao financiamento do Programa em questão. Dispõe que o Poder Executivo do Distrito Federal fica, também, autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas nos arts. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal (CF), bem como oferecer outras garantias em Direito admitidas.

V - LIMITES PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

15. De acordo com o exame efetuado por esta Secretaria, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. As informações contidas no Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal da União, para o 1º quadrimestre de 2014, encontram-se apenas ao processo à fl. 707.

VI - CAPACIDADE DE PAGAMENTO E ASPECTOS FISCAIS DO ENTE

16. Segundo análise da capacidade de pagamento, consignada na Nota nº 1043/2013/COREM/STN, de 04/12/2013, (fls. 445/460v), em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 306/2012, a metodologia está apoiada em duas etapas de avaliações. A primeira analisa a classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito, tendo como parâmetros indicadores econômico-financeiros. A segunda verifica, para os casos de classificação nas categorias A e B, o enquadramento da operação pleiteada em sua correspondente situação fiscal, tendo como parâmetros o indicador de Endividamento e o indicador do Serviço da Dívida.

17. Dos indicadores econômico-financeiros, destacam-se: Endividamento, Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas e Resultado Primário servindo à Dívida, cujas médias obtidas, observados seus respectivos pesos no resultado final, contribuíram significativamente para a pontuação alcançada.

18. A classificação obtida resultante das análises implicou capacidade de pagamento de pontuação "C-" (fl. 445v), ficando a concessão de garantia da União condicionada, portanto, à excepcionalidade prevista no artigo 11 da Portaria MF nº 306/2012, mediante avaliação do Sr. Ministro da Fazenda. Ademais, a referida classificação permaneceu válida, segundo a nota da COREM, até 31 de maio de 2014, motivo pelo qual este parecer deverá ser submetido ao Sr. Secretário do Tesouro Nacional para que se manifeste sobre a implicação deste fato.

19. Não obstante o enquadramento da capacidade de pagamento na categoria acima, nos termos do artigo 11 da Portaria MF nº 306/2012, é possível o exame de concessão de garantia da União por parte do Sr. Ministro da Fazenda, em caráter excepcional, a operações de crédito que observem, cumulativamente, as seguintes condições:

a) contem com contragarantias do tomador, consideradas suficientes e idôneas pela União;

- b) os recursos correspondentes sejam destinados a projeto considerado relevante para o Governo Federal; e
- c) contem com recursos do tomador, devidamente demonstrados, compatíveis com sua situação fiscal, para o atendimento das contrapartidas a seu cargo.

20. A este propósito, o Governador do Estado, mediante Ofício GG/SJL/UAI - 027, de 02 de junho de 2014 (fls. 676/678), solicitou ao Sr. Ministro da Fazenda a excepcionalização para a presente operação, ressaltando que:

- a) O Estado oferece contragarantias à garantia da União, autorizado pela Lei Estadual nº 14.133 de 28/11/2013, as quais são consideradas suficientes;
- b) O Programa é relevante para o Governo Federal, uma vez que contempla um conjunto de ações voltadas para projetos relevantes para o desenvolvimento social e diminuição da violência, não só para o Rio Grande do Sul, mas também em complementação a projetos do Governo Federal;
- c) O Estado do Rio Grande do Sul assegura a disponibilização de recursos para honrar a contrapartida no financiamento.

21. Conforme o Memorando nº 115/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 31/03/2014 (fl. 432), a operação em análise está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, revisado em 19/12/2013, limitada ao valor de US\$ 50.000.000,00. Ademais, a contratação da operação não constitui violação do contrato de refinanciamento, nos termos do inciso IV do art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

VII - CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO E MARGEM DISPONÍVEL

22. Conforme mencionado, o Poder Executivo do Estado está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

23. Segundo estudo elaborado por esta Secretaria acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Rio Grande do Sul, informação consignada no Memorando nº 94/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 16/06/2014 (fls. 713/714), as garantias oferecidas por aquela entidade federativa são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação em epígrafe.

24. Assim, deverá ser formalizado o contrato de contragarantia com a União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado do Rio Grande do Sul.

VIII - SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA E ANTECEDENTES JUNTO À SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

25. Mediante Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 603/609), o Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul informa que estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJ's da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul.

26. A verificação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em atendimento ao art. 16 da RSF nº 43/2001, deverá ser feita mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), tendo por base a lista de CNPJ constante do CAUC.

27. Dessa forma, face ao mandamento legal mencionado acima, verificou-se que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao SISBACEN/CADIP, realizada em 16/06/2014 (fls. 708/709).

28. Segundo procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), cumpre informar que, na presente data, o Ente encontra-se adimplente relativamente aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas (fl. 710).

29. Por fim, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 62, de 06.12.2009, relativa a pagamento de precatórios, esclarecemos que restou frustrada a tentativa de verificação da adimplência do Ente, pois "conforme decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Bruno Dantas no processo de ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO nº 0005633-70.2010.2.00.0000, as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN) foram suspensas até decisão final de mérito no referido processo" (fl. 711). Dessa forma, previamente à formalização dos instrumentos contratuais, a PGFN verificará a situação de adimplência do Ente.

IX - ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

30. A cláusula 3.02 da minuta do contrato de empréstimo (fls. 558/563) indica condições prévias ao primeiro desembolso. De modo a permitir um bom início de execução do Programa, entendemos que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deva ser verificado pelo Ministério da Fazenda, o grau de cumprimento das mencionadas condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID.

31. Entendemos que as demais obrigações contratuais constantes das minutas negociadas do Acordo de Empréstimo, bem como do Contrato de Garantia (fls. 566/568) são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

X - DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS - RSF nº 48/2007, LRF e Lei nº 11.079/2004

32. Cumpre esclarecer que as informações elaboradas pela STN, relativas às finanças da União, encontram-se atualizadas em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

33. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, mediante Certidão nº 3621/2014 (fls. 636/636v), de 04/06/2014, atestou para o exercício de 2012 (último analisado) e para o exercício de 2013 (ainda não analisado), o pleno exercício da competência tributária do Estado do Rio Grande do Sul; mediante Certidão nº 1903/2014 de 13/02/2014 (fls. 637/637v), o referido Tribunal atestou o cumprimento do artigo 198 da CF (gastos com saúde) para o exercício de 2012 (último analisado) e para o exercício de 2013 (ainda não analisado); e mediante Certidão nº 6493/2014 de 05/02/2014 (fls. 638/638v), o Tribunal de Contas do Estado atestou o cumprimento do artigo 212 da CF (gastos com educação) para o exercício de 2012 (último analisado) e para o exercício de 2013 (ainda não analisado). Aliado a isto, consta Declaração do Chefe do Poder Executivo referente à competência tributária e à aplicação de recursos em Saúde e Educação, cujos percentuais informados, para 2013, estão de acordo com os limites mínimos legais (fl. 608).

34. Relativamente às Despesas com Pessoal, na forma disciplinada pela LRF, é de se informar que a STN analisou as referidas Despesas para o 3º quadrimestre de 2012, 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2013 e 1º quadrimestre de 2014, conforme Parecer nº 844/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de

11/06/2014. (fls. 690/695v). Foi observada a extrapolação dos limites atribuídos ao Poder Executivo no 3º quadrimestre de 2012, nos 2º e 3º quadrimestre de 2013 e no 1º quadrimestre de 2014; e ao Poder Judiciário em todos os períodos analisados. Entretanto, conforme disposto no citado parecer, o Estado cumpre os limites para despesa com pessoal por força da Ação Cautelar nº 3617/RS. /

35. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto no art. 40, §2º, combinado com o art. 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF e no art. 10, inciso II, alínea c, da RSF nº 48/2007, é entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme exarado no Parecer PGFN/COF nº 468/2008, que tais limites referem-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido art. 42 dispõe o seguinte:

"Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito."

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício."

36. Segundo Declaração do Chefe do Poder Executivo (fl. 603/609), o Estado não contrairá, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, conforme disposto no art. 42 da LRF.

37. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela MP nº 575, de 7/8/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

38. A esse respeito, cumpre esclarecer que o ente, declara no Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 603/609), que não assinou, até a presente data, contrato na modalidade Parceria Público-Privada. /

CONCLUSÃO

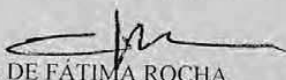
39. Diante do exposto, a concessão da pleiteada garantia da União fica condicionada à verificação pelo Ministério da Fazenda: i) da adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) da formalização do respectivo contrato de contragarantia; iii) da excepcionalização pelo Sr. Ministro da Fazenda nos termos da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012; e iv) que o Sr. Secretário do Tesouro Nacional se manifeste a respeito da data de validade da análise sobre a capacidade de pagamento do Estado do Rio Grande do Sul. /

Luís Fernando Nakachima
LUÍS FERNANDO NAKACHIMA
Analista de Finanças e Controle

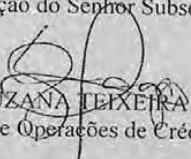
Eduardo Luiz Gaudard
EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COPEM



De acordo. À consideração da Sra. Coordenadora-Geral. ✓


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Senhor Subsecretário do Tesouro Nacional. ✓


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios ✓

De acordo. À consideração do Senhor Secretário do Tesouro Nacional.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Em relação à necessidade de pronunciamento complementar sobre a avaliação financeira para fins de garantia da União, intitulada análise de capacidade de pagamento, deve-se esclarecer, preliminarmente, alguns aspectos. A Portaria 306, de 2012, não estabeleceu um prazo de validade formal para a análise para fins de tramitação dos processos de garantia. As informações que amparam os indicadores presentes na análise têm por fonte primária os dados de balanço, os quais são divulgados anualmente, sendo a data limite para os municípios o final do mês de abril, e para os estados, o final do mês de maio. Naturalmente, portanto, a existência de um novo balanço poderia ensejar novos valores e alteração dos indicadores. Contudo, entendemos que é importante que, no âmbito de um processo de garantia, não tenha que ser refeita a avaliação obrigatoriamente pelo simples vencimento do prazo de divulgação de novos dados contábeis. Tal situação traz irracionalidade ao processo, pois geraria a necessidade de voltar atrás em uma série de análises já realizadas, o que demandaria prazos adicionais, na maioria das vezes, para se alcançar um resultado igual ou muito próximo àquele já evidenciado. Isso porque a metodologia atual envolve um conjunto grande de indicadores, o que minimiza, assim, o impacto de eventual mudança na execução orçamentária anual. Finalmente, a análise financeira para fins de garantia, em nosso entendimento, não é formalmente uma exigência legal, mas um procedimento necessário do gestor público e cujos parâmetros são definidos em nível administrativo. O Senado Federal, por meio do art. 23 da Resolução SF 43/2001, determina somente o encaminhamento do resultado da classificação financeira que já é realizada pelo Ministério da Fazenda para que a informação seja um elemento de instrução do processo. Assim, não caberia, na opinião da Secretaria do Tesouro Nacional, no presente processo, a reabertura da avaliação financeira, posição que deverá ser ratificada pelo Sr. Ministro da Fazenda ao acolher o presente parecer quando do despacho autorizativo da concessão de garantia da operação ora analisada.

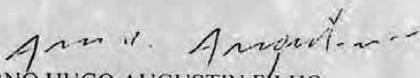
Com relação à excepcionalização da concessão da garantia da União e considerando as ponderações acima apresentadas, bem como o Ofício GG/SJL/UAI - 027, de 02 de junho de 2014 (fls. 676/678), encaminhado pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul ao Sr. Ministro da Fazenda, elevo a matéria à apreciação superior. Sugiro que seja concedida excepcionalidade por parte do Sr. Ministro da Fazenda, nos termos da Portaria MF nº 306, de 10.09.2012, com o entendimento de que a operação pleiteada enquadra-se dentro dos pressupostos condicionantes, tendo em vista que:

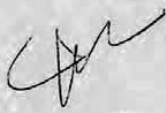
Continuação do Parecer para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS

Página 9 de 9

a) A Lei Estadual nº 14.133 de 28/11/2012 prevê contragarantias à garantia da União e segundo análise efetuada por esta Secretaria as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes e; b) o Programa é relevante para o Governo Federal, uma vez que foi aprovado na COFLEX e está inserido no Programa de Ajuste Fiscal do Estado; e c) constam da Lei nº 14.375, de 19/12/2013, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio Grande do Sul para o exercício de 2014, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em questão quanto ao ingresso de recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida.

Encaminhe-se o Processo nº 17944.001477/2012-05 à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN/COF para as providências de sua alçada.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional



Nota nº 10.542/2013/CORFIM/SFN



Em 09 de Dezembro de 2013.

Assunto: Operações de Crédito de Estados e Municípios – Portaria nº 306, de 10 de setembro de 2012. Análise da Capacidade de Pagamento para fins de subsidiar a concessão de aval ou garantia da União às operações de crédito de interesse do Estado do Rio Grande do Sul.

1. A presente nota tem por objetivo realizar a análise da capacidade de pagamento do Estado do Rio Grande do Sul.

2. A análise da Capacidade de Pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria do Ministério da Fazenda nº 306, de 10 de setembro de 2012, com fundamento nos conceitos e procedimentos definidos na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 543, de 18 de setembro de 2012. Segundo art. 2º da Portaria nº 306/2012 a metodologia de análise está estruturada em duas etapas:

1ª Etapa – classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito, tendo como parâmetros indicadores econômico-financeiros; e

2ª Etapa – enquadramento das operações pleiteadas em sua correspondente situação fiscal, tendo como parâmetros o indicador de endividamento e o indicador de serviço da dívida.

3. Para a primeira Etapa foram utilizados dados referentes aos exercícios de 2010 a 2012 dos balanços consolidados publicados, conforme a abrangência definida no art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Como fonte subsidiária, foram consultados dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, relativo ao 6º bimestre do ano; o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º quadrimestre do ano, bem como as informações constantes do Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios – SISTEN.

4. A situação fiscal de Estado foi obtida pela pontuação resultante da média ponderada dos indicadores Endividamento, Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida, Resultado Primário Servindo a Dívida, Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida, Capacidade de Geração de Poupança Própria, Participação dos Investimentos na Despesa Total, Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias e Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio, conforme fórmulas e ponderações explicitadas no art. 3º da Portaria nº 306/2012.

A 10





22 da Nota nº 11, de 17 de 2013 CORIM SIN, de 17 de 2013.

É oportuno ressaltar que a pontuação citada no parágrafo anterior corresponde ao diagnóstico da situação fiscal do Estado tendo por base as informações obtidas dos balanços dos três últimos exercícios.

6. A pontuação apurada na primeira etapa foi de 4,36 e a classificação da capacidade de pagamento correspondente a esta pontuação é "C-", conforme o art. 4º da Portaria MF nº 306/2012. Assim, não será aplicado Fator de Ponderação (FP) na segunda etapa da análise de capacidade de pagamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 6º da Portaria MF nº 306/2012.

7. Dos indicadores econômico-financeiros, destacam-se os Endividamento, Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas e Resultado Primário servindo à Dívida, cujas médias obtidas, observados seus respectivos pesos no resultado final, contribuíram significativamente para a pontuação alcançada.

8. A segunda etapa busca verificar o enquadramento das operações pleiteadas nos indicadores de endividamento e de serviço da dívida. O citado enquadramento deve atender ao previsto nos incisos II e III do art. 8º da Portaria MF nº 306/2012, a saber:

Inciso II: Endividamento $\frac{D_{\text{divida}}}{R_{\text{receitas}} + R_{\text{receitas}} \times FP} \leq (1 - \text{Endividamento}_{\text{crit}}) \times FP$

Inciso III: Serviço da Dívida $\frac{S_{\text{servico}}}{R_{\text{receitas}} + R_{\text{receitas}} \times FP} \leq (10\% - \text{Serviço da Dívida}_{\text{crit}}) \times FP$

9. Com base na metodologia definida na Portaria nº 306/2012 e nos conceitos e procedimentos estabelecidos na Portaria nº 543/2012, devem ser utilizados os dados do demonstrativo do cronograma de compromissos da dívida consolidada vincenda e das demais condições contratuais para realizar projeções das relações: (i) serviço da dívida pública consolidada e receita corrente líquida; e (ii) saldo devedor da dívida pública consolidada e receita corrente líquida.

10. As médias aritméticas das projeções realizadas para esses dois indicadores, para os próximos cinco exercícios financeiros, são utilizadas para determinar o enquadramento das operações de crédito pleiteadas aos incisos II e III do art. 8º da Portaria nº 306/2012.

11. Contudo, a segunda etapa da metodologia aplica-se somente se obtida classificação A ou B decorrente da apuração realizada na primeira etapa, não havendo, portanto, alteração da classificação final obtida na primeira etapa, que corresponde a "C-", conforme quadro anexo, ficando a concessão de garantia da União condicionada à excepcionalização prevista no art. 11 da Portaria nº 306/2012, caso atendidas as condições ali descritas.

12. Além disso, não sendo exigida a segunda etapa, a presente análise aplica-se a todas as operações de crédito a contratar que constam no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa), triênio 2012-2014, as quais foram mantidas na negociação da 10ª revisão do Programa, para o triênio 2013-2015.

Página 32 da Nota nº 107/2013 COREM/SEN, de 07/12/2013.



13. O resultado da análise de capacidade de pagamento permanece válido até 31 de maio de 2014, data limite para publicação dos balanços consolidados relativos ao exercício de 2013 conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM.

À consideração superior.

Jeanne Vidal de Araujo
JEANNE VIDAL DE ARAUJO
 Gerente de Projeto – GERES IV

Luisa Helena Freitas de Sá Cavalcante
LUISA HELENA FREITAS DE SA CAVALCANTE
 Gerente – G-RES IV

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral da COREM.

ALEX FABIANE TEIXEIRA
 Coordenador da COREM

RICARDO BOTELHO
 Coordenador da COREM

De acordo. Encaminhe-se à COPEM.

EDÉLCIO DE OLIVEIRA
 Coordenador-Geral da COREM





22 de Novembro de 2013 CORRELATIVO de C&F 1-2 2013

1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

Cálculo dos Indicadores Fiscais

ESTADO: RS

Discriminação	2010	2011	2012
Financiamento	2,1	2,1	2,1
Dívida Pública Consolidada	11.412.291.511,90	47.547.623.356,54	51.718.594.001,75
Receita Corrente Líquida	21.300.316.136,57	22.365.157.417,22	24.123.946.698,52
II - Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida	13,1%	11,2%	11,1%
- Serviço da Dívida	2.955.751.021,84	2.504.158.618,26	2.685.518.056,30
- Receita Corrente Líquida	21.300.316.136,57	22.365.157.417,22	24.123.946.698,52
III - Resultado Primário servindo a Dívida	0,5	0,6	0,6
Resultado Primário	1.583.375.628,47	1.466.503.687,79	743.688.198,14
- Serviço da Dívida	2.955.751.021,84	2.504.158.618,26	2.685.518.056,30
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida	56,1%	56,1%	56,1%
- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	11.944.796.254,57	12.535.872.140,84	14.218.572.121,98
- Receita Corrente Líquida	21.300.316.136,57	22.365.157.417,22	24.123.946.698,52
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	11,6%	8,1%	1,1%
- Receitas Correntes	28.655.232.145,56	30.401.315.777,91	32.845.801.734,92
- Despesas Correntes	25.319.661.151,13	27.946.811.863,85	32.400.883.192,79
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total	6,2%	5,6%	2,9%
- Investimentos	1.864.480.168,44	882.037.056,59	980.755.726,59
- Despesa Total	30.048.041.372,42	31.430.883.035,76	34.824.120.473,66
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	35,05%	37,16%	35,75%
- Contribuições e Remunerações RPPS	2.314.956.681,45	2.748.900.140,63	2.910.298.601,76
- Despesas Previdenciárias	6.492.712.434,10	7.238.359.618,93	8.140.795.386,66
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio	89,2%	78,1%	7,9%
- Receitas Tributárias	22.109.497.339,07	23.325.382.754,93	25.615.618.706,43
- Despesas de Custeio	27.551.427.511,66	29.758.262.809,29	33.027.322.950,54
ESTRUTURA DE PFOS ANUAIS			
	20%	30%	50%

1145

Item 5 de 32 da Nota nº 16 e 3 2013 CORFAMEN de RS 12 2013



1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

Classificação e Média dos Indicadores

ESTADO: RS

Discriminação	Lado Esquerdo	Lado Direito	2010	2011	2012	Média
I - Endividamento	0.5	1.3	0.0	0.0	0.0	
II - Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas	8.0%	15.0%	5.0	2.2	0.0	
III - Resultado Primário servindo a Dívida	1.0	0.0	2.8	0.0	0.0	
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nas Receitas Correntes Líquidas Ajustadas	40.0%	70.0%	4.2	1.2	0.0	
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	25.0%	5.0%	1.0	0.1	0.0	
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total Ajustada	20.0%	5.0%	5.5	0.0	0.0	
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	90.0%	40.0%	0.0	0.0	0.0	
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio	80.0%	30.0%	0.0	0.0	0.0	

Nota atribuída	Estimativa de pesos dos balancos
0	6
20%	30%
40%	





12 de Novembro de 2013 CORRENTIN, de C/ 12 2013

1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

Cálculo dos Indicadores Fiscais

ESTADO: RS

Discriminação	Peso	Média	Média*Peso
I - Endividamento	10	6,00	60,00
II - Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas	9	3,17	28,55
III - Resultado Primário servindo à Dívida	8	3,47	27,78
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nas Receitas Correntes Líquidas Ajustadas	7	3,50	24,50
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	4	5,32	21,30
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total Ajustada	3	5,90	17,71
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	2	6,00	12,00
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio Ajustadas	1	0,20	0,20
	44		192,04
Pontuação	4,36		
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL		C-	
Correspondente ao Art. 4º da Portaria nº 306/2012			

Peço a 17 de 32 da Nota nº 12/2013 COREMISTEN de 09/12/2013.



2ª Etapa - ENQUADRAMENTO DA NOVA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Cálculo do Enquadramento aos Indicadores

ESTADO: RS

ENQUADRAMENTO AO INDICADOR DO ENDIVIDAMENTO			
Média da relação DB/RCL projetada = MédiaEndt		1,95	
Impacto da Operação de Crédito na Média da relação DB/RCL projetada (Endoc)		0,04	
Fator de Ponderação (FP)		0%	
Indicador para Endividamento = $(1 - MédiaEndt) \times FP$		0,00	
Operação de Crédito ENQUADRADA SE $Endoc \leq (1 - MédiaEndt) \times FP$	0,04	$\leq$	
ENQUADRAMENTO ao Indicador do Endividamento			NÃO ENQUADRADA
Conforme disposto no Inciso II do Art. 8º da Portaria nº 306/2012			

ENQUADRAMENTO AO INDICADOR DO SERVIÇO DA DÍVIDA			
Média da Relação SD/RCL projetada = MédiaSDt		12,99%	
Impacto da Operação de Crédito na Média da Relação SD/RCL projetada = SDoc		0,11%	
Fator de Ponderação (FP)		0%	
Indicador para Serviço da Dívida = $(10\% - MédiaSDt) \times FP$		0,00%	
Operação de Crédito ENQUADRADA SE $SDoc \leq (10\% - MédiaSDt) \times FP$	0,11%	$\leq$	0,00%
ENQUADRAMENTO ao Indicador do Serviço da Dívida			NÃO ENQUADRADA
Conforme disposto no Inciso III do Art. 8º da Portaria nº 306/2012			

RESULTADO DO ENQUADRAMENTO	NÃO ENQUADRADO
----------------------------	----------------

COMPETÊNCIA FINAL PARA PRONUNCIAMENTO FAVORÁVEL	MF
Conforme disposto no Art. 11º da Portaria nº 306/2012	





da Nota nº 005/2013 COREM/STN, de 09/12/2013

ANEXO À NOTA Nº 005/2013/COREM/STN

1. Este Anexo apresenta os procedimentos adotados no cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito (1ª Etapa) bem como no enquadramento da operação pleiteada em sua correspondente situação fiscal, tendo por base os indicadores de endividamento e de serviço da dívida (2ª Etapa), conforme dispõem a Portaria MF nº 306, de 10/09/2012, e a Portaria STN nº 543, de 18/09/2012, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCA SP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

1ª Etapa – Cálculo da Classificação da Situação Fiscal

2. O cálculo da situação fiscal associada ao risco de crédito do Estado foi realizado tendo por base os balanços consolidados publicados dos últimos três exercícios e, subsidiariamente, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e outras informações constantes do Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios (SISIN).
3. A apuração final dos valores que compõem os indicadores estabelecidos na Portaria MF nº 306, de 10/09/2012, para fins da análise de capacidade de pagamento, está sujeita a eventuais ajustes em observância às orientações, aos conceitos e aos procedimentos estabelecidos nos manuais acima referidos. Esses ajustes são aplicados nos dados obtidos a partir dos balanços apresentados pelo ente e podem gerar divergências, em decorrência de lançamentos contábeis ou de interpretação conceitual, em relação às informações publicadas nos RGF's e nos RREOs.

Indicador I - Endividamento: Dívida Pública Consolidada/ Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto à Dívida Pública Consolidada

4. A **Dívida Pública Consolidada** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.
5. Não houve divergências entre os demonstrativos encaminhados I, II, da Portaria STN nº 543, de 18/09/2012, e o Anexo II do RGF (Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida) publicado no SISIN.
6. Os valores da Dívida Pública Consolidada foram calculados conforme quadros a seguir:

Ano de 2010

Descrição	Dados por balancos B	Ajustes por compatibilização do indicador C		Dados finais D = B + C
		Receitas B	Despesas C	
(-) Dívida Pública Consolidada	44.412.294.511,90	0,00	0,00	44.412.294.511,90
(+) Obrigações Fiscais e de Longo Prazo	41.067.904.987,65	0,00	0,00	41.067.904.987,65
(-) Dívida Consolidada Líquida	38.985.254.642,25	0,00	0,00	38.985.254.642,25
(+) Dívida Consolidada Líquida	2.282.761.346,02	0,00	0,00	2.282.761.346,02
(-) Precatórios a partir de 05/05/2000	3.331.881.521,25	0,00	0,00	3.331.881.521,25
(+) Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

Item 9 de 32 da Nota nº 107/2013 CORFMSIN, de 29/12/2013.



Ano de 2011

2011				
Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(-) Dívida Pública Consolidada	47.547.620.356,54	0,00	0,00	47.547.620.356,54
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	43.621.702.159,86	0,00	0,00	43.621.702.159,86
Dívida Contratual Interna	41.132.951.650,92	0,00	0,00	41.132.951.650,92
Dívida Contratual Externa	2.488.747.508,94	0,00	0,00	2.488.747.508,94
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	3.925.918.196,68	0,00	0,00	3.925.918.196,68
(-) Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano de 2012

2017				
Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Dívida Pública Consolidada	51.748.594.001,25	0,00	0,00	51.748.594.001,25
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	47.722.597.735,73	0,00	0,00	47.722.597.735,73
Dívida Contratual Interna	44.816.863.527,19	0,00	0,00	44.816.863.527,19
Dívida Contratual Externa	2.905.734.158,54	0,00	0,00	2.905.734.158,54
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	4.025.996.265,52	0,00	0,00	4.025.996.265,52
(-) Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e RGF do 3º quadrimestre de cada exercício.

7. Não foram realizados ajustes na Dívida Pública Consolidada.
8. A Dívida Pública Consolidada apurada para fins desta análise de capacidade de pagamento está conciliada com aquela apresentada pelo Estado no RGF do 3º quadrimestre dos exercícios 2010, 2011 e 2012.

Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

9. A **Receita Corrente Líquida** corresponde às receitas correntes (somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do Estado da Federação) deduzidas das transferências Constitucionais e Legais a Municípios, da Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Contribuição para Custeio das Pensões dos Militares, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.
10. Também foram consideradas as exclusões das receitas de anulação de restos a pagar da receita corrente.
11. Os valores apurados para a Receita Corrente Líquida nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:





Estado do Rio de Janeiro - RJ, 03 de Novembro de 2013. CORRETORES de 09/12/2013

Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados finais A + B + C
		B		
		Gerais	Específicos	
(+) Receita Corrente Líquida	21.502.449.496,58	-202.133.360,01	0,00	21.300.316.136,57
Receita corrente	30.796.292.859,32	193.265.186,46	0,00	30.989.558.045,78
Transferências Corrente Recebidas	5.860.424.626,01	0,00	0,00	5.860.424.626,01
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	699.955.798,52	8.896.973,55	0,00	698.852.722,07
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Permanente Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Permanente Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	446.596.044,78	0,00	0,00	446.596.044,78
Contribuição do Servidor Ativo Militar	44.313.858,56	0,00	0,00	44.313.858,56
Contribuição do Servidor Inativo Civil	142.029.641,23	0,00	0,00	142.029.641,23
Contribuição do Servidor Inativo Militar	10.111.221,14	0,00	0,00	10.111.221,14
Contribuição do Permanente Civil	58.845.635,32	0,00	0,00	58.845.635,32
Contribuição do Permanente Militar	59.397,49	0,00	0,00	59.397,49
Contribuição do Plano de Previdência do Servidor	0,00	8.896.973,55	0,00	8.896.973,55
Contribuição do Plano de Previdência do Servidor	29.606.562,14	0,00	0,00	29.606.562,14
Contribuição do Plano de Previdência do Servidor	3.213.856.376,07	0,00	0,00	3.213.856.376,07

Ano de 2011

2011				
Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados finais A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(-) Receita Corrente Líquida	22.532.336.964,91	-167.140.237,39	-39.310,30	22.365.157.417,22
Receita corrente	32.760.444.064,36	-166.878.171,77	0,00	32.593.565.892,59
Transferências Corrente Recebidas	5.867.768.731,23	0,00	149.646,32	5.867.918.377,55
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	801.311.654,84	312.066,17	-110.336,02	801.513.384,99
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Permanente Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Permanente Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	482.298.532,39	0,00	0,00	482.298.532,39
Contribuição do Servidor Ativo Militar	77.750.366,90	0,00	0,00	77.750.366,90
Contribuição do Servidor Inativo Civil	150.768.220,93	0,00	0,00	150.768.220,93
Contribuição do Servidor Inativo Militar	26.492.681,94	0,00	0,00	26.492.681,94
Contribuição do Permanente Civil	55.489.726,35	0,00	110.336,02	55.600.062,37
Contribuição do Permanente Militar	8.511.576,33	0,00	0,00	8.511.576,33
Contribuição do Plano de Previdência do Servidor	0,00	312.066,17	0,00	312.066,17
Contribuição do Plano de Previdência do Servidor	33.768.880,78	0,00	0,00	33.768.880,78
Contribuição do Plano de Previdência do Servidor	3.525.757.832,59	0,00	0,00	3.525.757.832,59

Plano de 12 da Nota nº 1053 2013 COREM-SIN, de 04 12 2013



Ano de 2012

Dotação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Totais A+B+C
		B	C	
(=) Receita Corrente Líquida	24.209.808.363,84	-85.988.572,90	126.907,58	24.123.946.698,52
(=) Receita Corrente	35.296.218.441,57	-85.909.212,15	0,00	35.210.309.229,42
(=) Transferências Constitucionais e Legais	6.804.074.991,30	0,00	5.052,89	6.804.074.339,19
(=) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	837.471.370,29	79.360,75	121.255,78	837.429.475,70
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	485.840.485,99	0,00	0,00	485.840.485,99
Contribuição do Servidor Ativo Militar	94.648.442,11	0,00	0,00	94.648.442,11
Contribuição do Servidor Inativo Civil	159.223.020,20	0,00	0,00	159.223.020,20
Contribuição do Servidor Inativo Militar	31.328.095,20	0,00	0,00	31.328.095,20
Contribuição do Pensionista Civil	56.857.411,19	0,00	0,00	56.857.411,19
Contribuição do Pensionista Militar	4.578.915,10	0,00	121.255,78	4.578.915,10
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	79.360,75	0,00	79.360,75
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários (RGPS -> RPPS)	37.277.469,82	0,00	0,00	37.277.469,82
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	1.807.581.256,18	0,00	0,00	1.807.581.256,18

Fonte: Balanço Orçamentário.

12. Foram realizados ajustes nesse item relativos à inclusão, nas Transferências Constitucionais a Municípios, do valor registrado na conta 3.3.40.92.81.03 - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imoveis (D.E.A.) em 2011, e exclusão nesse mesmo item do valor registrado na conta 3.3.40.81.81.05 - Multa de Trânsito em 2012, por não se tratar, de fato, transferências constitucionais e legais a municípios, mas sim de multas. Nos referidos exercícios também foram excluídas, da Contribuição do Pensionista Civil, os valores registrados na conta 121029110099 - Contribuições para Previdência Social - Pensionista Civil - Prefeituras, por não se constituírem contribuições feitas ao Estado. Foram incluídos os valores registrados na 121029130000 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Deficit Atuarial em 1.2.1.0.29.99 - Outras Contribuições para o RPPS nos exercícios de 2010, 2011 e 2012.
13. A Receita Corrente Líquida apurada para fins desta análise de capacidade de pagamento é divergente daquela apresentada pelo Estado no RREO do 6º bimestre dos exercícios 2010, 2011 e 2012, devido a: i) No cálculo, foi considerada a receita tributária do Balanço, que inclui a receita de IRRF, enquanto que o Estado exclui o IRRF da receita tributária no cálculo da RCI do RREO; e ii) No cálculo, foi considerado o valor da dedução de Receita para a Formação do FUNDEF registrado na conta 9.0.0.0.00.00, enquanto que no RREO do 6º bimestre, foi considerado valor registrado na conta 1.7.2.4.01.00. Em 2012, foi excluído o valor R\$ 5.652,30 da rubrica 3.3.40.81.81.05 - Multas de Trânsito das Transferências Constitucionais, considerado pelo Estado nesse item.





de 32 da Nota nº 1043 2013 CORRENTESIN de 09 12 2013.

Indicador II - Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida:

Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto ao Serviço da Dívida

14. O Serviço da Dívida corresponde ao somatório dos pagamentos de juros e encargos (despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida) e amortizações (despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida).
15. Os valores apurados para o cálculo do Serviço da Dívida nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

Ano de 2010

Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Juros B	Específicos C	
(=) Serviço da Dívida	2.955.751.021,84	0,00	0,00	2.955.751.021,84
(-) Juros e Encargos da Dívida	164.756.075,49	0,00	0,00	164.756.075,49
(-) Amortização da Dívida	2.791.494.965,85	0,00	0,00	2.791.494.965,85

Ano de 2011

Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Juros B	Específicos C	
(=) Serviço da Dívida	2.504.158.618,26	0,00	0,00	2.504.158.618,26
(-) Juros e Encargos da Dívida	124.591.081,61	0,00	0,00	124.591.081,61
(-) Amortização da Dívida	2.379.567.536,65	0,00	0,00	2.379.567.536,65

Ano 2012

Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Juros B	Específicos C	
(=) Serviço da Dívida	2.685.518.056,30	0,00	0,00	2.685.518.056,30
(-) Juros e Encargos da Dívida	1.485.511.115,91	0,00	0,00	1.485.511.115,91
(-) Amortização da Dívida	1.200.006.940,39	0,00	0,00	1.200.006.940,39

Fonte: Balanço Orçamentário.

16. Não foram realizados ajustes nesse item.

Quanto à Receita Corrente Líquida

17. Os procedimentos utilizados na apuração da Receita Corrente Líquida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador I.

W

Página 13 de 32 da Nota nº 12/2013 CORFAM/STN, de 09/12/2013.



Indicador III Resultado Primário Servindo a Dívida:

Resultado Primário / Serviço da Dívida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto ao Resultado Primário

18. A apuração do **Resultado Primário** considerou a receita total, deduzida da parcela destinada à formação do FUNDEF, excluídas as receitas de valores mobiliários, as operações de crédito, a amortização de empréstimos e a alienação de bens, menos as despesas correntes e de capital, excluídos os juros e encargos da dívida, a concessão de empréstimos, a aquisição de títulos de capital já integralizado, a amortização de dívidas, a reserva de contingência e a Reserva do RPPS.
19. Também foram consideradas as exclusões das receitas de anulação de restos a pagar da receita corrente.
20. As receitas foram consideradas segundo o regime de caixa e as despesas segundo o regime de competência (despesas empenhadas).
21. Para fins de apuração do Resultado Primário, foram computadas todas as receitas e despesas, incluindo as intra-orçamentárias, visto que estas se anulam quando consideramos apenas as despesas pagas, não influenciando no resultado.
22. As receitas de valores mobiliários (receitas financeiras) compreendem as receitas de juros de títulos de renda, fundos de investimentos, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais, remuneração de saldos de recursos não desembolsados e outras receitas de valores mobiliários.
23. Os valores apurados para o cálculo do Resultado Primário nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:



Processo nº 32 da Nota nº 1083 - 2013 COREMSIN de CY 1Q 2013.



Descrição	Demonstrativo	Ajustes por computabilização dos indicadores		Dado Final A+B+C
		Ativos B	Exativos C	
(-) Resultado Primário	1.775.458.729,81	-193.236.386,46	1.153.285,12	1.583.375.628,47
Despesa com Pessoal	80.796.292.859,32	191.236.386,46	0,00	80.987.529.245,78
Despesa com Materiais	199.489.299,62	0,00	0,00	199.489.299,62
Despesa com Investimentos do RPPS	15.952.259,54	0,00	0,00	15.952.259,54
Despesa com Frutificação de Renda	20.495.166,09	0,00	0,00	20.495.166,09
Reimbursement de Depósitos Bancários	158.364.275,37	0,00	0,00	158.364.275,37
Reimbursement de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
Reimbursement de Saldo de Recursos não desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Valores Mobiliários	4.627.598,66	0,00	0,00	4.627.598,66
(+) Resultado do Capital	1.044.206.215,54	0,00	0,00	1.044.206.215,54
(+) Depósitos de Crédito	791.241.600,00	0,00	0,00	791.241.600,00
(+) Amortização de Empréstimos	95.262.498,20	0,00	0,00	95.262.498,20
(+) Alíquota de Renda	4.139.510,59	0,00	0,00	4.139.510,59
(+) Despesas Correntes	80.151.892.931,75	0,00	4.817.211.780,67	85.001.604.712,42
(+) Despesas Financeiras da Dívida	164.256.055,99	0,00	0,00	164.256.055,99
(+) Despesas do Capital	4.728.380.721,29	0,00	0,00	4.728.380.721,29
(+) Despesas de Empréstimos	6.360.576,30	0,00	0,00	6.360.576,30
(+) Aquisição de Título de Capitalização	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Formação de Reserva para Formação do RPPS	4.213.856.376,02	0,00	0,00	4.213.856.376,02
(+) Resultado Contábil Intrínseco Incertante	6.097.110.544,27	0,00	4.811.078.496,50	10.908.189.040,77
(+) Resultado do Capital Intrínseco Incertante	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Propriedade da Dívida	2.791.494.965,85	0,00	0,00	2.791.494.965,85

IV - Itens 12 de Nota nº 1077 2013 e ORÇAMEN, de 09/12/2013



Atividade de aplicação 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social), nos valores indicados a seguir:

- a. Em 2010, exclusão da execução orçamentária de R\$ 4.832.231.780,62 das despesas correntes intraorçamentárias e de R\$ 4.831.078.495,50 das receitas correntes intraorçamentárias.
 - b. Em 2011, exclusão da execução orçamentária de R\$ 4.666.629.916,07 das despesas correntes intraorçamentárias e de R\$ 4.666.556.935,60 das receitas correntes intraorçamentárias.
 - c. Em 2012, exclusão da execução orçamentária de R\$ 5.379.740.649,22 das despesas correntes intraorçamentárias e de R\$ 5.440.632.260,77 das receitas correntes intraorçamentárias.
25. O Resultado Primário apurado para fins desta análise de capacidade de pagamento está conciliado com aquele apresentado pelo Estado no RREO do 6º bimestre dos exercícios 2010 e 2012. O Resultado Primário apurado para o exercício de 2011 está divergente daquele apresentado pelo Estado no RREO do 6º bimestre, pois considerou o valor de R\$ 12.283.326,08, que se refere à Aquisição de Título de Capital já Integralizado.

Quanto Ao Serviço da Dívida

26. Os procedimentos utilizados na apuração do Serviço da Dívida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador II.

Indicador IV - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida:

Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

27. A Despesa com Pessoal e Encargos Sociais compreende o somatório dos gastos do Estado da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos os seguintes itens, desde que tenham sido inicialmente considerados (MDF, 5ª edição, pág. 506 a 523):
- a) indenizações por Demissão e com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária, elemento de despesa 94 Indenizações Trabalhistas;
 - b) decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 Sentenças Judiciais;
 - c) demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 Despesas de Exercícios Anteriores; e
 - d) com inativos, considerando-se também os pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.
28. Os valores apurados para o cálculo da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:



Página 15 de 32 da Nota nº 12/2013 CORFAM SEN de 12/12/2013



Ano de 2011

2011

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para contabilização dos indicadores		Diferenças A+B+C	
		Gerais B	Específicos C		
(-) Resultado Primário	1.633.258.878,54	-166.828.171,22	72.980,47	1.446.504.687,79	
1.1) Receitas Correntes	32.760.441.061,36	166.828.171,22	0,00	32.927.269.232,58	
1.1.1) Receitas Financeiras	117.081.107,47	0,00	0,00	117.081.107,47	
1.1.2) Juros de Títulos do RPPS	11.718.646,99	0,00	0,00	11.718.646,99	
1.1.3) Remuneração de Depósitos Bancários	173.475,89	0,00	0,00	173.475,89	
1.1.4) Remuneração de Depósitos Especiais	101.672.093,01	0,00	0,00	101.672.093,01	
1.1.5) Remuneração de Saldo de Recursos não contabilizados	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.6) Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2) Receitas de Capital	4.118.891,62	0,00	0,00	4.118.891,62	
1.2.1) Operações de Crédito	375.207.782,94	0,00	0,00	375.207.782,94	
1.2.2) Amortização de Empréstimos	247.605.000,00	0,00	0,00	247.605.000,00	
1.2.3) Alienação de Bens	38.354.733,54	0,00	0,00	38.354.733,54	
1.2.4) Despesas Correntes	4.949.753,68	0,00	0,00	4.949.753,68	
1.2.5) Juros e Encargos da Dívida	32.613.441.779,92	0,00	0,00	32.613.441.779,92	
1.2.6) Despesas de Capital	124.591.081,61	0,00	4.666.629.916,07	129.257.711,68	
1.2.7) Concessão de Empréstimos	3.484.071.171,51	0,00	0,00	3.484.071.171,51	
1.2.8) Aquisição de Títulos de Capital de Longo Prazo	13.011.813,05	0,00	0,00	13.011.813,05	
1.2.9) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	12.281.326,08	0,00	0,00	12.281.326,08	
1.2.10) Receitas Correntes para Transf. Intermunicipais	4.545.757.812,59	0,00	0,00	4.545.757.812,59	
1.2.11) Receitas de Capital para Transf. Intermunicipais	6.000.014.652,96	0,00	0,00	6.000.014.652,96	
1.2.12) Amortização de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Resultado Líquido	2.379.567.536,64	0,00	0,00	2.379.567.536,64	

Ano de 2012

Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para contabilização dos indicadores		Diferenças A+B+C
		B		
		Gerais	Específicos C	
(-) Resultado Primário	890.489.021,84	-85.909.212,15	-60.891.611,55	743.688.198,14
1.1) Receitas Correntes	35.296.218.441,52	85.909.212,15	0,00	35.382.127.653,67
1.1.1) Receitas Financeiras	105.629.469,81	0,00	0,00	105.629.469,81
1.1.2) Juros de Títulos do RPPS	598.814,55	0,00	0,00	598.814,55
1.1.3) Remuneração de Depósitos Bancários	1.248,16	0,00	0,00	1.248,16
1.1.4) Remuneração de Depósitos Especiais	101.772.969,52	0,00	0,00	101.772.969,52
1.1.5) Remuneração de Saldo de Recursos não contabilizados	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.6) Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2) Receitas de Capital	3.256.432,88	0,00	0,00	3.256.432,88
1.2.1) Operações de Crédito	1.099.271.820,71	0,00	0,00	1.099.271.820,71
1.2.2) Amortização de Empréstimos	943.058.960,22	0,00	0,00	943.058.960,22
1.2.3) Alienação de Bens	16.347.489,12	0,00	0,00	16.347.489,12
1.2.4) Despesas Correntes	42.511.762,62	0,00	0,00	42.511.762,62
1.2.5) Juros e Encargos da Dívida	37.780.623.842,01	0,00	0,00	37.780.623.842,01
1.2.6) Despesas de Capital	1.485.511.115,91	0,00	0,00	1.485.511.115,91
1.2.7) Concessão de Empréstimos	2.123.217.280,87	0,00	0,00	2.123.217.280,87
1.2.8) Aquisição de Títulos de Capital de Longo Prazo	45.559.741,66	0,00	0,00	45.559.741,66
1.2.9) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.10) Receitas Correntes para Transf. Intermunicipais	1.807.581.246,18	0,00	0,00	1.807.581.246,18
1.2.11) Receitas de Capital para Transf. Intermunicipais	6.691.706.012,50	0,00	0,00	6.691.706.012,50
1.2.12) Amortização de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Resultado Líquido	1.200.006.940,39	0,00	0,00	1.200.006.940,39

Fonte: Balanço Orçamentário.

Fonte: Balanço Orçamentário.

24. Foram realizados ajustes nesse item relativo à exclusão do efeito do repasse intraorçamentário complementar de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS, tanto na receita corrente intraorçamentária como na despesa corrente correspondente, contabilizada na

Plano nº 17 de 32 da Nota nº 1001/2013 CORFIMSTN de 04/12/2013



Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização de dados 2010		Total B+C
		Gerais B	Específicos C	
I - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	15.636.551.585,84	-3.691.755.331,27	0,00	11.944.796.254,57
I.1 - Despesas com Encargos Sociais	13.705.972.084,54	1.514.445.372,82	0,00	15.220.417.457,36
I.1.1 - Contribuição por tempo determinado (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
I.1.2 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contribuição de Terceirização (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
I.1.3 - Aposentadorias e Reformas (ODC)	4.318.996.837,71	4.318.996.837,71	0,00	8.637.993.675,42
I.1.4 - Pensões (ODC)	1.453.193.611,34	1.453.193.611,34	0,00	2.906.387.222,68
I.1.5 - Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
I.2 - Despesas Judiciais	559.728.605,32	0,00	0,00	1.119.457.210,64
I.2.1 - Despesas Judiciais relativas a pessoal	559.728.605,32	0,00	0,00	1.119.457.210,64
I.2.2 - Despesas de Exercícios Anteriores	978.610.312,11	574.686.711,45	0,00	1.553.297.023,56
I.2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores	132.965.038,95	0,00	0,00	265.930.077,90
I.3 - Despesas com Contribuições e Contribuições Trabalhistas	13.164.581,74	0,00	0,00	26.329.163,48
I.3.1 - Contribuições previdenciárias custeadas com recursos próprios	2.290.107.448,36	8.896.973,55	0,00	11.487.081.117,31
I.3.1.1 - Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
I.3.1.2 - Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
I.3.1.3 - Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
I.3.1.4 - Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
I.3.1.5 - Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
I.3.1.6 - Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
I.3.1.7 - Contribuição do Servidor Ativo Civil	446.596.044,78	0,00	0,00	893.192.089,56
I.3.1.8 - Contribuição do Servidor Ativo Militar	44.313.858,54	0,00	0,00	88.627.717,08
I.3.1.9 - Contribuição do Servidor Inativo Civil	132.029.641,23	0,00	0,00	264.059.282,46
I.3.1.10 - Contribuição do Servidor Inativo Militar	10.111.221,14	0,00	0,00	20.222.442,28
I.3.1.11 - Contribuição do Pensionista Civil	56.445.635,32	0,00	0,00	112.891.270,64
I.3.1.12 - Contribuição do Pensionista Militar	59.397,49	0,00	0,00	118.794,98
I.3.1.13 - Contribuições Patronais (Intra)	877.364.148,80	0,00	0,00	1.754.728.297,60
I.3.2 - Outras Contribuições para o RPPS	0,00	8.896.973,55	0,00	17.793.947,10
I.3.3 - Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	693.180.938,90	0,00	0,00	1.386.361.877,80
I.3.4 - Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
I.3.5 - Compensação Financeira Entre Regimes Previdenciários (RPPS -> RPPS)	29.606.562,14	0,00	0,00	59.213.124,28



da Nota nº 17 de 2013 CORFUSIN, de 09/12/2013

Ano de 2011

Descrição	Dados publicados A	Anexos para compatibilização dos indicadores		Totais A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	17.017.360.366,12	-4.481.488.224,28	0,00	12.535.872.140,84
Despesas com Encargos Sociais	14.414.184.420,56	1.874.554.657,84	0,00	16.288.739.078,40
Contribuição para o seguro da Previdência Social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	4.848.683.744,46	4.848.683.744,46	0,00	9.697.367.488,92
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	1.599.773.950,47	1.599.773.950,47	0,00	3.199.547.900,94
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	568.116.591,21	0,00	0,00	568.116.591,21
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	568.116.591,21	0,00	0,00	1.136.233.182,42
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	524.340.477,86	92.726.878,98	0,00	617.067.356,84
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	474.314.127,36	0,00	0,00	948.628.254,72
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	15.955.254,83	0,00	0,00	31.910.509,66
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	2.736.869.427,47	317.066,17	0,00	2.737.186.493,64
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	482.298.542,39	0,00	0,00	964.597.084,78
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	77.750.366,90	0,00	0,00	155.500.733,80
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	150.769.720,93	0,00	0,00	301.539.441,86
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	26.492.681,94	0,00	0,00	52.985.363,88
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	55.489.276,35	0,00	0,00	110.978.552,70
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	8.511.576,33	0,00	0,00	17.023.152,66
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	1.053.208.696,41	0,00	0,00	2.106.417.392,82
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	0,00	317.066,17	0,00	634.132,34
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	818.580.195,44	0,00	0,00	1.637.160.390,88
Contribuição do empregador de previdência social (COP)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do empregado de previdência social (COP)	11.768.880,78	0,00	0,00	23.537.761,56

Plano 19 de 32 da Nota nº 10.542, 2013 CORRETORES, de 12/02/2013.



Ano de 2012

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores 2012		Diferença A+B+C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	19.440.035.119,25	5.221.462.997,27	0,00	14.218.572.121,98
- Despesas com Encargos Sociais	23.580.090.965,15	5.300.562.142,87	0,00	18.279.528.822,28
- Contribuição por tempo determinado (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras despesas com pessoal decorrentes de contratos de terceirização (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
- Despesas relativas a reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
- Despesas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
- Indenizações Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
- Sentenças Judiciais	573.567.182,64	0,00	0,00	573.567.182,64
- d/fu Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	573.567.182,64	0,00	0,00	573.567.182,64
(=) Despesas de Exercícios Anteriores	637.612.515,34	79.175.500,35	0,00	558.437.014,99
- Despesas de Exercícios Anteriores	637.612.515,34	79.175.500,35	0,00	558.437.014,99
(=) Contribuição Patroal	478.062.861,40	0,00	0,00	478.062.861,40
- Contribuição Patroal	478.062.861,40	0,00	0,00	478.062.861,40
- Contribuição Patroal Trabalhadores	19.755.721,46	0,00	0,00	19.755.721,46
- Contribuição Patroal Trabalhadores com	2.909.620.426,46	79.360,75	0,00	2.909.699.787,21
- Contribuição Patroal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patroal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patroal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patroal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patroal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patroal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição do Servidor Ativo Civil	485.840.485,99	0,00	0,00	485.840.485,99
- Contribuição do Servidor Ativo Militar	94.648.442,11	0,00	0,00	94.648.442,11
- Contribuição do Servidor Inativo Civil	159.223.020,78	0,00	0,00	159.223.020,78
- Contribuição do Servidor Inativo Militar	31.323.095,30	0,00	0,00	31.323.095,30
- Contribuição do Pensionista Civil	56.857.411,19	0,00	0,00	56.857.411,19
- Contribuição do Pensionista Militar	9.578.915,10	0,00	0,00	9.578.915,10
- Contribuições Patronais (Total)	1.095.115.445,54	0,00	0,00	1.095.115.445,54
- Outras Contribuições para o RPPS	0,00	79.862,74	0,00	79.862,74
- Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	940.756.140,81	0,00	0,00	940.756.140,81
- Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
- Compensação Financeira entre Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
- Resultado Anterior (RPPS - RPPS)	37.277.469,82	0,00	0,00	37.277.469,82

Fonte: Balanço Orçamentário.

29. Foram realizados ajustes nesse item nos anos 2010 e 2011, relativos à reclassificação dos valores de Aposentadorias e Reformas da conta 33.90.01.00 e Pensões da conta 33.90.03.00 para as contas 31.90.01.00 e 31.90.03.00, respectivamente, por se tratarem de despesas com pessoal.
30. Nos anos 2010, 2011 e 2012, foram incluídos os valores contabilizados pelo Estado na rubrica 121029130000 - Contribuição Previdenciária Para Amortização Do Déficit Atuarial no item "Outras Contribuições para o RPPS".
31. Foram realizados ajustes nesse item relativo à exclusão, dos itens "Pessoal e Encargos Sociais" e "Despesas de Exercícios Anteriores", do repasse intraorçamentário complementar de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS registrados nas despesas intraorçamentárias, nos valores indicados a seguir:
- Em 2010, exclusão de R\$ 4.257.545.069,17, contabilizados nas contas 3.1.91.13.1309 e 3.1.91.13.1313, e de R\$ 574.686.711,45, contabilizados nas contas 3.1.91.92.1309 e 3.1.91.92.1313;
 - Em 2011, exclusão de R\$ 4.573.903.037,09, contabilizados nas contas 3.1.91.13.1309 e 3.1.91.13.1313, e de R\$ 92.726.878,98, contabilizados nas contas 3.1.91.92.1309 e 3.1.91.92.1313; e





10 de 30 da Nota nº 2, 2013 CORIMSTN de 07 1.2 2013

Em 2012, exclusão de R\$ 5.300.562.142,87, contabilizados nas contas 3.1.91.13.1309 e 3.1.91.13.1313, e de R\$ 79.178.506,35, contabilizados nas contas 3.1.91.92.1309 e 3.1.91.92.1313.

32. A Despesa com Pessoal e Encargos Sociais apurada para fins desta análise de capacidade de pagamento é divergente daquela apresentada pelo Estado no RGF do 3º quadrimestre dos exercícios 2010, 2011 e 2012. As divergências devem-se, principalmente, ao fato de que o Estado não considera como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral, abono de permanência e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos Servidores, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas de Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001, no Parecer Coletivo 2/2002 e na Informação TCE 24/2004, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001, 08 de maio de 2002 e 21 de julho de 2004, respectivamente, conforme informação do Estado. Além disso, a Contribuição Previdenciária dos Servidores, instituída pela Lei estadual 12.065 de 29 de março de 2004, está sendo deduzida das despesas com Inativos do total arrecadado pelo IPERGS nas seguintes proporções: 79,02% relativo ao pessoal do Poder Executivo, 76,16% relativo ao pessoal da Assembleia, 84,63% relativo ao pessoal do Tribunal de Contas, 65,65% relativo ao pessoal no Tribunal de Justiça, 84,13% relativo ao pessoal no Tribunal Militar, 70,16% relativo ao pessoal do Ministério Público, conforme Instrução do TCE.

Quanto à Receita Corrente Líquida

33. Os procedimentos utilizados na apuração da Receita Corrente Líquida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador I.

Indicador V - Capacidade de Geração de Poupança:

(Receitas Correntes - Despesas Correntes) / Receitas Correntes

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Receitas Correntes e às Despesas Correntes

34. O item **Receitas Correntes**, conforme especificado no indicador I, registra "os ingressos de recursos financeiros oriundos das seguintes subcategorias econômicas: receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes." (MDF, 5ª edição, pág. 169).
35. O item **Despesas Correntes** refere-se às despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, como as despesas de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. (ver MDF, 5ª edição, pág. 130)
36. Para fins de apuração deste indicador, foram também consideradas as receitas e despesas intra-orçamentárias. Também foram consideradas as exclusões das receitas de anulação de restos a pagar da receita corrente.
37. Os valores apurados para o cálculo das **Receitas Correntes** nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

Página 21 de 32 da Nota nº 10, de 12 de 2013 CORINTIAN, de 12 de 2013



Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dado Final A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Receitas Correntes	33.679.547.027,52	-193.236.386,46	-4.831.078.495,50	28.655.232.145,56
(-) Receitas Correntes	30.796.297.859,32	193.236.386,46	0,00	30.989.534.245,74
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	6.097.110.544,27	0,00	4.831.078.495,50	1.266.032.039,77
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEF	3.213.856.376,07	0,00	0,00	3.213.856.376,07

Ano de 2011

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dado Final A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Receitas Correntes	35.234.700.884,73	-166.828.171,22	-4.666.556.035,60	30.401.315.777,91
(-) Receitas Correntes	32.761.444.064,36	166.828.171,22	0,00	32.928.272.235,58
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	6.000.014.652,96	0,00	4.666.556.035,60	1.336.570.688,56
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEF	3.525.757.837,59	0,00	0,00	3.525.757.837,59

Ano de 2012

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dado Final A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Receitas Correntes	38.372.343.207,84	-85.909.212,15	-5.440.632.260,77	32.845.801.734,92
(-) Receitas Correntes	35.296.218.441,52	85.909.212,15	0,00	35.382.127.653,67
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	6.883.706.012,50	0,00	5.440.632.260,77	1.234.338.273,27
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEF	3.807.581.246,18	0,00	0,00	3.807.581.246,18

Fonte: Balanço Orçamentário.

58. Os valores apurados para o cálculo das **Despesas Correntes** nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dado Final A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	30.151.892.931,74	0,00	4.666.556.035,60	34.818.448.967,34

Ano de 2011

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dado Final A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Despesas Correntes	32.613.441.779,92	0,00	4.666.556.035,60	37.279.997.815,52





da Nota nº 17 de 2013 CORRENTES, de 17/07/2013.

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores 2012		Dados finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
Despesa Corrente	37.780.623.842,01	0,00	5.479.740.649,22	43.260.364.491,23

Fonte: Balanço Orçamentário.

39. Foram realizados ajustes nesse item relativo à exclusão do efeito do repasse intraorçamentário complementar de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS, tanto na receita corrente intraorçamentária como na despesa corrente correspondente, contabilizada na modalidade de aplicação 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social), nos valores indicados a seguir:

- Em 2010, exclusão da execução orçamentária de R\$ 4.832.231.780,62 das despesas correntes intraorçamentárias e de R\$ 4.831.078.495,50 das receitas correntes intraorçamentárias.
- Em 2011, exclusão da execução orçamentária de R\$ 4.666.629.916,07 das despesas correntes intraorçamentárias e de R\$ 4.666.556.935,60 das receitas correntes intraorçamentárias.
- Em 2012, exclusão da execução orçamentária de R\$ 5.379.740.649,22 das despesas correntes intraorçamentárias e de R\$ 5.440.632.260,77 das receitas correntes intraorçamentárias.

Indicador VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total:

Investimentos / Despesa Total

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto aos Investimentos

- O item **Investimentos** registra as despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. (MDE, 5ª edição, pág. 130)
- Os valores apurados relativos a **Investimentos** nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores 2010		Dados finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
Investimentos	1.864.480.168,60	0,00	0,00	1.864.480.168,60

Página 23 de 32 da Nota de ICMS, 2013 CORIMESTIN, de 08/12/2013



Ano de 2011

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais A+B+C
		Correções B	Específicos C	
(-) Investimentos	882.037.056,50	0,00	0,00	882.037.056,50

Ano de 2012

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais A+B+C
		Correções B	Específicos C	
(-) Investimentos	980.755.726,59	0,00	0,00	980.755.726,59

Fonte: Balanço Orçamentário.

42. Não foram realizados ajustes nesse item.



Quanto às Despesas Totais

43. As **Despesas Totais** correspondem à soma entre as Despesas Corrente e de Capital.

44. As despesas intra-orçamentárias estão incluídas nas Despesas Totais.

45. Os valores apurados para o cálculo da Despesa Total nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais A+B+C
		Correções B	Específicos C	
(-) Despesa Total	34.880.273.153,04	0,00	-4.832.231.780,62	30.048.041.372,42
(-) Despesa Corrente	30.151.892.931,25	0,00	-4.832.231.780,62	25.319.661.150,63
(-) Despesa de Capital	4.728.380.221,79	0,00	0,00	4.728.380.221,79



Ano de 2011

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais A+B+C
		Correções B	Específicos C	
(-) Despesa Total	36.097.512.951,83	0,00	-4.666.629.916,07	31.430.883.035,76
(-) Despesa Corrente	32.613.441.779,92	0,00	-4.666.629.916,07	27.946.811.863,85
(-) Despesa de Capital	3.484.071.171,91	0,00	0,00	3.484.071.171,91

Ano de 2012

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais A+B+C
		Correções B	Específicos C	
(-) Despesa Total	40.203.861.122,88	0,00	-5.379.740.649,22	34.824.120.473,66
(-) Despesa Corrente	37.780.623.842,01	0,00	-5.379.740.649,22	32.400.883.192,79
(-) Despesa de Capital	2.423.237.280,87	0,00	0,00	2.423.237.280,87

Fonte: Balanço Orçamentário.





2013 CORRELATIVOS de (C) 2013

foram realizados ajustes nesse item relativo à exclusão do efeito do repasse intraorçamentário complementar de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS na despesa corrente contabilizada na modalidade 91, nos valores indicados a seguir:

- a. Em 2010, exclusão de R\$ 4.832.231.780,62.
- b. Em 2011, exclusão de R\$ 4.666.629.916,07.
- c. Em 2012, exclusão de R\$ 5.379.740.649,22.

Indicador VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias:

(Contribuições + Remunerações do RPPS) / Despesas Previdenciárias

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Contribuições e Remunerações do RPPS

- 47. As Contribuições e as Remunerações do RPPS correspondem à soma das contribuições patronal e do servidor para o RPPS, acrescida das remunerações e das compensações previdenciárias entre regimes. Não devem ser considerados como contribuições os recursos aportados pelo Tesouro do Estado a título de cobertura de déficit financeiro ou atuarial do RPPS.
- 48. Os valores apurados para o cálculo das Contribuições e das Remunerações do RPPS nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

abre n.º 25 de 32 da Nota n.º 1/CC/2013 CORREIM SIN. de 09/12/2013.



Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Anexo 3 - para compatibilização do RPPS com o RPPS		Publicação B
		Gerais B	Específicas C	
(+) Contribuições e Remunerações do RPPS	2.306.059.707,90	8.896.973,55	0,00	2.314.956.681,45
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	689.955.798,52	8.896.973,55	0,00	698.852.772,07
- Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição do Servidor Ativo Civil	446.596.044,79	0,00	0,00	446.596.044,79
- Contribuição do Servidor Ativo Militar	44.313.858,56	0,00	0,00	44.313.858,56
- Contribuição do Servidor Inativo Civil	132.029.641,73	0,00	0,00	132.029.641,73
- Contribuição do Servidor Inativo Militar	10.111.271,14	0,00	0,00	10.111.271,14
- Contribuição do Pensionista Civil	56.845.635,32	0,00	0,00	56.845.635,32
- Contribuição do Pensionista Militar	59.397,49	0,00	0,00	59.397,49
- Outras Contribuições para o RPPS	0,00	8.896.973,55	0,00	8.896.973,55
(+) Contribuições Intraorçamentárias	877.364.148,80	0,00	0,00	877.364.148,80
- Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	600.058.677,26	0,00	0,00	600.058.677,26
- Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	107.092.159,34	0,00	0,00	107.092.159,34
- Contribuição Patronal Inativo Civil	349.413.385,02	0,00	0,00	349.413.385,02
- Contribuição Patronal Inativo Militar	20.799.927,18	0,00	0,00	20.799.927,18
- Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Contribuições Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
- Restos a Pagar para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
- Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	693.180.938,90	0,00	0,00	693.180.938,90
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	15.952.259,54	0,00	0,00	15.952.259,54
(+) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	29.606.562,14	0,00	0,00	29.606.562,14



Ano de 2011

Descrição	Dados publicados	2011		Totais Totais = A + B + C
		Ajustes para compatibilização dos indicadores		
		Gerais B	Específicos C	
(-) Contribuições e Remunerações do RPPS	2.748.588.074,46	312.066,17	0,00	2.748.900.140,63
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	801.311.654,84	312.066,17	0,00	801.623.721,01
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patrimonial Pensão Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patrimonial Pensão Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	447.798.512,39	0,00	0,00	447.798.512,39
Contribuição do Servidor Ativo Militar	77.750.366,90	0,00	0,00	77.750.366,90
Contribuição do Inativo Civil	150.769.220,93	0,00	0,00	150.769.220,93
Contribuição do Inativo Militar	26.492.681,94	0,00	0,00	26.492.681,94
Contribuição do Pensamento Civil	55.489.276,35	0,00	0,00	55.489.276,35
Contribuição do Pensamento Militar	8.511.576,33	0,00	0,00	8.511.576,33
Outras contribuições para o RPPS	0,00	312.066,17	0,00	312.066,17
(+) Contribuições Interacamentadas	1.058.208.696,41	0,00	0,00	1.058.208.696,41
Contribuição Patrimonial Servidor Ativo Civil	658.105.700,93	0,00	0,00	658.105.700,93
Contribuição Patrimonial Servidor Ativo Militar	160.036.115,84	0,00	0,00	160.036.115,84
Contribuição Patrimonial Inativo Civil	181.552.285,31	0,00	0,00	181.552.285,31
Contribuição Patrimonial Inativo Militar	53.499.394,07	0,00	0,00	53.499.394,07
Contribuição Patrimonial Pensão Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patrimonial Pensão Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa e Juros de Mora das Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Receitas	848.580.195,44	0,00	0,00	848.580.195,44
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	11.718.646,99	0,00	0,00	11.718.646,99
(-) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	33.768.880,78	0,00	0,00	33.768.880,78

* 166

2012, n.º 27 de 32 da Nota n.º 10/2013-ORÇAMEN, de 04 12 2013



Ano de 2012

Descrição	Dados publicados A	Apurados para o cálculo das despesas previdenciárias B		Total C = A + B
		Gerais B	Específicas I	
(-) Contribuições e Remunerações do RPPS	2.910.219.241,01	79.360,75	0,00	2.910.298.601,76
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	837.471.370,29	79.360,75	0,00	837.550.731,04
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	485.840.485,99	0,00	0,00	485.840.485,99
Contribuição do Servidor Ativo Militar	94.648.442,11	0,00	0,00	94.648.442,11
Contribuição do Servidor Inativo Civil	159.221.020,70	0,00	0,00	159.221.020,70
Contribuição do Servidor Inativo Militar	11.321.095,20	0,00	0,00	11.321.095,20
Contribuição do Pensionista Civil	56.857.411,19	0,00	0,00	56.857.411,19
Contribuição do Pensionista Militar	9.578.915,10	0,00	0,00	9.578.915,10
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	79.360,75	0,00	79.360,75
(+) Contribuições Intraorçamentárias	1.094.115.445,54	0,00	0,00	1.094.115.445,54
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	666.178.622,77	0,00	0,00	666.178.622,77
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	190.626.129,99	0,00	0,00	190.626.129,99
Contribuição Patronal Inativo Civil	179.214.648,18	0,00	0,00	179.214.648,18
Contribuição Patronal Inativo Militar	58.092.064,10	0,00	0,00	58.092.064,10
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Total - antes de ajustes das contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	940.756.140,81	0,00	0,00	940.756.140,81
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	598.814,55	0,00	0,00	598.814,55
(+) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	37.277.469,82	0,00	0,00	37.277.469,82

Fonte: Balanço Orçamentário.

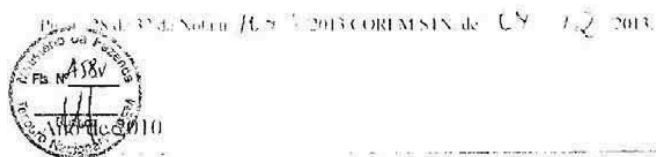
49. Não foram realizados ajustes nesse item.

Quanto Às Despesas Previdenciárias

50. Para fins de análise da capacidade de pagamento, as **Despesas Previdenciárias** correspondem às despesas de aposentadorias e reformas, de pensões, de outros benefícios previdenciários e de compensação financeira do RPPS para o RGPS.

51. Os valores apurados para o cálculo das Despesas Previdenciárias nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:





2010				
Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(*) Despesas Previdenciárias	6.492.712.434,10	0,00	0,00	6.492.712.434,10
Despesa com benefícios previdenciários	6.773.142.229,89	4.318.996.837,71	0,00	4.395.145.392,18
Despesa com benefícios previdenciários	43.379.755,10	1.453.193.611,36	0,00	1.500.573.366,46
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com benefícios previdenciários	4.318.996.837,71	4.318.996.837,71	0,00	8.637.993.675,42
Despesa com benefícios previdenciários	1.453.193.611,36	1.453.193.611,36	0,00	2.906.387.222,72
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano de 2011

2011				
Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados finais = A + B + C
		2011		
		Gerais B	Específicos C	
(*) Despesas Previdenciárias	7.238.359.618,93	0,00	0,00	7.238.359.618,93
Despesa com benefícios previdenciários	747.662.761,87	4.808.683.744,46	0,00	5.556.346.506,33
Despesa com benefícios previdenciários	42.730.162,18	1.599.773.950,47	0,00	1.642.504.112,65
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	4.808.683.744,46	4.808.683.744,46	0,00	9.617.367.488,92
(*) Despesas Previdenciárias	1.599.773.950,47	1.599.773.950,47	0,00	3.199.547.900,94
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	

Ano de 2012

2012				
Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados finais A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
A = Despesas Previdenciárias	8.140.795.386,66	0,00	0,00	8.140.795.386,66
Despesa com benefícios previdenciários	6.335.270.091,07	0,00	0,00	6.335.270.091,07
Despesa com benefícios previdenciários	1.805.525.295,59	0,00	0,00	1.805.525.295,59
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário.

5.2. Foram realizados ajustes nesse item nos anos 2010 e 2011, relativos à reclassificação dos valores contabilizados nas contas 3.3.90.01.00 - Aposentadorias e Reformas (ODC) e 3.3.90.03.00 - Pensões (ODC) para as contas 3.1.9.0.01.00 - Aposentadorias e Reformas e 3.1.9.0.03.00 - Pensões, por se tratar de despesas com pessoal.

2. Pg. nº 29 de 32 da Nota nº 457, 2013 CORRENTIN, de 07/07/2013.



Indicador VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio:

Receitas Tributárias / Despesas de Custeio

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Receitas Tributárias

53. As **Receitas Tributárias** compreendem as receitas com impostos, taxas, contribuição de melhoria, receitas de dívida ativa tributária e de multas e juros de mora desses tributos e da dívida ativa tributária.
54. Também foram consideradas as exclusões de receitas de anulação de restos a pagar da receita corrente.
55. Os valores apurados para o cálculo das Receitas Tributárias nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Totais A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Receitas Tributárias	22.109.497.339,07	0,00	0,00	22.109.497.339,07
(+) Receita Tributária	21.419.582.002,92	0,00	0,00	21.419.582.002,92
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	171.376.725,42	0,00	0,00	171.376.725,42
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	248.302.647,87	0,00	0,00	248.302.647,87
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	269.645.962,86	0,00	0,00	269.645.962,86

Ano de 2011

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Totais A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Receitas Tributárias	23.325.382.754,93	0,00	0,00	23.325.382.754,93
(+) Receita Tributária	22.795.745.565,12	0,00	0,00	22.795.745.565,12
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	170.306.893,91	0,00	0,00	170.306.893,91
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	180.151.691,55	0,00	0,00	180.151.691,55
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	179.179.104,95	0,00	0,00	179.179.104,95

Ano de 2012

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Totais A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Receitas Tributárias	25.615.618.706,43	0,00	0,00	25.615.618.706,43
(+) Receita Tributária	24.909.059.116,27	0,00	0,00	24.909.059.116,27
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	192.481.512,46	0,00	0,00	192.481.512,46
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	274.408.435,47	0,00	0,00	274.408.435,47
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	245.667.442,13	0,00	0,00	245.667.442,13

Fonte: Balanço Orçamentário.

56. Não foram realizados ajustes nesse item.





2013 COFINISTEN, de 12/12/2013

Quanto às Despesas de Custeio

- 57 Para efeito da apuração deste indicador, consideraram-se como **Despesas de Custeio** as despesas correntes, excluídas as sentenças judiciais e adicionadas as amortizações de dívidas. A perda líquida do FUNDEF não foi considerada na despesa de custeio.
- 58 Incluem-se nas Despesas de Custeio as transferências constitucionais e legais aos Municípios, ainda que contabilizadas como dedução de receitas.
- 59 Os valores apurados para o cálculo das Despesas de Custeio nos anos de 2010, 2011 e 2012 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

Ano de 2010

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Totais A + B + C
		Genéricos B	Específicos C	
(-) Despesas de Custeio	32.383.659.292,28	0,00	-4.832.231.780,62	27.551.427.511,66
- Despesas correntes	30.151.892.931,75	0,00	-4.832.231.780,62	25.319.661.151,13
- Sentenças judiciais	559.728.605,32	0,00	0,00	559.728.605,32
- Amortização de dívidas (incluindo capital)	559.728.605,32	0,00	0,00	559.728.605,32
- Amortização de juros	0,00	0,00	0,00	0,00
- Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização de dívidas	2.791.494.965,85	0,00	0,00	2.791.494.965,85

Ano de 2011

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Totais A + B + C
		Genéricos B	Específicos C	
(-) Despesas de Custeio	34.424.892.725,36	0,00	-4.666.629.916,07	29.758.262.809,29
- Despesas correntes	32.613.441.779,92	0,00	-4.666.629.916,07	27.946.811.863,85
- Sentenças judiciais	568.116.591,21	0,00	0,00	568.116.591,21
- Amortização de dívidas (incluindo capital)	568.116.591,21	0,00	0,00	568.116.591,21
- Amortização de juros	0,00	0,00	0,00	0,00
- Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização de dívidas	2.179.567.546,05	0,00	0,00	2.179.567.546,05

Ano de 2012

Descrição	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Totais A + B + C
		Genéricos B	Específicos C	
(-) Despesas de Custeio	38.407.063.599,76	0,00	-5.379.740.649,22	33.027.322.950,54
- Despesas correntes	37.780.621.842,01	0,00	-5.379.740.649,22	32.400.881.192,79
- Sentenças judiciais	573.567.182,64	0,00	0,00	573.567.182,64
- Amortização de dívidas (incluindo capital)	573.567.182,64	0,00	0,00	573.567.182,64
- Amortização de juros	0,00	0,00	0,00	0,00
- Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização de dívidas	1.200.006.940,49	0,00	0,00	1.200.006.940,49

Fonte: Balanço Orçamentário.

60. Foram realizados ajustes nesse item relativo à exclusão do efeito do repasse intraorçamentário complementar de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS na despesa corrente contabilizada na modalidade 91, nos valores indicados a seguir:

2013 CORFMSIN, de 7 2013



- a. Em 2010, exclusão de R\$ 4.832.231.780,62.
- b. Em 2011, exclusão de R\$ 4.666.629.916,07.
- c. Em 2012, exclusão de R\$ 5.379.740.649,22.

Quanto à Classificação Fiscal do Estado

61. Com os dados coletados e os ajustes realizados nas variáveis que compõem cada um dos indicadores econômico-financeiros, procedeu-se ao cálculo da situação fiscal do Estado, conforme dispõem os artigos 3º, 4º e 5º, da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012. Ao final do cálculo, o Estado obteve a pontuação 4,36, que corresponde à classificação C-.

10/10/2013





Relatório de Análise de Crédito - 2013 (ORIMESIN) de 01/07/2013

2ª Etapa – Enquadramento da Operação Pleiteada aos indicadores de Endividamento e Serviço da Dívida

- 62) A segunda etapa da metodologia aplica-se somente se obtida classificação A ou B decorrente da apuração realizada na primeira etapa, não havendo, portanto, alteração da classificação final obtida na primeira etapa, que corresponde a C-, ficando a concessão de garantia da União condicionada à excepcionalização prevista no art. 11 da Portaria nº 306/2012, caso atendidas as condições ali descritas.

Assinatura

Confere com os autos do processo	
PGFN/COF	
Em 02	1,04 2014
<i>Assinatura</i>	



Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Parecer nº 844/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 11 de junho de 2014.

Processo nº 17944.001477/2012-05 /
Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o
Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS e o Banco
Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$
50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos
da América).
Recursos destinados ao financiamento parcial do Programa de
Oportunidades e Direitos.
VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES. /

RELATÓRIO

1. Solicitação feita pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS para a verificação do cumprimento de limites e condições para contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD com as seguintes características (fls. 668/669): /

- a) Valor da operação: US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$ 111.480.000,00 (cento e onze milhões, quatrocentos e oitenta mil reais), pela Taxa de Câmbio de R\$ 2,2296, de 10/06/2014 (fl.679);
- b) Destinação dos recursos: execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD;
- c) Juros e atualização monetária: Libor trimestral + spread variável acrescidos de variação cambial;
- d) Liberação: US\$ 33.333.333,33 em 2014 e US\$ 16.666.666,67 em 2015 (fl. 670), equivalentes a R\$ 74.319.999,99 em 2014, R\$ 37.160.000,01 em 2015, pela Taxa de Câmbio de R\$ 2,2296, de 10/06/2014 (fl.679);
- e) Prazo total: 300 (trezentos) meses;
- f) Prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;
- g) Prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;
- h) Lei autorizadora: nº 14.133, de 28/11/2012 (fl. 12).

2. O Estado entende que seu Parecer Técnico (fls. 610/618) atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação. Ademais, conforme Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (fl. 662), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos quando o ente apresentar os benefícios de forma qualitativa.

3. O "Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo" (fls. 603/609 e 633) foi apresentado em cumprimento ao inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001. Este documento manifesta o entendimento de que o Estado cumpre os requisitos, conforme disposto no Manual para Instrução de Pleitos (MIP), bem como assinala o cumprimento do art. 5º da RSF nº 43/2001, segundo o qual o Governo do Estado do Rio Grande do Sul não infringiu nenhuma das vedações.

4. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, o Estado apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a) art. 6º § 1º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF - despesas de capital relativas ao exercício anterior:

Descrição	Valor (R\$)
a.1) despesas de capital ajustadas no exercício anterior: (fl. 391)	2.794.754.894,24
a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior: (fl. 390)	542.335.316,63
Saldo:	2.252.419.577,61

b) art. 6º § 1º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF - despesas de capital relativas ao exercício atual:

Descrição	Valor (R\$)
b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas: (fl. 630)	5.827.850.933,50
b.2) Liberações de crédito já programadas: (fl. 620)	2.588.762.983,06
b.3) Liberação da operação sob exame: (fls. 670 e 679)	74.319.999,99
Saldo:	3.164.767.950,45

c) art. 7º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF: Montante Global de todas as operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

Tabela I - Montante Global das operações realizadas em um exercício financeiro (fls. 620, 670 e 679)

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do Limite de Endividamento
	Operação em Exame	Liberações Programadas			
2014	74.319.999,99	2.588.762.983,06	27.987.900.480,24	9,52 /	59,47
2015	37.160.000,01	448.089.546,34	28.975.763.745,86	1,67 /	10,47
2016	0,00	178.350.959,51	29.998.494.715,55	0,59 /	3,72
2017	0,00	3.024.000,00	31.057.324.082,71	0,01 /	0,06

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos. O ano de 2017 é o último para o qual há liberações informadas.

d) art. 7º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF: Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.

Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 670, 672/675 e 679)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	174.094,59	3.240.785.078,27	27.987.900.480,24	11,58
2015	974.149,41	3.485.353.924,58	28.975.763.745,86	12,03
2016	2.262.152,16	3.630.873.412,73	29.998.494.715,55	12,11
2017	3.306.441,06	3.766.145.377,16	31.057.324.082,71	12,14
2018	4.079.666,34	3.896.674.921,89	32.153.525.979,37	12,13
2019	7.380.533,40	4.034.811.212,79	33.288.419.509,44	12,14
2020	10.336.018,70	4.148.125.191,51	34.463.370.336,03	12,07

Continuação do Parecer para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS

Página 3 de 12

2021	10.300.241,98	4.284.968.485,92	35.679.792.324,84	12,04
2022	10.172.646,16	4.408.378.154,29	36.939.149.245,43	11,96
2023	9.997.295,08	4.582.625.727,91	38.242.956.532,75	12,01
2024	9.628.568,02	4.692.762.485,87	39.592.783.110,64	11,88
2025	9.294.066,71	4.855.091.388,54	40.990.253.279,81	11,87
2026	9.190.243,98	4.998.193.532,85	42.437.048.672,42	11,80
2027	9.068.237,48	5.138.332.988,43	43.934.910.275,67	11,72
Média:				11,96
Percentual do Limite de Endividamento:				104,02

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e) art. 7º Inciso II-B da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL até o exercício financeiro de 2039, como determinado pela Resolução nº 36/2009, do Senado Federal.**

Tabela II-B - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 670, 672/675 e 679)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	174.094,59	3.240.785.078,27	27.987.900.480,24	11,58
2015	974.149,41	3.485.353.924,58	28.975.763.745,86	12,03
2016	2.262.152,16	3.630.873.412,73	29.998.494.715,55	12,11
2017	3.306.441,06	3.766.145.377,16	31.057.324.082,71	12,14
2018	4.079.666,34	3.896.674.921,89	32.153.525.979,37	12,13
2019	7.380.533,40	4.034.811.212,79	33.288.419.509,44	12,14
2020	10.336.018,70	4.148.125.191,51	34.463.370.336,03	12,07
2021	10.300.241,98	4.284.968.485,92	35.679.792.324,84	12,04
2022	10.172.646,16	4.408.378.154,29	36.939.149.245,43	11,96
2023	9.997.295,08	4.582.625.727,91	38.242.956.532,75	12,01
2024	9.628.568,02	4.692.762.485,87	39.592.783.110,64	11,88
2025	9.294.066,71	4.855.091.388,54	40.990.253.279,81	11,87
2026	9.190.243,98	4.998.193.532,85	42.437.048.672,42	11,80
2027	9.068.237,48	5.138.332.988,43	43.934.910.275,67	11,72
2028	8.927.310,04	4.375.764.780,47	45.485.640.526,78	9,64
2029	8.491.933,26	3.985.734.954,17	47.091.105.481,95	8,48
2030	8.018.898,54	3.974.164.174,29	48.753.237.061,85	8,17
2031	7.803.186,14	3.921.710.083,26	50.474.035.376,38	7,79
2032	7.577.213,39	3.882.791.916,89	52.255.571.131,49	7,44
2033	7.340.484,21	3.829.193.527,31	54.099.988.120,95	7,09
2034	6.988.665,88	3.770.410.440,54	56.009.505.806,03	6,74
2035	6.641.238,46	3.767.371.056,67	57.986.421.986,31	6,51
2036	6.397.433,08	3.765.228.354,08	60.033.115.564,69	6,28
2037	6.149.256,31	3.762.625.260,02	62.152.049.410,01	6,06
2038	5.896.515,83	1.703.292.189,07	64.345.773.320,77	2,66
2039	2.853.624,64	59.313.864,36	66.616.927.093,33	0,09
Média:				9,40
Percentual do Limite de Endividamento:				81,75

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

f) art. 7º Inciso III da Resolução nº 43, de 2001-SF: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

f.1) Limite ao final do exercício de 2016:	2,00
f.2) Relação DCL/RCL apurada ao final do exercício de 2001:	0,00

f.3) Limite atual para relação DCL/RCL:	2,00
f.4) Receita Corrente Líquida:	R\$ 27.348.107.203,41
f.5) Dívida Consolidada Líquida:	R\$ 56.957.669.011,05
f.6) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação:	R\$ 3.218.227.488,91
f.7) Valor da operação em exame:	R\$ 111.480.000,00
f.8) Saldo Total da Dívida Líquida:	R\$ 60.287.376.499,96
f.9) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL:	2,20
Percentual do Limite de Endividamento:	110,22

5. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (data-base Abril de 2014), base para a projeção da RCL constante nas alíneas "c", "d" e "e" do item anterior, têm como fonte o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fls. 627/628) coletado junto ao SISTN. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL de Abril de 2014 (alínea "f" do item anterior) tem como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, coletado junto ao SISTN, conforme fl. 629 e 634. /

6. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36, de 11/11/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o cálculo do limite a que se referem os itens "d" e "e" passa a ser calculado da seguinte forma:

"Art. 7º

[...]

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do caput, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida;

ou

II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027."

7. Assim, para atender o disposto, o cálculo foi realizado para o período de 2014 a 2027, com comprometimento anual de 11,96 e para o período de 2014 a 2039, com comprometimento anual de 9,40, sendo considerado o segundo período, já que o mesmo é mais benéfico para o Ente. /

ANÁLISE

8. No que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da RSF nº 43/2001. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, expressos no item 4 deste parecer, registramos:

Tabela III - Análise dos Limites

Itens	Limites	Resultado
a	receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício anterior	ENQUADRADO /
b	receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício corrente	ENQUADRADO /
c	MGA/RCL < 16%	ENQUADRADO
d/e	CAED/RCL < 11,5%	ENQUADRADO /
f	limite atual para a relação DCL/RCL < 2	Vide itens 22 a 30

9. Destacamos, ainda, no que tange aos itens "d" e "e", que a média para o período futuro superior a 10% e que o comprometimento anual não apresenta tendência crescente.

10. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, com redação dada pela RSF nº 10/2010, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observado o disposto no inciso IV do § 10 do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 09/12/2009.

11. Tendo em vista a alteração introduzida pela RSF nº 10, de 29/04/2010, que, entre outros, modifica o inciso III do art. 21 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) foi realizada por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada (fl. 603/609). /

12. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (fls. 636) atestou o cumprimento pelo Estado do disposto na LRF, relativamente ao último exercício analisado (2012), ao exercício ainda não analisado (2013) e ao exercício em curso (2014).

13. Por não haver limite temporal para o último exercício analisado estabelecido na RSF nº 43/2001, esta STN consultou a PGFN, por meio da Nota nº 987/2005-COPEM/STN, de 24/06/2005, sobre o procedimento a ser adotado nesses casos. Quando a certidão indicar um aparente descumprimento do art. 57 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) por aquela Corte de Contas, sendo inconclusiva quanto à regularidade do Ente perante a LRF em exercícios relevantes à presente análise, a PGFN entende que (Parecer PGFN/CAF/Nº 1.175/2005):

"Diante da impossibilidade de recusar autorização para operação de crédito cujo pedido esteja com a documentação e demais requisitos em ordem, apenas por causa do atraso na análise das contas do ente federativo por parte do Tribunal de Contas competente, sem que haja provas de irregularidades frente à LRF, parece que a opção deva ser autorizar a operação de crédito."

14. Ainda, adicionalmente ao posicionamento externado pela PGFN no parágrafo anterior, cumpre destacar que a eficácia do art. 57 da LRF encontra-se suspensa, em virtude de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238, in verbis:

"Decisão: O Tribunal, por unanimidade, indeferiu a medida cautelar relativamente ao art. 56, caput, e, por maioria, deferiu a cautelar quanto ao artigo 57, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vencido o Senhor Ministro Ilmar Galvão (Relator), que a indeferia."

15. Deste modo, em decorrência da decisão proferida pelo STF em relação à constitucionalidade do art. 57 da LRF, esta Secretaria entende que fica impossibilitada em exigir dos Tribunais de Contas o cumprimento deste dispositivo legal, abaixo transcrito:

"Art. 57. Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

§ 1º No caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias.

§ 2º Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão referido no art. 20, pendentes de parecer prévio."

16. Adicionalmente, tomando por base os pareceres expedidos pela PGFN (Pareceres PGFN/CAF/Nº 1.175/2005 e PGFN/CAF/Nº 520/2010) foi emitida a Nota nº 1.141/2010-COPEM/STN.

[Assinatura]
PGFN/CAF/Nº 520/2010

de 19/11/2010 (fls. 663/664), em que o Secretário do Tesouro Nacional convalida os procedimentos relativos ao cumprimento dos artigos 52 e 57 da LRF adotados por esta COPEM. /

17. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 683/2011, verificamos mediante o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN) que o Estado atualizou as informações constantes das referidas portarias, nos termos do art. 27 da RSF nº 43/2001, conforme Histórico das Declarações (fls. 594 e 625/626). /

18. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, verificou-se que o Estado encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União (fl. 594).

19. Segundo procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), mediante Memorando nº 7/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 17/01/2014 (fls. 382/385 e 665), cumpre informar que não constam na presente data, em relação ao Estado, pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

20. Cabe ressaltar que, conforme consulta à Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM), o Estado cumpre as metas estabelecidas no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na RSF nº 43/2001 e a operação de crédito em questão não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV, art. 5º, da RSF nº 43/2001 (fls. 444, 665 e 666). /

21. Relativamente às demais exigências, de ordem documental, aplicam-se as regras da RSF nº 43/2001, as quais estão devidamente atendidas.

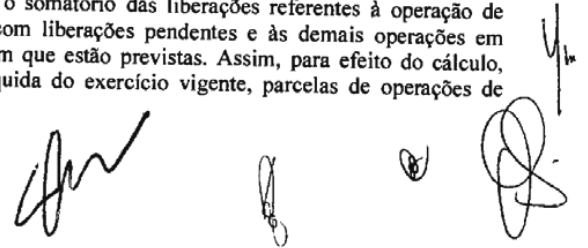
OBSERVAÇÕES

Limite do Montante da Dívida Consolidada – inciso III do Art. 7º da RSF nº 43/2001 e do inciso I do Art. 3º da RSF nº 40/2001. /

22. Durante a análise deste pleito, conforme Item 4-f desta nota, esta Secretaria verificou que o montante da dívida consolidada líquida, uma vez incorporado o valor integral da operação em apreço, bem como das liberações das outras operações de crédito analisadas e em tramitação nesta Secretaria, corresponde a 2,20 vezes a Receita Corrente Líquida, excedendo, de acordo com a metodologia de análise em vigor, o limite da trajetória de ajuste estabelecido no inciso I, art. 4º da RSF nº 40/2001, que para o Estado do Rio Grande do Sul corresponde a 2,0969 no exercício de 2014 (fls. 634). /

23. Cabe esclarecer que, quanto ao marco temporal, a RSF nº 40/2001 estabelece que “a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 (onze) meses anteriores excluídas as duplicidades” (§ 3º do Art. 2º). No entanto, as RSF nº 40 e 43, ambas de 2001, são omissas quanto a definição de uma metodologia de cálculo para o limite da relação DCL/RCL. /

24. Esta Secretaria, conservadoramente, considera no montante da dívida consolidada líquida, além do valor informado no último RGF publicado, o somatório das liberações referentes à operação de crédito pleiteada, às operações já contratadas com liberações pendentes e às demais operações em tramitação, independentemente dos exercícios em que estão previstas. Assim, para efeito do cálculo, ficam incorporadas, na Dívida Consolidada Líquida do exercício vigente, parcelas de operações de crédito a serem liberadas em exercícios futuros.





25. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio de seu Parecer PGFN/COF nº 2463/2012 (fls. 509/512), que trata de consulta desta Secretaria sobre a correta metodologia de cálculo do montante da dívida consolidada para fins de verificação do limite constante do Art. 7º, inciso III, da RSF nº 43/2001, entende que:

“10. Segundo o referido Manual, a Dívida Consolidada Líquida é obtida a partir da Dívida Consolidada, excluídas as deduções previstas na legislação. O próprio conceito de Dívida Consolidada, do qual será obtida a Dívida Consolidada Líquida, prevê o registro dos saldos da Dívida Consolidada no exercício anterior e do exercício em referência até o quadrimestre correspondente. Como se pode verificar, não são utilizados dados projetados para o futuro. Nesse sentido, seguindo a mesma orientação, entendemos que não caberia a utilização de dados referentes a parcelas a serem liberadas em exercícios futuros, para fins de cálculo da Dívida Consolidada Líquida, nos termos do art. 3º, I, da Resolução SF nº 40, de 2001.

11. Do exposto, em resposta à indagação da STN, entendemos que encontra fundamento legal a metodologia de cálculo que considere apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios, para fins de cálculo do limite previsto no art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001 e art. 3º, I, da Resolução SF nº 40/2001.” (Grifamos)

26. Diante do exposto, surgiu a necessidade da definição de metodologia para as projeções anuais da relação DCL/RCL, o que ensejou a elaboração da Nota nº 984/STN/COPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514). De acordo com a metodologia, respaldada pela Nota mencionada, devem ser consideradas as projeções da DCL encaminhadas pelo ente, em valores reais, e da RCL utilizada atualmente, que incorpora estimativa de crescimento do PIB em termos reais, de acordo com o disposto no art. 8º da Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

27. Ainda de acordo com a Nota, o procedimento deve ser adotado somente nos casos em que:

“(…) a aplicação da metodologia atual, mais conservadora, e que utiliza o montante total das operações pleiteadas sobre a última RCL divulgada, não indique a existência de margens suficientes, necessitando, consequentemente, e por direito, uma avaliação mais detalhada, nos termos mais estritos da RSF nº 40/2001, para que se evite o aumento do impacto operacional com o uso de metodologia desnecessária para a grande maioria dos casos, sobretudo em um ambiente de grande volume de operações.”

28. Em 03/06/2014, esta Secretaria recebeu a Ofício nº 315/2014-GSF, de 02/06/2014 (fl. 598), em que o Estado apresentou os dados consolidados de 2013 e suas projeções e respectivas metodologias de cálculo, para os exercícios de 2014 a 2017 (fl. 619), período em que estão previstas liberações de operações de crédito contratadas ou a contratar, conforme Cronograma de Liberações apresentado (fl. 620).

29. Após análise da metodologia de cálculo apresentada pelo Ente, registramos as seguintes observações:

a) quanto às projeções da DCL, os cálculos apresentados pelo Ente são baseados em valores reais de cada operação de crédito e, no que se refere à incorporação das liberações previstas ao saldo da dívida, considera, conforme descrito na Nota nº 984/STN/COPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514), apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios;

b) quanto às projeções da RCL, entende-se que a metodologia de cálculo que deve ser utilizada é aquela definida na Nota nº 984/STN/COPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514), de acordo com o disposto no Art. 8º da Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010, e que foi adotada na projeção dos valores para cálculo dos limites de que trata os incisos I e II do art. 7º da RSF nº 43/ 2001, apresentados nos itens 4-c,d,e. Transcrevemos abaixo, o citado dispositivo:

Art. 8º Para fins de projeção da Receita Corrente Líquida - RCL, conforme disposto no § 6º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, será utilizado fator de atualização calculado com base nos seguintes parâmetros:

I - apuração pela média geométrica das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto nacional do período correspondente aos últimos oito anos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

II - aplicação uniforme do fator de atualização para todos os exercícios em que houver pagamentos da operação de crédito, nos termos do § 4º do art. 7º da Resolução No- 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. As taxas de crescimento referidas no inciso I do caput e o fator de atualização serão divulgados por meio do MIP.

30. Isto posto, efetuamos novo cálculo da relação DCL/RCL (fl. 645), utilizando as projeções da DCL apresentadas pelo Estado do Rio Grande do Sul (fl. 619), pelo Ofício nº 315/2014-GSF, de 02/06/2014 (fl. 598), em valores reais para cada operação de crédito, e, no que se refere à incorporação ao saldo da dívida das liberações previstas, considera, conforme Nota nº 984/STN/COPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514), apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios. Para este novo cálculo, a RCL foi projetada à taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos, conforme Art. 8º da Portaria STN nº 396/2009. De acordo com essa metodologia de cálculo, o Ente passa a apresentar relação DCL/RCL de 2,0423 para 2014 (menor que 2,0969), de 1,9691 para 2015 (menor que 2,0484), de 1,8828 para 2016 (menor que 2,0000) e de 1,7885 para 2017 (menor que 2,0000), cumprindo o limite previsto no inciso III, do art. 7º da RSF nº 43/2001 c/c inciso I, art. 4º da RSF nº 40/2001. Apresentamos abaixo, os resultados obtidos:

	2014	2015	2016	2017
DCL PROJETADA PELO ESTADO + PMAE Defensoria	57.159.738.993,93	57.056.112.001,69	56.481.875.573,47	55.546.303.150,02
RCL PROJETADA PELA STN (1º BIM/14 - homologado)	27.987.900.480,24	28.975.763.745,86	29.998.494.715,55	31.057.324.082,71
RELAÇÃO DCL/RCL 1º BIM 2014	2,0423	1,9691	1,8828	1,7885
LIMITE	2,0969	2,0484	2,00	2,00

DESPESA COM PESSOAL

31. É de conhecimento da STN que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul não computa despesa com pensionistas e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF na despesa com pessoal para fins de apuração dos limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000. Assim, coube a esta Secretaria adicionar ao montante da despesa os valores informados pelo próprio Ente relativamente ao 3º quadrimestre de 2012, 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2013 e ao 1º quadrimestre de 2014 (fl. 633), nos quais se observou a extrapolação dos limites atribuídos ao Poder Executivo no 3º quadrimestre de 2012,



nos 2º e 3º quadrimestre de 2013 e no 1º quadrimestre de 2014, e ao Poder Judiciário em todos os períodos mencionados, conforme segue:

	Poder Executivo	Poder Judiciário
LIMITE LEGAL (DP/RCL)	49%	6,00%
3º quadrimestre 2012	49,50%	6,41%
1º quadrimestre 2013	48,62%	6,10%
2º quadrimestre 2013	50,33%	6,21%
3º quadrimestre 2013	50,48%	6,14%
1º quadrimestre 2014	50,70%	6,11%

Os percentuais foram obtidos adicionando-se as despesas com pensionistas e IRRF ao valor da despesa total de cada Poder informada pelo ente, dividindo-se pela RCL acrescida do somatório do IRRF de todos os poderes

32. Considerando, dessa forma, a extrapolação dos limites com pessoal dos Poderes Executivo e Judiciário, em 29/04/2014, por meio do Ofício nº 2063/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (fl. 494), foi feito questionamento à Advocacia-Geral da União (AGU) acerca da força executória de decisão do STF, em 25/04/2014, na Ação Cautelar nº 3617 (fl. 541/542 e 642) ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul contra a União, qual seja:

"(...) Isso posto, considerando o que já decidi, incidentalmente, nos autos da ACO 1198 e presentes os requisitos autorizadores do pedido cautelar, defiro a liminar nos termos em que requerida."

33. A AGU, por meio de seu Parecer AGU/SGCT/MAS/Nº 20/2014 (fls.503/506), se manifestou no seguinte sentido:

"9. Conforme se verifica dos termos da petição inicial e da medida liminar deferida na Ação Cautelar em exame, o Ministro Relator acolheu integralmente o pedido formulado pelo Autor "a fim de que se considerem atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado, para os fins específicos expostos (viabilizar a finalização das operações PROCONFIS e POD, com recebimento de autorização e aval da ré), e genéricos – prevenir obstaculização de transferências voluntárias e eventualmente outras operações de crédito similares à vertente, enquanto não julgado o mérito da ação principal."

10. Vale ressaltar que o autor fez referência na petição inicial, ao motivo da inadimplência enfrentada pelo Estado do Rio Grande do Sul, objeto da ação principal, consistente no "descumprimento da LRF na área de pessoal".

11. Assim, a liminar atendeu aos exatos termos do pedido, para os fins especificados na petição inicial, que se refere às seguintes operações: "(1) PROCOFINS RS II – BID (Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do RS II – PBL), no montante de US\$ 200 milhões, esta inclusive já autorizada pelo Senado Federal, com contratação e concessão de garantias obstadas pela STN; (2) PROCOFINS – BIRD (Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do RS – DPL), no valor de US\$ 280 milhões; e (3) POD – BID (Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do RS), no valor de US\$ 50 milhões."

12. Além disso, mesmo havendo os motivos que ensejaram a ACO 1.198 – o Estado do Rio Grande do Sul poderá receber as transferências relativas aos Programas especificados acima, como também "genéricos", sendo que a liminar deferida também se impõe para "prevenir obstaculização de transferências voluntárias e eventualmente outras operações de crédito similares à vertente, enquanto não julgado o mérito da ação principal".

13. *Registre-se que o decisório proferido monocraticamente pela Corte Constitucional tem eficácia imediata, e mesmo que seja interposto eventual agravo regimental. Ele terá efeito meramente devolutivo."*

14. *Assim, o cumprimento do decisum liminar, de natureza provisória, deve ser imediatamente observado.*

34. Portanto, considerando o exposto pela AGU, a liminar (fls. 541/542 e 642) determina que a União "considere atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado".

35. Assim, tomando-se como base a Certidão nº 3621/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (fl. 636), o Estado cumpre os limites de despesa com pessoal (fl. 162), conforme exposto abaixo:

	2013	2014 (1º quadrimestre)	LIMITES (fl. 162)
PODER EXECUTIVO	43,42%	43,42%	49,00%
ASS. LEGISLATIVA	1,07%	1,06%	1,82%
TRIBUNAL DE CONTAS	0,89%	0,88%	1,18%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	4,36%	4,34%	5,88%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	0,05%	0,05%	0,12%
MINISTÉRIO PÚBLICO	1,42%	1,41%	2,00%

ART. 35 DA LRF

36. Durante a análise dos limites e condições para contratação de operação de crédito por parte do Município de Montenegro-RS (processos 19406.000244/2009-02 e 19406.000110/2010-17), verificou-se que na composição de sua dívida contratual em 31/12/2009 havia parcela referente a uma dívida com o Estado do Rio Grande do Sul, no valor total de R\$ 53.062.558,53, decorrente de aval concedido pelo Estado do Rio Grande do Sul em 1997, com termos aditivos firmados nos exercícios de 1999 e 2004.

37. Este último, por ter ocorrido após a publicação da LRF, que em seu art. 35 veda operações entre Entes da Federação, foi objeto de consulta à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio da Nota nº 870/2010/COPEM/STN (fl. 515), quanto à regularidade da mesma.

38. Em seu Parecer PGFN/CAF/nº 1999/2010 (fls.516/518), reiterado pelos Pareceres PGFN/CAF/nº 2.121/2010, PGFN/CAF/nº 2.164/2010 e PGFN/CAF/nº 205/2011 (fls. 519/527), aquela Procuradoria concluiu:

"a) ao celebrarem o Segundo Termo Aditivo (15.06.2004), o Município de Montenegro/RS e o Estado do Rio Grande do Sul realizaram operação vedada pelo art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que houve postergação de dívida contraiada anteriormente, de maneira que o contrato deve ser considerado nulo, nos termos do § 1º do art. 33 da LRF;

b) nos termos do § 1º do art. 33 da LRF, os entes federados envolvidos deverão proceder ao cancelamento do Segundo Termo Aditivo, mediante devolução do principal, sendo vedado o pagamento de juros e demais encargos financeiros. Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso de recursos, será consignada reserva na lei orçamentária para o exercício seguinte (art. 33, § 2º, LRF);

Continuação do Parecer para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS

Página 11 de 12



c) nos termos do § 3º do art. 33 da LRF, enquanto não efetuados os cancelamentos, amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23, de modo que o ente não poderá: I - receber transferências voluntárias; II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem a redução das despesas com pessoal;

d) por serem partes dos contratos aqui analisados, essencialmente do Segundo Termo Aditivo, as sanções da Lei de Responsabilidade Fiscal atingem tanto o Município de Montenegro/RS como o Estado do Rio Grande do Sul."

39. Os Entes foram então comunicados do posicionamento da PGFN e propuseram a Ação Originária nº 1.669. Assim, o Ministro Gilmar Mendes concedeu Medida Cautelar (fl. 641), com decisão exposta em tela:

"Pelo exposto, presentes os requisitos da medida requerida, defiro a tutela antecipada para suspender os efeitos de glosa lançada pela STN ao analisar os termos aditivos ao Convênio de aquisição, compensação e parcelamento de créditos e débitos firmado entre os autores, inclusive para que a STN não utilize este apontamento como óbice à contratação de quaisquer empréstimos ou recebimento de transferências voluntárias, impedindo, ainda, a inscrição dos autores no CAUC/SIAFI."

40. Depreende-se, portanto, que o descumprimento de que se trata não impõe, por força da liminar, impedimento à contratação de novas operações de crédito e que a decisão permanece inalterada conforme informado pelo Estado, por meio do Parecer Jurídico de 30/05/2014 (fls.603/609), e pela pesquisa presente nos autos à folha 641.

CONCLUSÃO

41. Considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001 na forma da metodologia de análise atualmente em vigor e tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, o Ente, levando-se em conta o valor total da operação e a última RCL publicada, conforme apresentado no item 4-f, extrapolaria o limite a que se refere o inciso III do art. 7º da RSF nº 43/2001 e o inciso I do Art. 3º da RSF nº 40/2001.

42. No entanto, considerando o entendimento da PGFN, manifestado no item 11 de seu Parecer PGFN/COF nº 2463/2012 (fls. 509/512), segundo o qual "encontra fundamento legal a metodologia de cálculo que considere apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios, para fins de cálculo do limite previsto no art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001 e art. 3º, I, da Resolução SF nº 40/2001", e levando-se em conta a metodologia de cálculo da relação DCL/RCL apresentada nos itens 22 a 30 deste Parecer, consubstanciada na Nota nº 984/STN/COPPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514), entende-se cumprido o limite previsto no inciso III, art. 7º, RSF nº 43/2001.

43. Ressalte-se ainda que o cumprimento da despesa com pessoal e do art. 35 da LRF se deram por meio da Ação Cautelar nº 3617/RS e pela Medida Cautelar na Ação Originária 1.669/RS, respectivamente. /

44. Considerando o disposto na Portaria STN nº 694, de 20/12/2010, o prazo de validade da verificação dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 é de 90 (noventa) dias, uma vez que o cálculo do limite a que se refere o inciso III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentual de comprometimento acima de 90%.

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

45. Entretanto, ressalta-se que a operação de crédito não poderá ser contratada sem que haja nova verificação junto a esta Secretaria do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 21 da RSF nº 43/2001, que deverá ser efetuada por meio do sítio www3.tesouro.fazenda.gov.br/haveres_uniao_novosite/verificacao_adimplencia.asp, na data da contratação.

46. Registramos, todavia, que por se tratar de operação de crédito com garantia da União, o processo deverá ser encaminhado, preliminarmente, à análise da Gerência de Responsabilidades Financeiras - GERFI, para as providências de sua alçada e, posteriormente, à PGFN.

À consideração superior


OTÁVIO AUGUSTO GONÇALVES JARDIM
Analista de Finanças e Controle


MARCELO CALLEGARI HOERTEL
Gerente da GEAPE III

De acordo. À consideração do Sra. Coordenadora-Geral da COPEM.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Confere com os autos do processo
PGFN/COF
Em 02.12.2014




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



PARECER JURÍDICO E DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO

Porto Alegre (RS), 05, de dezembro de 2012.

Identificação precisa da operação de crédito objeto de avaliação

1. Trata-se da análise das condições legais para a contratação, pelo Estado do Rio Grande do Sul de operação de crédito, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao Programa Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD RS.

Informação quanto às autorizações legislativas

2. Atestamos que:

a) A operação de crédito foi autorizada por intermédio da Lei nº 14.133, publicada em 29/11/2012, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Informação quanto à inclusão dos recursos no orçamento

b) Os recursos provenientes da operação de crédito pleiteada serão incluídos no orçamento 2013, conforme Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2013), nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF.

Informação negativa sobre operações realizadas irregularmente ou operações vedadas

c) Atesto que todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- d) O Ente não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/7/2000; ✓
- e) O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação; ✓
- f) O Ente não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da "Resolução nº 43/2001 do Senado Federal" ✓

Informação relativa ao cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da Res. SF nº 43/2001

- g) O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto: no art. (23) – limites de pessoal; no art. (33) – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000; no art. (37) – não realização de operações vedadas; no art. (52) – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. (55) – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como cumpre o disposto no inciso III do art. (167) da Constituição – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital. ✓

Informações sobre o cálculo dos limites de endividamento

- h) Relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal. ✓

Atendimento aos demais limites e condições estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, bem como na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

- i) O Ente cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF ✓
- j) "Em observância ao § 4º do art. 18 da Res. SF nº 43/2001, este Estado não teve dívida honrada pela União, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas." ✓

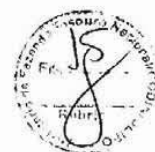
Informação sobre atendimento dos limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta nos quadros abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal respectivamente nos períodos de 01/2011 a 12/2011, 05/2011 a 04/2012 e 09/2011 a 08/2012:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

3º QUADRIMESTRE DE 2011



RS 1,00								
DESPESA COM PESSOAL (Despesa Liquidada nos últimos 12 meses)	Poder Executivo	Tribunal de Contas (TCE)	Assembleia Legislativa	Poder Legislativo	Tribunal de Justiça	Justiça Militar	Poder Judiciário	Ministério Público
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (a + b + c) = (I)	9.339.821.485,95	203.726.907,39	262.974.124,15	488.701.031,54	1.138.581.105,09	15.390.116,93	1.151.980.221,89	392.991.142,08
Pessoal Ativo (a)	4.781.530.535,97	116.040.434,77	168.636.228,30	282.662.663,07	773.627.548,51	9.139.581,00	782.967.128,51	317.983.200,84
Pessoal Inativo (b)	4.558.290.949,98	87.880.472,62	96.337.895,05	184.018.368,47	362.733.556,55	6.249.535,93	368.883.092,48	75.007.941,22
Outras despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF) (c)								
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º LRF) (II)	483.594.499,49	22.473.494,77	17.272.906,79	39.740.491,58	83.472.447,78	1.308.502,23	84.870.650,01	33.515.672,47
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	0							
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV = I + II + III)	8.856.227.016,49	161.253.412,62	245.701.127,36	426.954.539,98	1.053.088.657,28	13.990.614,70	1.087.079.271,88	359.475.969,59
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.827.904.938,78	21.827.904.938,78	21.827.904.938,78	21.827.904.938,78	21.827.904.938,78	21.827.904.938,78	21.827.904.938,78	21.827.904.938,78
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionista) (Se estiver computado na despesa bruta com pessoal, informar R\$ 0,00)	558.940.212,77	39.309.285,90	42.094.406,44	81.370.672,34	178.383.261,59	2.712.020,43	181.005.882,02	74.174.573,90
Pensionistas (d)	1.304.829.088,71	18.781.590,05	36.033.622,54	62.826.208,59	181.310.883,90	1.505.416,09	162.816.079,90	37.570.748,21
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP a/a RCL (IV / V) * 100	40,39%	0,83%	1,12%	1,95%	4,80%	0,06%	4,87%	1,64%

Fonte: Auditoria e Contadoria Geral do Estado - Sistema FPE e Cubos DW

[Handwritten signature]





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

1º QUADRIMESTRE DE 2012

	RS 1,00							
DESPESA COM PESSOAL (Despesa Liquidada nos últimos 12 meses)	PODER EXECUTIVO	Tribunal de Contas (TCE)	Assembleia Legislativa	PODER LEGISLATIVO	Tribunal de Justiça	Justiça Militar	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (a + b + c) = (I)	18.523.287.009,12	288.750.335,30	324.652.789,60	811.803.104,90	1.883.589.518,10	24.833.603,48	1.708.223.121,68	557.893.859,31
Pessoal Ativo (II)	6.278.979.455,61	188.408.298,18	206.457.847,43	378.887.145,69	1.178.558.002,76	13.772.450,85	1.192.330.483,41	430.130.834,87
Pessoal Inativo (II)	12.196.244.840,38	118.341.037,14	118.384.922,17	234.735.959,31	505.031.515,34	10.861.152,63	515.892.638,17	127.603.024,44
Outras despesas do pessoal decorrente de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF) (c)	140.032.800,13							
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 18, § 1º LRF) (II)	4.854.722.410,05	83.387.036,71	86.252.841,73	199.639.880,44	586.721.243,38	10.440.381,92	807.161.824,70	190.387.143,21
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	4.286.338.873,91							
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV = I - II - III)	9.402.185.813,78	183.363.296,59	258.509.927,87	461.903.224,46	1.086.966.274,72	14.193.222,10	1.101.061.496,68	367.328.718,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	22.825.743.618,91	22.825.743.618,91	22.825.743.618,91	22.825.743.618,91	22.825.743.618,91	22.825.743.618,91	22.825.743.618,91	22.825.743.618,91
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionista) (Valores considerados em Despesas Não Computadas)	578.017.606,77	41.741.236,58	39.103.345,04	90.044.861,72	182.997.323,39	2.886.115,52	183.063.438,91	74.870.828,33
Pensionistas (d)	1.997.950.323,31	17.094.618,50	36.922.234,80	53.717.051,10	162.298.882,06	1.527.087,15	193.823.969,81	36.480.705,86
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP = RCL (IV / V) * 100	41,56%	0,85%	1,14%	2,00%	4,80%	0,06%	4,87%	1,62%

Fonte: Auditoria e Contabilidade Geral do Estado - Sistema FPE e Cubos DW



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

2º QUADRIMESTRE DE 2012



R\$ 1,00								
DESPESA COM PESSOAL (Despesa Liquidada nos últimos 12 meses)	PODER EXECUTIVO	Tribunal de Contas (TCE)	Assembleia Legislativa	PODER LEGISLATIVO	Tribunal de Justiça	Justiça Militar	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (a + b + c) = (I)	19.554.297.427,30	301.101.052,73	339.339.634,82	640.519.897,35	1.735.599.329,58	25.000.103,23	1.763.599.426,81	561.236.202,28
Pessoal Ativo (a)	6.760.166.323,77	176.212.293,12	217.166.194,38	395.376.487,46	1.213.857.334,93	13.760.305,84	1.227.617.640,77	444.786.222,67
Pessoal Inativo (b)	12.653.282.876,12	122.968.769,61	122.172.440,20	245.141.209,87	524.741.688,65	11.239.797,39	535.981.786,04	136.475.979,61
Outras despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF) (c)	150.878.828,41							
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 18, § 1º LRF) (II)	4.705.701.995,24	94.577.002,04	73.361.402,33	167.958.404,37	614.673.568,82	10.705.559,80	625.379.126,28	204.878.407,53
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	4.992.287.969,21							
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV = I - II - III)	9.856.297.462,85	206.504.060,99	265.957.232,29	472.561.292,08	1.123.925.754,09	14.294.543,57	1.138.220.299,53	376.357.794,75
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	23.188.622.319,42	23.188.622.319,42	23.188.622.319,42	23.188.622.319,42	23.188.622.319,42	23.188.622.319,42	23.188.622.319,42	23.188.622.319,42
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionista) (Valores considerados em Despesas Não Computadas)	593.467.167,49	45.105.563,94	45.386.122,25	90.491.895,29	199.405.613,32	2.664.767,64	192.000.380,06	76.325.708,19
Pensionistas (d)	1.448.906.807,92	17.785.482,09	37.802.480,52	86.367.962,51	187.720.049,07	1.873.121,09	199.393.170,16	35.785.105,44
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP em RCL (IV / V) * 100	42,50%	0,89%	1,15%	2,04%	4,85%	0,06%	4,91%	1,62%

Fonte: Auditoria e Contadoria Geral do Estado - Sistema FPE e Cubos DW

* VER fl. 109.

[Handwritten signature]

[Circular stamp: RG/COF 34]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Informações necessárias à Análise da Concessão da Garantia da União

Informações sobre Orçamento:

X I) Declaro que constam da Lei nº 13.844, de 07.12.2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio Grande do Sul para o exercício de 2012, e que constarão da proposta orçamentária para 2013 e para os anos seguintes, dotações suficientes à execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação em tela, alocadas nas seguintes fontes e ações:

FONTE	Ação
Operações de Crédito/ Tesouro	GESTÃO DE PROJETOS
Operações de Crédito/ Tesouro	PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA
Operações de Crédito/ Tesouro	PREVENÇÃO SITUACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Operações de Crédito/ Tesouro	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO
Operações de Crédito/ Tesouro	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DO EXECUTOR
Tesouro	PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Informações sobre a Inclusão do Programa/Projeto no Plano Plurianual – PPA:

o) Declaro que as ações integrantes do POD/RS estão inseridas no Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Sul para o período 2012/2015, estabelecido pela Lei nº 13.808, de 18 de outubro de 2011, nos programas e ações apresentados no quadro abaixo:

PROGRAMA	AÇÃO
Programa de Oportunidades e Direitos - POD	Aprimoramento do processo de ressocialização
	Fortalecimento institucional da SJDH
	Prevenção situacional e qualificação da segurança pública
	Prevenção Social da Violência



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



Informações sobre gastos com saúde e educação e pleno exercício da competência tributária:

p) O Estado do Rio Grande do Sul, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, cumpre o disposto:

p.1) No art. 198 da Constituição Federal, tendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, nos exercícios de 2010, e 2011 os percentuais de 13,23% e 14,22%, respectivamente, calculados sobre a base de cálculo estabelecida pela EC 29/2000;

p.2) No art. 212 da Constituição Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos exercícios de 2010, e 2011 os percentuais de 26,99%, e 28,31%, respectivamente, calculados sobre a base de cálculo estabelecida neste artigo da Constituição Federal.

p.3) No art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000, o Estado do Rio Grande do Sul exerce plenamente sua capacidade tributária ativa e estão previstos na Lei Orçamentária 2012 a arrecadação de todos os impostos previstos constitucionalmente.

Informações sobre Parcerias Público-Privadas (PPP)

q) Declaro que o Ente não assinou, até a presente data, contrato na modalidade Parceria-Pública Privada (PPP).

Informação sobre restos a pagar

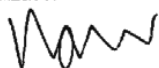
r) Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o Ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Informação acerca de repasse de recursos públicos para o setor privado

s) Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que não haverá repasse de recursos públicos para o setor privado.

Números de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

t) Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que a lista de CNPJs da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul contém no CAUC, engloba todos os CNPJs da Administração Direta deste Ente. Na ocorrência de criação, extinção ou reclassificação de CNPJ, este fato será imediatamente comunicado à Secretaria do Tesouro Nacional, a fim de que o citado subsistema possa ser atualizado.


Bruno de Castro Winkler,
Procurador-Geral do Estado, em Exercício.
(SPI 15135-14.00/12-4)





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Aprovo o parecer e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2012.

Tarso Fernando Herz Genro
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Beto Grill
Governador do Estado, em exercício

Odor Alberto Pinheiro Tonollier
Secretário Estadual da Fazenda

André Luiz B. de Paiva Filho
Secretário Adjunto
Secretaria da Fazenda do Estado

Luiz Paulo Freitas Pinto
Contador e Auditor Geral do Estado

Confere com os autos do processo	
PGFN/COF	
Em	02/07/2014
<i>[Signature]</i>	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



PARECER JURÍDICO E DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO
OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A GARANTIA DA UNIÃO

Porto Alegre (RS), 30 de maio de 2014.

Identificação precisa da operação de crédito objeto de avaliação

1. Trata-se da análise das condições legais para a contratação, pelo Estado do Rio Grande do Sul de operação de crédito, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao Programa Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD RS.

Informação quanto às autorizações legislativas

2. Atestamos que:

a) A operação de crédito foi autorizada por intermédio da Lei nº 14.133, publicada em 29/11/2012, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Informações sobre operações vedadas no âmbito do artigo 37 da LRF e operações irregulares

b) Atesto que todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN;

Informações sobre operações vedadas no âmbito do artigo 35 da LRF

c) O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação;

Informações sobre ações vedadas no âmbito do artigo 5º da RSF 43/2001

d) O Ente não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da "Resolução nº 43/2001 do Senado Federal".

Informações sobre operações no âmbito do Reluz

e) O Ente não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/7/2000;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



Informação relativa ao cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do Inciso IV do art. 21 da Res. SF nº 43/2001

f) O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto: no art. 23 - limites de pessoal; no art. 33 - não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000; no art. 37 - não realização de operações vedadas; no art. 52 - publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 - publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição - limite das operações de crédito em relação às despesas de capital.

Informações sobre o cálculo dos limites de endividamento

g) Relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal.

Atendimento aos demais limites e condições estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, bem como na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

h) O Ente cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

i) "Em observância ao § 4º de art. 18 da Res. SF nº 43/2001, este Estado não teve dívida honrada pela União, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas."

Informação sobre atendimento dos limites da despesa com pessoal

j) O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta nos quadros abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal respectivamente nos períodos de 05/2013 a 08/2013 e 09/2013 a 12/2013, 01/2014 a 04/2014.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
2º QUADRIMESTRE DE 2013



R\$ 1,00								
DESPESA COM PESSOAL (Despesa Liquidada nos últimos 12 meses)	PODER EXECUTIVO	Tribunal de Contas (TCE)	Assembleia Legislativa	PODER LEGISLATIVO	Tribunal de Justiça	Justiça Militar	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
(a + b + c) = (d) (e)	22.595.440.528,83	347.752.036,89	395.163.347,93	742.905.384,82	1879.068.641,88	25.131.623,52	1.804.200.285,40	815.428.151,98
Pessoal Ativo (b)	8.410.838.351,43	205.467.511,59	249.942.534,03	454.410.048,02	1.295.283.772,82	14.208.623,57	1.309.533.386,39	480.180.565,49
Pessoal Inativo (c)	14.006.150.079,57	142.284.524,90	146.210.813,90	288.495.338,80	583.804.869,06	10.861.999,95	594.666.899,01	335.235.586,47
Outras despesas de pessoal decorrente de contratos de prestação de serviços (art. 18, § 1º LRF) (e)	148.454.100,83							
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 18, § 1º LRF) (f)	5.588.880.889,85	114.409.803,00	113.031.714,27	227.441.517,87	657.553.032,67	10.075.955,89	667.628.988,56	217.003.578,79
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (g) Contribuições Patronais	5.884.424.918,78			0			0	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (N = i + f - g)	11.092.034.810,39	233.347.233,29	282.121.033,95	515.493.606,96	1.221.151.609,21	15.055.667,83	1.236.571.276,84	398.422.573,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (v)	25.547.624.651,06	25.547.624.651,06	25.547.624.651,06	25.547.624.651,06	25.547.624.651,06	25.547.624.651,06	25.547.624.651,06	25.547.624.651,06
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionista) (Valores considerados em Despesas Não Computadas)	724.567.928,29	51.689.028,65	48.500.520,18	100.189.548,83	207.102.203,85	2.295.238,83	209.457.442,71	812.777.725,38
Pensionistas (d)	1.803.328.037,64	10.297.086,51	39.459.683,13	58.756.749,64	207.405.126,76	1.489.564,54	208.894.861,30	36.873.503,55
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP w/a RCL (N/V) * 100	43,42%	0,91%	1,10%	2,02%	4,78%	0,06%	4,84%	1,56%

Fonte: Auditoria e Contabilidade Geral do Estado - Sistema PPG e Cubos DN





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



3º QUADRIMESTRE DE 2013

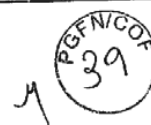
R\$ 1,00								
DESPESA COM PESSOAL (Despesa Liquidada nos últimos 12 meses)	PODER EXECUTIVO	Tribunal de Contas (TCE)	Assembleia Legislativa	PODER LEGISLATIVO	Tribunal de Justiça	Justiça Militar	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (a + b + c) = (I) (1)	23.096.227.032,86	368.981.100,52	3.082.577.113,72	764.238.408,54	1.937.941.171,99	24.160.750,59	1.963.301.922,58	644.187.217,38
Pessoal Ativo (a)	8.913.879.145,83	211.994.988,58	2.459.917.113,75	457.948.254,33	1.127.686.150,07	14.659.951,86	1.342.146.101,93	504.922.498,65
Pessoal Inativo (b)	14.626.637.043,51	157.986.112,24	1.622.660.799,97	306.290.154,21	610.254.821,92	10.700.798,73	620.955.620,65	139.264.718,73
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF) (c)	155.710.852,72			0,00			0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º LRF) (II)	5.978.800.051,97	151.982.366,53	1.141.641.389,51	246.224.229,03	687.798.805,13	10.689.991,13	698.079.793,15	237.912.194,37
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	6.260.617.899,60			0,00			0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV = I - II - III)	11.156.809.097,29	204.988.538,29	2.871.145.644,21	518.014.182,51	1.250.542.509,86	14.879.750,47	1.265.222.129,31	406.274.823,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	26.187.876.167,82	26.187.876.167,82	26.187.876.167,82	26.187.876.167,82	26.187.876.167,82	26.187.876.167,82	26.187.876.167,82	26.187.876.167,82
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionista) (Valores considerados em Despesas Não Computadas)	812.510.938,12	55.202.955,01	49.173.847,02	102.136.802,93	214.205.511,19	2.627.219,14	216.892.750,37	85.003.420,23
Pensionistas (d)	1.666.730.976,71	19.902.940,13	19.905.578,31	59.807.618,82	213.138.144,01	1.184.121,12	213.322.467,15	38.249.500,61
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP s/a RCL (IV / V) * 100	43,42%	0,89%	1,07%	1,96%	4,74%	0,06%	4,80%	1,54%

1º QUADRIMESTRE DE 2014

R\$ 1,00								
DESPESA COM PESSOAL (Despesa Liquidada nos últimos 12 meses)	PODER EXECUTIVO	Tribunal de Contas (TCE)	Assembleia Legislativa	PODER LEGISLATIVO	Tribunal de Justiça	Justiça Militar	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
(a + b + c) = (I) (1)	24.884.859.780,8	371.438.759,82	406.525.110,51	779.961.870,38	1.991.484.501,77	26.149.824,89	2.017.834.429,46	691.988.106,43
Pessoal Ativo (a)	9.570.002.342,75	212.818.630,96	249.881.326,54	462.899.957,50	1.358.864.036,66	15.001.109,40	1.373.805.146,10	520.725.484,02
Pessoal Inativo (b)	15.152.480.697,12	158.618.128,81	156.643.783,97	317.061.912,88	632.620.465,11	11.148.715,20	643.629.283,31	141.262.622,41
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF) (c)	162.466.560,54							
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º LRF) (II)	6.395.879.000,44	13.835.006,39	18.414.990,71	250.250.093,10	702.894.303,69	10.995.589,76	713.659.873,72	245.067.430,12
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	6.813.211.030,43			0			0	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV = I - II - III)	11.875.869.899,94	238.601.663,46	238.110.119,80	529.711.777,28	1.288.620.197,81	15.154.354,83	1.303.774.552,74	416.900.736,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	27.348.107.203,41	27.348.107.203,41	27.348.107.203,41	27.348.107.203,41	27.348.107.203,41	27.348.107.203,41	27.348.107.203,41	27.348.107.203,41
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionista) (Valores considerados em Despesas Não Computadas)	873.760.915,75	54.105.029,74	49.728.703,50	103.921.733,24	219.037.433,42	2.667.427,58	221.704.881,00	87.845.825,22
Pensionistas (d)	1.769.185.102,26	20.291.018,04	41.988.803,80	61.679.821,84	221.742.395,43	993.628,16	222.735.983,88	40.800.117,49
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA APURAÇÃO DO LIMITE - TDP s/a RCL (IV / V) * 100	43,42%	0,88%	1,06%	1,94%	4,71%	0,06%	4,77%	1,52%

Fonte: Auditoria e Contabilidade Geral do Estado - Sistema FPE e Cubos TIV

VER H. 633





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



Informações sobre Orçamento:

l) Declaro que constam da Lei nº 14.375, de 19/12/2013, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio Grande do Sul para o exercício de 2014, e que constarão da proposta orçamentária para os anos seguintes, dotações necessárias suficientes à execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação em tela, alocadas nas seguintes fontes e ações.

FONTE	Ação
Operações de Crédito/ Tesouro	GESTÃO DE PROJETOS
Operações de Crédito/ Tesouro	PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA
Operações de Crédito/ Tesouro	PREVENÇÃO SITUACIONAL E QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Operações de Crédito/ Tesouro	APRIMORAMENTO DO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO
Operações de Crédito/ Tesouro	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO EXECUTOR
Tesouro	PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

l.1) Declaro, outrossim, que os recursos provenientes da operação de crédito ora pleiteada não serão alocados em despesas correntes.

Declaração sobre PPA

m) Declaro que as ações integrantes do POD estão inseridas no Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Sul para o período 2012/2015, estabelecido pela Lei nº 13.808, de 18/10/2011, nos programas e ações apresentados no quadro abaixo:

PROGRAMA	AÇÃO
Programa de Oportunidades e Direitos - POD	Aprimoramento do processo de ressocialização
	Fortalecimento institucional da SJDH
	Prevenção situacional e qualificação da segurança pública
	Prevenção Social da Violência





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



Informações sobre gastos com saúde e educação e pleno exercício da competência tributária

n) O Estado do Rio Grande do Sul, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, cumpre o disposto:

n.1) No art. 198 da Constituição Federal, tendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2013 o percentuais de 12,47%, calculado sobre a base de cálculo estabelecida pela EC 29/2000;

n.2) No art. 212 da Constituição Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício de 2013 o percentuais de 31,18%, calculado sobre a base de cálculo estabelecida neste artigo da Constituição Federal.

n.3) No art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000.

Informações sobre Parcerias Público-Privadas (PPP)

o) Declaro que o Ente não assinou, até a presente data, contrato na modalidade Parceria Público Privada (PPP).

Informação sobre restos a pagar

p) Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o Ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Informação acerca de repasse de recursos públicos para o setor privado

q) Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que não haverá repasse de recursos públicos para o setor privado.

Outras Informações

r) Informo que permanece em vigor liminar referente à Ação Cautelar de nº 2650, em 24 de junho de 2010, determinando que a União deve-se abster de impedir o Estado do Rio Grande do Sul de contratar operações de crédito, no que se refere a restrições quanto às despesas de pessoal do Poder Judiciário e Ministério Público.

s) Informo que permanece em vigor a tutela antecipada deferida na Ação Originária nº 1669, de 25 de abril de 2011, determinando a suspensão dos efeitos de glosa lançada pela STN ao analisar os termos aditivos ao Convênio de aquisição, compensação e parcelamento de créditos e débitos firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e Município de Montenegro, inclusive para que a STN não utilize este apontamento como óbice à contratação de quaisquer empréstimos ou recebimento de transferências voluntárias, impedindo, ainda, a inscrição dos autores do CAUC/SIAF.

t) Informo que foi concedida Medida liminar pelo STF na Ação Cautelar de nº 3617, por decisão publicada em 30 de abril de 2014, determinando que a União deve-se abster de impedir o Estado do Rio Grande do Sul de contratar operações de crédito, no que se refere a restrições quanto às despesas de pessoal do Poder Executivo.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



Informação sobre a conformidade da lista de CNPJs da Administração direta do Estado com o CAUC

u) Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que a lista de CNPJs da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul contida no CAUC, engloba todos os CNPJs da Administração Direta deste Ente. Na ocorrência de criação, extinção ou reclassificação de CNPJ, este fato será imediatamente comunicado à Secretaria do Tesouro Nacional, a fim de que o citado subsistema possa ser atualizado.

Encaminho, em anexo, a documentação e informações necessárias para o exame da concessão de garantia os quais estão de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 2000, com as Resoluções de nº 40, 43 e 48, do Senado Federal e com o Manual de Instrução de Pleitos-MIP, da STN.

Atenciosamente,

Porto Alegre, 30 de maio de 2014.



Carlos Henrique Kalpper

Procurador Geral do Estado

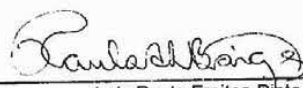
Aprovo o parecer e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.



Tarso Fernando Herz Genro,
Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

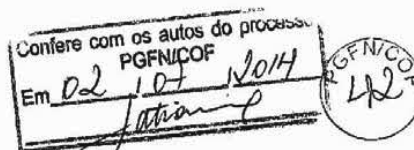


Odir Alberto Pinheiro Tonollier,
Secretário Estadual da Fazenda.



Luiz Paulo Freitas Pinto,
Contador e Auditor Geral do Estado.

Paulo Alfredo Lucena Borges,
Contador e Auditor-Geral
do Estado, Adjunto.



**Parecer Técnico****PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS - POD****OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA**

Parecer Técnico, nos termos do Manual de Instrução de Pleitos – MIP/março-2012, da Secretaria do Tesouro Nacional, para a realização da operação de crédito externa entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, tendo a República Federativa do Brasil como garantidora da operação.

1) CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS.
Instituição Financeira: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
Mutuário: Estado do Rio Grande do Sul
Garantidor: República Federativa do Brasil
Valor: US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)
Encargos: Libor(variável) + spread variável
Prazo total: 25 anos
Prazo médio de amortização: 15,25 anos.

2) JUSTIFICATIVA GERAL

O Brasil alcançou na última década o status de liderança regional e mundial. No entanto, uma série de obstáculos sociais ainda impede o país de proporcionar à totalidade da sua população uma vivência dotada de direitos e plenitude da cidadania. Atualmente, o Brasil é o nono país com maior índice de criminalidade e violência da região da América Latina e Caribe, apresentando taxas de homicídio superiores às de nações menos desenvolvidas, como o Haiti e a Nicarágua. De acordo com o mapa da violência publicado pelo Ministério da Justiça, considerando dados coletados entre 1998 e 2008, todas as regiões, com exceção do Sudeste, evidenciaram um acréscimo no número de homicídios registrados.

Em 2008, em treze dos 27 Estados a taxa de homicídios foi mais alta que a taxa média do país, de 26.4 por 100 mil habitantes. O número de homicídios por





área geográfica nas capitais e regiões metropolitanas tem se mantido elevado, sendo que dos 50.113 homicídios registrados no país em 2008, 83% ocorreram em 10% dos municípios.

No Estado do Rio Grande do Sul, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes passou de 13,3 em 1998 para 21,8 em 2008, representando um significativo aumento de 63% em apenas dez anos. Embora esse número referente à população em geral possa ser considerado elevado, a taxa relativa especificamente ao grupo de adolescentes e jovens é ainda mais preocupante. Dados disponíveis revelam que são entre os 15 e os 24 anos de idade que estão as principais vítimas dos homicídios. Nessa faixa etária, o aumento foi de 50%, passando de 26,9 para 40,4 homicídios por 100 mil habitantes em 10 anos. Para fins de comparação, a taxa de homicídios de 30 por 100 mil habitantes é a estimativa usada para caracterizar uma guerra civil.

Considerando exclusivamente a população com idade inferior a 18 anos, dados da Divisão de Planejamento e Controle (Diplanco) da Polícia Civil gaúcha dão conta de que 160 menores de 18 anos foram assassinados no Rio Grande do Sul em 2010. Quando se trata da violência sexual, os números também são alarmantes: uma média de oito casos por dia – ou um a cada três horas – são registrados no Estado. É importante ressaltar que as autoridades da área estimam que o número real de abusos, cuja imensa maioria não chega ao conhecimento das autoridades, pode ser até 20 vezes maior.

Como se observa, os jovens são a parcela da população mais frequentemente vitimizada pela violência. Da mesma forma, a juventude tem sido perpetradora da violência. Apenas em 2010, foram registradas 2.922 infrações cometidas por jovens até 18 anos no Rio Grande do Sul. O Estado é o quarto no Brasil com mais adolescentes em conflito com a lei, atrás apenas de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais, segundo dados de 2009. Em 2009 havia 16.940 jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em todo o país, dos quais 1.009 se encontravam no Rio Grande do Sul. No âmbito do sistema penitenciário a realidade se repete. Do total de 512 mil apenados no Rio Grande do Sul, 56% têm menos de 30 anos.

Os dados acima demonstram que a juventude gaúcha está ou sendo desperdiçada em longos anos de cumprimento de medidas socioeducativas e penas criminais, ou sendo perdida vitimada pela violência. Não restam dúvidas, portanto, que esse é o público às quais as políticas públicas de redução da violência devem estar dirigidas.

A violência é um fenômeno complexo e são múltiplas as causas que podem levar um jovem a cometer atos violentos. As políticas públicas dirigidas a reduzir a violência de forma permanente, e não apenas paliativa, deverão, portanto, conhecer suas causas e ser elaboradas de forma a diminuir a incidência desses fatos geradores. O enfoque em apenas um dos fatores, como é o enfoque sobre a repressão, não só tem um alto custo como pode gerar resultados no curto prazo, mas é insuficiente e ineficaz no combate permanente à violência.





As taxas de homicídio não afetam a todos os jovens de forma equânime. No Rio Grande do Sul, como no Brasil, o mapa de homicídios tende a coincidir com o mapa da exclusão social, econômica e cultural, reforçando a relação perversa entre violência, pobreza e desigualdade. Os jovens que vivem na periferia das cidades, em condições de marginalidade social, são os mais propensos a se depararem com a violência, seja como vítimas ou como perpetradores.

Os principais fatores que caracterizam essa população em torno da qual a violência se concentra são os seguintes:

a) Baixa escolaridade: como já foi mencionado, do total de 512 mil apenados no sistema penitenciário gaúcho, 56% tem menos de 30 anos. Mas os dados que caracterizam a classe social da qual provém essa juventude são aqueles sobre seu grau de escolaridade, que são reveladores, ainda que não surpreendentes: 63% deles não tem o ensino fundamental completo.

b) Necessidade de recursos e ausência de oportunidades de emprego e geração de renda para a população juvenil: no Rio Grande do Sul, retratando realidade semelhante à do Brasil, em torno de 50% das pessoas desempregadas tem até 29 anos. Ou seja, mesmo numa situação de virtual pleno emprego como a que vive o país atualmente, as taxas de desemprego atingem os jovens de forma desproporcional e mais severamente que o restante da população. Quando se tratam de jovens afrodescendentes ou jovens mulheres, as disparidades de salários e os obstáculos para o ingresso no mercado de trabalho são ainda mais severos.

c) O uso excessivo e indevido e o fácil acesso ao álcool, drogas e a armas: O primeiro contato com o álcool na infância e na adolescência ocorre, na maioria dos casos, aos 10 anos e o primeiro episódio de embriaguez acontece na faixa dos treze anos de idade. O consumo de drogas e álcool tem aumentado sensivelmente na faixa etária dos 15 aos 29 anos. O consumo crescente desses entorpecentes tem levado a um aumento de 43% a 58% na comissão de roubos no Rio Grande do Sul e, somado ao fácil acesso às armas, contribui para o aumento de homicídios. Os efeitos do álcool, assim, se estendem para além das consequências e gastos em saúde, gerando um vasto conjunto de custos sociais, atribuídos aos altos níveis de violência interpessoal, homicídios, comportamento sexual de risco, violência intrafamiliar e acidentes com veículos automotores. Por último, a taxa de tráfico de entorpecentes, de 2008 a 2009, subiu 32% no Estado; e 15% por posse e uso de drogas, no mesmo período.

d) O inadequado funcionamento do sistema judicial e dos centros de ressocialização: Hoje muitos desses centros acabam por tornar-se locais que não preparam o jovem para o retorno ao convívio social de forma pacífica, mas que, ao contrário, o predispõem a cometer novos delitos, por vezes mais graves que aquele que deu causa à sua privação de liberdade inicial. Corroborando a ineficiência do processo de ressocialização, observa-se uma alta taxa de



reincidência na criminalidade dos adolescentes egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). No ano de 2011, do total de adolescentes que ingressou na Fundação, 43% estavam em segundo ingresso, eram reincidentes.

e) A vitimização na infância: A violência pode surgir como conduta aprendida dentro do lar e como tal afeta principalmente a crianças vulneráveis que são vítimas da violência nos seus primeiros anos de vida. Vítima da violência, a criança aprende a associar estímulos agressivos com condutas violentas e a responder com violência a frustrações ou na solução de conflitos cotidianos. Assim, existe uma relação significativa entre a vitimização durante a infância e a posterior propensão a comportamentos agressivos. À medida que a vítima infantil cresce, suas condutas violentas transitam e se intensificam, iniciando como atos de indisciplina escolares e *bullying*, passando pela prática de furtos, roubos e participação em gangues, até a comissão de homicídios e a participação em organizações do crime organizado, seja do narcotráfico, comércio sexual ou de armas.

O enfrentamento à violência entre os jovens e a diminuição efetiva nas taxas de criminalidade deve ter como pilares a identificação precisa dos fatores que promovem a violência, assim como dos fatores que podem inibi-la. No Brasil, é notável que as regiões mais assoladas pela violência são aquelas onde o desenvolvimento econômico e os serviços sociais do Estado estão mais ausentes, e suas populações mais distantes dos mecanismos públicos de acesso a direitos, bens e serviços.

Portanto, o Poder Público deve concentrar, nessas áreas, esforços e investimentos dinâmicos, voltados à geração de oportunidades e perspectivas, ao empoderamento de suas populações e à cidadania. Não há dúvidas de que o Estado está distante, geograficamente inclusive, das populações que vivem em áreas carentes, sendo que a vitimização dessas populações e a perpetração da violência está diretamente ligada à ausência do Poder Público.

Por meio do Programa de Oportunidades e Direitos, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul pretende focar a ação do Poder Público nas causas da violência, promovendo um investimento inteligente, tanto no âmbito preventivo como de controle, articulando ações entre as diversas esferas do poder público, o setor privado e a sociedade civil. O Programa propõe a presença estatal nas comunidades conflagradas através da qualificação da infraestrutura, da capacitação dos profissionais da Segurança, da geração de oportunidades de emprego e renda e, principalmente, da promoção do protagonismo dos jovens, da sua capacidade de mobilização e criatividade, o estímulo à convivência positiva e à característica transformadora do jovem.

A redução dos níveis de violência e criminalidade é um objetivo ambicioso a cumprir, dado que se trata de uma problemática com numerosas causas, como se





pontuou acima. Em razão disso, a abordagem integral que caracteriza o Programa de Oportunidades e Direitos, com ações multidisciplinares e coordenadas nas distintas esferas de governo e abarcando desde o apoio ao fortalecimento da capacidade institucional das entidades responsáveis de direitos humanos e da segurança pública, até a implementação de ações de prevenção social e situacional no âmbito local, representam a estratégia mais eficaz de disputa contra os fatores que originam a violência.

3) OBJETIVOS DO PROGRAMA

Objetivo geral - Reduzir os índices de violência e criminalidade, garantindo os direitos humanos, em particular os direitos sociais, econômicos e culturais, e as liberdades individuais do segmento da população de crianças, adolescentes e jovens localizada em comunidades conflagradas pela violência nas cidades de Alvorada, Canoas, Guaíba, Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão, no Estado de Rio Grande do Sul, por meio da implementação do Programa de Oportunidades e Direitos.

Objetivos específicos:

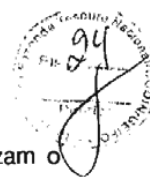
- a) **Objetivo específico 1:** reduzir a incidência delitiva de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, mediante a criação de oportunidades e a efetivação dos direitos desse grupo;
- b) **Objetivo específico 2:** incrementar a efetividade das polícias e do sistema de segurança cidadã no âmbito local de implantação do Programa; e
- c) **Objetivo específico 3:** reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei.

4) A RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

Os recursos do POD serão utilizados para financiar políticas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, tanto na capacitação gerencial da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos como na infraestrutura que atende o público alvo do Programa. Para o alcance desses objetivos o Estado tem elencado projetos com estas características.

A gestão do Governo do Estado, visando atingir metas fixadas, adotará uma política fiscal sustentável, baseada na potencialização das Receitas e na racionalização dos Gastos. O Plano Plurianual do Governo do Estado prevê a priorização do investimento próprio em ações de Saúde e Educação, tendo em vista a necessidade de equilíbrio com as exigências constitucionais. Portanto, para corrigir a ausência de investimentos públicos na área da inclusão social, comprometido com a efetivação dos direitos humanos e a garantia dos direitos sociais e entendendo que esse investimento é fundamental para a redução das





altas taxas de violência, que consomem centenas de vidas e despotencializam o crescimento social e econômico, o Governo do Estado orienta-se para a busca de novas fontes de financiamento público, que abrangem tanto fontes federais disponíveis como e a captação de recursos externos através de operações de crédito, tal como o financiamento ora pleiteado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução do Programa de Oportunidades e Direitos.

Serão beneficiários diretos do programa aproximadamente 03 (três) mil pessoas por mês, atendidas pelos serviços públicos ofertados nas 10 unidades das Casas dos Direitos Humanos. De forma indireta, considerando a amplitude das ações e o caráter de multiplicador dos projetos, em torno de 12 mil pessoas por mês passam a ser beneficiadas, considerando-se a média de componentes do núcleo familiar.

O não enfrentamento da problemática apresentada acarretará enormes custos sociais no futuro. Os focos identificados possuem um efeito multiplicador da violência e sua imediata contenção se faz necessária. E por esses motivos que se justifica a obtenção de recursos de financiamento de longo prazo. Os custos apresentados pelo BID são os menores encontrados no mercado. A libor apresenta seu menor patamar em sua trajetória. A relação cambial brasileira encontra-se estabilizada. Estes fatores é que corroboram pela a escolha da fonte de financiamento.

5) O INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

O envolvimento da sociedade civil é de fundamental relevância para o sucesso do Programa, uma vez que tem como objetivos principais desenvolver o protagonismo juvenil para a busca de soluções aos problemas sociais, incentivando a participação e o engajamento social, promover o sentimento de pertencimento a uma comunidade e o exercício da cidadania bem como desenvolver o potencial criativo dessa população a fim de construir projetos de vida, visões de mundo, praticar sociabilidades diferentes daquelas apontadas naturalmente pela vida cotidiana.

Entendemos que o início de qualquer ação junto às comunidades requer o conhecimento de seus atores, das dificuldades por eles enfrentadas e das iniciativas já desenvolvidas, voltadas à solução das referidas dificuldades.

O programa se iniciará com a identificação de movimentos e lideranças locais, que serão convidados a compartilhar das linhas da proposta, sendo sensibilizadas quanto à sua relevância para o desenvolvimento da comunidade e quanto à importância de sua participação ativa para a consecução dos resultados esperados.





O envolvimento da comunidade, no entanto, não ficará adstrito à fase inicial do programa, ao contrário, será incentivado durante o desenvolvimento de todas as principais ações, com foco na participação dos grupos de adolescentes e jovens, concentrados no Movimento GerAção.

Além das estruturas da sociedade civil institucionalmente organizada, como os diversos Conselhos Setoriais, Comitês de Gestão Comunitária, entre outros, serão incentivados a envolverem-se todos os grupos sociais que tenham alguma iniciativa no sentido da promoção da identidade social, como grupos de idosos, de mães, grupos culturais e artísticos.

O BID/POD incrementará ações visando ao:

- **Fortalecimento institucional do executor** ✓

O componente visa qualificar a gestão da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, principal executora do Programa de Oportunidades e Direitos. O objetivo é que a Secretaria da Justiça passe a operar com base em um Modelo de Gestão por Resultados, cumprindo com metas programáticas e operativas, qualificando seus serviços, baseada num planejamento estratégico e segundo a definição de funções e metas para cada departamento e com a finalidade de executar de forma eficiente o Programa de Oportunidades e Direitos, em parceria com outras entidades governamentais e da sociedade civil.

- **Prevenção social da violência** ✓

O componente visa empoderar jovens em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes desenvolver autonomia, independência, sentimento de pertencimento à sua comunidade de origem e consciência cidadã sobre seus direitos. Efetivar a inclusão social através do oferecimento de serviços públicos de educação continuada para o aumento da escolaridade, apoio financeiro para permanência na escola e redução da evasão escolar, de capacitação para a inclusão no mercado de trabalho e de geração de renda, de saúde, cultura, esporte e lazer e para a proteção contra violações a seus direitos.

- **Prevenção situacional e qualificação da segurança pública** ✓

O componente vai oferecer espaços de convivência comunitária mais seguros e com acessibilidade universal para pessoas com deficiência, dotados de policiamento comunitário oferecido de forma integrada entre o Município e o Estado promovendo a reapropriação pela comunidade desses espaços e a criação de ambientes que promovam o prazer de estar e pertencer à comunidade, bem como que estimulem a prática de relações sociais virtuosas e pacíficas.



6) FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

Com o estrangulamento das fontes de recurso próprias dos Estados a assistência social rio-grandense não pode ficar desassistida de investimentos em período de crédito farto da economia brasileira. As fontes de recurso para o programa, que possuem objetivos de longo prazo, seguem a necessidade de financiamento. As demais alternativas que encontramos no mercado apresentam custo superior seja pelos patamares historicamente observados, seja pelo atual panorama econômico.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – é uma das principais fontes de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe, através de linhas de financiamento focadas em áreas prioritárias que incluem a promoção da equidade social e redução da pobreza.

Com efeito, dois dos objetivos estratégicos do Banco são a redução da pobreza com equidade social e o crescimento sustentável do ponto de vista ambiental, com foco em quatro áreas prioritárias, dentre elas destacando-se o investimento em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres e desfavorecidos.

A juventude latino-americana, por sua vez, é um dos principais focos de financiamento de projetos em razão do reconhecimento de que, nos dias atuais, 40% da população da região tem menos de 30 anos de idade, época em que enfrentam grandes desafios por sua vez encarados como um incentivo ao desenvolvimento econômico, à conquista da produtividade e equidade na redução da pobreza e dos altos níveis de violência na região.

O Programa ora proposto se alinha à concepção do Banco Interamericano de Desenvolvimento na medida em que aceita o desafio de compreender a juventude a partir da perspectiva de um ciclo de vida, considerando as fontes de risco e vulnerabilidades que fazem dessa população a mais propensa a ser vítima e a perpetrar a violência. As ações propostas estão pautadas nos tópicos que são foco do Banco Interamericano, envolvendo o enfrentamento aos fatores de risco juvenis, com vistas à redução dos altos índices de violência que caracterizam a América Latina.

A linha de financiamento ofertada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID estabelece condições favoráveis em termos de encargos e prazo de amortização do empréstimo. Segundo o programa, a taxa de juros a ser cobrada do mutuário será a Libor (3 meses) + spread variável. O prazo total de financiamento será de vinte e cinco anos, incluindo até cinco anos de carência. O prazo médio de vencimento da dívida é estimado em 15,25 anos, superior ao prazo médio das demais dívidas em dólar contraídas pelo Estado, calculado em 12,8 anos no final de 2011.



A taxa Libor apresenta o menor patamar das últimas décadas, e no ano de 2012 vem mantendo esta tendência de queda. Em janeiro de 2012 a Libor trimestral estava em 0,6% a.a., e em meados de novembro atingiu o valor de 0,31% a.a. O spread cobrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, conforme se observa nos demais financiamentos contraídos com este agente financeiro, está abaixo dos verificados no mercado, situando-se atualmente próximo a 1,2% a.a.

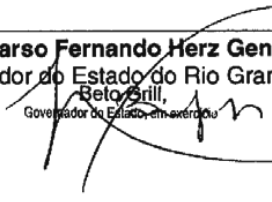
Os encargos desta operação se mostram extremamente vantajosos quando comparados aos juros ofertados pelo mercado brasileiro, os quais se baseiam na taxa básica de juros da economia (taxa Selic), atualmente em 7,25% a.a., ou aos juros praticados nas linhas de crédito do governo federal que utilizam a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, hoje cotada a 5,5% a.a., mais um spread que varia de 1,1% a.a. a 2% a.a.

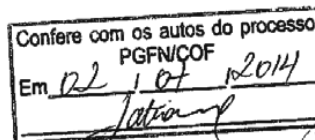
Desta forma, tendo em vista as condições especiais oferecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com encargos financeiros muito abaixo dos verificados no mercado, foi decidido o interesse por esta operação, sem a busca de fontes alternativas de financiamento.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2012.


Odir Alberto Pinheiro Tonollier,
Secretário de Estado da Fazenda

André Luiz B. de Paula Filho
Secretário Adjunto
Secretaria da Fazenda do Estado


Tarso Fernando Herz Genro,
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Beto Grill,
Governador do Estado, em exercício





Parecer Técnico

PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS - POD

OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA

Parecer Técnico, nos termos do Manual de Instrução de Pleitos – MIP/março-2012, da Secretaria do Tesouro Nacional, para a realização da operação de crédito externa entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, tendo a República Federativa do Brasil como garantidora da operação.

1) CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS. ✓
Instituição Financeira: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID ✓
Mutuário: Estado do Rio Grande do Sul ✓
Garantidor: República Federativa do Brasil ✓
Valor: US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ✓
Encargos: Libor(variável) + spread variável ✓
Prazo total: 25 anos ^{300 meses} ✓
Prazo de carência: 66 meses ✓
Prazo médio de amortização: 15,5 anos. ✓

2) JUSTIFICATIVA GERAL

O Brasil alcançou na última década o status de liderança regional e mundial. No entanto, uma série de obstáculos sociais ainda impede o país de proporcionar à totalidade da sua população uma vivência dotada de direitos e plenitude da cidadania. Atualmente, o Brasil é o nono país com maior índice de criminalidade e violência da região da América Latina e Caribe, apresentando taxas de homicídio superiores às de nações menos desenvolvidas, como o Haiti e a Nicarágua. De acordo com o mapa da violência publicado pelo Ministério da Justiça, considerando dados coletados entre 1998 e 2008, todas as regiões, com exceção do Sudeste, evidenciaram um acréscimo no número de homicídios registrados.

7





Em 2008, em treze dos 27 Estados a taxa de homicídios foi mais alta que a taxa média do país, de 26,4 por 100 mil habitantes. O número de homicídios por área geográfica nas capitais e regiões metropolitanas tem se mantido elevado, sendo que dos 50.113 homicídios registrados no país em 2008, 83% ocorreram em 10% dos municípios.

No Estado do Rio Grande do Sul, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes passou de 13,3 em 1998 para 21,8 em 2008, representando um significativo aumento de 63% em apenas dez anos. Embora esse número referente à população em geral possa ser considerado elevado, a taxa relativa especificamente ao grupo de adolescentes e jovens é ainda mais preocupante. Dados disponíveis revelam que são entre os 15 e os 24 anos de idade que estão as principais vítimas dos homicídios. Nessa faixa etária, o aumento foi de 50%, passando de 26,9 para 40,4 homicídios por 100 mil habitantes em 10 anos. Para fins de comparação, a taxa de homicídios de 30 por 100 mil habitantes é a estimativa usada para caracterizar uma guerra civil.

Considerando exclusivamente a população com idade inferior a 18 anos, dados da Divisão de Planejamento e Controle (Diplanco) da Polícia Civil gaúcha dão conta de que 160 menores de 18 anos foram assassinados no Rio Grande do Sul em 2010. Quando se trata da violência sexual, os números também são alarmantes: uma média de oito casos por dia – ou um a cada três horas – são registrados no Estado. É importante ressaltar que as autoridades da área estimam que o número real de abusos, cuja imensa maioria não chega ao conhecimento das autoridades, pode ser até 20 vezes maior.

Como se observa, os jovens são a parcela da população mais frequentemente vitimizada pela violência. Da mesma forma, a juventude tem sido perpetradora da violência. Apenas em 2010, foram registradas 2.922 infrações cometidas por jovens até 18 anos no Rio Grande do Sul. O Estado é o quarto no Brasil com mais adolescentes em conflito com a lei, atrás apenas de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais, segundo dados de 2009. Em 2009 havia 16.940 jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em todo o país, dos quais 1.009 se encontravam no Rio Grande do Sul. No âmbito do sistema penitenciário a realidade se repete. Do total de 512 mil apenados no Rio Grande do Sul, 56% têm menos de 30 anos.

Os dados acima demonstram que a juventude gaúcha está ou sendo desperdiçada em longos anos de cumprimento de medidas socioeducativas e penas criminais, ou sendo perdida vitimada pela violência. Não restam dúvidas, portanto, que esse é o público às quais as políticas públicas de redução da violência devem estar dirigidas.

A violência é um fenômeno complexo e são múltiplas as causas que podem levar um jovem a cometer atos violentos. As políticas públicas dirigidas a reduzir a violência de forma permanente, e não apenas paliativa, deverão, portanto, conhecer suas causas e ser elaboradas de forma a diminuir a incidência desses fatos geradores. O enfoque em apenas um dos fatores, como é o enfoque

7





sobre a repressão, não só tem um alto custo como pode gerar resultados no curto prazo, mas é insuficiente e ineficaz no combate permanente à violência.

As taxas de homicídio não afetam a todos os jovens de forma equânime. No Rio Grande do Sul, como no Brasil, o mapa de homicídios tende a coincidir com o mapa da exclusão social, econômica e cultural, reforçando a relação perversa entre violência, pobreza e desigualdade. Os jovens que vivem na periferia das cidades, em condições de marginalidade social, são os mais propensos a se depararem com a violência, seja como vítimas ou como perpetradores.

Os principais fatores que caracterizam essa população em torno da qual a violência se concentra são os seguintes:

a) **Baixa escolaridade:** como já foi mencionado, do total de 512 mil apenados no sistema penitenciário gaúcho, 56% tem menos de 30 anos. Mas os dados que caracterizam a classe social da qual provém essa juventude são aqueles sobre seu grau de escolaridade, que são reveladores, ainda que não surpreendentes: 63% deles não tem o ensino fundamental completo.

b) **Necessidade de recursos e ausência de oportunidades de emprego e geração de renda para a população juvenil:** no Rio Grande do Sul, retratando realidade semelhante à do Brasil, em torno de 50% das pessoas desempregadas tem até 29 anos. Ou seja, mesmo numa situação de virtual pleno emprego como a que vive o país atualmente, as taxas de desemprego atingem os jovens de forma desproporcional e mais severamente que o restante da população. Quando se tratam de jovens afrodescendentes ou jovens mulheres, as disparidades de salários e os obstáculos para o ingresso no mercado de trabalho são ainda mais severos.

c) **O uso excessivo e indevido e o fácil acesso ao álcool, drogas e a armas:** O primeiro contato com o álcool na infância e na adolescência ocorre, na maioria dos casos, aos 10 anos e o primeiro episódio de embriaguez acontece na faixa dos treze anos de idade. O consumo de drogas e álcool tem aumentado sensivelmente na faixa etária dos 15 aos 29 anos. O consumo crescente desses entorpecentes tem levado a um aumento de 43% a 58% na comissão de roubos no Rio Grande do Sul e, somado ao fácil acesso às armas, contribui para o aumento de homicídios. Os efeitos do álcool, assim, se estendem para além das consequências e gastos em saúde, gerando um vasto conjunto de custos sociais, atribuídos aos altos níveis de violência interpessoal, homicídios, comportamento sexual de risco, violência intrafamiliar e acidentes com veículos automotores. Por último, a taxa de tráfico de entorpecentes, de 2008 a 2009, subiu 32% no Estado; e 15% por posse e uso de drogas, no mesmo período.

d) **O inadequado funcionamento do sistema judicial e dos centros de ressocialização:** Hoje muitos desses centros acabam por tornar-se locais que não preparam o jovem para o retorno ao convívio social de forma pacífica, mas que, ao contrário, o predis põem a cometer novos delitos, por vezes mais graves que

4





aquele que deu causa à sua privação de liberdade inicial. Corroborando a ineficiência do processo de ressocialização, observa-se uma alta taxa de reincidência na criminalidade dos adolescentes egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). No ano de 2011, do total de adolescentes que ingressou na Fundação, 43% estavam em segundo ingresso, eram reincidentes.

e) A vitimização na infância: A violência pode surgir como conduta aprendida dentro do lar e como tal afeta principalmente a crianças vulneráveis que são vítimas da violência nos seus primeiros anos de vida. Vítima da violência, a criança aprende a associar estímulos agressivos com condutas violentas e a responder com violência a frustrações ou na solução de conflitos cotidianos. Assim, existe uma relação significativa entre a vitimização durante a infância e a posterior propensão a comportamentos agressivos. À medida que a vítima infantil cresce, suas condutas violentas transitam e se intensificam, iniciando como atos de indisciplina escolares e *bullying*, passando pela prática de furtos, roubos e participação em gangues, até a comissão de homicídios e a participação em organizações do crime organizado, seja do narcotráfico, comércio sexual ou de armas.

O enfrentamento à violência entre os jovens e a diminuição efetiva nas taxas de criminalidade deve ter como pilares a identificação precisa dos fatores que promovem a violência, assim como dos fatores que podem inibi-la. No Brasil, é notável que as regiões mais assoladas pela violência são aquelas onde o desenvolvimento econômico e os serviços sociais do Estado estão mais ausentes, e suas populações mais distantes dos mecanismos públicos de acesso a direitos, bens e serviços.

Portanto, o Poder Público deve concentrar, nessas áreas, esforços e investimentos dinâmicos, voltados à geração de oportunidades e perspectivas, ao empoderamento de suas populações e à cidadania. Não há dúvidas de que o Estado está distante, geograficamente inclusive, das populações que vivem em áreas carentes, sendo que a vitimização dessas populações e a perpetração da violência está diretamente ligada à ausência do Poder Público.

Por meio do Programa de Oportunidades e Direitos, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul pretende focar a ação do Poder Público nas causas da violência, promovendo um investimento inteligente, tanto no âmbito preventivo como de controle, articulando ações entre as diversas esferas do poder público, o setor privado e a sociedade civil. O Programa propõe a presença estatal nas comunidades conflagradas através da qualificação da infraestrutura, da capacitação dos profissionais da Segurança, da geração de oportunidades de emprego e renda e, principalmente, da promoção do protagonismo dos jovens, da sua capacidade de mobilização e criatividade, o estímulo à convivência positiva e à característica transformadora do jovem.

4





A redução dos níveis de violência e criminalidade é um objetivo ambicioso a cumprir, dado que se trata de uma problemática com numerosas causas, como se pontuou acima. Em razão disso, a abordagem integral que caracteriza o Programa de Oportunidades e Direitos, com ações multidisciplinares e coordenadas nas distintas esferas de governo e abarcando desde o apoio ao fortalecimento da capacidade institucional das entidades responsáveis de direitos humanos e da segurança pública, até a implementação de ações de prevenção social e situacional no âmbito local, representam a estratégia mais eficaz de disputa contra os fatores que originam a violência.

3) OBJETIVOS DO PROGRAMA

Objetivo geral - Reduzir os índices de violência e criminalidade, garantindo os direitos humanos, em particular os direitos sociais, econômicos e culturais, e as liberdades individuais do segmento da população de crianças, adolescentes e jovens localizada em comunidades conflagradas pela violência nas cidades de Alvorada, Canoas, Guaíba, Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão, no Estado de Rio Grande do Sul, por meio da implementação do Programa de Oportunidades e Direitos.

Objetivos específicos:

- a) **Objetivo específico 1:** reduzir a incidência delitiva de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, mediante a criação de oportunidades e a efetivação dos direitos desse grupo;
- b) **Objetivo específico 2:** incrementar a efetividade das polícias e do sistema de segurança cidadã no âmbito local de implantação do Programa; e
- c) **Objetivo específico 3:** reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei.

4) A RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

Os recursos do POD serão utilizados para financiar políticas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, tanto na capacitação gerencial da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos como na infraestrutura que atende o público alvo do Programa. Para o alcance desses objetivos o Estado tem elencado projetos com estas características.

A gestão do Governo do Estado, visando atingir metas fixadas, adotará uma política fiscal sustentável, baseada na potencialização das Receitas e na racionalização dos Gastos. O Plano Plurianual do Governo do Estado prevê a priorização do investimento próprio em ações de Saúde e Educação, tendo em vista a necessidade de equilíbrio com as exigências constitucionais. Portanto, para corrigir a ausência de investimentos públicos na área da inclusão social,

7





comprometido com a efetivação dos direitos humanos e a garantia dos direitos sociais e entendendo que esse investimento é fundamental para a redução das altas taxas de violência, que consomem centenas de vidas e despotencializam o crescimento social e econômico, o Governo do Estado orienta-se para a busca de novas fontes de financiamento público, que abrangem tanto fontes federais disponíveis como e a captação de recursos externos através de operações de crédito, tal como o financiamento ora pleiteado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução do Programa de Oportunidades e Direitos.

Serão beneficiários diretos do programa aproximadamente 03 (três) mil pessoas por mês, atendidas pelos serviços públicos ofertados nas 10 unidades das Casas dos Direitos Humanos. De forma indireta, considerando a amplitude das ações e o caráter de multiplicador dos projetos, em torno de 12 mil pessoas por mês passam a ser beneficiadas, considerando-se a média de componentes do núcleo familiar.

O não enfrentamento da problemática apresentada acarretará enormes custos sociais no futuro. Os focos identificados possuem um efeito multiplicador da violência e sua imediata contenção se faz necessária. E por esses motivos que se justifica a obtenção de recursos de financiamento de longo prazo. Os custos apresentados pelo BID são os menores encontrados no mercado. A libor apresenta seu menor patamar em sua trajetória. A relação cambial brasileira encontra-se estabilizada. Estes fatores é que corroboram pela a escolha da fonte de financiamento.

5) O INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

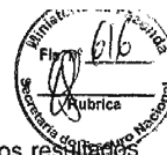
O envolvimento da sociedade civil é de fundamental relevância para o sucesso do Programa, uma vez que tem como objetivos principais desenvolver o protagonismo juvenil para a busca de soluções aos problemas sociais, incentivando a participação e o engajamento social, promover o sentimento de pertencimento a uma comunidade e o exercício da cidadania bem como desenvolver o potencial criativo dessa população a fim de construir projetos de vida, visões de mundo, praticar sociabilidades diferentes daquelas apontadas naturalmente pela vida cotidiana.

Entendemos que o início de qualquer ação junto às comunidades requer o conhecimento de seus atores, das dificuldades por eles enfrentadas e das iniciativas já desenvolvidas, voltadas à solução das referidas dificuldades.

O programa se iniciará com a identificação de movimentos e lideranças locais, que serão convidados a compartilhar das linhas da proposta, sendo sensibilizadas quanto à sua relevância para o desenvolvimento da comunidade e

7





quanto à importância de sua participação ativa para a consecução dos resultados esperados.

O envolvimento da comunidade, no entanto, não ficará adstrito à fase inicial do programa, ao contrário, será incentivado durante o desenvolvimento de todas as principais ações, com foco na participação dos grupos de adolescentes e jovens, concentrados no Movimento GerAção.

Além das estruturas da sociedade civil institucionalmente organizada, como os diversos Conselhos Setoriais, Comitês de Gestão Comunitária, entre outros, serão incentivados a envolverem-se todos os grupos sociais que tenham alguma iniciativa no sentido da promoção da identidade social, como grupos de idosos, de mães, grupos culturais e artísticos.

O BID/POD incrementará ações visando ao:

- **Fortalecimento Institucional do executor**

O componente visa qualificar a gestão da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, principal executora do Programa de Oportunidades e Direitos. O objetivo é que a Secretaria da Justiça passe a operar com base em um Modelo de Gestão por Resultados, cumprindo com metas programáticas e operativas, qualificando seus serviços, baseada num planejamento estratégico e segundo a definição de funções e metas para cada departamento e com a finalidade de executar de forma eficiente o Programa de Oportunidades e Direitos, em parceria com outras entidades governamentais e da sociedade civil.

- **Prevenção social da violência**

O componente visa empoderar jovens em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes desenvolver autonomia, independência, sentimento de pertencimento à sua comunidade de origem e consciência cidadã sobre seus direitos. Efetivar a inclusão social através do oferecimento de serviços públicos de educação continuada para o aumento da escolaridade, apoio financeiro para permanência na escola e redução da evasão escolar, de capacitação para a inclusão no mercado de trabalho e de geração de renda, de saúde, cultura, esporte e lazer e para a proteção contra violações a seus direitos.

- **Prevenção situacional e qualificação da segurança pública**

O componente vai oferecer espaços de convivência comunitária mais seguros e com acessibilidade universal para pessoas com deficiência, dotados de policiamento comunitário oferecido de forma integrada entre o Município e o Estado promovendo a reapropriação pela comunidade desses espaços e a criação de ambientes que promovam o prazer de estar e pertencer à comunidade, bem como que estimulem a prática de relações sociais virtuosas e pacíficas.

4





6) FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

Com o estrangulamento das fontes de recurso próprias dos Estados a assistência social rio-grandense não pode ficar desassistida de investimentos em período de crédito farto da economia brasileira. As fontes de recurso para o programa, que possuem objetivos de longo prazo, seguem a necessidade de financiamento. As demais alternativas que encontramos no mercado apresentam custo superior seja pelos patamares historicamente observados, seja pelo atual panorama econômico.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – é uma das principais fontes de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe, através de linhas de financiamento focadas em áreas prioritárias que incluem a promoção da equidade social e redução da pobreza.

Com efeito, dois dos objetivos estratégicos do Banco são a redução da pobreza com equidade social e o crescimento sustentável do ponto de vista ambiental, com foco em quatro áreas prioritárias, dentre elas destacando-se o investimento em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres e desfavorecidos.

A juventude latino-americana, por sua vez, é um dos principais focos de financiamento de projetos em razão do reconhecimento de que, nos dias atuais, 40% da população da região tem menos de 30 anos de idade, época em que enfrentam grandes desafios por sua vez encarados como um incentivo ao desenvolvimento econômico, à conquista da produtividade e equidade na redução da pobreza e dos altos níveis de violência na região.

O Programa ora proposto se alinha à concepção do Banco Interamericano de Desenvolvimento na medida em que aceita o desafio de compreender a juventude a partir da perspectiva de um ciclo de vida, considerando as fontes de risco e vulnerabilidades que fazem dessa população a mais propensa a ser vítima e a perpetrar a violência. As ações propostas estão pautadas nos tópicos que são foco do Banco Interamericano, envolvendo o enfrentamento aos fatores de risco juvenis, com vistas à redução dos altos índices de violência que caracterizam a América Latina.

A linha de financiamento ofertada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID estabelece condições favoráveis em termos de encargos e prazo de amortização do empréstimo. Segundo o programa, a taxa de juros a ser cobrada do mutuário será a Libor (3 meses) + spread variável. O prazo total de financiamento será de vinte e cinco anos, incluindo até cinco anos de carência. O

→ Ollusão y pelo
Quem é de 10 (R 670)
un



prazo médio de vencimento da dívida é estimado em 15,25 anos, superior ao prazo médio das demais dívidas em dólar contraídas pelo Estado, calculado em 13,39 anos no final de 2013.

A taxa Libor apresenta o menor patamar das últimas décadas. Em maio de 2014 a Libor trimestral estava em 1,14% a.a. O spread cobrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, conforme se observa nos demais financiamentos contraídos com este agente financeiro, está abaixo dos verificados no mercado, situando-se atualmente próximo a 1,0% a.a.

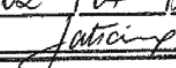
Os encargos desta operação se mostram extremamente vantajosos quando comparados aos juros ofertados pelo mercado brasileiro, os quais se baseiam na taxa básica de juros da economia (taxa Selic), atualmente em 11% a.a., ou aos juros praticados nas linhas de crédito do governo federal que utilizam a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, hoje cotada a 5,0% a.a., mais um spread que varia de 1,1% a.a. a 2% a.a.

Desta forma, tendo em vista as condições especiais oferecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com encargos financeiros muito abaixo dos verificados no mercado, foi decidido o interesse por esta operação, sem a busca de fontes alternativas de financiamento.

Porto Alegre, 30 de maio de de 2014. <


Odir Alberto Pinheiro Tonollier,
Secretário de Estado da Fazenda


Tarso Fernando Herz Genro,
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Confere com os autos do processo	
PGFN/COF	
Em 02/07/2014	
	



**Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL)
Operação de Crédito Externo**



Ao Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional,

Trata o presente documento de **Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL)**, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), para a realização da operação de crédito externo entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 87.934.675/0001-96, com sede Praça Marechal Deodoro s/nº, Centro, Porto Alegre/RS, cep: 90010 300 e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com sede em Washington, DC, 1300 New York Avenue Northwest.

Declaro que foram realizadas consultas técnicas com a Instituição Financeira e a operação será negociada tendo por base as seguintes condições:

- Nome do projeto/programa: Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS ✓
- Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX): nº 1318, de 08/06/2012;
- Fonte/Origem dos Recursos: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;
- Valor do crédito na moeda do empréstimo: US\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- Valor equivalente do crédito em reais: R\$ 93.790.000,00 (Noventa e três milhões, setecentos e noventa mil reais);
- Taxa de câmbio: 1,8758, na data de 31/12/2012; *2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029 - 2030 - 2031 - 2032 - 2033 - 2034 - 2035 - 2036 - 2037 - 2038 - 2039 - 2040 - 2041 - 2042 - 2043 - 2044 - 2045 - 2046 - 2047 - 2048 - 2049 - 2050 - 2051 - 2052 - 2053 - 2054 - 2055 - 2056 - 2057 - 2058 - 2059 - 2060 - 2061 - 2062 - 2063 - 2064 - 2065 - 2066 - 2067 - 2068 - 2069 - 2070 - 2071 - 2072 - 2073 - 2074 - 2075 - 2076 - 2077 - 2078 - 2079 - 2080 - 2081 - 2082 - 2083 - 2084 - 2085 - 2086 - 2087 - 2088 - 2089 - 2090 - 2091 - 2092 - 2093 - 2094 - 2095 - 2096 - 2097 - 2098 - 2099 - 2100 - 2101 - 2102 - 2103 - 2104 - 2105 - 2106 - 2107 - 2108 - 2109 - 2110 - 2111 - 2112 - 2113 - 2114 - 2115 - 2116 - 2117 - 2118 - 2119 - 2120 - 2121 - 2122 - 2123 - 2124 - 2125 - 2126 - 2127 - 2128 - 2129 - 2130 - 2131 - 2132 - 2133 - 2134 - 2135 - 2136 - 2137 - 2138 - 2139 - 2140 - 2141 - 2142 - 2143 - 2144 - 2145 - 2146 - 2147 - 2148 - 2149 - 2150 - 2151 - 2152 - 2153 - 2154 - 2155 - 2156 - 2157 - 2158 - 2159 - 2160 - 2161 - 2162 - 2163 - 2164 - 2165 - 2166 - 2167 - 2168 - 2169 - 2170 - 2171 - 2172 - 2173 - 2174 - 2175 - 2176 - 2177 - 2178 - 2179 - 2180 - 2181 - 2182 - 2183 - 2184 - 2185 - 2186 - 2187 - 2188 - 2189 - 2190 - 2191 - 2192 - 2193 - 2194 - 2195 - 2196 - 2197 - 2198 - 2199 - 2200 - 2201 - 2202 - 2203 - 2204 - 2205 - 2206 - 2207 - 2208 - 2209 - 2210 - 2211 - 2212 - 2213 - 2214 - 2215 - 2216 - 2217 - 2218 - 2219 - 2220 - 2221 - 2222 - 2223 - 2224 - 2225 - 2226 - 2227 - 2228 - 2229 - 2230 - 2231 - 2232 - 2233 - 2234 - 2235 - 2236 - 2237 - 2238 - 2239 - 2240 - 2241 - 2242 - 2243 - 2244 - 2245 - 2246 - 2247 - 2248 - 2249 - 2250 - 2251 - 2252 - 2253 - 2254 - 2255 - 2256 - 2257 - 2258 - 2259 - 2260 - 2261 - 2262 - 2263 - 2264 - 2265 - 2266 - 2267 - 2268 - 2269 - 2270 - 2271 - 2272 - 2273 - 2274 - 2275 - 2276 - 2277 - 2278 - 2279 - 2280 - 2281 - 2282 - 2283 - 2284 - 2285 - 2286 - 2287 - 2288 - 2289 - 2290 - 2291 - 2292 - 2293 - 2294 - 2295 - 2296 - 2297 - 2298 - 2299 - 2300 - 2301 - 2302 - 2303 - 2304 - 2305 - 2306 - 2307 - 2308 - 2309 - 2310 - 2311 - 2312 - 2313 - 2314 - 2315 - 2316 - 2317 - 2318 - 2319 - 2320 - 2321 - 2322 - 2323 - 2324 - 2325 - 2326 - 2327 - 2328 - 2329 - 2330 - 2331 - 2332 - 2333 - 2334 - 2335 - 2336 - 2337 - 2338 - 2339 - 2340 - 2341 - 2342 - 2343 - 2344 - 2345 - 2346 - 2347 - 2348 - 2349 - 2350 - 2351 - 2352 - 2353 - 2354 - 2355 - 2356 - 2357 - 2358 - 2359 - 2360 - 2361 - 2362 - 2363 - 2364 - 2365 - 2366 - 2367 - 2368 - 2369 - 2370 - 2371 - 2372 - 2373 - 2374 - 2375 - 2376 - 2377 - 2378 - 2379 - 2380 - 2381 - 2382 - 2383 - 2384 - 2385 - 2386 - 2387 - 2388 - 2389 - 2390 - 2391 - 2392 - 2393 - 2394 - 2395 - 2396 - 2397 - 2398 - 2399 - 2400 - 2401 - 2402 - 2403 - 2404 - 2405 - 2406 - 2407 - 2408 - 2409 - 2410 - 2411 - 2412 - 2413 - 2414 - 2415 - 2416 - 2417 - 2418 - 2419 - 2420 - 2421 - 2422 - 2423 - 2424 - 2425 - 2426 - 2427 - 2428 - 2429 - 2430 - 2431 - 2432 - 2433 - 2434 - 2435 - 2436 - 2437 - 2438 - 2439 - 2440 - 2441 - 2442 - 2443 - 2444 - 2445 - 2446 - 2447 - 2448 - 2449 - 2450 - 2451 - 2452 - 2453 - 2454 - 2455 - 2456 - 2457 - 2458 - 2459 - 2460 - 2461 - 2462 - 2463 - 2464 - 2465 - 2466 - 2467 - 2468 - 2469 - 2470 - 2471 - 2472 - 2473 - 2474 - 2475 - 2476 - 2477 - 2478 - 2479 - 2480 - 2481 - 2482 - 2483 - 2484 - 2485 - 2486 - 2487 - 2488 - 2489 - 2490 - 2491 - 2492 - 2493 - 2494 - 2495 - 2496 - 2497 - 2498 - 2499 - 2500 - 2501 - 2502 - 2503 - 2504 - 2505 - 2506 - 2507 - 2508 - 2509 - 2510 - 2511 - 2512 - 2513 - 2514 - 2515 - 2516 - 2517 - 2518 - 2519 - 2520 - 2521 - 2522 - 2523 - 2524 - 2525 - 2526 - 2527 - 2528 - 2529 - 2530 - 2531 - 2532 - 2533 - 2534 - 2535 - 2536 - 2537 - 2538 - 2539 - 2540 - 2541 - 2542 - 2543 - 2544 - 2545 - 2546 - 2547 - 2548 - 2549 - 2550 - 2551 - 2552 - 2553 - 2554 - 2555 - 2556 - 2557 - 2558 - 2559 - 2560 - 2561 - 2562 - 2563 - 2564 - 2565 - 2566 - 2567 - 2568 - 2569 - 2570 - 2571 - 2572 - 2573 - 2574 - 2575 - 2576 - 2577 - 2578 - 2579 - 2580 - 2581 - 2582 - 2583 - 2584 - 2585 - 2586 - 2587 - 2588 - 2589 - 2590 - 2591 - 2592 - 2593 - 2594 - 2595 - 2596 - 2597 - 2598 - 2599 - 2600 - 2601 - 2602 - 2603 - 2604 - 2605 - 2606 - 2607 - 2608 - 2609 - 2610 - 2611 - 2612 - 2613 - 2614 - 2615 - 2616 - 2617 - 2618 - 2619 - 2620 - 2621 - 2622 - 2623 - 2624 - 2625 - 2626 - 2627 - 2628 - 2629 - 2630 - 2631 - 2632 - 2633 - 2634 - 2635 - 2636 - 2637 - 2638 - 2639 - 2640 - 2641 - 2642 - 2643 - 2644 - 2645 - 2646 - 2647 - 2648 - 2649 - 2650 - 2651 - 2652 - 2653 - 2654 - 2655 - 2656 - 2657 - 2658 - 2659 - 2660 - 2661 - 2662 - 2663 - 2664 - 2665 - 2666 - 2667 - 2668 - 2669 - 2670 - 2671 - 2672 - 2673 - 2674 - 2675 - 2676 - 2677 - 2678 - 2679 - 2680 - 2681 - 2682 - 2683 - 2684 - 2685 - 2686 - 2687 - 2688 - 2689 - 2690 - 2691 - 2692 - 2693 - 2694 - 2695 - 2696 - 2697 - 2698 - 2699 - 2700 - 2701 - 2702 - 2703 - 2704 - 2705 - 2706 - 2707 - 2708 - 2709 - 2710 - 2711 - 2712 - 2713 - 2714 - 2715 - 2716 - 2717 - 2718 - 2719 - 2720 - 2721 - 2722 - 2723 - 2724 - 2725 - 2726 - 2727 - 2728 - 2729 - 2730 - 2731 - 2732 - 2733 - 2734 - 2735 - 2736 - 2737 - 2738 - 2739 - 2740 - 2741 - 2742 - 2743 - 2744 - 2745 - 2746 - 2747 - 2748 - 2749 - 2750 - 2751 - 2752 - 2753 - 2754 - 2755 - 2756 - 2757 - 2758 - 2759 - 2760 - 2761 - 2762 - 2763 - 2764 - 2765 - 2766 - 2767 - 2768 - 2769 - 2770 - 2771 - 2772 - 2773 - 2774 - 2775 - 2776 - 2777 - 2778 - 2779 - 2780 - 2781 - 2782 - 2783 - 2784 - 2785 - 2786 - 2787 - 2788 - 2789 - 2790 - 2791 - 2792 - 2793 - 2794 - 2795 - 2796 - 2797 - 2798 - 2799 - 2800 - 2801 - 2802 - 2803 - 2804 - 2805 - 2806 - 2807 - 2808 - 2809 - 2810 - 2811 - 2812 - 2813 - 2814 - 2815 - 2816 - 2817 - 2818 - 2819 - 2820 - 2821 - 2822 - 2823 - 2824 - 2825 - 2826 - 2827 - 2828 - 2829 - 2830 - 2831 - 2832 - 2833 - 2834 - 2835 - 2836 - 2837 - 2838 - 2839 - 2840 - 2841 - 2842 - 2843 - 2844 - 2845 - 2846 - 2847 - 2848 - 2849 - 2850 - 2851 - 2852 - 2853 - 2854 - 2855 - 2856 - 2857 - 2858 - 2859 - 2860 - 2861 - 2862 - 2863 - 2864 - 2865 - 2866 - 2867 - 2868 - 2869 - 2870 - 2871 - 2872 - 2873 - 2874 - 2875 - 2876 - 2877 - 2878 - 2879 - 2880 - 2881 - 2882 - 2883 - 2884 - 2885 - 2886 - 2887 - 2888 - 2889 - 2890 - 2891 - 2892 - 2893 - 2894 - 2895 - 2896 - 2897 - 2898 - 2899 - 2900 - 2901 - 2902 - 2903 - 2904 - 2905 - 2906 - 2907 - 2908 - 2909 - 2910 - 2911 - 2912 - 2913 - 2914 - 2915 - 2916 - 2917 - 2918 - 2919 - 2920 - 2921 - 2922 - 2923 - 2924 - 2925 - 2926 - 2927 - 2928 - 2929 - 2930 - 2931 - 2932 - 2933 - 2934 - 2935 - 2936 - 2937 - 2938 - 2939 - 2940 - 2941 - 2942 - 2943 - 2944 - 2945 - 2946 - 2947 - 2948 - 2949 - 2950 - 2951 - 2952 - 2953 - 2954 - 2955 - 2956 - 2957 - 2958 - 2959 - 2960 - 2961 - 2962 - 2963 - 2964 - 2965 - 2966 - 2967 - 2968 - 2969 - 2970 - 2971 - 2972 - 2973 - 2974 - 2975 - 2976 - 2977 - 2978 - 2979 - 2980 - 2981 - 2982 - 2983 - 2984 - 2985 - 2986 - 2987 - 2988 - 2989 - 2990 - 2991 - 2992 - 2993 - 2994 - 2995 - 2996 - 2997 - 2998 - 2999 - 3000 - 3001 - 3002 - 3003 - 3004 - 3005 - 3006 - 3007 - 3008 - 3009 - 3010 - 3011 - 3012 - 3013 - 3014 - 3015 - 3016 - 3017 - 3018 - 3019 - 3020 - 3021 - 3022 - 3023 - 3024 - 3025 - 3026 - 3027 - 3028 - 3029 - 3030 - 3031 - 3032 - 3033 - 3034 - 3035 - 3036 - 3037 - 3038 - 3039 - 3040 - 3041 - 3042 - 3043 - 3044 - 3045 - 3046 - 3047 - 3048 - 3049 - 3050 - 3051 - 3052 - 3053 - 3054 - 3055 - 3056 - 3057 - 3058 - 3059 - 3060 - 3061 - 3062 - 3063 - 3064 - 3065 - 3066 - 3067 - 3068 - 3069 - 3070 - 3071 - 3072 - 3073 - 3074 - 3075 - 3076 - 3077 - 3078 - 3079 - 3080 - 3081 - 3082 - 3083 - 3084 - 3085 - 3086 - 3087 - 3088 - 3089 - 3090 - 3091 - 3092 - 3093 - 3094 - 3095 - 3096 - 3097 - 3098 - 3099 - 3100 - 3101 - 3102 - 3103 - 3104 - 3105 - 3106 - 3107 - 3108 - 3109 - 3110 - 3111 - 3112 - 3113 - 3114 - 3115 - 3116 - 3117 - 3118 - 3119 - 3120 - 3121 - 3122 - 3123 - 3124 - 3125 - 3126 - 3127 - 3128 - 3129 - 3130 - 3131 - 3132 - 3133 - 3134 - 3135 - 3136 - 3137 - 3138 - 3139 - 3140 - 3141 - 3142 - 3143 - 3144 - 3145 - 3146 - 3147 - 3148 - 3149 - 3150 - 3151 - 3152 - 3153 - 3154 - 3155 - 3156 - 3157 - 3158 - 3159 - 3160 - 3161 - 3162 - 3163 - 3164 - 3165 - 3166 - 3167 - 3168 - 3169 - 3170 - 3171 - 3172 - 3173 - 3174 - 3175 - 3176 - 3177 - 3178 - 3179 - 3180 - 3181 - 3182 - 3183 - 3184 - 3185 - 3186 - 3187 - 3188 - 3189 - 3190 - 3191 - 3192 - 3193 - 3194 - 3195 - 3196 - 3197 - 3198 - 3199 - 3200 - 3201 - 3202 - 3203 - 3204 - 3205 - 3206 - 3207 - 3208 - 3209 - 3210 - 3211 - 3212 - 3213 - 3214 - 3215 - 3216 - 3217 - 3218 - 3219 - 3220 - 3221 - 3222 - 3223 - 3224 - 3225 - 3226 - 3227 - 3228 - 3229 - 3230 - 3231 - 3232 - 3233 - 3234 - 3235 - 3236 - 3237 - 3238 - 3239 - 3240 - 3241 - 3242 - 3243 - 3244 - 3245 - 3246 - 3247 - 3248 - 3249 - 3250 - 3251 - 3252 - 3253 - 3254 - 3255 - 3256 - 3257 - 3258 - 3259 - 3260 - 3261 - 3262 - 3263 - 3264 - 3265 - 3266 - 3267 - 3268 - 3269 - 3270 - 3271 - 3272 - 3273 - 3274 - 3275 - 3276 - 3277 - 3278 - 3279 - 3280 - 3281 - 3282 - 3283 - 3284 - 3285 - 3286 - 3287 - 3288 - 3289 - 3290 - 3291 - 3292 - 3293 - 3294 - 3295 - 3296 - 3297 - 3298 - 3299 - 3300 - 3301 - 3302 - 3303 - 3304 - 3305 - 3306 - 3307 - 3308 - 3309 - 3310 - 3311 - 3312 - 3313 - 3314 - 3315 - 3316 - 3317 - 3318 - 3319 - 3320 - 3321 - 3322 - 3323 - 3324 - 3325 - 3326 - 3327 - 3328 - 3329 - 3330 - 3331 - 3332 - 3333 - 3334 - 3335 - 3336 - 3337 - 3338 - 3339 - 3340 - 3341 - 3342 - 3343 - 3344 - 3345 - 3346 - 3347 - 3348 - 3349 - 3350 - 3351 - 3352 - 3353 - 3354 - 3355 - 3356 - 3357 - 3358 - 3359 - 3360 - 3361 - 3362 - 3363 - 3364 - 3365 - 3366 - 3367 - 3368 - 3369 - 3370 - 3371 - 3372 - 3373 - 3374 - 3375 - 3376 - 3377 - 3378 - 3379 - 3380 - 3381 - 3382 - 3383 - 3384 - 3385 - 3386 - 3387 - 3388 - 3389 - 3390 - 3391 - 3392 - 3393 - 3394 - 3395 - 3396 - 3397 - 3398 - 3399 - 3400 - 3401 - 3402 - 3403 - 3404 - 3405 - 3406 - 3407 - 3408 - 3409 - 3410 - 3411 - 3412 - 3413 - 3414 - 3415 - 3416 - 3417 - 3418 - 3419 - 3420 - 3421 - 3422 - 3423 - 3424 - 3425 - 3426 - 3427 - 3428 - 3429 - 3430 - 3431 - 3432 - 3433 - 3434 - 3435 - 3436 - 3437 - 3438 - 3439 - 3440 - 3441 - 3442 - 3443 - 3444 - 3445 - 3446 - 3447 - 3448 - 3449 - 3450 - 3451 - 3452 - 3453 - 3454 - 3455 - 3456 - 3457 - 3458 - 3459 - 3460 - 3461 - 3462 - 3463 - 3464 - 3465 - 3466 - 3467 - 3468 - 3469 - 3470 - 3471 - 3472 - 3473 - 3474 - 3475 - 3476 - 3477 - 3478 - 3479 - 3480 - 3481 - 3482 - 3483 - 3484 - 3485 - 3486 - 3487 - 3488 - 3489 - 3490 - 3491 - 3492 - 3493 - 3494 - 3495 - 3496 - 3497 - 3498 - 3499 - 3500 - 3501 - 3502 - 3503 - 3504 - 3505 - 3506 - 3507 - 3508 - 3509 - 3510 - 3511 - 3512 - 3513 - 3514 - 3515 - 3516 - 3517 - 3518 - 3519 - 3520 - 3521 - 3522 - 3523 - 3524 - 3525 - 3526 - 3527 - 3528 - 3529 - 3530 - 3531 - 3532 - 3533 - 3534 - 3535 - 3536 - 3537 - 3538 - 3539 - 3540 - 3541 - 3542 - 3543 - 3544 - 3545 - 3546 - 3547 - 3548 - 3549 - 3550 - 3551 - 3552 - 3553 - 3554 - 3555 - 3556 - 3557 - 3558 - 3559 - 3560 - 3561 - 3562 - 3563 - 3564 - 3565 - 3566 - 3567 - 3568 - 3569 - 3570 - 3571 - 3572 - 3573 - 3574 - 3575 - 3576 - 3577 - 3578 - 3579 - 3580 - 3581 - 3582 - 3583 - 3584 - 3585 - 3586 - 3587 - 3588 - 3589 - 3590 - 3591 - 3592 - 3593 - 3594 - 3595 - 3596 - 3597 - 3598 - 3599 - 3600 - 3601 - 3602 - 3603 - 3604 - 3605 - 3606 - 3607 - 3608 - 3609 - 3610 - 3611 - 3612 - 3613 - 3614 - 3615 - 3616 - 3617 - 3618 - 3619 - 3620 - 3621 - 3622 - 3623 - 3624 - 3625 - 3626 - 3627 - 3628 - 3629 - 3630 - 3631 - 3632 - 3633 - 3634 - 3635 - 3636 - 3637 - 3638 - 3639 - 3640 - 3641 - 3642 - 3643 - 3644 - 3645 - 3646 - 3647 - 3648 - 3649 - 3650 - 3651 - 3652 - 3653 - 3654 - 3655 - 3656 - 3657 - 3658 - 3659 - 3660 - 3661 - 3662 - 3663 - 3664 - 3665 - 3666 - 3667 - 3668 - 3669 - 3670 - 3671 - 3672 - 3673 - 3674 - 3675 - 3676 - 3677 - 3678 - 3679 - 3680 - 3681 - 3682 - 3683 - 3684 - 3685 - 3686 - 3687 - 3688 - 3689 - 3690 - 3691 - 3692 - 3693 - 3694 - 3695 - 3696 - 3697 - 3698 - 3699 - 3700 - 3701 - 3702 - 3703 - 3704 - 3705 - 3706 - 3707 - 3708 - 3709 - 3710 - 3711 - 3712 - 3713 - 3714 - 3715 - 3716 - 3717 - 3718 - 3719 - 3720 - 3721 - 3722 - 3723 - 3724 - 3725 - 3726 - 3727 - 3728 - 3729 - 3730 - 3731 - 3732 - 3733 - 3734 - 3735 - 3736 - 3737 - 3738 - 3739 - 3740 - 3741 - 3742 - 3743 - 3744 - 3745 - 3746 - 3747 - 3748 - 3749 - 3750 - 3751 - 3752 - 3753 - 3754 - 3755 - 3756 - 3757 - 3758 - 3759 - 3760 - 3761 - 3762 - 3763 - 3764 - 3765 - 3766 - 3767 - 3768 - 3769 - 3770 - 3771 - 3772 - 3773 - 3774 - 3775 - 3776 - 3777 - 3778 - 3779 - 3780 - 3781 - 3782 - 3783 - 3784 - 3785 - 3786 - 3787 - 3788 - 3789 - 3790 - 3791 - 3792 - 3793 - 3794 - 3795 - 3796 - 3797 - 3798 - 3799 - 3800 - 3801 - 3802 - 3803 - 3804 - 3805 - 3806 - 3807 - 3808 - 3809 - 3810 - 3811 - 3812 - 3813 - 3814 - 3815 - 3816 - 3817 - 3818 - 3819 - 3820 - 3821 - 3822 - 3823 - 3824 - 3825 - 3826 - 3827 - 3828 - 3829 - 3830 - 3831 - 3832 - 3833 - 3834 - 3835 - 3836 - 3837 - 3838 - 3839 - 3840 - 3841 - 3842 - 3843 - 3844 - 3845 - 3846 - 3847 - 3848 - 3849 - 3850 - 3851 - 3852 - 3853 - 3854 - 3855 - 3856 - 3857 - 3858 - 3859 - 3860 - 3861 - 3862 - 3863 - 3864 - 3865 - 3866 - 3867 - 3868 - 3869 - 3870 - 3871 - 3872 - 3873 - 3874 - 3875 - 3876 - 3877 - 3878 - 3879 - 3880 - 3881 - 3882 - 3883 - 3884 - 3885 - 3886 - 3887 - 3888 - 3889 - 3890 - 3891 - 3892 - 3893 - 3894 - 3895 - 3896 - 3897 - 3898 - 3899 - 3900 - 3901 - 3902 - 3903 - 3904 - 3905 - 3906 - 3907 - 3908 - 3909 - 3910 - 3911 - 3912 - 3913 - 3914 - 3915 - 3916 - 3917 - 3918 - 3919 - 3920 - 3921 - 3922 - 3923 - 3924 - 3925 - 3926 - 3927 - 3928 - 3929 - 3930 - 3931 - 3932 - 3933 - 3934 - 3935 - 3936 - 3937 - 3938 - 3939 - 3940 - 3941 - 3942 - 3943 - 3944 - 3945 - 3946 - 3947 - 3948 - 3949 - 3950 - 3951 - 3952 -*

Email: lucianof@sefaz.rs.gov.br

Dante Murilo Petter
Agente Fiscal do Tesouro do Estado
Fone: 51 32145330
Fax: 51 32145334
Email: dantem@sefaz.rs.gov.br



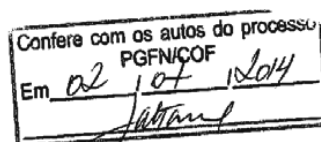
Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que os 2 (dois) Cronogramas Financeiros da Operação (anexos a este PVL, expressos em base anual, o primeiro na moeda da contratação e o segundo em reais) espelham todas as condições financeiras aqui apresentadas.

Finalmente, solicito a completa instrução do processo para fins de envio ao Senado Federal, tendo em vista sua competência privativa para autorizar operações de crédito externo, conforme inciso V do art.52 da Constituição Federal.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2012.

Tarso Fernando Herz Gêro
Governador do Estado
Beto Grill,
Governador do Estado em exercício.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS)
CNPJ 82.892.282/0001-43
Praça Marechal Deodoro s/n
90.010-282 Porto Alegre RS





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA



Pedido de Verificação de Limites e Condições

Operação de Crédito Externo

Ao Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional,

Trata o presente de **Pedido de Verificação de Limites e Condições**, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para a realização da operação de crédito Externo entre GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, para execução do **Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD**.

Declaro que foram realizadas consultas técnicas com o agente financiador e a operação será negociada tendo por base as seguintes condições:

Valor do Crédito: US\$ 50,000,000.00 (Cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

Valor equivalente em Reais: R\$ 117.130.000,00 (Cento e dezessete milhões e cento e trinta mil reais) Taxa de câmbio: R\$2,3426 na data de 30/12/2013.

Finalidade / destinação: financiamento de programas direcionados à redução da violência e inclusão social de jovens e crianças localizadas em regiões de risco;

Encargos de inadimplência: -0-

Fonte/Origem dos Recursos: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;

Atualização Monetária: Variação Cambial;

Taxa de Juros Efetiva: Libor 3 meses + spread variável – atualmente 1,14% a.a.

Prazo Total: 300 (trezentos) meses;

Carência: 66 (sessenta e seis) meses;

Amortização: 234 (duzentos e quarenta) meses;

Data de pagamento da última parcela: 01/05/2039

Solicito, ainda, a concessão de garantia da União, nos termos da RSF 48/2007.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA



Contragarantias: receitas oriundas da repartição constitucional previstas nos artigos 157, e 159, inciso I, alínea "a" e inciso II, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos (COFLEX): nº 1318 de 08 de junho de 2012 – Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD.

Lei Estadual autorizativa do POD nº 14.133 de 28 de novembro de 2012.

Informo que acompanha este pedido, em anexo, Cronograma Financeiro na moeda do empréstimo e Cronograma Financeiro em reais, em base anual. Declaro que o mesmo espelha todas as condições financeiras apresentadas neste documento.

Encontram-se indicados abaixo os nomes dos representantes formais para fins de contato institucional:

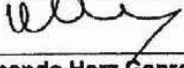
Sergio Fernando Elsenbruch Filomena
Auditor-Fiscal da Receita Estadual
Fone: 51 32145330 Fax: 51 32145334
Email: sergiof@sefaz.rs.gov.br

Luciano Lauri Flores
Auditor-Fiscal da Receita Estadual
Fone: 51 32145330 Fax: 51 32145334
Email: lucianof@sefaz.rs.gov.br

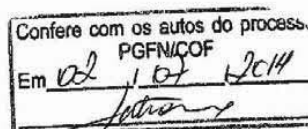
Luciana Mattedi e Silva
Auditora-Fiscal da Receita Estadual
Fone: 51 32145330 Fax: 51 32145334
Email: lucianaMS@sefaz.rs.gov.br

Finalmente, solicito a completa instrução do processo para fins de envio ao Senado Federal, tendo em vista sua competência privativa para autorizar operações de crédito externo.

Porto Alegre, 05 de junho de 2014.


Tarso Fernando Herz Genro
Governador do Estado

Governo do Estado do Rio Grande do Sul



GOVERNO DO ESTADO DIÁRIO OFICIAL

ANO LXX

PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Nº 229

CERTIFICADO

**RESPONSABILIDADE
SOCIAL**

2004 / 2005 / 2006 / 2007 / 2008 / 2009 / 2010

www.corag.com.br
Edições completas desde junho de 1935

ATOS DO GOVERNADOR

LEI Nº 14.133, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo a contrair operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, para o Programa de Oportunidades e Direitos - POD -, a efetuar garantias e de compra de títulos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu assinei e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de crédito externo, até o limite de US\$ 50.000.000,00 (cinquante milhões de dólares americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, a serem aplicados na execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, o Poder Executivo fica autorizado a ceder ou vincular em contraprestação à garantia do Estado, em caráter irrevogável e irrenunciável, a modo "pro solvendo", as cotas de participação constitucionais previstas nos arts. 153 e 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todas da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das contrapartidas financeiras do Estado nos projetos e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º O contrato a que se refere esta Lei, uma vez formalizado, será encaminhado ao Poder Legislativo para ratificação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO FIRATINI, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2012.

TARSO GENTO,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.
CARLOS FERNANDA NETO,
Secretário Chefe da Casa Civil.

DECRETO Nº 49.905, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

Homologa Estado de Calamidade Pública no Município de Inhacoré e altera o Anexo Único do Decreto nº 49.599, de 21 de setembro de 2012.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o art. 7º, inciso VII, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e/ou o art. 2º, § 2º, da Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, e

considerando que o Município de Inhacoré foi afetado por evento de Categoria Natural, do Grupo Meteorológico, Subtipo Granizo - 1.3.2.1.3, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE;

considerando a ocorrência de danos humanos e materiais, bem como prejuízos econômicos privados e públicos, e

considerando que os pareceres da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e da Subchefia Estadual de Defesa Civil são favoráveis à declaração do Estado de Calamidade Pública, conforme levantamentos constantes no Processo Administrativo nº 4931-01.01/12-7,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Estado de Calamidade Pública no Município de Inhacoré, conforme o Decreto Municipal nº 1.700/2012, de 19 de setembro de 2012, expedido pelo respectivo Prefeito Municipal, em razão da ocorrência de evento de Categoria Natural, do Grupo Meteorológico, Subtipo Granizo - 1.3.2.1.3, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão em consonância com os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e pela Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, e que, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos que lhe são próprios, no âmbito da jurisdição estadual.

Art. 3º Os Órgãos Regionais Estaduais do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC - sediados no território do Estado do Rio Grande do Sul, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao Município afetado, mediante prévia articulação e planejamento com o Órgão Central de Coordenação do Sistema e com o Órgão Regional Municipal.

Art. 4º Fica excluído do Anexo Único do Decreto nº 49.599, de 21 de setembro de 2012, que declara situação de emergência nas áreas dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul afetadas por vendaval - 1.3.2.1.5, o Município de Inhacoré.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do ato declaratório do Prefeito Municipal de Inhacoré, devendo vigorar pelo prazo de cento e oitenta dias.

PALÁCIO FIRATINI, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2012.

TARSO GENTO,
Governador do Estado.

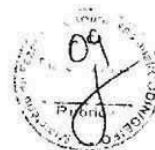
Registre-se e publique-se.

Cel. LEANDRO ROBERTO PONSECA,
Secretário Chefe da Casa Militar.



Documento Certificado Digitalmente por Corag - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas
Emitido por Dante Munio Petter - CPF/CNPJ: 54924120008 em 2012-11-29 16:26:26-02
Jornal: Diário Oficial do Estado do RS - Data: 2012-11-29 - Página: 001
Certificado sob o protocolo nº 59012 de 2012-11-29 16:26:26-02
Este Certificado Digital poderá ser verificado em <http://www.corag.com.br>





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

COFIEIX

97.ª Reunião

RECOMENDAÇÃO N.º 1318 de 18 de maio de 2012

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2.º, inciso I, do Decreto n.º 3.502, de 12 de junho de 2000,

RECOMENDA

À Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto abaixo mencionado, nos seguintes termos:

1. Nome: Programa de Oportunidades e Direitos - RS
2. Mutuário: Estado do Rio Grande do Sul
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 50.000.000,00
6. Contrapartida: no mínimo de US\$ 6.000.000,00 - Estado do Rio Grande do Sul

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

Carlos Augusto Vidotto
Secretário-Executivo

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Presidenta

De acordo. Em 8 de junho de 2012

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão

Nota: A autorização concedida por esta Recomendação perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação da Recomendação no Diário Oficial da União.



TESOURO NACIONAL



NOTA Nº 4.163 SIN/COAFI/GECEM II

Brasília (DF), 21 de outubro de 2009

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS. Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Senhor Secretário-Adjunto,

A Resolução do Senado Federal nº 43/2001, de 12/12/2001, dispõe, dentre outros, sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive no tocante a concessão de garantias, estabelecendo as condições necessárias à sua autorização.

2 Os artigos 5º e 21 da citada Resolução estabelecem, respectivamente, as vedações e os requisitos a serem observados na análise dos pleitos formulados pelos entes da federação.

Art. 5º - É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

II - realizar operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamento tomados com a União;

Art. 21 - Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com:

VI - comprovação da Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao adimplemento com a União relativo aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como as garantias a operações de crédito que tenham sido, eventualmente, honradas;

3 A Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios - COPEM, visando subsidiar a análise pertinente a aspectos legais da contratação de operações de crédito dos entes federados, encaminhou, em 24/10/2009, o Memorando nº 2.153/2009/COPEM/SIN, mediante o qual são solicitadas a esta COMF.

a) relação exaustiva contemplando os entes responsáveis por refinanciamentos financeiros concedidos pela União, bem como suas posteriores atualizações;

b) informações quanto a eventuais garantias internas externas honradas pela União.

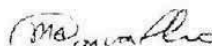
4 Nesse sentido, a COMF elaborou a relação anexa contemplando todos os entes da federação responsáveis por operações de refinanciamento no âmbito dos programas controlados pela COAFI, a qual será atualizada semestralmente, em janeiro e julho, com posição em 31/12 e 30/06 de cada ano, e encaminhada a COPEM.

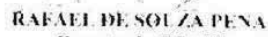




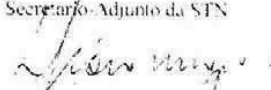
5. Atualmente, no tocante a recuperação de obrigações de responsabilidade dos entes da Federação decorrente de honra de aval ou execução de garantias, em operações de crédito externas e internas da COAFI, por força das Decisões nº 052 e 053/2002 do Tribunal de Contas da União, apenas, já informa àquela Corte de Contas as providências adotadas, cabendo apenas informar adicionalmente a COPIM da sua ocorrência.

6. Dessa forma, se de acordo, seria incluída na rotina de que se trata procedimento para informar a COPIM a ocorrência de recuperação de obrigações de entes federados decorrente de honra de aval ou execução de garantias. Ademais, seria encaminhada cópia da presente nota àquela Coordenação, bem como a "Relação de Mutuários de Haveres Controlados pela COAFI".


MARIA CAPARECIDA C. RAMOS
 Gerente de Projetos da COAFI


RAFAEL DE SOUZA PENA
 Gerente da COAFI

De acordo. Encaminhe-se ao Sr. Secretário-Adjunto da STN


LEANDRO GIACOMAZZO
 Coordenador-Geral de Haveres Financeiros

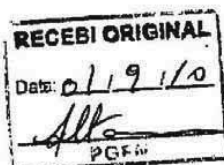
Encaminhe-se à COPIM


EDUARDO COUTINHO GUERRA
 Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

Confere com os autos do processo	
PGFN/COF	
Em	/ /

 **TESOURO NACIONAL**
Nota nº 840/2010/COPEM/STN

Em 26 de agosto de 2010.



Assunto: Convênio de Aquisição, Compensação e Parcelamentos de Créditos e Débitos - Estado do Rio Grande do Sul, Município de Montenegro e CEEE.

1. O Município de Montenegro (RS) solicitou a esta Secretaria autorização para contratar operações de crédito com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e R\$ 520.300,00 (quinhentos e vinte mil e trezentos reais), referentes aos Programas Provias e Caminho da Escola, respectivamente.

2. Durante a análise das referidas operações verificou-se que a composição da dívida contratual em 31/12/2009, apresentada no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (disponível no site do SISTN/CEF na Internet), no valor total de R\$ 57.919.225,01, era composta de parcelamentos previdenciários (R\$ 3.103.225,26), operação de saneamento básico (R\$ 1.753.441,22) e dívida com o Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 53.062.558,53).

3. Com relação à última, conforme documentação encaminhada, a dívida decorre de aval concedido pelo Estado do Rio Grande do Sul a um financiamento realizado no exercício de 1978 junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH), denominado Projeto CURA. De acordo com declaração anexa, o Município amortizava 20% da parcela enquanto o Estado amortizava os 80% restantes.

4. Acrescente-se que o Estado do Rio Grande do Sul, o Município de Montenegro e a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE firmaram, em 13/05/1997, Convênio de aquisição, compensação e parcelamento de créditos e débitos. Em 31/08/1999, em Termo Aditivo a esse Convênio, foi acrescentada cláusula determinando que o saldo devedor do Município referente ao Projeto CURA, no valor de R\$ 30.153.509,64, seria pago em 360 parcelas mensais, limitadas ao percentual de 1,4 % da Receita Líquida Real (RLR). Após, se houvesse valor residual, deveria ser pago em 120 parcelas não inferiores ao percentual de 1,4 % da RLR.

5. Posteriormente, em 15/06/2004, houve um segundo Termo Aditivo que atualizou o saldo devedor da dívida para R\$ 44.546.043,44, e concedeu, a partir daquela data, o mesmo prazo para pagamento, qual seja, 360 parcelas mensais, limitadas ao percentual de 1,4 % da RLR. Conforme o aditivo anterior, se houvesse valor residual após o período determinado, o mesmo deveria ser pago em 120 parcelas não inferiores ao percentual de 1,4 % da RLR.



6. Por fim, pode-se observar nos demonstrativos financeiros do Município, encaminhados a esta Secretaria, a evolução do saldo devedor da dívida desde 1999, quando a mesma somava R\$ 30.153.509,64, até 31/08/2009, ocasião em que o montante chegou a R\$ 53.396.830,27. Durante o período transcorrido foram feitas atualizações monetárias e, ainda, ocorreram incorporações de dívida ao saldo devedor, registrados como "Encampação de Dívidas Passivas".

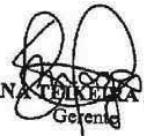
7. Ante o exposto e considerando os aspectos legais envolvidos, sugerimos o encaminhamento da presente Nota à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os seguintes esclarecimentos:

- a) Tendo em vista que o Segundo Termo Aditivo, citado acima, foi firmado após a publicação da Lei Complementar nº 101/2000, que em seu artigo 35 veda a realização de operação de crédito entre dois entes da Federação, podemos aferir que o mesmo trata-se de operação de crédito de forma irregular?
- b) Em caso positivo, quais são as penalidades aplicáveis? Além disso, haveria penalidades ao Estado do Rio Grande do Sul?

8. Ressalte-se que todos os documentos citados estão anexos a esta Nota.

À consideração superior.

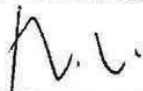

LUCIANA DE ALMEIDA TOLDO
Analista de Finanças e Controle


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Gerente

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral.


RICARDO BOTELHO
Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.


RONALDO CAMILLO
Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

4in



Nota n.º 341/2010/COPEM/STN



Em, 19 de novembro de 2010.

Assunto: Verificação dos limites e condições para contratar operação de crédito. Entendimento dos artigos 52 e 57 da LRF. Avaliação e convalidação de procedimentos internos.

1. Em relação às atribuições do Ministério da Fazenda no processo de instrução e análise de pleitos de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito, a Lei Complementar nº 101/2000 coloca, dentre outros pontos, que:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

(...)

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.” (g.n.)

2. O Senado Federal, por sua vez, por meio da Resolução nº 43/2001, delegou ao Ministério da Fazenda a competência para instruir operações de crédito sujeitas à autorização daquela Casa Legislativa e estabeleceu uma série de condições e limites a serem seguidos na instrução de tais operações.

3. Diante dos inúmeros condicionantes estabelecidos pela resolução acima citada, pode ser destacado o inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001, *in verbis*:

“Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de verificação de limites e condições para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, com a proposta do financiamento ou empréstimo e instruídos com:

(...)

IV - certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente atestando:

a) em relação às contas do último exercício analisado, o cumprimento do disposto no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 33; no art. 37; no art. 52; no § 2º do art. 55; e no art. 70, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso, o cumprimento das exigências estabelecidas no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 52; no § 2º do art. 55; e no art. 70, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, de

Handwritten signature

Handwritten initials and stamps



Página 2 de 4 da Nota nº 341 /2010/COPEM/STN, de 19 de novembro de 2010.

acordo com as informações constantes nos relatórios resumidos da execução orçamentária e nos de gestão fiscal;

e) a certidão deverá ser acompanhada de declaração do chefe do Poder Executivo de que as contas ainda não analisadas estão em conformidade com o disposto na alínea a;"

4. A partir do exposto no parágrafo anterior, pode-se constatar que as certidões expedidas pelas Cortes de Contas têm como objetivo primordial atestar se houve cumprimento dos artigos dispostos na LRF que se referem a restrições à tomada de operações de crédito, em conformidade ao disposto no inciso 6º do artigo 32 deste normativo legal.

5. Assim, uma das restrições estabelecidas na LRF pode ser constatada a partir da leitura combinada do artigo 52, § 2º com artigo 51, § 2º deste mandamento legal. A partir da análise conjunta destes artigos, percebe-se que o descumprimento do prazo previsto para publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO implica, entre outros prejuízos, em impedimento na realização de operações de crédito por parte do ente infrator até que a situação esteja regularizada.

6. Com o intuito de esclarecer alguns pontos pertinentes à matéria, esta Coordenação, por intermédio da Nota nº 300, de 09/03/2010, consultou a PGFN acerca da obrigatoriedade em se exigir nova certidão dos Tribunais de Contas estaduais, por ocasião da análise do pedido de autorização para contratação de operações de crédito, tendo em vista o hiato temporal entre a emissão das certidões e o prazo para a emissão de novo Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

7. Aquele órgão jurídico, por meio do Parecer PGFN/CAF/N.º 520/2010, de 24/03/2010, entendeu que não há obrigatoriedade de a STN exigir nova certidão dos Tribunais de Contas estaduais e municipais pela ocorrência de vencimento de prazos para a publicação do RREO e do RGF, valendo-se, para tanto, nos autos do processo, de demonstração do meio pelo qual foi apurada a publicação dos relatórios não atestados pela certidão do Tribunal de Contas. *In verbis*:

"16. Conclui-se, portanto, que a mera ausência de publicação do RREO e do RGF já é suficiente para a STN negar a pleiteada autorização para a realização de operação de crédito, nos termos dos arts. 52, §2º e do art. 55, §3º, ambos da LRF. Da mesma forma que a publicação desses relatórios, ainda que fora do prazo, já satisfaz a exigência dos dispositivos mencionados e autoriza, se cumpridos os demais requisitos legais, a realização da operação de crédito, sendo, em tese, desnecessária para este fim a emissão de nova certidão do Tribunal de Contas competente. Entretanto, deve a STN demonstrar, nos autos do processo administrativo, o meio pelo qual apurou a publicação do relatório não especificado na certidão do Tribunal de Contas. (grifo nosso)

17. Nada obsta, todavia, que, em entendendo necessário, a STN solicite ao Tribunal de Contas que certifique a publicação dos relatórios não constantes da certidão original. Contudo, não se pode dizer que essa solicitação é obrigatória, já que, como dito alhures, a publicação pode ser constatada por qualquer membro da sociedade e, especialmente, pelo órgão consultante." (grifo nosso)

8. Nesse sentido, de acordo com a manifestação jurídica em tela, para a certificação dos relatórios não presentes na Certidão dos Tribunais de Contas, a STN pode valer-se dos relatórios (RREO e RGF) homologados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis - SISTN, exigíveis sob os mesmos prazos estabelecidos pelos arts. 52, §2º e do art. 55, §3º, ambos da LRF.

cm

E H
B

Página 3 de 4 da Nota nº 3343 /2010/COPEM/STN, de 19 de novembro de 2010.



9. Ocorre que, relativamente ao ateste do cumprimento do §2º, art. 55 (RGF), entendemos que por se tratar de um relatório que abrange todos os poderes de cada ente, e conter ainda o demonstrativo de despesa com pessoal dos poderes e órgãos estabelecidos no art. 20 da LRF e, enquanto as informações constantes do RGF dos outros poderes que não o Poder Executivo no SISTN não se encontram devidamente inseridas, optamos por exigir o cumprimento do art. 23 e do §2º, art. 55, por intermédio de certidão do Tribunal de Contas.

10. Desse modo, o ateste de cumprimento do art. 23 e da publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício e, por coincidência, os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária referentes aos meses pares, ou seja, do 2º, 4º e 6º bimestres, serão certificados, necessariamente, para os fins de verificação de condições e limites para a contratação de operações de crédito, por meio de certidão do Tribunal de Contas. Restará claro, contudo, que o procedimento descrito não exige a atualização pertinente do SISTN, de acordo com o estabelecido pelo artigo 27 da RSF nº 43/2001, segundo o qual a não atualização do SISTN "implicará a paralisação da análise de novos pleitos da espécie pelo Ministério da Fazenda."

11. Por outro lado, os RREOs referentes aos meses ímpares, ou seja, do 1º, 3º e 5º bimestres, poderão ser certificados via homologação do SISTN, não sendo necessário, portanto, o ateste por intermédio da certidão expedida pelo Tribunal de Contas.

12. Por sua vez, por não haver limite temporal para o último exercício analisado pelas Cortes de Contas e pelo alto grau de subjetividade trazido à análise a partir da menção à expressão "quando pertinente" no artigo 21, inciso IV, alínea b da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, esta COPEM consultou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio da Nota nº 987/2005 - COPEM/STN, de 24/06/2005, sobre o procedimento a ser adotado em relação ao disposto no caput do artigo 57 da LRF, abaixo transcrito:

"Art. 57. Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

§ 1º No caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias.

§ 2º Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão referido no art. 20, pendentes de parecer prévio." (grifo nosso)

13. Deste modo, quando a certidão indicar um aparente descumprimento deste artigo por parte dos Tribunais de Contas, sendo inconclusiva quanto à regularidade do Ente perante a LRF em exercícios relevantes à presente análise, a PGFN entende que (Parecer PGFN/CAF/Nº 1.175/2005):

"Diante da impossibilidade de recusar autorização para operação de crédito cujo pedido esteja com a documentação e demais requisitos em ordem, apenas por causa do atraso na análise das contas do ente federativo por parte do Tribunal de Contas competente, sem que haja provas de irregularidades frente à LRF, parece que a opção deva ser autorizar a operação de crédito."

14. Ainda, adicionalmente ao posicionamento externado pela PGFN no parágrafo anterior, deve-se destacar que a eficácia do artigo 57 da Lei de Responsabilidade Fiscal encontra-se suspensa, em virtude de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2238, *in verbis*:

cm

2

HL

B

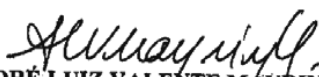


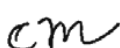
Página 4 de 4 da Nota nº 3343 /2010/COPEM/STN, de 39 de novembro de 2010.

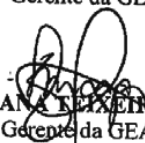
"Decisão: O Tribunal, por unanimidade, indeferiu a medida cautelar relativamente ao artigo 56, caput, e, por maioria, deferiu a cautelar quanto ao artigo 57, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vencido o Senhor Ministro Ilmar Galvão (Relator), que a indeferia." (grifo nosso)

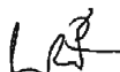
15. Assim, em decorrência da decisão proferida pelo STF em relação à constitucionalidade do artigo 57 da LRF e tendo em vista o posicionamento acima externado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, esta Coordenação entende que fica impossibilitada em exigir dos Tribunais de Contas o cumprimento deste dispositivo legal.

À consideração superior, tendo em vista a necessidade de validação dos procedimentos ora apresentados.

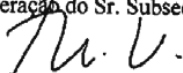

ANDRÉ LUIZ VALENTE MAYRINK
Gerente da GEAPE I


CINTHIA DE FATIMA ROCHA
Gerente da GEAPE II

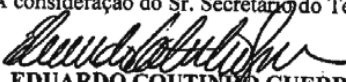

SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Gerente da GEAPE III


JULIO DOMINGUES POSSAS
Gerente da GEAPE IV

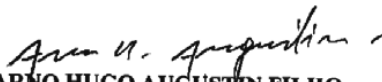
De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional


RONALDO CAMILLO
Coordenador-Geral da COPEM

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Concordo com os procedimentos adotados pela COPEM. Ainda, tomando por base os pareceres expedidos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Pareceres PGFN/CAF/Nº 1.175/2005 e PGFN/CAF/Nº 520/2010), convalido todos os atos praticados anteriormente à elaboração desta nota técnica que estejam em conformidade aos entendimentos aqui esposados e determino que estes procedimentos sejam aplicados nos casos atuais e futuros até que haja nova manifestação jurídica a respeito do assunto.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional



Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Parecer nº 844/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 11 de junho de 2014.

Processo nº 17944.001477/2012-05 /

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul / RS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Recursos destinados ao financiamento parcial do Programa de Oportunidades e Direitos.

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES. /

RELATÓRIO

1. Solicitação feita pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS para a verificação do cumprimento de limites e condições para contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD com as seguintes características (fls. 668/669): /

a) **Valor da operação:** US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$ 111.480.000,00 (cento e onze milhões, quatrocentos e oitenta mil reais), pela Taxa de Câmbio de R\$ 2,2296, de 10/06/2014 (fl.679); /

b) **Destinação dos recursos:** execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD;

c) **Juros e atualização monetária:** Libor trimestral + spread variável acrescidos de variação cambial;

d) **Liberação:** US\$ 33.333.333,33 em 2014 e US\$ 16.666.666,67 em 2015 (fl. 670), equivalentes a R\$ 74.319.999,99 em 2014, R\$ 37.160.000,01 em 2015, pela Taxa de Câmbio de R\$ 2,2296, de 10/06/2014 (fl.679); /

e) **Prazo total:** 300 (trezentos) meses;

f) **Prazo de carência:** 66 (sessenta e seis) meses;

g) **Prazo de amortização:** 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

h) **Lei autorizadora:** nº 14.133, de 28/11/2012 (fl. 12). /

2. O Estado entende que seu Parecer Técnico (fls. 610/618) atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação. Ademais, conforme Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (fl. 662), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos quando o ente apresentar os benefícios de forma qualitativa.



[Handwritten signatures and initials]

3. O "Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo" (fls. 603/609 e 633) foi apresentado em cumprimento ao inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001. Este documento manifesta o entendimento de que o Estado cumpre os requisitos, conforme disposto no Manual para Instrução de Pleitos (MIP), bem como assinala o cumprimento do art. 5º da RSF nº 43/2001, segundo o qual o Governo do Estado do Rio Grande do Sul não infringiu nenhuma das vedações.

4. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, o Estado apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a) art. 6º § 1º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício anterior:**

Descrição	Valor (R\$)
a.1) despesas de capital ajustadas no exercício anterior: (fl. 391)	2.794.754.894,24
a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior: (fl. 390)	542.335.316,63
Saldo:	2.252.419.577,61

b) art. 6º § 1º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício atual:**

Descrição	Valor (R\$)
b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas: (fl. 630)	5.827.850.933,50
b.2) Liberações de crédito já programadas: (fl. 620)	2.588.762.983,06
b.3) Liberação da operação sob exame: (fls. 670 e 679)	74.319.999,99
Saldo:	3.164.767.950,45

c) art. 7º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Montante Global de todas as operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).**

Tabela I - Montante Global das operações realizadas em um exercício financeiro (fls. 620, 670 e 679)

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do Limite de Endividamento
	Operação em Exame	Liberações Programadas			
2014	74.319.999,99	2.588.762.983,06	27.987.900.480,24	9,52 /	59,47
2015	37.160.000,01	448.089.546,34	28.975.763.745,86	1,67 /	10,47
2016	0,00	178.350.959,51	29.998.494.715,55	0,59 /	3,72
2017	0,00	3.024.000,00	31.057.324.082,71	0,01 /	0,06

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos. O ano de 2017 é o último para o qual há liberações informadas.

d) art. 7º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.**

Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 670, 672/675 e 679)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	174.094,59	3.240.785.078,27	27.987.900.480,24	11,58
2015	974.149,41	3.485.353.924,58	28.975.763.745,86	12,03
2016	2.262.152,16	3.630.873.412,73	29.998.494.715,55	12,11
2017	3.306.441,06	3.766.145.377,16	31.057.324.082,71	12,14
2018	4.079.666,34	3.896.674.921,89	32.153.525.979,37	12,13
2019	7.380.533,40	4.034.811.212,79	33.288.419.509,44	12,14
2020	10.336.018,70	4.148.125.191,51	34.463.370.336,03	12,07



269
2

Nota n.º 953/STN/COPEM

Brasília, 27 de novembro de 2012.

ASSUNTO: Estado do Rio Grande do Sul.

- Aplicação do inciso I, art. 4º da RSF nº 40/2002.

1. O Estado do Rio Grande do Sul solicitou a esta Secretaria a verificação dos limites e condições para realização de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 200.000.000,00, no âmbito do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – PROCONFIS.

2. Durante a análise do referido pleito, esta Secretaria verificou que o montante da dívida consolidada líquida correspondia a 2,2320 vezes a Receita Corrente Líquida, excedendo o limite da trajetória de ajuste estabelecido no inciso I, art. 4º da RSF nº 40/2001, que para o Estado do Rio Grande do Sul corresponde a 2,1939 no exercício de 2012. A STN comunicou o Estado por intermédio do Ofício nº 4295/2012/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 23/11/2012.

3. A RSF nº 43/2001, de forma diversa do que faz no § 1º e no § 4º, respectivamente, para os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 7º, não estabelece a metodologia de cálculo para o limite da relação DCL/RCL (inciso III). Desta forma, esta Secretaria, conservadoramente, considera no montante da dívida consolidada líquida, além do valor informado no último RGF publicado, a integralidade das liberações (i) da operação de crédito sob análise e (ii) daquelas que foram analisadas ou estão em análise. Com esta metodologia, para efeito do cálculo, fica incorporada na Dívida Consolidada Líquida do Exercício vigente parcelas de operações de crédito a serem liberadas em exercícios futuros.

4. O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Ofício nº 1811/2012-GSF, de 25/11/2012, baseado nos conceitos de “dívida pública consolidada” e “dívida consolidada líquida”, definidos respectivamente nos incisos III e V, art. 2º da RSF nº 43/2001, apresenta discordância da metodologia de cálculo utilizada por esta Secretaria, entendendo que:

“(…), os valores que comporão o estoque final do exercício de 2012, não compreenderão o total das operações já contratadas e a contratar. Os valores que comporão o estoque de endividamento do Estado serão aqueles consolidados pelo efetivo recebimento dos valores das Instituições Financeiras, levando em conta o perfil de desembolso de cada delas, no tempo. Ou seja, aparentemente, o critério utilizado na estimativa do Tesouro está discrepante do critério efetivo de apuração de estoque de endividamento.

(…)

[Assinatura]

[Assinatura]



(Continuação da Nota nº 953/STN/COPEM. de 27/11/2012)

Página 2 de

2

Em relação às eventuais projeções para fechamento do ano de 2012, devem ser deduzidas do estoque de endividamento considerado, as parcelas das operações de crédito previstas para ingressarem em exercícios subsequentes a 2012."

5. No referido ofício encaminhado pelo Estado, o Governo do Rio Grande do Sul apresenta o valor de 2,1532 como relação entre a DCL/RCL, declara o cumprimento da trajetória de ajuste estabelecido pelo inciso I, art. 4º da RSF nº 40/2001 e solicita a consequente revisão da posição da STN sobre a impossibilidade da continuidade da análise demandada.

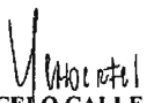
6. Considerando o exposto, resta o seguinte questionamento:

1. Pode-se considerar correta a metodologia de cálculo do limite estabelecido pelo inciso III, art. 7º da RSF nº 43/2001 que considere apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios, não incorporando na Dívida Consolidada Líquida liberações previstas para exercícios futuros?

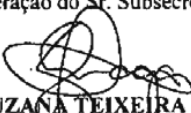
7. Assim, com vistas a obter o conforto jurídico necessário aos procedimentos em relação aos pleitos de contratação de operações de crédito do Estado do Rio Grande do Sul, sugerimos o encaminhamento da presente Nota à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para manifestação sobre o assunto.

À consideração superior.

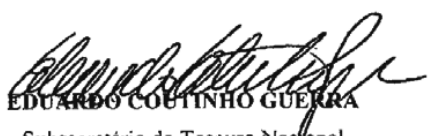

TAINA SILVA CARNEIRO
Analista de Finanças e Controle

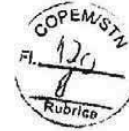

MARCELO CALLEGARI HOERTEL
Gerente da GEAPE III

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo, encaminhe-se à PGFN.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional



Nota n.º 060 /2012/COPEM/STN

Em 28 de novembro de 2012.

À Sra. Coordenadora-Geral da COPEM

Assunto: Operações de Crédito de Estados e Municípios – Portaria nº 306, de 10 de setembro de 2012. Análise da Capacidade de Pagamento para fins de subsidiar a concessão de aval ou garantia da União às operações de crédito de interesse do Estado do Rio Grande do Sul.

1. O Estado do Rio Grande do Sul (Estado) solicitou concessão de garantia da União para contratar a operação de crédito externa com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 200.000 mil, destinada a financiar o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - PROCONFIS.

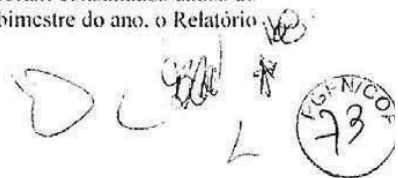
2. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), por meio do Memorando n.º 1410/2012/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 21 de novembro de 2012, em complemento ao Memorando n.º 1239/2012/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 20 de setembro de 2012, solicitou a análise da capacidade de pagamento do Estado para a operação em referência, a fim de subsidiar a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao pleito estadual. Assim, foi realizada a análise da capacidade de pagamento do Estado para todas as operações de crédito a contratar que constam no Protocolo de Entendimento assinado entre o Estado e o Ministério da Fazenda relativo ao Anexo V para a nona revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para o triênio 2012-2014, inclusive para a operação pleiteada.

3. A análise da Capacidade de Pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria do Ministério da Fazenda nº 306, de 10 de setembro de 2012, com fundamento nos conceitos e procedimentos definidos na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 543, de 18 de setembro de 2012. Segundo art. 2º da Portaria nº 306/2012 a metodologia de análise está estruturada em duas etapas:

1ª Etapa – classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito, tendo como parâmetros indicadores econômico-financeiros; e

2ª Etapa – enquadramento da operação pleiteada em sua correspondente situação fiscal, tendo como parâmetros o indicador de endividamento e o indicador de serviço da dívida.

4. Para a primeira Etapa foram utilizados dados referentes aos exercícios de 2009 a 2011 dos balanços consolidados publicados, conforme a abrangência definida no art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Como fonte subsidiária, foram consultados dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, relativo ao 6º bimestre do ano, o Relatório



Pg. n.º 2 de 4 da Nota n.º 560 2012/CORI/M-SISTN, de 28 - 43 /2012.

de Gestão Fiscal, relativo ao 3º quadrimestre do ano, bem como as informações constantes do Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios – SISTN.

5. A situação fiscal de Estado foi obtida pela pontuação resultante da média ponderada dos indicadores Endividamento, Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida, Resultado Primário Servindo a Dívida, Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida, Capacidade de Geração de Poupança Própria, Participação dos Investimentos na Despesa Total, Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias e Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio, conforme fórmulas e ponderações explicitadas no art. 3º da Portaria nº 306/2012.

6. É oportuno ressaltar que a pontuação citada no parágrafo anterior corresponde ao diagnóstico da situação fiscal do Estado tendo por base as informações obtidas dos balanços dos três últimos exercícios.

7. A pontuação apurada na primeira etapa foi de 4,11 que corresponde a uma situação fiscal muito fraca e risco de crédito muito alto. A classificação da capacidade de pagamento correspondente a esta pontuação é “C-”.

8. Dos indicadores econômico-financeiros, destacam-se os Endividamento, Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida, cujas médias obtidas, observados seus respectivos pesos no resultado final, contribuíram significativamente para a pontuação alcançada.

9. A segunda etapa busca qualificar o impacto das operações pleiteadas na situação fiscal do Estado, via sensibilização nos indicadores de endividamento e de serviço da dívida na situação fiscal do Estado.

10. Com base na metodologia definida na Portaria nº 306/2012 e nos conceitos e procedimentos estabelecidos na Portaria nº 543/2012, foram utilizados os dados do demonstrativo do cronograma de compromissos da dívida consolidada vincenda e das demais condições contratuais para realizar projeções das relações: (i) serviço da dívida pública consolidada e receita corrente líquida; e (ii) saldo devedor da dívida pública consolidada e receita corrente líquida.

11. Foram utilizadas médias aritméticas das projeções realizadas para esses dois indicadores, para os próximos cinco exercícios financeiros, para fins de determinar o enquadramento das operações de crédito pleiteadas aos incisos II e III do art. 8º da Portaria nº 306/2012.



Pg. n.º 3 de 4 da Nota n.º 000 2012 COREM/STN, de 28 de 11 2012



12. Contudo, a segunda etapa da metodologia aplica-se somente se obtida classificação A ou B decorrente da apuração realizada na primeira etapa, não havendo, portanto, alteração da classificação final obtida na primeira etapa, que corresponde a "C-", conforme quadro anexo, ficando a concessão de garantia da União condicionada à excepcionalização prevista no art. 11 da Portaria n.º 306/2012, caso atendidas as condições ali descritas.

13. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM.

À consideração superior.

Jeanne Vidal de Araujo
JEANNE VIDAL DE ARAUJO
 Gerente de Projeto – GERES IV

Luísa Helena Freitas de Sa Cavalcante
LUÍSA HELENA FREITAS DE SA CAVALCANTE
 Gerente – GERES IV

De acordo, À consideração do Senhor Coordenador-Geral da COREM.

Bento André de Oliveira
BENTO ANDRÉ DE OLIVEIRA
 Coordenador da COREM

Ricardo Botelho
RICARDO BOTELHO
 Coordenador da COREM

De acordo. Encaminhe-se à COPEM.

Edécio de Oliveira
EDÉCIO DE OLIVEIRA
 Coordenador-Geral da COREM



Pg. nº 4 de 4 da Nota nº 360/2012 CORLM-STN, de 28/11/2012.

Cálculo dos Indicadores Fiscais
ESTADO: RS

CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL - INICIAL			
C-			
Situação Fiscal é muito fraca – risco de crédito é muito alto			
Pontuação	4,11		
Discriminação	Peso	Média	Média*Peso
I - Endividamento	10	6,00	60,00
II - Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas	9	3,53	31,73
III - Resultado Primário servindo a Dívida	8	2,35	18,84
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nas Receitas Correntes Líquidas Ajustadas	7	3,05	21,35
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	4	4,93	19,72
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total Ajustada	3	5,60	16,81
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	2	6,00	12,00
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio Ajustadas	1	0,19	0,19
	44		180,64
Média da relação DB/RCL projetada	Média da Relação SvDRCL projetada		
1,92	11,16%		
Impacto da Operação de Crédito na Média da relação DB/RCL projetada	Impacto da Operação de Crédito na Média da Relação SvDRCL projetada		
0,12	0,73%		
Média da relação DB/RCL projetada com OP. De Crédito	Média da Relação SvDRCL projetada com Op. De Crédito		
2,03	11,90%		
Indicadores para Contratação de novas Operações (Base RCL e Endividamento de 2011)			
Indicador para Endividamento	RCL	Montante da RCL	
	0,00	0,00	
Indicador para Serviço da Dívida	RCL	Montante da RCL	
	0,00%	0,00	
CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL - FINAL		ALÇADA	
C-		MF	
Situação Fiscal é muito fraca – risco de crédito é muito alto			



Nota n.º 436/2013 - STN/COPEM



Brasília (DF), 13 de junho de 2013.

- Parecer Técnico para pleitos destinados à realização de operações de crédito - inciso I, art. 21 da RSF nº 43/2001 e § 1º, art. 32 da LRF.

1. Fazemos referência ao inciso I, art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 e ao § 1º, art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal que tratam da necessidade de o ente encaminhar ao pedido de verificação de limites e condições para a contratação de operação de crédito acompanhado de parecer de seu órgão técnico demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

2. Ocorre que em muitos programas a serem financiados pelas operações de crédito pretendidas há dificuldade por parte dos entes da mensuração financeira dos benefícios gerados, tendo em vista as peculiaridades dos programas e projetos, tais como os de cunho social e de fortalecimento institucional. Podemos citar, também, como exemplo programas como o Caminho da Escola (aquisição de ônibus escolar), Provias (aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários), PROUCA (Programa Um Computador por Aluno), Saneamento e Pró-Moradia¹.

3. Observa-se também que ao exigir a demonstração da relação custo-benefício, os dispositivos legais referidos não definem a forma pela qual os benefícios devem ser mensurados, se quantitativamente ou qualitativamente.

¹ a) Caminho da Escola – itens financiáveis, conforme art. 9º-J da Resolução CMN nº 2.827/2001: veículos automotores de transporte coletivo, assim como embarcações, novos, de fabricação nacional, específicos para o transporte de alunos da educação básica das escolas públicas dos Estados e Municípios;

b) Provias – itens financiáveis, conforme art. 9º-K da Resolução CMN nº 2.827/2001: máquinas rodoviárias e equipamentos para pavimentação, chassi de caminhão, carrocerias e tratores, desde que customizados para atividades de intervenção viária;

c) PROUCA – itens financiáveis, conforme o BNDES e Resolução nº 17/2010 do Conselho Deliberativo do FNDE/MEC: computadores portáteis novos, com conteúdos pedagógicos, destinados ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem;

d) Saneamento Ambiental – contempla ações relacionadas a abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos, gestão de recursos hídricos, drenagem urbana sustentável, dentre outras;

e) Pró-Moradia – contempla ações relacionadas a: urbanização e regularização de assentamentos precários, produção e aquisição de conjuntos habitacionais e desenvolvimento institucional (gestão urbana e políticas públicas).



[Handwritten signatures and initials]

Continuação da Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/06/2013

4. Diante da dificuldade técnica na mensuração financeira dos benefícios, pelos motivos já expostos, bem como da correspondente ausência de definição legal desta mensuração, de forma a garantir o cumprimento da demonstração da relação custo-benefício, conforme inciso I, art. 21 da RSF nº 43/2001 e § 1º, art. 32 da LRF, sugerimos que o assunto seja encaminhado à apreciação do Sr. Secretário do Tesouro Nacional.

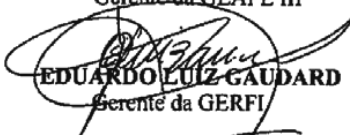
À consideração superior.


JOÃO CARLOS FERREIRA
Gerente da GEAPE I


HO YIU CHENG
Gerente da GEAPE II


MARCELO CALLEGARI HOERTEL
Gerente da GEAPE III


RODRIGO GUANAES CAVALCANTI
Gerente da GEAPE IV


EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da GERFI

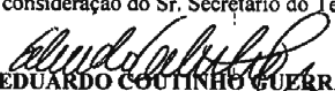
De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Tendo em vista o exposto, determino que o procedimento adotado pela COPEM seja de entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos quando o ente apresentar os benefícios de forma qualitativa (sem a mensuração financeira).


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional



Nota nº 22/2014/COPEM/STN



Brasília, 26 de março de 2014.

Assunto:**-Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ação Cautelar Nº 2.206-3. Liminar deferida. Força Executória e Abrangência.**

1. O objetivo da presente nota é questionar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a respeito da abrangência/alcance e da vigência da liminar (em anexo) concedida no âmbito da Ação Cautelar 2.026-3, por intermédio da qual, em 27/05/2008 o relator Ministro Ricardo Lewandowski, ao tratar especificamente do pleito para contratação de operação de crédito pelo Estado do Rio Grande do Sul junto ao Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD), em análise nesta STN à época, entendeu que:

(...)

“Anota que está presente o *periculum in mora*, consubstanciado no iminente vencimento de dívidas no valor de R\$ 160 milhões, representadas por letras financeiras do Tesouro do Estado, as quais devem ser resgatadas ainda em 2008.”

Afirma, ainda, que os prazos para negociação de crédito aproximam-se de seus limites, “tendo em conta que a operação está prevista no orçamento fiscal do Banco Mundial que se encerra em junho do corrente”

Esclarece, ademais, que, para a obtenção de:

“(...) tal aprovação, a documentação para entrada no Board deverá estar pronta até o dia 9 de maio e, para que isso se efetive, a pré-negociação com a STN deve iniciar no dia 28 de abril de 2008 e a consequente negociação concluída até o dia 5 de maio do corrente.”

(...)

“Isso posto, verificando a presença de fumaça do bom direito e do perigo na demora, reconsidero a decisão de fls. 378-381, para deferir, em parte, a medida liminar pleiteada, *ad referendum* do egrégio Plenário desta Corte, apenas para permitir que o pedido de empréstimo formulado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto ao Banco Mundial seja apreciado pelo Senado Federal, quanto aos limites de despesa com pessoal, com base nas certidões emitidas pelo Tribunal de Contas local, sem prejuízo do exame, por parte daquela Casa Legislativa, do parecer contrário da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do cumprimento de outras exigências pertinentes.”





(Continuação de Nota n.º 22 /2014/COPEM/STN, de 26 de março de 2014)

Página 2 de 3

Ocorre que esta Secretaria, na presente data, está analisando outros três pedidos de verificação de limites e condições encaminhados pelo Estado do Rio Grande do Sul, quais sejam:

- para obter a garantia da União e realizar operação de crédito externa com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao execução do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - PROCONFIS RS II;
- para obter a garantia da União e realizar operação de crédito externa com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados à execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD;
- para obter a garantia da União e realizar operação de crédito externa com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados à execução do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - PROCONFIS RS II.

3. Ao se proceder à análise dos quadros de Despesas com Pessoal constantes do Parecer Jurídico de 11/03/2014 (em anexo), incorporando-se os valores correspondentes a pensionistas e imposto de renda ao cálculo, constatou-se o descumprimento do limite de despesa com pessoal para o Poder Executivo, de que trata a alínea "c" do inciso II do art. 20, bem como o caput do art. 23, ambos da Lei Complementar nº 101/2000, alcançando os percentuais de 50,33% e 50,48% respectivamente, nos 2º e 3º quadrimestres de 2013 (em anexo). Assim, por intermédio do Ofício nº 1204 /2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (em anexo), de 20/03/2014, esta Secretaria informou ao Estado do Rio Grande do Sul que se encontra impossibilitada de dar prosseguimento às análises até que o referido óbice seja superado, com o envio de documentos comprobatórios.

4. Em resposta, o Estado do Rio Grande do Sul encaminhou, por intermédio de correspondência eletrônica (em anexo), a referida liminar, entendendo que esta alcançaria as operações atualmente em análise nesta Secretaria e que deveriam ser considerados os percentuais de despesa com pessoal apontados na Certidão do Tribunal de Contas (em anexo), os quais não apontam o descumprimento acima verificado.

5. Considerando o exposto, resta o seguinte questionamento:

Constatando-se que a decisão do Ministro Relator Ricardo Lewandowski tratou de um processo específico analisado em 2008, a liminar concedida no âmbito da Ação Cautelar 2.026-3, alcança ou não as operações atualmente em análise?

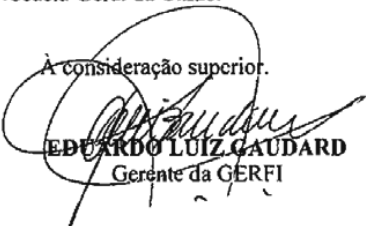
(Continuação de Nota n.º 22 /2014/COPEM/STN, de 26 de março de 2014)

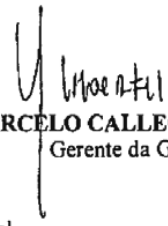
Página 3 de 3



6. Diante da importância de manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a respeito da permanência da força executória e da abrangência/alcance referente à liminar concedida em 27/05/2008 no âmbito da Ação Cautelar 2.026-3, sugerimos o encaminhamento desta Nota com seus referidos anexos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com cópia à Advocacia Geral da União.

À consideração superior.

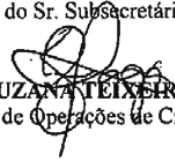

EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da GERFI


MARCELO CALLEGARI HOERTEL
Gerente da GEAPE III

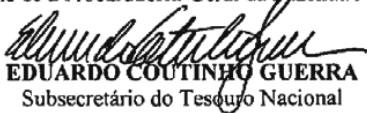
De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. Encaminhe-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com cópia à AGU.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional





TESOURO NACIONAL

Nota n.º 984/STN/COPEM

Brasília, 7 de novembro de 2013.

ASSUNTO: Verificação de limites e condições de operações de crédito de estados, Distrito Federal e municípios. Metodologia de projeção da Dívida Consolidada Líquida.

1. A Resolução do Senado Federal - RSF nº 43/2001, de forma diversa do que faz no § 1º e no § 4º, respectivamente, para os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 7º, não estabelece a metodologia de cálculo para o limite da relação DCL/RCL (inciso III). A definição do mencionado limite se encontra disposto na RSF nº 40/2001. As Resoluções não entraram em detalhe quanto à necessidade de correção monetária dos elementos de cálculo dos limites por elas elencados.

2. Esta Secretaria, no caso do cálculo da DCL, conservadoramente, considera no montante da dívida consolidada líquida, além do valor informado no último RGF publicado, a integralidade das liberações (i) da operação de crédito sob análise e (ii) daquelas que foram analisadas ou estão em análise. Com esta metodologia, fica incorporada, na Dívida Consolidada Líquida do exercício vigente, parcelas de operações de crédito a serem liberadas em exercícios futuros, em valor nominal (não deflacionado).

3. Durante a análise do pleito relativo ao processo 17944.001217/2012-21 (PROCONFIS), o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Ofício nº 1811/2012-GSF, de 25/11/2012, baseado nos conceitos de "dívida pública consolidada" e "dívida consolidada líquida", definidos respectivamente nos incisos III e V, art. 2º da RSF nº 43/2001, apresentou discordância da metodologia de cálculo utilizada por esta Secretaria, entendendo que:

"(...) os valores que compõem o estoque final do exercício de 2012, não compreenderão o total das operações já contratadas e a contratar. Os valores que compõem o estoque de endividamento do Estado serão aqueles consolidados pelo efetivo recebimento dos valores das Instituições Financeiras, levando em conta o perfil de desembolso de cada delas, no tempo. Ou seja, aparentemente, o critério utilizado na estimativa do Tesouro está discrepante do critério efetivo de apuração de estoque de endividamento.

(...)

Em relação às eventuais projeções para fechamento do ano de 2012, devem ser deduzidas do estoque de endividamento considerado, as parcelas das operações de crédito previstas para ingressarem em exercícios subsequentes a 2012"

4. No referido ofício encaminhado pelo Estado, o Governo do Rio Grande do Sul declarou o cumprimento da relação DCL/RCL na trajetória de ajuste estabelecido pelo inciso I, art. 4º da RSF nº 40/2001 e solicitou a consequente revisão da posição da STN sobre a impossibilidade da continuidade da análise demandada.

5. Diante do exposto, por intermédio da Nota nº 953/STN/COPEM, de 27/11/2012, esta COPEM encaminhou consulta à PGFN questionando sobre a possibilidade de se entender correta a metodologia de cálculo do limite estabelecido pelo inciso III, art. 7º da RSF nº 43/2001 que considere apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios, não incorporando na Dívida Consolidada Líquida liberações previstas para exercícios futuros.



6. A PGFN (Parecer PGFN/COF/Nº 2463/2012), referenciando o Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios – Válido para o Exercício de 2012 e elaborado pela STN, em especial seu Anexo II, entendeu que:

“10. Segundo o referido Manual, a Dívida Consolidada Líquida é obtida a partir da Dívida Consolidada, excluídas as deduções previstas na legislação. O próprio conceito de Dívida Consolidada, do qual será obtida a Dívida Consolidada Líquida, prevê o registro dos saldos da Dívida Consolidada no exercício anterior e do exercício em referência até o quadrimestre correspondente. Como se pode verificar, não são utilizados dados projetados para o futuro. Nesse sentido, seguindo a mesma orientação, entendemos que não caberia a utilização de dados referentes a parcelas a serem liberadas em exercícios futuros, para fins de cálculo da Dívida Consolidada Líquida, nos termos do art. 3º, I, da Resolução SF nº 40, de 2001.

11. Do exposto, em resposta à indagação da STN, entendemos que encontra fundamento legal a metodologia de cálculo que considere apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios, para fins de cálculo do limite previsto no art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001 e art. 3º, I, da Resolução SF nº 40/2001.”

7. Diante do exposto, surgiu a necessidade da definição de metodologia para as projeções anuais da relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. A principal dificuldade encontrada ocorre em razão de que os entes podem possuir contratos que preveem a atualização dos saldos devedores mediante a aplicação de correção monetária (por exemplo, Lei 9496/97), enquanto a Portaria STN nº 396/2009 define que a projeção da RCL será realizada em termos reais (média ponderada do PIB real dos últimos 8 exercícios).

8. Em razão da diferença observada entre os critérios de atualização da DCL (em termos nominais) e da RCL (em termos reais), em 21/06/2013, por intermédio do Memorando nº 456/2013/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, esta COPEM solicitou à COGEP:

“1. Avaliação da diferença entre os percentuais anuais da DCL em relação à RCL considerando a realização de cálculos utilizando:

a. a projeção da DCL com base nos juros capitalizados e na atualização monetária previstas nos contratos e a projeção da RCL com base no PIB nominal e;

b. a projeção da DCL com base nos juros capitalizados e a projeção da RCL com base no PIB real, ou seja, sem a consideração das atualizações monetárias contratuais.

2. Qual das duas metodologias representa de forma mais fidedigna a relação entre as DCL's e as RCL's?

3. No caso de aplicação da primeira metodologia seria tecnicamente correto deflacionar as dívidas consolidadas líquidas anuais projetadas, bem como as receitas correntes líquidas anuais projetadas, com base no deflator implícito do PIB?”

9. A COGEP, por intermédio do Memorando nº 39/2013/COGEP/SUDIP/STN/MF-DF, de 21/08/2013, de modo a fornecer subsídios à definição da metodologia para o cálculo de projeções futuras do limite da DCL em relação à RCL de Estados e Municípios, manifestou-se da seguinte forma:

11. Assim em resposta à questão acerca de qual das duas metodologias representa de forma mais fidedigna a relação entre a DCL e a RCL, conclui-se em favor da primeira alternativa, aquela que considera a projeção da dívida com base nos juros capitalizados e na atualização monetária previstas nos contratos, enquanto a projeção da RCL também é feita em termos nominais, tendo como referência a evolução esperada do PIB nominal. Do exposto acima inferimos que tal metodologia abarca todas as variáveis relevantes para a projeção mais realista possível das variáveis em questão, sendo aplicável



(Continuação da Nota nº 984/STN/COPEM, de 7/11/2013)

Página 3 de 4

apropriadamente a estes com diferentes composições de dívida. Requer-se, contudo, a adoção de cenários prospectivos para todos os indexadores dos contratos.

12. *Quando ao último questionamento, se seria tecnicamente correto deflacionar a DCL projetada, bem como a RCL, com base no deflator implícito do PIB, no caso de aplicação da primeira metodologia, considera-se que este é um procedimento desnecessário do ponto de vista prático, pois a razão DCL/RCL, que é objeto da análise de limites, não seria alterada. Além disso, não haveria justificativa conceitual para se aplicar diretamente o deflator do PIB à DCL.*

10. À vista das considerações acima descritas, vislumbram-se duas opções técnicas para a definição da metodologia para as projeções anuais da relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL) para proceder-se ao cálculo do limite estabelecido no inciso III, art. 7º da RSF nº 43/2001, levando-se em conta os desembolsos anuais, nos termos do Parecer PGFN/COF/Nº 2463/2012:

a) projeção da DCL em valores reais, computando-se apenas as variações reais da dívida, não considerando, assim, índices que sejam exclusivamente de correção monetária definidos em contrato; manutenção da metodologia de projeção da RCL atual, que incorpora estimativa de crescimento do PIB em termos reais.

VANTAGENS: metodologia tradicional da COPEM, que não foi, até o presente momento, objeto de contestação; menor impacto operacional;

DESVANTAGENS: risco de não vislumbrar possível variação de inflação em exercícios próximos com impactos relevantes na DCL, sobretudo em período de grande volatilidade;

b) projeção da DCL em termos nominais, ou seja, incorporando estimativas de todos os indexadores contratuais; projeção da RCL também em termos nominais, alterando-se a metodologia atual.

VANTAGENS: metodologia mais completa e mais condizente com metodologias usuais de mercado;

DESVANTAGENS: impacto operacional, risco de insucesso de avaliação em cenário em projeções de inflação, alteração de metodologia da RCL somente para o limite da DCL acarretará ampliação ou demanda para ampliação da metodologia nova aos demais limites (justificadamente) potencializando o impacto operacional e risco de erro de cenários; necessidade de definição clara de quais indicadores deverão ser utilizados principalmente de acesso público.

11. Registre-se que o entendimento da COPEM é no sentido de que a metodologia analisada nesta Nota, consistente com o Parecer PGFN/COF/Nº 2463/2012, seja adotada somente nos casos em que a metodologia atual, mais conservadora, e que utiliza o montante total das operações pleiteadas sobre a última RCL divulgada, não indique a existência de margens suficientes, necessitando, consequentemente, e por direito, uma avaliação mais detalhada, nos termos mais estritos da RSF nº 40/2001. O objetivo dessa abordagem é evitar aumento do impacto operacional com o uso de metodologia desnecessária para a grande maioria dos casos, sobretudo em um ambiente de grande volume de operações.

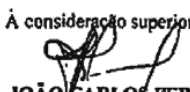


(Continuação da Nota nº 984/STN/COPEM, de 7/11/2013)

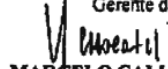
Página 4 de 4

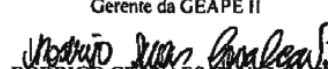
12. Diante do exposto, e ressaltando, de forma exemplificada, a existência de contratos no âmbito da Lei 9.496/97 que preveem a atualização dos saldos devedores mediante a aplicação de correção monetária, bem como os subsídios fornecidos pela COGER no sentido de considerar mais fidedigna a projeção da dívida com base nos juros capitalizados e na atualização monetária previstos nos contratos, e tendo em vista a complexidade do assunto, diante da necessidade urgente de definição da metodologia a ser utilizada para o cálculo do limite de que trata o inciso III do art. 7 da RSF nº 43/2001, nos termos entendidos pela PGFN, sugerimos o encaminhamento da presente Nota ao Sr. Secretário do Tesouro Nacional.

À consideração superior.

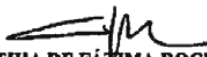

JOÃO CARLOS FERREIRA
 Gerente da GEAPE I


HO YIU CHENG
 Gerente da GEAPE II

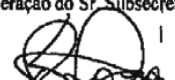

MARCELO CALLEGARI HOERTEL
 Gerente da GEAPE III


RODRIGO GUIMARÃES CAVALCANTI
 Gerente da GEAPE IV

De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
 Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

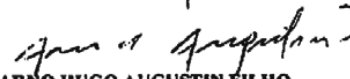
De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
 Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional


EDUARDO COUTINHO GUERRA
 Subsecretário do Tesouro Nacional

Diante da necessidade de se definir metodologia para as projeções anuais da relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), para proceder-se ao cálculo do limite estabelecido no inciso III, art. 7º da RSF nº 43/2001, levando-se em conta os desembolsos anuais, nos termos do Parecer PGFN/COF/Nº 2463/2012, e considerando os argumentos apresentados nesta Nota, entendo adequado que se utilize a opção constante no item 10. a, com a projeção da DCL em valores reais e com a projeção da RCL utilizada atualmente, que incorpora estimativa de crescimento do PIB em termos reais, de acordo com o disposto no art. 8º da Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010. Além disso, entendo que o citado procedimento seja adotado somente nos casos em que a aplicação da metodologia atual, mais conservadora, e que utiliza o montante total das operações pleiteadas sobre a última RCL divulgada, não indique a existência de margens suficientes, necessitando, consequentemente, e por direito, uma avaliação mais detalhada, nos termos mais estritos da RSF nº 40/2001, para que se evite o aumento do impacto operacional com o uso de metodologia desnecessária para a grande maioria dos casos, sobretudo em um ambiente de grande volume de operações.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
 Secretário do Tesouro Nacional



Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica nº 61/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 09 de maio de 2014.

Assunto: Processo nº 17944.001477/2012-05 - Operação de crédito entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

RELATÓRIO

1. Solicitação feita pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS para a verificação do cumprimento dos limites e condições para contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD com as seguintes características (fls. 346/347):

a) **Valor da operação:** US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$ 110.960.000,00 (cento e dez milhões, novecentos e sessenta mil reais), pela Taxa de Câmbio de R\$ 2,2192, de 09/05/2014 (fl.507); /

b) **Destinação dos recursos:** execução do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD; /

c) **Liberação:** US\$ 33.333.333,33 em 2014, US\$ 16.666.666,67 em 2015, equivalentes a R\$ 73.973.333,33 em 2014 e R\$ 36.986.666,67 em 2015, à taxa de câmbio de R\$ 2,2192, de 09/05/2014 (fl.507); /

d) **Prazo total:** 300 (trezentos) meses;

e) **Prazo de carência:** 60 (sessenta) meses;

f) **Prazo de amortização:** 240 (duzentos e quarenta) meses;

g) **Juros e atualização monetária:** Libor trimestral + spread variável;

h) **Lei autorizadora:** nº 14.133, de 28/11/2012 (fls. 12). /

2. Conforme análise realizada por esta Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao atendimento dos limites e condições estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40/2001, 43/2001 e 48/2007, observa-se que todas as informações necessárias à efetiva análise estão presentes nos autos.

3. Ademais, ressalta-se quanto aos limites constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, esta Coordenação efetuou os cálculos pertinentes e o Estado apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:



a) art. 6º § 1º Inciso I da RSF nº 43/2001 - **despesas de capital relativas ao exercício anterior:**

a.1) despesas de capital ajustadas no exercício anterior: (fl. 391)	R\$ 2.794.754.894,24
a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior: (fl. 390)	R\$ 542.335.316,63
Saldo:	R\$ 2.252.419.577,61

b) art. 6º § 1º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **despesas de capital relativas ao exercício atual:**

b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas: (fl. 429)	R\$ 4.307.756.264,86
b.2) Liberações de crédito já programadas: (fl. 367)	R\$ 2.583.055.183,06
b.3) Liberação da operação sob exame: (fl. 415/416 e 507)	R\$ 73.973.333,33
Saldo:	R\$ 1.650.727.748,47

c) art. 7º Inciso I da RSF nº 43/2001: **Montante Global de todas as operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).**

Tabela I - Montante Global das operações realizadas em um exercício financeiro (fls. 367, 415/416 e 507)

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)
	Operação em Exame	Liberações Programadas		
2014	73.973.333,33	2.583.055.183,06	27.808.517.033,47	9,55
2015	36.986.666,67	429.588.246,34	28.790.048.766,02	1,62
2016	0,00	165.588.059,51	29.806.224.724,33	0,56

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos. O ano de 2016 é o último para o qual há liberações informadas.

d) art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.**

Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 415/416, 464/467 e 507)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	210.824,00	3.278.584.598,68	27.808.517.033,47	11,79
2015	843.296,00	3.454.040.278,35	28.790.048.766,02	12,00
2016	1.264.944,00	3.574.737.418,43	29.806.224.724,33	12,00
2017	1.264.944,00	3.677.835.527,99	30.858.267.713,86	11,92
2018	1.264.944,00	3.802.609.991,32	31.947.443.700,35	11,91
2019	6.797.132,20	3.896.044.121,93	33.075.063.333,14	11,80
2020	6.733.885,00	3.986.631.834,56	34.242.483.522,38	11,66
2021	6.670.637,80	4.082.456.339,79	35.451.109.071,81	11,53
2022	6.607.390,60	4.176.200.117,19	36.702.394.369,27	11,40
2023	6.544.143,40	4.346.803.748,21	37.997.845.136,77	11,46
2024	6.480.896,20	4.477.239.490,61	39.339.020.242,42	11,40
2025	6.417.649,00	4.591.686.106,55	40.727.533.576,26	11,29
2026	6.354.401,80	4.720.712.682,92	42.165.055.992,34	11,21

Continuação da Nota para a SEAIN

Página 3 de 10

2027	6.291.154,60	4.831.521.747,72	43.653.317.319,31	11,08
			Média:	11,60

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e) art. 7º Inciso II-B da RSF nº 43/2001: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL até o exercício financeiro de 2038, como determinado pela Resolução nº 36/2009, do Senado Federal.**

Tabela II-B - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 415/416, 464/467 e 507)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	210.824,00	3.278.584.598,68	27.808.517.033,47	11,79
2015	843.296,00	3.454.040.278,35	28.790.048.766,02	12,00
2016	1.264.944,00	3.574.737.418,43	29.806.224.724,33	12,00
2017	1.264.944,00	3.677.835.527,99	30.858.267.713,86	11,92
2018	1.264.944,00	3.802.609.991,32	31.947.443.700,35	11,91
2019	6.797.132,20	3.896.044.121,93	33.075.063.333,14	11,80
2020	6.733.885,00	3.986.631.834,56	34.242.483.522,38	11,66
2021	6.670.637,80	4.082.456.339,79	35.451.109.071,81	11,53
2022	6.607.390,60	4.176.200.117,19	36.702.394.369,27	11,40
2023	6.544.143,40	4.346.803.748,21	37.997.845.136,77	11,46
2024	6.480.896,20	4.477.239.490,61	39.339.020.242,42	11,40
2025	6.417.649,00	4.591.686.106,55	40.727.533.576,26	11,29
2026	6.354.401,80	4.720.712.682,92	42.165.055.992,34	11,21
2027	6.291.154,60	4.831.521.747,72	43.653.317.319,31	11,08
2028	6.227.907,40	4.482.796.682,22	45.194.108.441,99	9,93
2029	6.164.660,20	4.286.986.328,38	46.789.283.456,42	9,18
2030	6.101.413,00	4.281.772.536,25	48.440.761.900,97	8,85
2031	6.038.165,80	4.232.603.908,95	50.150.531.066,21	8,45
2032	5.974.918,60	4.197.079.334,22	51.920.648.386,25	8,10
2033	5.911.671,40	4.146.368.251,17	53.753.243.914,61	7,72
2034	5.848.424,20	4.100.071.505,09	55.650.522.887,31	7,38
2035	5.785.177,00	4.099.006.464,96	57.614.768.376,61	7,12
2036	5.721.929,80	4.097.943.072,08	59.648.344.038,23	6,88
2037	5.658.682,60	4.096.443.597,62	61.753.696.955,73	6,64
2038	5.595.435,40	1.811.842.601,52	63.933.360.585,09	2,84
			Média:	9,82

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

f) art. 7º Inciso III da RSF nº 43/2001: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

f.1) Limite ao final do exercício de 2016:	2,00
f.2) Relação DCL/RCL apurada ao final do exercício de 2001:	0,00
f.3) Limite atual para relação DCL/RCL:	2,00
f.4) Receita Corrente Líquida:	R\$ 26.387.876.167,82
f.5) Dívida Consolidada Líquida:	R\$ 55.040.941.433,82
f.6) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação:	R\$ 3.178.231.488,91
f.7) Valor da operação em exame:	R\$ 110.960.000,00

PGFN/COF
81

[Assinatura]

f.8) Saldo Total da Dívida Líquida:	58.330.132.922,73
f.9) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL:	2,21

4. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (data-base Fevereiro de 2014), base para a projeção da RCL constante nas alíneas "c", "d" e "e" do item anterior têm como fonte o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 418/419) coletado junto ao SISTN. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL do exercício de Dezembro de 2013 (alínea "f" do item anterior) tem como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida coletado junto ao SISTN, conforme fl. 379 e 387/388. /

5. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36, de 11/11/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o cálculo do limite a que se referem os itens "d" e "e" passa a ser calculado da seguinte forma:

"Art. 7º

[...]

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do caput, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou

II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027."

6. Assim, para atender o disposto, o cálculo foi realizado para o período de 2014 a 2027, com comprometimento anual de 11,60 e para o período de 2014 a 2038, com comprometimento anual de 9,82, sendo considerado o segundo período, já que o mesmo é mais benéfico para o Ente.

7. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (fls. 361/366) atestou o cumprimento pelo Estado do disposto na LRF, relativamente ao último exercício analisado (2012) e ao exercício ainda não analisado (2013). Em relação ao exercício em curso (2014), o cumprimento do art. 52 da LRF, referente ao último RREO exigível, foi verificado mediante publicação no SISTN (fls. 417). A PGFN entende, por meio do Parecer PGFN/CAF/Nº 520/2010, que a verificação da publicação do RREO pode ser feita pelo SISTN, sendo desnecessária a emissão de nova Certidão do Tribunal de Contas competente para demonstrar a publicação do relatório, tendo em vista que, in verbis:

"Ora, se o cumprimento da obrigação de publicar os relatórios pode ser verificado por toda sociedade, certamente também o será pelo órgão consultante, que, conforme consta na consulta, é o responsável pela sua homologação no SISTN." /

OBSERVAÇÕES

Limite do Montante da Dívida Consolidada – inciso III do Art. 7º da RSF nº 43/2001 e do inciso I do Art. 3º da RSF nº 40/2001. /

8. Durante a análise deste pleito, conforme Item 3-f desta nota, esta Secretaria verificou que o montante da dívida consolidada líquida, uma vez incorporado o valor integral da operação em apreço, bem como das liberações das outras operações de crédito analisadas e em tramitação nesta Secretaria, corresponde a 2,21 vezes a Receita Corrente Líquida, excedendo, de acordo com a metodologia de análise em vigor, o limite da trajetória de ajuste estabelecido no inciso I, art. 4º da

Continuação da Nota para a SEAIN

Página 5 de 10



RSF nº 40/2001, que para o Estado do Rio Grande do Sul corresponde a 2,0969 no exercício de 2014 (fl. 387).

9. Cabe esclarecer que, quanto ao marco temporal, a RSF nº 40/2001 estabelece que "a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 (onze) meses anteriores excluídas as duplicidades" (§ 3º do Art. 2º). No entanto, as RSF nº 40 e 43, ambas de 2001, são omissas quanto a definição de uma metodologia de cálculo para o limite da relação DCL/RCL.

10. Esta Secretaria, conservadoramente, considera no montante da dívida consolidada líquida, além do valor informado no último RGF publicado, o somatório das liberações referentes à operação de crédito pleiteada, às operações já contratadas com liberações pendentes e às demais operações em tramitação, independentemente dos exercícios em que estão previstas. Assim, para efeito do cálculo, ficam incorporadas, na Dívida Consolidada Líquida do exercício vigente, parcelas de operações de crédito a serem liberadas em exercícios futuros.

11. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio de seu Parecer PGFN/COF nº 2463/2012 (fls. 509/512), que trata de consulta desta Secretaria sobre a correta metodologia de cálculo do montante da dívida consolidada para fins de verificação do limite constante do Art. 7º, inciso III, da RSF nº 43/2001, entende que:

"10. Segundo o referido Manual, a Dívida Consolidada Líquida é obtida a partir da Dívida Consolidada, excluídas as deduções previstas na legislação. O próprio conceito de Dívida Consolidada, do qual será obtida a Dívida Consolidada Líquida, prevê o registro dos saldos da Dívida Consolidada no exercício anterior e do exercício em referência até o quadrimestre correspondente. Como se pode verificar, não são utilizados dados projetados para o futuro. Nesse sentido, seguindo a mesma orientação, entendemos que não caberia a utilização de dados referentes a parcelas a serem liberadas em exercícios futuros, para fins de cálculo da Dívida Consolidada Líquida, nos termos do art. 3º, I, da Resolução SF nº 40, de 2001.

11. Do exposto, em resposta à indagação da STN, entendemos que encontra fundamento legal a metodologia de cálculo que considere apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios, para fins de cálculo do limite previsto no art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001 e art. 3º, I, da Resolução SF nº 40/2001." (Grifamos)

12. Diante do exposto, surgiu a necessidade da definição de metodologia para as projeções anuais da relação DCL/RCL, o que ensejou a elaboração da Nota nº 984/STN/COPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514). De acordo com a metodologia, respaldada pela Nota mencionada, devem ser consideradas as projeções da DCL encaminhadas pelo ente, em valores reais, e da RCL utilizada atualmente, que incorpora estimativa de crescimento do PIB em termos reais, de acordo com o disposto no art. 8º da Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

13. Ainda de acordo com a Nota, o procedimento deve ser adotado somente nos casos em que:

"(...) a aplicação da metodologia atual, mais conservadora, e que utiliza o montante total das operações pleiteadas sobre a última RCL divulgada, não indique a existência de margens suficientes, necessitando, consequentemente, e por direito, uma avaliação mais detalhada, nos termos mais estritos da RSF nº 40/2001, para que se evite o aumento do impacto operacional com o uso de metodologia desnecessária para a grande maioria dos casos, sobretudo em um ambiente de grande volume de operações."



[Handwritten signatures and initials]

14. Em 01/04/2014, esta Secretaria recebeu a Ofício nº 174/2014-GSF, de 27/04/2014, em que o Estado apresentou os dados consolidados de 2013 e suas projeções e respectivas metodologias de cálculo, para os exercícios de 2014 a 2016 (fl. 425), período em que estão previstas liberações de operações de crédito contratadas ou a contratar, conforme Cronograma de Liberações apresentado (fl. 367).

15. Após análise da metodologia de cálculo apresentada pelo Ente, registramos as seguintes observações:

a) quanto às projeções da DCL, os cálculos apresentados pelo Ente são baseados nas condições contratuais de cada operação de crédito e, no que se refere à incorporação das liberações previstas ao saldo da dívida, considera, conforme descrito na Nota nº 984/STN/COPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514), apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios;

b) quanto às projeções da RCL, entende-se que a metodologia de cálculo que deve ser utilizada é aquela definida na Nota nº 984/STN/COPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514), de acordo com o disposto no Art. 8º da Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010, e que foi adotada na projeção dos valores para cálculo dos limites de que trata os incisos I e II do art. 7º da RSF nº 43/ 2001, apresentados nos itens 4-c,d,e. Transcrevemos abaixo, o citado dispositivo:

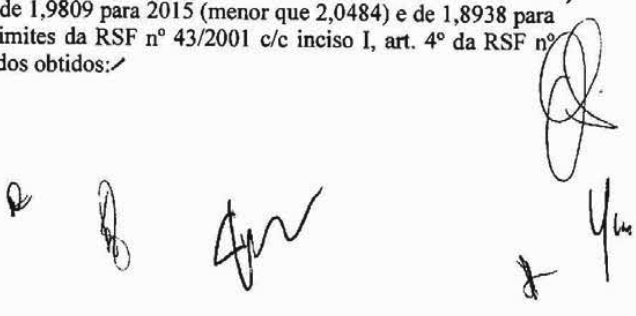
Art. 8º Para fins de projeção da Receita Corrente Líquida - RCL, conforme disposto no § 6º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, será utilizado fator de atualização calculado com base nos seguintes parâmetros:

I - apuração pela média geométrica das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto nacional do período correspondente aos últimos oito anos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

II - aplicação uniforme do fator de atualização para todos os exercícios em que houver pagamentos da operação de crédito, nos termos do § 4º do art. 7º da Resolução No- 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. As taxas de crescimento referidas no inciso I do caput e o fator de atualização serão divulgados por meio do MIP.

16. Isto posto, efetuamos novo cálculo da relação DCL/RCL (fl. 530), utilizando as projeções da DCL apresentadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, Ofício nº 174/2014-GSF, de 27/04/2014, em valores reais para cada operação de crédito e, no que se refere à incorporação ao saldo da dívida das liberações previstas, considera, conforme Nota nº 984/STN/COPEM, de 07/11/2013 (fls. 513/514), apenas os desembolsos anuais das operações de crédito efetuados ou previstos até o término dos correspondentes exercícios. Para este novo cálculo, a RCL foi projetada à taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos, conforme Art. 8º da Portaria STN nº 396/2009. De acordo com essa metodologia de cálculo, o Ente passa a apresentar relação DCL/RCL de 2,0553 para 2014 (menor que 2,0969), de 1,9809 para 2015 (menor que 2,0484) e de 1,8938 para 2016 (menor que 2,0000), cumprindo os limites da RSF nº 43/2001 c/c inciso I, art. 4º da RSF nº 40/2001. Apresentamos abaixo, os resultados obtidos:



Continuação da Nota para a SEAIN

Página 7 de 10



	2014	2015	2016
DCL PROJETADA PELO ESTADO	57.154.031.193,93	57.031.599.969,90	56.446.592.542,79
RCL PROJETADA PELA STN (1º BIM/14 - homologado)	27.808.517.033,40	28.790.048.766,00	29.806.224.724,30
RELAÇÃO DCL/RCL 6º BIM	2,0553	1,9809	1,8938
LIMITE	2,0969	2,0484	2,00

DESPESA COM PESSOAL

17. É de conhecimento da STN que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul não computa despesa com pensionistas e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF na despesa com pessoal para fins de apuração dos limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000. Assim, coube a esta Secretaria adicionar ao montante da despesa os valores informados pelo próprio Ente relativamente ao 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2012 e 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2013 (fl. 389), nos quais se observou a extrapolação dos limites atribuídos ao Poder Executivo no 2º e 3º quadrimestre de 2012 e 2º e 3º quadrimestre de 2013, ao Ministério Público no 1º ao 3º quadrimestre de 2012 e ao Poder Judiciário em todos os períodos mencionados, conforme segue:

	Poder Executivo	Poder Judiciário	Ministério Público
LIMITE LEGAL (DP/RCL)	49%	6,00%	2,00%
1º quadrimestre 2012	48,33%	6,29%	2,03%
2º quadrimestre 2012	49,28%	6,34%	2,02%
3º quadrimestre 2012	49,50%	6,41%	2,01%
1º quadrimestre 2013	48,62%	6,10%	1,94%
2º quadrimestre 2013	50,33%	6,21%	1,94%
3º quadrimestre 2013	50,48%	6,14%	1,92%

Os percentuais foram obtidos adicionando-se as despesas com pensionistas e IRRF ao valor da despesa total de cada Poder informada pelo ente, dividindo-se pela RCL acrescida do somatório do IRRF de todos os poderes

18. Considerando, dessa forma, a extrapolação dos limites com pessoal dos Poderes Executivo e Judiciário, em 29/04/2014, por meio do Ofício nº 2063/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (fl. 494), foi feito questionamento à Advocacia-Geral da União (AGU) acerca da força executória de decisão do STF, em 25/04/2014, na Ação Cautelar nº 3617 ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul contra a União, qual seja:

"(...) Isso posto, considerando o que já decidi, incidentalmente, nos autos da ACO 1198 e presentes os requisitos autorizadores do pedido cautelar, defiro a liminar nos termos em que requerida."

19. A AGU, por meio de seu Parecer AGU/SGCT/MAS/Nº 20/2014 (fls.503/506), se manifestou no seguinte sentido:

"9. Conforme se verifica dos termos da petição inicial e da medida liminar deferida na Ação Cautelar em exame, o Ministro Relator acolheu integralmente o pedido formulado pelo Autor "a fim de que se considerem atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado, para os fins



específicos expostos (viabilizar a finalização das operações PROCONFIS e POD, com recebimento de autorização e aval da ré), e genéricos – prevenir obstaculização de transferências voluntárias e eventualmente outras operações de crédito similares à vertente, enquanto não julgado o mérito da ação principal.”

10. Vale ressaltar que o autor fez referência na petição inicial, ao motivo da inadimplência enfrentada pelo Estado do Rio Grande do Sul, objeto da ação principal, consistente no “descumprimento da LRF na área de pessoal”.

11. Assim, a liminar atendeu aos exatos termos do pedido, para os fins especificados na petição inicial, que se refere às seguintes operações: “(1) **PROCOFINS RS II – BID** (Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do RS II – PBL), no montante de **US\$ 200 milhões**, esta inclusive já autorizada pelo Senado Federal, com contratação e concessão de garantias obstadas pela STN; (2) **PROCOFINS – BIRD** (Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do RS – DPL), no valor de **US\$ 280 milhões**; e (3) **POD – BID** (Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do RS), no valor de **US\$ 50 milhões**.”

12. Além disso, mesmo havendo os motivos que ensejaram a **ACO 1.198** – o Estado do Rio Grande do Sul poderá receber as transferências relativas aos Programas especificados acima, como também “genéricos”, sendo que a liminar deferida também se impõe para “prevenir obstaculização de transferências voluntárias e eventualmente outras operações de crédito similares à vertente, enquanto não julgado o mérito da ação principal”.

13. Registre-se que o decisório proferido monocraticamente pela Corte Constitucional tem eficácia imediata, e mesmo que seja interposto eventual agravo regimental. Ele terá efeito meramente devolutivo.”

14. Assim, o cumprimento do decisum liminar, de natureza provisória, deve ser imediatamente observado.

20. Portanto, considerando o exposto pela AGU, a liminar determina que a União “considere atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado”.

21. Assim, tomando-se como base a Certidão nº 1055/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (fls. 361/362), o Estado cumpre os limites de despesa com pessoal, conforme exposto abaixo:

	2013	LIMITES
PODER EXECUTIVO	43,42%	49,00%
ASS. LEGISLATIVA	1,07%	1,82%
TRIBUNAL DE CONTAS	0,89%	1,18%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	4,36%	5,88%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	0,05%	0,12%
MINISTÉRIO PÚBLICO	1,42%	2,00%

ART. 35 DA LRF

22. Durante a análise dos limites e condições para contratação de operação de crédito por parte do Município de Montenegro-RS (processos 19406.000244/2009-02 e 19406.000110/2010-17), verificou-se que na composição de sua dívida contratual em 31/12/2009 havia parcela referente a

Continuação da Nota para a SEAIN

Página 9 de 10



uma dívida com o Estado do Rio Grande do Sul, no valor total de R\$ 53.062.558,53, decorrente de aval concedido pelo Estado do Rio Grande do Sul em 1997, com termos aditivos firmados nos exercícios de 1999 e 2004.

23. Este último, por ter ocorrido após a publicação da LRF, que em seu art. 35 veda operações entre Entes da Federação, foi objeto de consulta à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio da Nota nº 870/2010/COPEM/STN (fl. 515), quanto à regularidade da mesma.

24. Em seu Parecer PGFN/CAF/nº 1999/2010 (fls. 516/518), reiterado pelos Pareceres PGFN/CAF/nº 2.121/2010, PGFN/CAF/nº 2.164/2010 e PGFN/CAF/nº 205/2011 (fls. 519/527), aquela Procuradoria concluiu:

*"a) ao celebrarem o Segundo Termo Aditivo (15.06.2004), o Município de Montenegro/RS e o Estado do Rio Grande do Sul realizaram operação vedada pelo art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que houve **postergação de dívida contraída anteriormente**, de maneira que o contrato deve ser considerado nulo, nos termos do § 1º do art. 33 da LRF;*

b) nos termos do § 1º do art. 33 da LRF, os entes federados envolvidos deverão proceder ao cancelamento do Segundo Termo Aditivo, mediante devolução do principal, sendo vedado o pagamento de juros e demais encargos financeiros. Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso de recursos, será consignada reserva na lei orçamentária para o exercício seguinte (art. 33, § 2º, LRF);

c) nos termos do § 3º do art. 33 da LRF, enquanto não efetuados os cancelamentos, a amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23, de modo que o ente não poderá: I - receber transferências voluntárias; II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem a redução das despesas com pessoal;

d) por serem partes dos contratos aqui analisados, essencialmente do Segundo Termo Aditivo, as sanções da Lei de Responsabilidade Fiscal atingem tanto o Município de Montenegro/RS como o Estado do Rio Grande do Sul."

25. Os Entes foram então comunicados do posicionamento da PGFN e propuseram a Ação Originária nº 1.669. Assim, o Ministro Gilmar Mendes concedeu Medida Cautelar (fl. 528), com decisão exposta em tela:

"Pelo exposto, presentes os requisitos da medida requerida, defiro a tutela antecipada para suspender os efeitos de glosa lançada pela STN ao analisar os termos aditivos ao Convênio de aquisição, compensação e parcelamento de créditos e débitos firmado entre os autores, inclusive para que a STN não utilize este apontamento como óbice à contratação de quaisquer empréstimos ou recebimento de transferências voluntárias, impedindo, ainda, a inscrição dos autores no CAUC/SIAFI."

26. Depreende-se, portanto, que o descumprimento de que se trata não impõe, por força da liminar, impedimento à contratação de novas operações de crédito e que a decisão permanece inalterada conforme informado pelo Estado, por meio do Parecer Jurídico de 26/02/2014 (fls. 353/360), e pela pesquisa presente nos autos à folha 528.

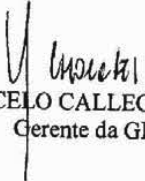


CONCLUSÃO

27. A presente análise tem como propósito verificar o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para pré-negociar e negociar as minutas contratuais relativas ao pleito de que se trata, em cumprimento ao inciso VIII do art. 3º da Portaria MF nº 497, de 27/08/1990. Dessa forma, sugere-se o encaminhamento de ofício à SEAIN/MP, informando a não objeção desta Secretaria para a realização das referidas negociações.

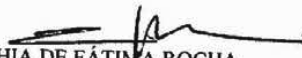
À consideração superior.


OTÁVIO AUGUSTO GONÇALVES JARDIM
Analista de Finanças e Controle


MARCELO CALLEGARI HOERTEL
Gerente da GEAPE III


EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da GERFI

De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Subsecretário do Tesouro Nacional.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional





Secretaria do Tesouro Nacional

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Gerência de Análise da Concessão de Garantias da União a Estados, DF e Municípios - GERFI

Nota nº 92/ 2014/GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF

Em 16^o junho de 2014.

Assunto: Manifestação no Módulo ROF do RDE.

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Rio Grande do Sul e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Recursos destinados ao financiamento do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - RS.

ROF TA 691962 - Processo nº 17944001477/2012-05.

De modo a atender ao disposto pelas Resoluções nº 2.515, de 29.06.98 e nº 3.844, de 23.03.2010, regulamentadas pela Circular nº 3.491, de 24.03.2010, todos do Banco Central do Brasil, que tratam dos procedimentos para registro no módulo Registro de Operações Financeiras - ROF, do Registro Declaratório Eletrônico - RDE, sugerimos a inserção no Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN a seguinte manifestação:

Tendo em vista o atendimento pelo Estado do Rio Grande do Sul dos limites e condições estabelecidos pela RSF nº 43/01, objeto de manifestação favorável desta Secretaria, por meio do Parecer nº 844/2014 - COPEM/STN, nos termos do art 98 do Decreto nº 93.872/86, a STN nada tem a opor que o referido Ente seja autorizado a credenciar a op. de crédito externo, com garantia da União, com o BID, no valor de US\$ 50.000.000,00, destinados ao Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - RS, objeto da Recom. COFLEX nº 1318/2012. Importa, ressaltar, todavia, que a decisão deste Ministério somente será formalizada quando do encaminhamento do pleito ao Senado Federal.

À consideração superior.

Luís Fernando Nakachima

LUIS FERNANDO NAKACHIMA
Analista de Finanças e Controle

Eduardo Luiz Gaudard

EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COPEM/STN





Maio/2014
Vol. 20, N. 05

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília
Junho/2014





MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Arno Hugo Augustin Filho

SUBSECRETÁRIOS
Cleber Ulbratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Lísio Fábio de Baroli Camargo
Marcos Pereira Aurelio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benido

EQUIPE
Artur Henrique da Silva Santos
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Gabriel Gdalevick Junqueira
Guilherme Ciccato

Arte
Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Aline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O **Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.dl.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70046-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 20, n. 05 (maio 2014). – Brasília : STN, 1995.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	11
Despesas do Tesouro Nacional.....	13
Previdência Social.....	19
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22
Dívida Interna Líquida.....	23
Dívida Externa Líquida.....	26

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	6
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	7
Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	9
Tabela 5 - Dividendos pagos à União.....	10
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios.....	11
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	12
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central.....	13
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	17
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	17
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	18
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	19
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	21
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	21
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22



Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	26

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

Em maio de 2014, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 10,5 bilhões, contra superávit de R\$ 16,6 bilhões em abril. O Tesouro Nacional apresentou déficit de R\$ 6,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,9 bilhões e R\$ 136,4 milhões, respectivamente.

R\$ Milhões

Descrição da Situação	Ata 14	Ata 16	Variação %	Anterior		Atual
				1993	1994	
Despesas de Insumos	85.511,1	83.411,1	-2,5%	85.417,1	138.888,5	15%
Despesas de Prestação de Serviços	36.799,5	36.000,0	-2,2%	113.000,0	118.000,0	5,0%
Despesas de Manutenção Corrente	445,7	799,8	78,9%	1.000,0	1.200,0	20,0%
Despesas de Manutenção de Equipamentos	200,0	71.000,0	35.500,0%	10.000,0	20.000,0	100,0%
Despesas de Manutenção de Edifícios	20.000,0	20.000,0	0,0%	20.000,0	20.000,0	0,0%
Despesas de Insumos	20.261,4	20.261,4	0,0%	20.261,4	20.261,4	0,0%
Despesas de Prestação de Serviços	35.538,1	35.538,1	0,0%	35.538,1	35.538,1	0,0%
Despesas de Manutenção Corrente	200,0	799,8	299,9%	1.000,0	1.200,0	20,0%
Despesas de Manutenção de Equipamentos	200,0	71.000,0	35.500,0%	10.000,0	20.000,0	100,0%
Despesas de Manutenção de Edifícios	20.000,0	20.000,0	0,0%	20.000,0	20.000,0	0,0%
Despesas de Insumos	15.555,5	15.555,5	0,0%	15.555,5	15.555,5	0,0%
Despesas de Prestação de Serviços	35.538,1	35.538,1	0,0%	35.538,1	35.538,1	0,0%
Despesas de Manutenção Corrente	200,0	799,8	299,9%	1.000,0	1.200,0	20,0%
Despesas de Manutenção de Equipamentos	200,0	71.000,0	35.500,0%	10.000,0	20.000,0	100,0%
Despesas de Manutenção de Edifícios	20.000,0	20.000,0	0,0%	20.000,0	20.000,0	0,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSR no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFI, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFI, conforme previsto na Resolução CDFES nº 9/2012.

3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central diminuíram R\$ 22,2 bilhões (19,8%), devido, principalmente, à concentração sazonal de recolhimentos tributários em abril. Esse comportamento decorreu dos decréscimos de R\$ 12,1 bilhões (28,3%) na arrecadação de impostos, de R\$ 2,3 bilhões (8,0%) nas receitas de contribuições e de R\$ 7,5 bilhões (50,0%) nas demais receitas.

As despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de R\$ 562,1 milhões (0,7%) no comparativo entre abril e maio de 2014. Observou-se diminuição de R\$ 1,1 bilhão (2,3%) nas despesas do Tesouro Nacional, aumento de R\$ 613,3 milhões (2,1%) nas despesas da Previdência Social e diminuição de R\$ 65,4 milhões (21,3%) nos gastos do Banco Central.

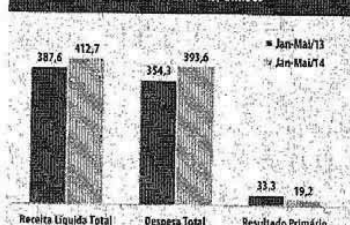
O resultado primário do Governo Central, em maio de 2014, foi deficitário em R\$ 10,5 bilhões, contra superávit de R\$ 16,6 bilhões em abril de 2014.



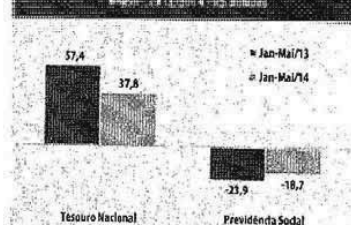


Em 2014, o superávit do Governo Central, acumulado até maio, foi de R\$ 19,2 bilhões, o equivalente a 0,93% do PIB.

**Gráfico 1: Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central
Brasil - 2013/2014 - R\$ Bilhões**



**Gráfico 2: Acumulado no Governo Central
Brasil - 2013/2014 - R\$ Bilhões**



Comparativamente ao acumulado no mesmo período de 2013, houve decréscimo de R\$ 14,1 bilhões (42,4%) no superávit até o mês de maio. Esse comportamento reflete o decréscimo de R\$ 19,5 bilhões (34,1%) no superávit do Tesouro Nacional, compensado pela redução de R\$ 5,2 bilhões (21,8%) no déficit da Previdência Social e pela apuração de um superávit de R\$ 1,9 milhão no Banco Central, enquanto em 2013 houve um déficit de R\$ 240,2 milhões.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 37,8 bilhões (8,0%) relativamente ao acumulado até maio de 2013. Desse montante, destaque-se o crescimento das receitas de impostos (R\$ 10,5 bilhões), contribuições (R\$ 4,8 bilhões), demais receitas do Tesouro (R\$ 8,7 bilhões) e receitas previdenciárias (R\$ 12,7 bilhões).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 12,6 bilhões (15,2%) em 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R\$ 7,7 bilhões (12,3%) observado nas transferências constitucionais, de R\$ 1,8 bilhão nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, havendo sido pago R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados e Municípios (MP nº 629/2013), sem contrapartida em igual período de 2013, além do crescimento de R\$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela, em abril de 2014, do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013.

Ainda com relação aos cinco primeiros meses do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 39,3 bilhões (11,1%), destacando-se os incrementos de R\$ 5,3 bilhões (6,6%) nas despesas com pessoal e encargos sociais e de R\$ 22,1 bilhões (22,3%) nas outras despesas de custeio e capital. Cumpre destacar a incorporação como despesa primária do pagamento de auxílio à CDE em 2014 no montante de R\$ 3,3 bilhões, sem contrapartida nos primeiros cinco meses do ano anterior, além das despesas de compensação do RGPS, que alcançaram R\$ 6,5 bilhões até maio de 2014, contra R\$ 2,5 bilhões em igual período de 2013, cujos pagamentos se iniciaram em abril daquele ano.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - 2013/2014 - R\$ Bilhões

Descrição	2013		2014	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Receita Líquida Total	387,6	0,93	412,7	0,93
Despesa Total	354,3	0,88	393,6	0,93
Resultado Primário	33,3	0,08	19,2	0,05

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 9 - Receitas Primárias do Tesouro Nacional - Resultado 2013-2014						
Descrição do Recebimento	Maio 14	Maio 13	Variação %	2013	2014	Variação %
1.1 - Receitas de Impostos	104.001,3	124.134,3	-16,9%	104.001,3	104.001,3	0,0%
Imposto de Renda	40.903,8	30.000,0	-36,5%	40.903,8	40.903,8	0,0%
IR	33.141,6	21.053,3	-36,5%	33.141,6	33.141,6	0,0%
IPI	4.018,0	4.118,4	2,5%	4.018,0	4.018,0	0,0%
Outros	5.403,1	5.340,3	-1,2%	5.403,1	5.403,1	0,0%
Contribuições	28.663,9	26.376,8	-8,0%	28.663,9	28.663,9	0,0%
Cofins	15.191,9	15.989,3	5,2%	15.191,9	15.191,9	0,0%
CSLL	7.068,8	3.883,2	-45,1%	7.068,8	7.068,8	0,0%
Pis/Pasep	4.013,6	4.236,1	5,5%	4.013,6	4.013,6	0,0%
Cide-Combustíveis	0,8	0,8	6,7%	0,8	0,8	0,0%
Outras	2.388,8	2.269,4	-5,0%	2.388,8	2.388,8	0,0%
Demais	14.860,4	7.334,1	-50,5%	14.860,4	14.860,4	0,0%
Cota parte de compensações financeiras	6.026,1	1.899,3	-68,5%	6.026,1	6.026,1	0,0%
Diretamente arrecadadas	4.745,5	2.725,7	-42,6%	4.745,5	4.745,5	0,0%
Concessões	225,8	238,8	5,8%	225,8	225,8	0,0%
Dividendos	2.340,7	779,9	-66,7%	2.340,7	2.340,7	0,0%
Outras	1.522,2	1.710,5	12,4%	1.522,2	1.522,2	0,0%
(-) Restituições	-931,3	-822,6	-11,7%	-931,3	-931,3	0,0%
(-) Incentivos Fiscais	-4,7	0,0	-100,0%	-4,7	-4,7	0,0%
1.2 - Receitas da Previdência Social	26.299,2	26.605,6	-1,2%	26.299,2	26.299,2	0,0%
Receitas da Previdência Social - Urbano	26.195,2	26.000,6	-0,7%	26.195,2	26.195,2	0,0%
Receitas da Previdência Social - Rural	104,1	605,0	0,1%	104,1	104,1	0,0%
1.3 - Receitas do Banco Central	415,7	104,8	-75,0%	415,7	415,7	0,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

A Receita do Governo Central apresentou decréscimo de 19,8% relativamente ao mês anterior, devido, principalmente, à concentração sazonal de recolhimentos tributários em abril.



7



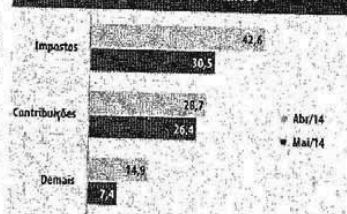
Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R\$ 21,8 bilhões (25,4%), passando de R\$ 86,1 bilhões, em abril, para R\$ 64,2 bilhões em maio de 2014. Este comportamento é explicado, principalmente, pela diminuição de R\$ 12,1 bilhões (28,3%) em impostos, de R\$ 2,3 bilhões (8,0%) em contribuições e de R\$ 7,5 bilhões (50,5%) em demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 30,5 bilhões e as de contribuições R\$ 26,4 bilhões, apresentando em seu conjunto um decréscimo de R\$ 14,3 bilhões (20,1%) em relação aos valores apurados em abril. Essa evolução decorre, especialmente, da diminuição de R\$ 9,4 bilhões na arrecadação de IRPJ e CSLL, em função do pagamento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março de 2014, e de R\$ 4,1 bilhões de IRPF devido ao pagamento, em abril, da 1ª cota ou cota única do IRPF referente à Declaração de Ajuste 2014, ano base 2013.

Gráfico 3. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2014 - R\$ Bilhões



As demais receitas do Tesouro Nacional registraram diminuição de R\$ 7,5 bilhões, explicada por: i) decréscimo de R\$ 4,1 bilhões (68,5%) na arrecadação da cota-parte de compensações devido ao recolhimento trimestral, em abril, da participação especial na exploração de petróleo e gás natural; e ii) redução de R\$ 2,0 bilhões (42,6%) nas receitas diretamente arrecadadas, em função da arrecadação sazonal, em abril, da Condecine, no valor de R\$ 875,2 milhões.

Receitas do Tesouro Nacional

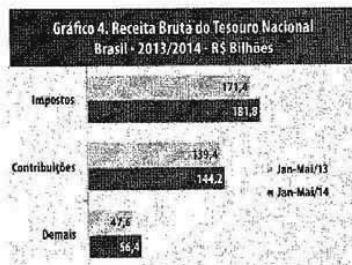
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com o acumulado até maio de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 24,0 bilhões (6,7%), passando de R\$ 358,4 bilhões para R\$ 382,4 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, das desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, Cide-Combustíveis, IPI-Automóveis e IOF-Crédito Pessoa Física.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 6,6 bilhões (11,8%) na arrecadação de IRRF, sobretudo em função de: a) crescimento de R\$ 3,5 bilhões nas receitas com IRRF – Rendimentos

Até maio de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 24,0 bilhões (6,7%) em relação ao ano anterior.



do Trabalho –, decorrente da variação nominal de 10,3% da massa salarial habitual, nos meses de dezembro/13 a abril/14, em relação a igual período do ano anterior; b) acréscimo de R\$ 1,6 bilhão no IRRF – Rendimentos de Capital – devido, principalmente, aos aumentos de 38,5% do imposto de renda incidente sobre aplicação financeira de renda fixa, e de 35,4% na arrecadação do item Outros, decorrente da reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência privada do IRRF – Rendimentos do Trabalho para o IRRF – Rendimentos do Capital; e c) R\$ 1,3 bilhão no IRRF – Remessas ao Exterior, explicado sobretudo pelo comportamento dos itens royalties e assistência técnica (31,0%) e juros sobre capital próprio (20,3%);

ii) incremento de R\$ 2,1 bilhões (2,7%) na Cofins e de R\$ 813,0 milhões (4,0%) no Pis/Pasep, devido, sobretudo, ao efeito conjugado do crescimento de 1,9% do volume de vendas de dezembro de 2013 a abril de 2014 em relação a dezembro de 2012 a abril de 2013 (PMC-IBGE), às compensações tributárias efetuadas no primeiro trimestre de 2013 e à alteração da base de cálculo do PIS/Cofins-Importação, em conformidade com a Lei nº 12.865/2012;

iii) crescimento de R\$ 2,0 bilhões (10,7%) no IPI, principalmente em função do

crescimento do IPI vinculado à importação, do IPI – Fumo e da recomposição da alíquota incidente sobre a aquisição de automóveis, móveis e linha branca; e

iv) aumento de R\$ 1,5 bilhão (10,5%) no imposto de importação, explicado, sobretudo, pela elevação de 1,4% no valor em dólar das importações e de 15,1% na taxa média de câmbio e pela redução de 3,9% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R\$ 8,7 bilhões (18,4%), em relação ao acumulado de 2013,

% PIB

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Mai	
	2013	2014
RECEITA BRUTA	18,44%	18,41%
Impostos	8,92%	8,74%
IR	5,29%	4,48%
IPI	0,96%	0,99%
Outros	1,36%	1,31%
Contribuições	7,25%	6,98%
Cofins	4,02%	3,83%
CSLL	1,57%	1,48%
Pis/Pasep	1,07%	1,03%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,60%	0,62%
Demais	2,48%	2,72%
Cota parte de compensações financeiras	0,85%	0,87%
Diretamente arrecadadas	0,88%	0,97%
Concessões	0,07%	0,06%
Dividendos	0,20%	0,44%
Outras	0,37%	0,39%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



R\$ Milhões

Tabela 1 - Receitas e Pagos a Pagar - Real - 2013/2014		
Descrição	Jan - Maio	
	2013	2014
Receita Total	90.000	90.000
Impostos	2.000	2.000
Contribuição	1.000	1.000
Outras	1.000	1.000
Pagos a Pagar	1.000	1.000
Saldo	89.000	89.000

Fuente: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

decorrente, principalmente:

i) da arrecadação de R\$ 9,0 bilhões proveniente de dividendos, enquanto no mesmo período de 2013 essa receita havia sido de R\$ 3,9 bilhões; e

ii) do aumento de R\$ 1,8 bilhão (10,7%) nas receitas referentes à cota parte de compensações financeiras, passando de R\$ 16,3 bilhões até maio de 2013 para R\$ 18,1 bilhões no mesmo período de 2014, devido ao aumento da produção e da taxa média de câmbio.

R\$ Milhões

Tabelle 1: Entwicklung der Ausgaben für Kommunikation, April 2011 bis Juni						
Kommunikations-Schrittweise	April 11		April 12		April 13	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
1. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
2. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
3. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
4. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
5. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
6. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
7. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
8. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
9. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
10. Schrittweise	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

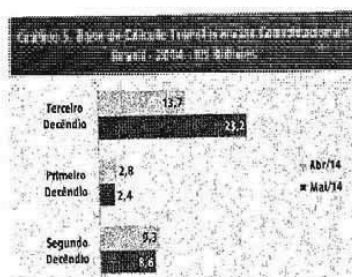
1. The first step is to identify the problem or question that needs to be addressed. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em maio de 2014, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R\$ 5,4 bilhões (33,2%), totalizando R\$ 21,8 bilhões, contra R\$ 16,3 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:



i) do aumento de R\$ 3,8 bilhões (32,5%) nas transferências constitucionais, como impacto da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de abril, com reflexos nas transferências de maio;

ii) do acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (240,2%) nas transferências relacionadas ao Fundeb, de acordo com calendário

de execução estabelecido pelas Portarias Interministeriais MEC/MF nº 16/2013 e nº 19/2013;

iii) da redução de R\$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente ao pagamento da segunda parcela do auxílio financeiro aos Municípios em abril, sem contrapartida no mês de maio, de acordo com a Lei nº 12.859/2013; e

iv) do aumento de R\$ 1,5 bilhão (99,5%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse sazonal, efetuado em maio, de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, arrecadados em abril.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R\$ 5,4 bilhões (33,2%) em maio de 2014, frente ao mês anterior, em função do aumento nas transferências constitucionais e nas transferências relacionadas ao Fundeb.



Em relação a 2013, as transferências apresentaram crescimento de R\$ 12,6 bilhões (15,2%), influenciadas pelo aumento de R\$ 7,7 bilhões (12,3%) nas transferências constitucionais e pelo aumento de R\$ 3,1 bilhões de em Demais Transferências.

12

Transferências do Tesouro Nacional Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

No acumulado até maio, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 12,6 bilhões (15,2%), elevando-se de R\$ 83,1 bilhões em 2013 para R\$ 95,7 bilhões em 2014. As principais variações no período foram:

i) aumento de R\$ 7,7 bilhões (12,3%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo do aumento da arrecadação dos tributos compartilhados, principalmente em função da reclassificação, em dezembro de 2013, do Refis, com impacto nas transferências em janeiro de 2014;

ii) crescimento de R\$ 1,8 bilhão (220,0%) nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002 (totalizando R\$ 2,6 bilhões em 2014), explicado pelo auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), no montante de R\$ 1,9 bilhão no mês de janeiro, sem evento correspondente em igual período de 2013;

iii) acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (34,9%) nas transferências relacionadas ao Fundeb; e

iv) elevação de R\$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013, em abril de 2014, sem contrapartida até o mesmo período do ano anterior, pois a primeira parcela foi paga em setembro de 2013.

Gráfico 1 - Transferências e Resultados Financeiros - Brasil - 2013 a 2014

Descrição	Resultado	
	2013	2014
Transferências Constitucionais	77.000	84.700
Transferências Relativas à Lei Complementar nº 115/2002	0.000	2.600
Transferências Relativas ao Fundeb	1.600	3.200
Demais Transferências	3.100	4.600

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Maio 2014

Descrição da Despesa	Abril 2014	Maio 2014	Variac. em %	2013	2014	Variação %
Despesas do Tesouro	109.250,8	107.912,3	-1,2%	109.250,8	107.912,3	-1,2%
Personal e Encargos Sociais ¹	15.800,7	16.120,1	2,0%	15.800,7	16.120,1	2,0%
Custeio e Capital	52.052,8	51.000,2	-2,0%	52.052,8	51.000,2	-2,0%
Despesa do FAT	2.993,5	2.871,4	-4,1%	2.993,5	2.871,4	-4,1%
Contribuição de Substituição Previdenciária ²	1.432,4	913,8	-35,5%	1.432,4	913,8	-35,5%
Benefícios Previdenciários - Urbanos ³	3.888,7	3.775,3	-2,8%	3.888,7	3.775,3	-2,8%
Benefícios Previdenciários - Rurais ⁴	1.000,0	1.000,0	0,0%	1.000,0	1.000,0	0,0%
Contribuição do FGTS	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0%
Contribuição do FGTS - Capital	20.770,0	20.770,0	0,0%	20.770,0	20.770,0	0,0%
Outras Despesas de Capital ⁵	6.911,3	7.500,0	9,4%	6.911,3	7.500,0	9,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	374,0	22,4	-94,0%	374,0	22,4	-94,0%
Despesas do Tesouro Nacional	109.250,8	107.912,3	-1,2%	109.250,8	107.912,3	-1,2%
Despesas do Tesouro Nacional	109.250,8	107.912,3	-1,2%	109.250,8	107.912,3	-1,2%
Despesas do Tesouro Nacional	109.250,8	107.912,3	-1,2%	109.250,8	107.912,3	-1,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.

6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 48,2 bilhões, representando uma redução de R\$ 1,1 bilhão (2,3%) em relação a abril de 2014. Esse comportamento decorreu do decréscimo de R\$ 835,5 milhões (2,6%) nas despesas de Custeio e Capital e da redução de R\$ 351,6 milhões (94,0%) nas transferências do Tesouro ao Banco Central.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) decréscimo de R\$ 935,1 milhões (31,2%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário atual referente ao exercício 2013/2014 (agosto/2013 a junho/2014), regulamentado pela Resolução Codefat nº 714/2013;

ii) crescimento de R\$ 649,3 milhões (9,4%) nas Outras Despesas de Capital. As variações mais significativas foram: a) redução de R\$ 1,1 bilhão (65,4%) nos

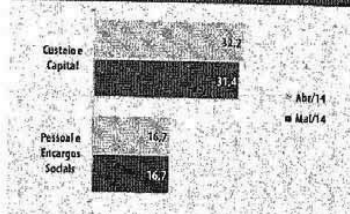
Em maio de 2014, as Despesas do Governo Central totalizaram R\$ 78,9 bilhões, contra R\$ 79,4 bilhões no mês anterior.

PGFN
92

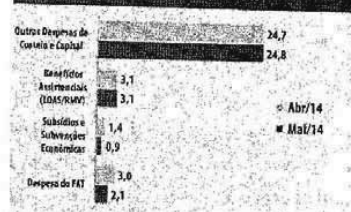
13



**Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2014 - R\$ Bilhões**



**Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2014 - R\$ Bilhões**



investimentos realizados pelo Ministério da Defesa; b) crescimento de R\$ 500,4 milhões (33,4%) nos investimentos realizados pelo Ministério das Cidades; c) aumento de R\$ 365,7 milhões (90,4%) nos investimentos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e d) acréscimo de R\$ 261,9 milhões (93,6%) nos investimentos realizados pelo Ministério da Saúde;

iii) redução de R\$ 611,4 milhões (3,4%) nas Outras Despesas de Custeio, que teve como variações mais significativa a diminuição de R\$ 900,0 milhões (40,5%) na despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos. Cumpre destacar que essa compensação é fruto da desoneração da folha de pagamentos (Lei nº 12.715/2012) e segue o cronograma disposto na Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013;

iv) ocorrência de R\$ 529,0 milhões nas despesas referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), sem contrapartida no mês anterior; e

v) diminuição de R\$ 510,3 milhões (35,9%) em Subsídios e Subvenções Econômicas. Este resultado decorreu principalmente da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (decréscimo de R\$ 380,7 milhões); e b) Equalização de custeio agropecuário (redução de R\$ 371,3 milhões).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 16,73 bilhões no mês frente a R\$ 16,65 bilhões em abril de 2014, apresentando aumento de 0,5%.

R\$ Milhões

Descrição da Despesa	2014	2013	Variação %
Despesa com Pessoal	16.730,0	16.650,0	0,5%
Despesa com Encargos Sociais	16.730,0	16.650,0	0,5%
Despesa com Custeio e Capital	31.400,0	33.200,0	-5,4%
Despesa com Outras Despesas de Custeio e Capital	24.800,0	24.700,0	0,4%
Despesa com Benefícios Previdenciários	10.400,0	10.500,0	-0,9%
Despesa com Subsidios e Subvenções Econômicas	0.900,0	1.400,0	-35,7%
Despesa com FAT	2.100,0	3.000,0	-30,0%
Despesa com Outros	11.400,0	10.800,0	5,6%
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais	16.730,0	16.650,0	0,5%
Despesa com Custeio e Capital	31.400,0	33.200,0	-5,4%
Despesa com Outras Despesas de Custeio e Capital	24.800,0	24.700,0	0,4%
Despesa com Benefícios Previdenciários	10.400,0	10.500,0	-0,9%
Despesa com Subsidios e Subvenções Econômicas	0.900,0	1.400,0	-35,7%
Despesa com FAT	2.100,0	3.000,0	-30,0%
Despesa com Outros	11.400,0	10.800,0	5,6%

Fonte: Tesouro Nacional

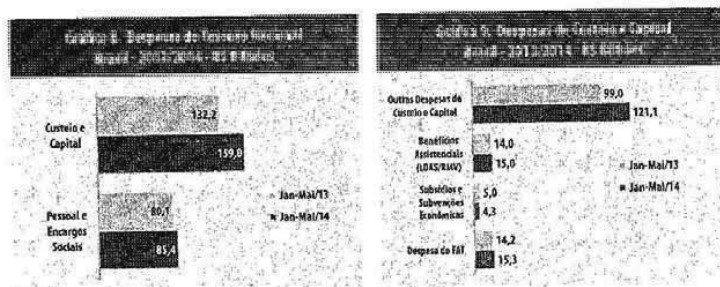
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Pronaf, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 32,1 bilhões (15,1%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2013, destacando-se as variações de R\$ 26,8 bilhões (20,3%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 5,3 bilhões (6,6%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.



O aumento de R\$ 26,8 bilhões observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2013, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 22,1 bilhões (22,3%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 10,5 bilhões (15,1%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R\$ 7,9 bilhões (43,3%) nas despesas do PAC; e c) aumento de R\$ 4,0 bilhões (155,1%) na despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto nas Leis nº 12.715/2012 e nº 12.794/2012. Cumpre destacar que a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social é realizada nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013, sendo que o primeiro dispêndio ocorreu em abril de 2013. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 5,6 bilhões (18,8%); do Ministério da Educação, com incremento de R\$ 2,9 bilhões (25,8%); e do Ministério da Defesa, com aumento de R\$ 711,8 milhões (16,4%);

ii) despesas em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no valor de R\$ 3,3 bilhões, sem contrapartida no exercício de 2013; e

iii) aumento de R\$ 1,2 bilhão (8,3%) nas despesas do FAT, justificado principalmente pelo reajuste de 8,8% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resoluções Codefat nº 707/2013 e 714/2013).

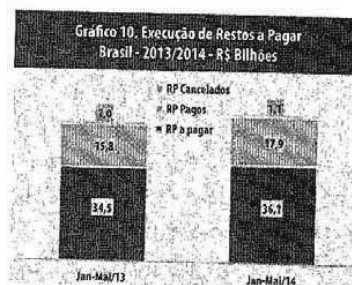
Os dispêndios com a folha salarial tiveram redução de 0,04 p.p., passando de 4,16% do PIB, no valor acumulado até maio de 2013, para 4,12% do PIB, no mesmo período de 2014. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 5,3 bilhões (6,6%), passando de R\$ 80,1 bilhões nos cinco primeiros meses de 2013, para

Em comparação ao acumulado de 2013, os gastos com o PAC apresentaram incremento de 43,3%, alcançando um total de R\$ 26,1 bilhões em 2014.

[illegible]

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Excluir crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADNE, doações, empréstimos, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PIAF e integralização de cotas de organismos internacionais.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desconexão da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.





R\$ Bil

Tabela 15 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2013 (atual)

Descrição	2013	
	Plano	Atual
Despesas com pessoal	1.740,0	6.770,0
Despesas com materiais	6.370,0	7.500,0
Despesas com energia	6.740,0	6.740,0
Despesas com manutenção	6.740,0	6.740,0
Despesas com transporte	6.740,0	6.740,0
Despesas com comunicação	6.740,0	6.740,0
Despesas com outros	6.740,0	6.740,0
Total	6.740,0	6.740,0

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de pastos.

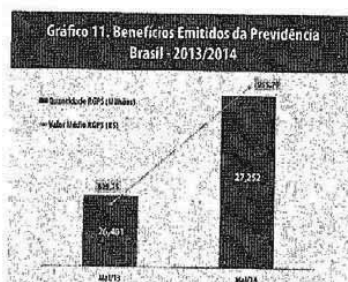


Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até maio de 2013, o déficit previdenciário passou de 1,24% em 2013 para 0,90% do PIB em 2014. Em termos nominais, o déficit teve uma redução de R\$ 5,2 bilhões (21,8%) até maio e acumula R\$ 18,7 bilhões no ano, contra R\$ 23,9 bilhões em 2013.

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de abril de 2013.



A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 12,7 bilhões (10,9%). Isso se deve ao crescimento de 10,3% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a abril de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que refletiu o aumento de R\$ 9,5 bilhões (8,3%) nas contribuições previdenciárias. Outro fator que explica o aumento na arrecadação líquida foi o acréscimo de R\$ 4,0 bilhões (155,1%) do

montante de compensações do RGPS.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 7,5 bilhões (5,3%) comparativamente ao período idêntico do exercício de 2013, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 56,04 (6,2%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

ii) elevação de 4,5 milhões no número de benefícios pagos em 2014 (3,4%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 3,1 milhões de benefícios referentes a aposentadorias, 869,9 mil referentes a pensões por morte e 447,6 mil de benefícios referentes a auxílio-doença;

iii) pagamento de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários no valor de R\$ 2,6 bilhões em 2014 contra o pagamento de R\$ 4,8 bilhões em 2013.

Tabela 15 - Quantidade de Benefícios Sociais - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Em milhões		Variação %	em R\$	
	2013	2014		2013	2014
Benefícios	111.255,2	112.296,3	0,9%	2.899,1	2.927,0
Renda	1.004,7	1.005,7	0,0%	0,13%	0,13%
Seguro	10.100,4	10.100,4	0,0%	1,00%	1,00%
Previdência	91.150,1	91.190,2	0,0%	1,00%	1,00%
Seguro	11.000,0	11.000,0	0,0%	1,00%	1,00%
Renda	10.100,4	10.100,4	0,0%	1,00%	1,00%
Seguro	10.100,4	10.100,4	0,0%	1,00%	1,00%
Renda	10.100,4	10.100,4	0,0%	1,00%	1,00%

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Obs. 1: Dados sujeitos a alteração.

Obs. 2: A apuração do resultado do RGFPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Abr/14		Variação %	Jan - Mai		Variação %
	2013	2014		2013	2014	
BENEFÍCIOS DO RGFPS	219	219	0,0%	18.183	18.183	0,0%
Previdência Social	26.354	26.400	0,1%	126.793	131.246	3,5%
Aposentadorias	17.528	17.568	0,2%	84.260	87.353	3,6%
Idade	9.268	9.291	0,2%	44.373	46.174	4,1%
Invalidez	3.140	3.144	0,1%	15.377	15.668	1,9%
Tempo de contribuição	5.121	5.134	0,3%	24.530	25.511	4,0%
Pensão por morte	7.205	7.215	0,1%	35.068	35.947	2,5%
Auxílio-Doença	1.446	1.434	-0,8%	6.622	7.066	6,7%
Salário - maternidade	91	90	-1,2%	418	420	0,6%
Outros	94	93	-0,5%	405	460	13,8%
Acidentários	854	832	-0,3%	4.189	4.252	1,5%
Aposentadorias	192	192	0,0%	916	954	4,2%
Pensão por morte	120	120	0,0%	610	600	-1,5%
Auxílio - doença	125	122	-1,8%	857	861	0,5%
Auxílio - acidente	307	308	0,2%	1.484	1.531	3,2%
Auxílio - suplementar	61	61	0,0%	323	306	-5,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs: Dados sujeitos a alteração.



Em maio de 2014, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 19,4% do PIB, 1,34 p.p. inferior ao montante registrado em maio de 2013.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 968,0 bilhões em maio de 2014. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R\$ 25,6 bilhões, consequência dos acréscimos de R\$ 25,3 bilhões na dívida interna líquida e do acréscimo de R\$ 333,4 milhões no estoque da dívida externa líquida.

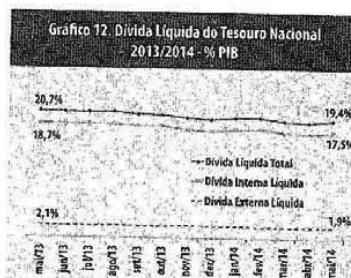
Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Componente	Maio/13	Jun/13	Jul/13	Agos/13	Sep/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Maio/14	Estimado N
Dívida Líquida Total	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4	2.801.304,4
Dívida Interna Líquida	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4	1.801.304,4
Dívida Externa Líquida	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0	1.000.000,0

Em relação a maio de 2013, a DLTN aumentou R\$ 21,8 bilhões, em decorrência do aumento de R\$ 23,0 bilhões no estoque da dívida interna líquida e do decréscimo de R\$ 1,2 bilhão no estoque da dívida externa líquida.



Em percentual do PIB, a DLTN reduziu cerca de 1,3 p.p. no mesmo período, passando de 20,7% em maio de 2013 para 19,4% em maio de 2014.

No mês de maio, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 875,2 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 25,3 bilhões em relação ao mês anterior, consequência dos aumentos de R\$ 74,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 49,1 bilhões no saldo dos haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 17,5% em maio de 2014.

R\$ Milhões

Tabela 21 - Haveres Internas do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Abr/14	Mai/14	Variação %	Mai/13	Mai/14	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	573.743,3	615.467,0	7,2%	522.184,5	615.467,0	17,0%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	537.162,2	533.064,0	-0,4%	509.271,7	533.064,0	5,8%
Lei 9.496/97	423.321,3	424.855,3	0,4%	396.551,3	424.855,3	7,1%
IMP 2.185/01	73.571,9	74.020,2	0,6%	66.412,4	74.020,2	11,5%
Lei 8.727/93	14.013,2	13.944,9	-0,5%	19.001,6	13.944,9	-26,6%
Antecipação de Royalties	5.335,8	5.337,5	0,0%	6.374,4	5.337,5	-16,3%
Bônus Renegociados	4.292,6	4.787,0	0,1%	3.418,7	4.787,0	6,5%
Demais Haveres	16.127,5	16.119,0	-0,1%	15.813,3	16.119,0	1,9%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	359.169,8	362.746,9	1,0%	310.479,5	362.746,9	16,8%
FAI	198.448,8	198.557,6	0,1%	175.308,0	198.557,6	13,3%
Fundos Regionais	86.482,4	87.429,3	1,1%	78.373,4	87.429,3	11,6%
Demais	74.237,8	76.759,1	3,4%	56.798,1	76.759,1	35,1%
HAVERES ADMINISTRADOS PELO STN	601.220,3	603.163,2	0,3%	540.366,8	603.163,2	11,6%
TOTAL	1.073.821,6	1.179.440,1	10,4%	1.062.551,3	1.179.440,1	11,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



Dívida Externa Líquida

Em maio de 2014, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 93,2 bilhões, que equivale a 1,9% do PIB.

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em maio, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 92,8 bilhões, contra R\$ 92,5 bilhões em abril. Houve aumento de R\$ 333,4 milhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da apropriação de juros no valor de R\$ 647,6 milhões, do resgate líquido de R\$ 258,0 milhões e da variação cambial negativa de R\$ 68,2 milhões.

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque do DPMFI.



Comparativamente ao ano anterior, a redução da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 1,2 bilhão, passando de R\$ 94,0 bilhões, em maio de 2013, para R\$ 92,8 bilhões, em maio de 2014. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 89,6% (R\$ 83,5 bilhões) e a dívida contratual representa 10,4% (R\$ 9,7 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional diminuiu 0,2 p.p. no mesmo período, passando de 2,1% em maio de 2013 para 1,9% em maio de 2014.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB – Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II – Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional



PIB – Produto Interno Bruto
 PIS – Programa de Integração Social
 POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
 Proex – Programa de Incentivo às Exportações
 Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PSH – Programa de Subsídio à Habitação
 PSI – Programa de Sustentação do Investimento
 Refis – Programa de Recuperação Fiscal
 RFB – Receita Federal do Brasil
 RGPS – Regime Geral da Previdência Social
 RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
 CVS – título representativo da dívida do FCVS
 DPFe – Dívida Pública Federal Externa
 DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
 FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
 Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
 IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
 Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 ITR – Imposto Territorial Rural
 IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
 LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
 LTN – Letras do Tesouro Nacional
 NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
 PAF – Plano Anual de Financiamento
 Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
 TDA – Títulos da Dívida Agrária
 TR – Taxa Referencial

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central^{2/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013			Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Mai/14 Abr/14	Mai/14 Mai/13
1. RECEITA TOTAL	92.689,7	112.366,0	90.130,9	-19,8%	-2,8%
<i>Receitas do Tesouro Nacional</i>	<i>67.916,9</i>	<i>85.151,1</i>	<i>63.422,7</i>	<i>-25,5%</i>	<i>-6,6%</i>
Receita Bruta	68.950,0	86.087,0	64.244,9	-25,4%	-6,8%
Impostos	31.296,0	42.562,8	30.512,0	-28,3%	-7,5%
Contribuições	27.870,4	28.663,9	26.378,8	-8,0%	-5,4%
Demais ^{3/}	9.783,5	14.860,4	7.354,1	-50,5%	-24,8%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-1.033,1	-931,3	-822,6	-11,7%	-20,4%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	4,7	0,0	-100,0%	-
<i>Receitas da Previdência Social</i>	<i>24.379,3</i>	<i>26.799,7</i>	<i>26.603,8</i>	<i>-0,7%</i>	<i>9,1%</i>
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	23.816,1	26.195,2	26.000,6	-0,7%	9,2%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	563,2	604,1	603,2	-0,1%	7,1%
<i>Receitas do Banco Central</i>	<i>393,6</i>	<i>415,7</i>	<i>104,8</i>	<i>-74,8%</i>	<i>-73,4%</i>
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	18.529,8	16.331,1	21.756,7	33,2%	17,4%
Transferências Constitucionais (PII, IR e outras)	14.542,7	11.679,0	15.471,5	32,5%	6,4%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{4/}	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências	3.824,6	4.489,5	6.122,7	36,4%	60,1%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	74.159,9	96.035,0	68.374,2	-28,8%	-7,8%
4. DESPESA TOTAL	68.185,8	79.438,4	78.876,3	-0,7%	15,7%
<i>Despesas do Tesouro Nacional</i>	<i>40.454,0</i>	<i>49.261,4</i>	<i>48.151,3</i>	<i>-2,3%</i>	<i>19,0%</i>
Pessoal e Encargos Sociais ^{5/}	15.736,0	16.651,7	16.728,7	0,5%	6,3%
Custeio e Capital	24.354,8	32.235,6	31.400,2	-2,6%	28,9%
Despesa do FAT	2.357,4	2.992,5	2.057,4	-31,2%	-12,7%
Abono e Seguro Desemprego	2.305,5	2.970,1	2.023,0	-31,9%	-12,3%
Demais Despesas do FAT	51,9	22,4	34,4	53,6%	-33,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{6/}	429,1	1.427,9	912,6	-35,9%	112,7%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-17,2	1.005,5	480,2	-52,2%	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	446,3	417,4	432,4	3,6%	-3,1%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{7/}	2.791,7	3.086,2	3.129,3	1,4%	12,1%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	0,0	0,0	529,0	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.776,6	24.734,0	24.771,8	0,2%	31,9%
Outras Despesas de Custeio	14.855,9	17.822,7	17.211,3	-3,4%	15,6%
Outras Despesas de Capital ^{8/}	3.890,7	6.911,3	7.560,6	9,4%	94,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	363,3	374,0	22,4	-94,0%	-93,8%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	<i>27.381,0</i>	<i>29.870,5</i>	<i>30.483,8</i>	<i>2,1%</i>	<i>11,3%</i>
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{9/}	21.192,6	23.159,6	23.708,9	2,4%	11,9%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{9/}	6.188,4	6.710,9	6.779,8	1,0%	9,5%
<i>Despesas do Banco Central</i>	<i>350,9</i>	<i>306,6</i>	<i>241,2</i>	<i>-21,3%</i>	<i>-31,3%</i>
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB^{10/}	0,0	0,0	0,0	-	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	5.974,0	16.596,6	-10.502,1	-	-
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>8.938,0</i>	<i>19.558,6</i>	<i>-6.485,7</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Previdência Social (RGPS) ^{11/}	-3.001,7	-3.071,2	-3.879,9	26,3%	29,3%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{12/}	2.623,5	3.035,6	2.296,7	-24,3%	-12,5%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{12/}	-5.625,1	-6.106,8	-6.176,6	1,1%	9,8%
Banco Central ^{12/}	42,7	209,1	-136,4	-	-
7. AJUSTE METODOLÓGICO^{11/}	177,2	0,0	0,0	-100,0%	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-915,7	257,8	n.d.	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)^{12/}	5.235,6	16.854,3	n.d.	-	-
10. JUROS NOMINAIS^{12/}	-17.221,6	-10.745,9	n.d.	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)^{12/}	-11.986,0	6.108,4	n.d.	-	-
<i>Memo:</i>	<i>1.214,3</i>	<i>1.205,8</i>	<i>1.239,8</i>	<i>2,5%</i>	<i>1,8%</i>
Parcela patronal da CPSS ^{12/}	147,7	141,5	140,7	-0,6%	-4,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apuração pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do único efetivado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 276, de 19/04/2012.

2/ Base de receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa do pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Base de receita da Contribuição Social para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa do pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com subsídios de produção.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apuração pelo conceito de "despesas pagas", que corresponde aos valores dos ordens bancários emitidos no Salfi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com demais informações da tabela porque esse último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Diferença do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as despesas de investimento (GND 4) e Investimentos Financeiros (GND 5), em exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2011.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do PSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFI, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008. Na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.712/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFI, conforme previsto na Resolução CDSF nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas ligadas às receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de traço com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "base de linha", sem despesa com o FFI. Fonte: Banco Central do Brasil.



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai/14
1. RECEITA TOTAL	470.614,0	508.436,6	8,0%
<i>Receitas do Tesouro Nacional</i>	<i>353.677,3</i>	<i>378.883,6</i>	<i>7,3%</i>
Receita Bruta	358.406,2	382.267,8	6,7%
Impostos	171.393,8	181.844,6	6,1%
Contribuições	139.387,9	144.151,8	3,4%
Demais ^{2/}	47.624,5	56.371,4	18,4%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-4.677,4	-3.467,9	-25,9%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	6,3	-87,8%
<i>Receitas da Previdência Social</i>	<i>115.629,9</i>	<i>128.280,6</i>	<i>10,9%</i>
Receitas da Previdência Social - Urbana ^{3/}	113.225,2	125.594,9	10,9%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{4/}	2.404,7	2.685,7	11,7%
<i>Receitas do Banco Central</i>	<i>1.306,9</i>	<i>1.262,4</i>	<i>-3,4%</i>
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	83.058,1	95.695,8	15,2%
<i>Transferências Constitucionais (PI, II e outras)</i>	<i>62.779,7</i>	<i>70.497,2</i>	<i>12,3%</i>
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{4/}	812,5	2.600,0	220,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	19.408,6	22.482,5	15,8%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	387.555,9	412.740,8	6,5%
4. DESPESA TOTAL	354.284,4	393.582,0	11,1%
<i>Despesas do Tesouro Nacional</i>	<i>213.257,1</i>	<i>245.385,5</i>	<i>15,1%</i>
Pessoal e Encargos Sociais ^{5/}	80.067,3	85.371,2	6,6%
Custeio e Capital	132.178,8	159.010,6	20,3%
Despesa do FAT	14.156,5	15.331,6	8,4%
Abono e Seguro Desemprego	13.965,6	15.166,7	8,6%
Demais Despesas do FAT	190,9	166,9	-12,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{6/}	4.998,1	4.306,4	-13,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.156,2	2.365,9	-26,0%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.802,0	1.940,5	7,7%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	14.039,1	14.973,0	6,7%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	0,0	3.301,8	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	98.985,1	121.095,8	22,3%
Outras Despesas de Custeio	72.135,8	86.181,1	19,5%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	26.849,3	34.914,7	30,0%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.011,0	1.003,6	-0,7%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	<i>139.480,2</i>	<i>146.938,8</i>	<i>5,3%</i>
Benefícios Previdenciários - Urbana ^{3/}	107.829,4	114.236,9	5,9%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{4/}	31.650,8	32.699,9	3,3%
<i>Despesas do Banco Central</i>	<i>1.547,1</i>	<i>1.260,5</i>	<i>-18,5%</i>
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	33.271,5	19.158,0	-42,4%
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>57.362,0</i>	<i>37.812,3</i>	<i>-34,1%</i>
Previdência Social (RGPS) ^{9/}	-23.850,8	-18.656,2	-21,8%
Previdência Social (RGPS) - Urbana ^{3/}	5.395,8	11.397,9	110,5%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{4/}	-29.246,1	-30.014,1	2,6%
<i>Banco Central ^{10/}</i>	<i>-240,2</i>	<i>3,8</i>	<i>-</i>
7. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	858,4	0,0	-100,0%
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.825,8	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) ^{12/}	32.304,1	nd	-
10. JUROS NOMINAIS ^{13/}	-78.756,0	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) ^{14/}	-46.451,9	nd	-
<i>Memo:</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Parcela patronal da CPSS ^{2/}</i>	<i>3.073,3</i>	<i>6.230,8</i>	<i>102,7%</i>
<i>RMV ^{6/}</i>	<i>449,4</i>	<i>691,4</i>	<i>53,8%</i>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

^{1/} Apurado pela contabilidade de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Caixa Única. A partir de 01/01/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STM nº 278, de 18/04/2012.^{2/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal do CPSS do servidor público federal, tem efeitos no resultado primário consultado.^{3/} Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pela FIA, da Previdência Social segundo metodologia própria.^{4/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente de Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2009).^{5/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.^{6/} Um organismo da Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) dos benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.^{7/} Apurada pela contabilidade de "despesa paga", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Staff após a liquidação das despesas. Inclui Ordem Bancária do último dia do ano anterior, em função no caso no mês de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Diferença da contabilidade de "pagamento efetivo" ajustado para os demais meses da tabela porque este último corresponde ao valor do saque efetuado na Caixa Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa investimento (GDI 4) e Investimentos Financeiros (GDI 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A8. Inclui despesas com o Fundo de Alimentação e Assistência - FIA, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.^{8/} Em 2008 corresponde à despesa de integralização de notas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.857/2008, no MP nº 453/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de notas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Resolução CUPSS nº 9/2012.^{9/} Receita das contribuições menos benefícios previdenciários.^{10/} Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional).^{11/} Resumos metodológicos referentes à amortização de contratos de swap com o Tesouro Nacional.^{12/} Fato crítico: "alinhamento de caixa", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Maio/14 Abr/14	Maio/14 Mai/13
1. RECEITA TOTAL	92.689,7	112.366,0	90.130,9	-19,8%	-2,8%
Receitas do Tesouro Nacional	67.916,9	85.151,1	63.422,3	-25,5%	-6,6%
<i>Receita Bruta</i>	<i>68.950,0</i>	<i>86.087,0</i>	<i>64.244,9</i>	<i>-25,4%</i>	<i>-6,8%</i>
<i>Impostos</i>	<i>31.296,0</i>	<i>42.562,8</i>	<i>30.512,0</i>	<i>-28,3%</i>	<i>-2,5%</i>
IR	22.214,4	33.141,6	21.053,3	-36,5%	-5,2%
IR - Pessoa Física	2.664,8	6.810,1	2.664,1	-60,9%	0,0%
IR - Pessoa Jurídica	8.508,8	13.461,6	7.269,4	-46,0%	-14,6%
IR - Retido na Fonte	11.040,8	12.870,0	11.119,8	-13,6%	0,7%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.346,5	7.087,1	6.832,1	-3,6%	7,7%
IRRF - Rendimentos do Capital	2.548,8	3.001,7	2.412,1	-19,6%	-5,4%
IRRF - Remessas ao Exterior	1.401,5	2.025,4	1.113,1	-45,0%	-20,6%
IRRF - Outros Rendimentos	744,0	755,8	762,6	0,9%	2,5%
IPI	3.742,7	4.018,0	4.118,4	2,5%	10,0%
IPI - Fumo	383,2	296,3	444,6	50,1%	16,0%
IPI - Bebidas	273,4	271,4	252,5	-6,9%	-7,6%
IPI - Automóveis	346,0	391,3	372,7	-4,7%	7,7%
IPI - Vinculado a Importação	1.170,5	1.264,9	1.290,9	2,1%	10,3%
IPI - Outros	1.569,7	1.794,2	1.757,6	-2,0%	12,0%
IOF	2.498,2	2.428,5	2.367,2	-2,5%	-5,2%
Imposto de Importação	2.809,2	2.955,9	2.954,2	-0,1%	5,2%
Outros	31,5	18,6	18,9	1,6%	-39,9%
<i>Contribuições</i>	<i>27.870,4</i>	<i>28.663,9</i>	<i>26.378,8</i>	<i>-8,0%</i>	<i>-5,4%</i>
COFINS	16.654,4	15.191,9	15.989,3	5,2%	-4,0%
CPMF	4,6	0,1	0,3	165,3%	-92,5%
CSLL	4.773,8	7.068,8	3.883,2	-45,1%	-18,7%
CIDE-Combustíveis	1,3	0,8	0,8	6,7%	-40,1%
Pis/Pasep	4.280,0	4.013,6	4.236,1	5,5%	-1,0%
Salário Educação	1.271,9	1.379,0	1.402,1	1,7%	10,2%
Outras ^{2/}	884,4	1.009,6	866,9	-14,1%	-2,0%
<i>Demais</i>	<i>9.783,5</i>	<i>14.860,4</i>	<i>7.354,1</i>	<i>-50,5%</i>	<i>-24,8%</i>
CPSS ^{3/}	1.140,1	1.014,7	1.050,2	3,5%	-7,9%
Cota parte de compensações financeiras	1.476,4	6.026,1	1.899,3	-68,5%	28,6%
Diretamente arrecadadas	2.865,6	4.745,5	2.725,7	-42,6%	-4,9%
Concessões	1.103,6	225,8	238,8	5,8%	-78,4%
Dividendos	2.895,1	2.340,7	779,9	-66,7%	-73,1%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	302,8	507,5	660,3	30,1%	118,1%
<i>(-) Restituições</i>	<i>-1.033,1</i>	<i>-931,3</i>	<i>-822,6</i>	<i>-11,7%</i>	<i>-20,4%</i>
<i>(-) Incentivos Fiscais</i>	<i>0,0</i>	<i>-4,7</i>	<i>0,0</i>	<i>-100,0%</i>	<i>-</i>
Receitas da Previdência Social	24.379,3	26.799,3	26.603,8	-0,7%	9,1%
<i>Urbana</i>	<i>23.816,1</i>	<i>26.195,2</i>	<i>26.000,6</i>	<i>-0,7%</i>	<i>9,2%</i>
<i>Rural</i>	<i>563,2</i>	<i>604,1</i>	<i>603,2</i>	<i>-0,1%</i>	<i>7,1%</i>
Receitas do Banco Central	393,6	415,7	104,8	-74,8%	-73,4%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL ^{4/}	18.529,8	16.331,1	21.756,7	33,2%	17,4%
<i>Transferências Constitucionais</i>	<i>14.542,7</i>	<i>11.679,0</i>	<i>15.471,5</i>	<i>32,5%</i>	<i>6,4%</i>
<i>Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}</i>	<i>162,5</i>	<i>162,5</i>	<i>162,5</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>
<i>Transferências da Cide - Combustíveis</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Demais Transferências</i>	<i>3.824,6</i>	<i>4.489,5</i>	<i>6.122,7</i>	<i>36,4%</i>	<i>60,1%</i>
Salário Educação	752,2	824,0	857,6	4,1%	14,0%
Royalties	3.051,0	1.460,6	2.914,2	99,5%	-4,5%
Fundef/Fundeb	0,0	685,8	2.333,3	240,2%	-
Outras	21,4	1.519,1	17,7	-98,8%	-17,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	74.159,9	96.035,0	68.374,2	-28,8%	-7,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui a receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal do CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai/14 Jan-Mai/13
1. RECEITA TOTAL	470.614,0	508.436,6	8,0%
Receitas do Tesouro Nacional	353.677,2	378.893,6	7,1%
Receita Bruta	358.406,2	382.367,8	6,7%
Impostos	171.393,8	181.844,6	6,1%
IR	126.687,3	134.160,0	5,9%
IR - Pessoa Física	12.391,4	13.176,7	6,3%
IR - Pessoa Jurídica	58.501,0	58.594,7	0,2%
IR - Retido na Fonte	55.794,9	62.388,6	11,8%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	33.839,1	37.304,8	10,2%
IRRF - Rendimentos do Capital	11.731,0	13.298,7	13,4%
IRRF - Remessas ao Exterior	6.552,2	7.824,6	19,4%
IRRF - Outros Rendimentos	3.672,5	3.960,5	7,8%
IPI	18.490,2	20.463,5	10,7%
IPI - Fumo	2.046,4	2.389,8	16,8%
IPI - Bebidas	1.590,2	1.508,2	-5,2%
IPI - Automóveis	1.464,4	1.768,2	20,7%
IPI - Vinculado a importação	5.705,0	6.298,5	10,4%
IPI - Outros	7.684,2	8.498,7	10,6%
IOF	12.110,3	11.647,7	-3,8%
Imposto de Importação	14.004,7	15.479,0	10,5%
Outros	101,3	94,4	-6,9%
Contribuições	139.387,9	144.151,8	3,4%
COFINS	77.216,1	79.334,5	2,7%
CPMF	33,1	0,8	-97,7%
CSLL	30.117,9	30.586,4	1,6%
CIDE-Combustíveis	4,7	3,8	-19,1%
Pis/Pasep	20.579,3	21.392,3	4,0%
Salário Educação	7.228,7	8.029,3	11,1%
Outras ^{2/}	4.208,0	4.804,7	14,2%
Demais ^{3/}	47.624,5	56.371,4	18,4%
CPSS ^{3/}	4.782,2	5.107,2	6,8%
Cota parte de compensações financeiras	16.322,2	18.072,8	10,7%
Diretamente arrecadadas	18.919,8	20.062,1	6,0%
Concessões	1.425,9	1.229,9	-13,7%
Dividendos	3.903,3	9.011,2	130,9%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	2.271,0	2.888,2	27,2%
(-) Restituições	-4.677,4	-3.467,9	-25,9%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	115.629,9	128.280,6	10,9%
Urbana	113.225,2	125.594,9	10,9%
Rural	2.404,7	2.685,7	11,7%
Receitas do Banco Central	1.306,9	1.262,4	-3,4%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL ^{4/}	83.058,1	95.695,8	15,2%
Transferências Constitucionais	62.779,7	70.497,2	12,3%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	812,5	2.600,0	220,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	19.408,6	22.482,5	15,8%
Salário Educação	4.313,9	4.779,4	10,8%
Royalties	10.478,5	9.988,0	-4,7%
Fundef/Fundeb	4.491,2	6.058,7	34,9%
Outras	125,0	1.656,5	-
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	387.555,9	412.740,8	6,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2005).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Mai/14 Abr/14	Mai/14 Mai/13
DIVIDENDOS	2.895,1	2.340,7	779,9	-66,7%	-73,1%
Banco do Brasil	142,7	0,0	118,0	-	-17,3%
BNB	0,0	42,1	0,0	-100,0%	-
BNDES	2.090,5	0,0	0,0	-	-100,0%
Caixa	0,0	15,6	404,4	-	-
Correios	101,1	0,0	0,0	-	-100,0%
Eletrobras	0,0	0,0	230,5	-	-
IRB	1,1	47,0	3,1	-93,5%	189,0%
Petrobras	502,4	2.012,7	0,0	-100,0%	-100,0%
Demais	57,3	223,4	23,8	-89,3%	-58,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.



Tabela 3.2. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai/14 Jan-Mai/13
DIVIDENDOS	3.903,3	9.011,2	130,9%
Banco do Brasil	907,6	767,5	-15,4%
BNB	62,1	42,1	-32,2%
BNDES	2.090,5	3.898,2	86,5%
Caixa	0,0	1.762,0	-
Correios	101,1	0,0	-100,0%
Eletrobras	0,0	230,5	-
IRB	1,1	50,0	-
Petrobras	502,4	2.012,7	300,6%
Demais	238,5	248,2	4,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo cancelto de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Mai/14 Abr/14	Mai/14 Mai/13
DESPESA TOTAL	68.185,8	79.428,4	78.876,3	-0,7%	15,7%
Despesas do Tesouro	40.454,0	49.281,4	48.151,3	-2,3%	19,0%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	15.736,0	16.651,7	16.728,7	0,5%	6,3%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>345,4</i>	<i>164,9</i>	<i>125,1</i>	<i>-18,1%</i>	<i>-60,9%</i>
Custeio e Capital	24.354,8	32.235,6	31.400,2	-2,6%	28,9%
<i>Despesa do FAT</i>	<i>2.357,4</i>	<i>2.892,5</i>	<i>2.057,4</i>	<i>-31,2%</i>	<i>-12,7%</i>
Abono e Seguro Desemprego	2.305,5	2.970,1	2.023,0	-31,9%	-12,3%
Demais Despesas do FAT	51,9	22,4	34,4	53,6%	-33,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	429,1	1.422,9	912,6	-35,3%	112,7%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-17,2	1.005,5	480,2	-52,2%	-
Equalização de custeio agropecuário	11,8	409,7	38,4	-90,6%	225,6%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	5,0	97,5	-17,4	-	246,8%
Política de preços agrícolas	-49,9	62,0	50,6	-3,9%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	7,3	0,0	-100,0%	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-50,0	4,7	-10,4	-	-79,2%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	50,0	70,0	40,0%	-
Pronaf	0,1	387,0	6,2	-98,4%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,1	388,3	3,8	-99,0%	236,3%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-1,0	-1,3	2,5	-	-
Proex	60,9	-2,7	107,5	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	3,8	0,0	164,1	-	-
Concessão de Financiamento ^{6/}	-64,7	-2,7	-58,6	-	-12,5%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	26,7	0,0	0,0	-	-100,0%
Alcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA ^{8/}	12,4	-6,2	33,2	-	166,8%
Funcafé	3,4	6,5	2,8	-57,0%	-18,8%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	37,9	0,0	-100,0%	-
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,2	1,7	607,4%	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{9/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{10/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-
Capitalização à Emerg	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	44,2	0,0	192,1	-	334,7%
Subvenções Econômicas	-	-	56,2	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	446,3	417,4	432,4	3,6%	-3,1%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{11/}	2.791,7	3.086,2	3.129,3	1,4%	12,1%
<i>Capitalização da Petrobras</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Auxílio à CDE</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>529,0</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.776,6	24.734,0	24.771,8	0,2%	31,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios	68,1	112,8	125,6	11,3%	84,3%
Legislativa	126,8	132,9	140,8	6,0%	11,1%
Judiciário	644,0	639,0	771,5	20,7%	19,8%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	501,4	575,6	349,3	-39,3%	-30,3%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2.788,0	4.455,2	6.162,2	38,3%	121,0%
Outras Obrigatórias ^{10/}	240,9	178,3	240,8	35,0%	0,0%
Discrecionárias	13.772,7	16.418,3	15.659,9	-4,6%	13,7%
Compensação RGPS ^{11/}	634,6	2.221,8	1.321,7	-40,5%	108,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	363,3	374,0	22,4	-94,0%	-93,8%
Benefícios Previdenciários	27.381,0	29.870,5	30.483,6	2,1%	11,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{12/}	21.192,6	23.159,6	23.703,9	2,4%	11,9%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>421,2</i>	<i>385,1</i>	<i>353,8</i>	<i>-8,2%</i>	<i>-16,0%</i>
Benefícios Previdenciários - Rural ^{13/}	6.188,4	6.710,9	6.779,8	1,0%	9,6%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>123,9</i>	<i>112,4</i>	<i>102,0</i>	<i>-9,3%</i>	<i>-17,7%</i>
Despesas do Banco Central	350,87	306,56	241,70	-21,3%	-31,3%
Memo	1.214,3	1.205,8	1.235,8	2,5%	1,8%
Parcela outorgada do CPSS ^{14/}	147,71	141,53	140,70	-0,6%	-4,7%
RMV ^{15/}	147,71	141,53	140,70	-0,6%	-4,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

^{1/}Apurada pelo Conselho de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{2/}Exclui a parcela patronal da CPSS de servidor público federal.

^{3/}Totale: Mensal da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS per clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/}Induz despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2008, despesas com reordenamento de passivos.

^{5/}Induz retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

^{6/}Concessão de empréstimos menos retornos.

^{7/}Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

^{8/}Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.612/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

^{9/}Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) dos beneficiários atendidos pagos pelo Governo Central.

^{10/}A partir de 01/08/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do RGPS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{11/}Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da detenção da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Discriminação	2013	2014	Variação (%) Jan-Mai/14 Jan-Mai/13
	Jan-Mai	Jan-Mai	
DESPESA TOTAL	354.284,4	393.582,8	11,1%
Despesas do Tesouro	213.257,1	245.385,5	15,1%
<i>Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}</i>	<i>80.067,2</i>	<i>85.371,2</i>	<i>6,6%</i>
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>3.693,1</i>	<i>889,0</i>	<i>-75,9%</i>
Custeio e Capital	132.179,8	159.010,6	20,3%
<i>Despesa do FAT</i>	<i>14.156,5</i>	<i>15.333,6</i>	<i>8,3%</i>
<i>Abono e Seguro Desemprego</i>	<i>13.965,6</i>	<i>15.166,7</i>	<i>8,6%</i>
<i>Demais Despesas do FAT</i>	<i>190,9</i>	<i>166,9</i>	<i>-12,6%</i>
<i>Subsídios e Subvenções Econômicas ^{3/}</i>	<i>4.998,1</i>	<i>4.306,4</i>	<i>-13,8%</i>
<i>Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos</i>	<i>3.196,2</i>	<i>2.365,9</i>	<i>-26,0%</i>
<i>Equalização de custeio agropecuário</i>	<i>80,1</i>	<i>531,4</i>	<i>563,6%</i>
<i>Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}</i>	<i>139,0</i>	<i>87,3</i>	<i>-37,1%</i>
<i>Política de preços agrícolas</i>	<i>209,9</i>	<i>332,1</i>	<i>58,3%</i>
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	<i>84,7</i>	<i>7,6</i>	<i>-91,0%</i>
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	<i>5,1</i>	<i>164,5</i>	<i>-</i>
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	<i>170,0</i>	<i>160,0</i>	<i>-3,3%</i>
<i>Pronal</i>	<i>1.562,2</i>	<i>478,6</i>	<i>-69,4%</i>
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	<i>1.559,3</i>	<i>416,3</i>	<i>-73,3%</i>
<i>Concessão de Financiamento ^{5/}</i>	<i>2,9</i>	<i>62,3</i>	<i>-</i>
<i>Prórex</i>	<i>122,1</i>	<i>169,2</i>	<i>38,6%</i>
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	<i>289,3</i>	<i>328,4</i>	<i>13,6%</i>
<i>Concessão de Financiamento ^{6/}</i>	<i>-167,1</i>	<i>-159,2</i>	<i>-4,7%</i>
<i>Programa especial de saneamento de atóis (PESA) ^{7/}</i>	<i>448,6</i>	<i>272,9</i>	<i>-39,2%</i>
<i>Alcool</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>
<i>Cacau</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>
<i>Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>
<i>Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>
<i>Fundo da terra/ INCRA ^{8/}</i>	<i>51,0</i>	<i>6,7</i>	<i>-86,9%</i>
<i>Funcafé</i>	<i>36,1</i>	<i>42,1</i>	<i>16,5%</i>
<i>Revitaliza</i>	<i>4,6</i>	<i>0,0</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Programa de Sustentação ao Investimento - PSI</i>	<i>32,3</i>	<i>53,9</i>	<i>66,6%</i>
<i>Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)</i>	<i>72,1</i>	<i>14,5</i>	<i>-79,9%</i>
<i>Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{9/}</i>	<i>0,1</i>	<i>0,8</i>	<i>734,6%</i>
<i>Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{10/}</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>
<i>Fundo Setorial Audiovisual (FSA)</i>	<i>250,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Capitalização à Emgea</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>
<i>Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu</i>	<i>188,0</i>	<i>242,2</i>	<i>28,8%</i>
<i>Subvenções Econômicas</i>	<i>0,0</i>	<i>134,2</i>	<i>-</i>
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.802,0	1.940,5	7,7%
<i>Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{11/}</i>	<i>14.039,1</i>	<i>14.973,0</i>	<i>6,7%</i>
<i>Capitalização do Petróleo</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>-</i>
<i>Auxílio à CDE</i>	<i>0,0</i>	<i>3.301,8</i>	<i>-</i>
Outras Despesas de Custeio e Capital	98.985,1	121.096,8	22,3%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>329,1</i>	<i>540,6</i>	<i>64,2%</i>
<i>Legislativo</i>	<i>589,7</i>	<i>687,9</i>	<i>16,7%</i>
<i>Judiciário</i>	<i>2.907,8</i>	<i>3.210,4</i>	<i>10,4%</i>
<i>Crédito Extraordinário (Excluí-PAC)</i>	<i>3.069,0</i>	<i>2.433,0</i>	<i>-20,7%</i>
<i>Programa de Aceleração do Crescimento - PAC</i>	<i>18.192,5</i>	<i>26.072,5</i>	<i>43,3%</i>
<i>Outras Obrigatórias ^{12/}</i>	<i>1.260,8</i>	<i>1.094,6</i>	<i>-19,2%</i>
<i>Discrecionárias</i>	<i>70.069,0</i>	<i>80.617,8</i>	<i>15,1%</i>
<i>Compensação RGPS ^{13/}</i>	<i>2.547,2</i>	<i>6.498,9</i>	<i>155,1%</i>
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.011,0	1.003,6	-0,7%
Benefícios Previdenciários	139.480,2	146.836,8	5,3%
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano ^{14/}</i>	<i>107.829,4</i>	<i>114.236,9</i>	<i>5,9%</i>
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>3.675,3</i>	<i>2.007,4</i>	<i>-45,4%</i>
<i>Benefícios Previdenciários - Rural ^{15/}</i>	<i>31.650,8</i>	<i>32.699,9</i>	<i>3,3%</i>
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	<i>1.125,8</i>	<i>588,7</i>	<i>-47,7%</i>
Despesas do Banco Central	1.547,1	1.260,5	-18,5%
Além:			
<i>Parcela patronal da CPSS ^{16/}</i>	<i>3.073,3</i>	<i>6.220,8</i>	<i>102,7%</i>
<i>RMV ^{17/}</i>	<i>449,4</i>	<i>693,4</i>	<i>53,8%</i>

Oss: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetivado na Conta Única.

2/ Então a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo MIn. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento do passivos.

5/ Inclui despesas derivadas de decisões judiciais relativas aos programas "Unidades Rurais" e "Unidades Industriais".

6/ Concessão de empréstimos e demais recursos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da base de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos e demais recursos.

9/ Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do RGPS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desconexão da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1 Investimento do Governo Federal por Órgão - U - Brasil - Acumulado no Ano
 R\$ Milhões

Discriminação	Despesa autorizada no ano	Despesa empenhada	Jan./Mar./2013		Despesa paga no ano		Despesa empenhada	Jan./Mar./2014		Despesa paga no ano	Total
			Despesa executada	Valor pago do exercício	Despesa executada	Valor pago do exercício		Despesa executada	Valor pago do exercício		
INVESTIMENTO TOTAL	131.352,6	19.630,9	3.733,6	3.341,1	21.506,3	25.575,5	6.171,2	5.505,3	28.109,4	34.147,7	
Camera dos Deputados	328,6	12,4	0,2	0,2	15,6	24,2	2,4	2,4	20,6	23,0	
Senado Federal	81,3	3,5	0,5	0,5	10,3	4,7	0,1	0,1	8,7	8,8	
Tribunal de Contas da União	115,4	18,8	0,3	0,3	11,5	11,3	0,8	0,8	16,5	27,3	
Supremo Tribunal Federal	419	48,9	5,1	0,7	4,2	5,4	1,1	1,1	6,8	7,9	
Superior Tribunal de Justiça	45,4	3,1	0,2	0,1	11,8	5,7	0,1	0,1	24,5	24,6	
Justica Federal	406,6	50,4	6,4	6,3	98,5	170,5	12,5	12,0	107,5	119,5	
Justica Militar	18,6	0,6	0,1	0,1	3,5	0,7	0,2	0,2	3,5	3,7	
Justica Eleitoral	413,3	28,9	7,3	7,3	94,3	99,0	2,6	2,3	57,7	60,0	
Justica do Trabalho	89,5	37,8	5,0	4,9	19,5	56,6	7,5	7,1	121,2	128,3	
Justica do Trabalho do Distrito Federal e dos Territorios	301,6	25,6	1,7	1,6	43,9	27,3	4,8	4,8	15,0	19,8	
Conselho Nacional de Justica	97,3	0,7	0,1	0,1	35,9	2,3	1,3	1,3	4,1	5,3	
Presidencia da Republica	5.381,0	18,6	1,8	1,8	1.043,3	846,1	429,6	405,2	798,1	1.223,3	
Ministerio do Planejamento, Orcamento e Gestao	591,4	470,4	149,0	149,0	18,2	7,6	6,6	6,5	184,4	200,9	
Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento	1.449,7	8,3	5,1	4,6	30,2	40,7	9,3	8,4	420,9	437,3	
Ministerio da Ciencia e Tecnologia	2.423,9	141,5	100,0	71,7	208,7	316,3	371,3	74,2	300,1	374,3	
Ministerio da Educacao	2.279,5	33,8	20,5	20,3	139,0	219,1	61,9	61,9	251,2	313,2	
Ministerio da Fazenda	16.401,3	1.209,8	485,3	427,4	3.924,8	5.740,2	457,3	361,7	3.825,3	4.187,0	
Ministerio do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior	278,5	47,8	3,5	3,5	15,5	26,3	6,8	6,8	21,3	28,1	
Defensoria Publica da Uniao	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	1,2	1,2	
Ministerio da Justica	27.669,9	289,1	1,4	1,1	450,0	235,7	2,8	1,8	659,3	881,0	
Ministerio de Minas e Energia	242,5	9,7	0,6	4,0	30,7	166,2	42,9	42,7	46,4	89,0	
Ministerio da Previdencia Social	224,3	62,8	0,3	0,3	62,0	86,5	6,7	3,7	43,7	47,4	
Ministerio Publico da Uniao	433,6	16,5	0,7	0,7	76,3	42,6	11,4	10,9	75,1	86,0	
Ministerio das Relacoes Exteriores	55,1	5,1	3,3	3,3	7,7	9,6	4,7	4,7	2,0	6,8	
Ministerio da Saude	11.804,5	646,9	54,0	52,1	1.454,6	1.637,1	253,8	242,8	2.119,8	2.376,6	
Ministerio do Trabalho e Emprego	11,0	6,1	0,4	0,3	77,4	3,2	0,5	0,5	14,3	14,8	
Ministerio das Transportes	21.654,2	4.823,5	327,0	315,7	3.193,5	5.136,6	786,6	786,4	5.177,2	6.053,6	
Ministerio das Comunicacoes	544,3	228,6	0,0	0,0	85,6	233,3	0,1	0,0	106,6	106,7	
Ministerio da Cultura	1.671,7	331,9	30,1	30,1	95,4	52,0	1,9	1,5	185,5	187,0	
Ministerio do Meio Ambiente	266,9	6,1	0,7	0,7	35,8	46,9	3,6	3,5	32,5	36,3	
Ministerio do Desenvolvimento Agrario	4.356,0	678,0	74,3	16,0	638,3	140,3	11,6	11,6	2.377,2	2.388,8	
Ministerio do Esporte	2.627,4	87,5	2,2	2,2	208,9	346,5	1,0	1,0	280,3	281,2	
Ministerio da Defesa	11.307,0	4.010,9	1.005,8	742,8	2.303,7	4.670,2	1.022,3	951,4	4.374,4	5.332,8	
Ministerio da Inducao Nacional	30.035,4	1.937,4	58,3	58,2	883,9	1.580,1	237,4	188,4	1.136,7	1.725,1	
Ministerio do Turismo	3.042,4	12,0	0,0	0,0	198,1	79,6	8,2	8,2	152,8	161,0	
Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	1.288,3	57	4,1	4,1	224,8	34,3	10,3	10,3	377,0	387,2	
Ministerio dos Cidades	25.315,3	3.606,8	876,6	876,6	6.596,3	7.034,6	1.570,6	2.599,9	5.187,4	7.757,2	
Ministerio da Pesca e Agricultura	356,0	0,3	0,3	0,3	5,0	5,1	0,1	0,1	8,1	8,2	
Conselho Nacional do Ministerio Publico	12,0	0,3	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	1,6	1,6	
Advocacia Geral da Uniao	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	2,3	2,2	0,8	3,0	

Nota: todos os valores são em milhões de reais.
 1/ Considera-se investimento as despesas de capital, ou seja, aquelas que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros.
 2/ Considera-se investimento as despesas de capital, ou seja, aquelas que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros.
 3/ Considera-se investimento as despesas de capital, ou seja, aquelas que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros.
 4/ Considera-se investimento as despesas de capital, ou seja, aquelas que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros.
 5/ Inclui também as despesas de capital, ou seja, aquelas que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros, ou seja, aqueles que se destinam a aquisição de bens e serviços duradouros.

TESOUREIRO NACIONAL
 105

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Mai/14 Abr/14	Mai/14 Mai/13
FLUXO FISCAL					
1. RECEITAS	107.694,9	110.405,8	112.147,4	1,6%	4,1%
1.1. Recolhimento Bruto	79.680,5	80.065,6	81.893,7	2,3%	2,8%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-4,7	0,0	-100,0%	-
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.664,9	1.670,2	1.613,2	-3,4%	-3,1%
1.4. Receita das Operações de Crédito	217,8	228,8	145,6	-36,4%	-33,2%
1.5. Receita do Salário Educação	1.411,7	1.539,8	1.559,5	1,3%	10,5%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	24.719,9	26.906,1	26.935,3	0,1%	9,0%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS	105.777,9	143.034,0	116.241,8	-18,7%	9,9%
2.1. Liberações Vinculadas	23.410,1	20.227,7	23.674,5	17,0%	1,1%
Transferências a Fundos Constitucionais	15.509,6	12.449,7	16.498,5	32,5%	6,4%
Demais transferências a Estados e Municípios	3.842,8	2.238,9	4.305,8	92,4%	12,1%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Outras Vinculações	3.895,2	5.376,6	2.703,7	-49,7%	-30,6%
2.2. Liberações Ordinárias	82.367,8	122.806,3	92.570,3	-24,6%	12,4%
Pessoal e Encargos Sociais	17.327,9	18.793,4	17.929,7	-4,6%	3,5%
Encargos da Dívida Contratual	98,5	1.831,9	62,2	-96,6%	-36,8%
Dívida Contratual Interna	63,8	20,3	27,5	35,3%	-56,9%
Dívida Contratual Externa	34,7	1.811,6	34,7	-98,1%	0,1%
Encargos da DPMF - Mercado	7.626,7	3.149,7	6.507,6	108,6%	-14,7%
Benefícios Previdenciários	27.160,4	30.076,5	30.095,4	0,1%	10,8%
Custeio e Investimento	29.988,4	67.736,1	37.636,3	-44,4%	25,5%
Operações Oficiais de Crédito	166,0	1.218,7	339,1	-72,2%	104,3%
Restos a Pagar	0,0	0,0	0,0	-	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (1 - 2)	1.917,0	-32.628,2	-4.094,4	-87,5%	-
FLUXO DE FINANCIAMENTO					
4. RECEITAS	31.169,9	46.666,9	58.754,8	25,9%	88,5%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	29.463,1	44.708,6	57.035,6	27,6%	93,6%
4.2. Outras Operações de Crédito	1.706,8	1.958,2	1.719,2	-12,2%	0,7%
5. DESPESAS	53.316,4	90.157,9	1.240,0	-98,6%	-97,7%
5.1. Amortização da Dívida Interna	51.677,3	88.649,4	1.153,7	-98,7%	-97,8%
Resgate de Títulos - Mercado	51.457,6	88.528,8	1.062,8	-98,8%	-97,9%
Dívida Contratual	219,7	120,6	90,9	-24,7%	-58,6%
5.2. Amortização da Dívida Externa	1.639,1	1.508,5	86,4	-94,3%	-94,7%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	-	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-21.994,6	-43.820,1	55.972,8	-	-
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	-8.272,4	4.064,4	1.767,3	-56,5%	-
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-28.501,9	-72.054,8	55.187,6	-	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração

1/ Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OS's.

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai/14 Jan-Mai/13
FLUXO FISCAL			
1. RECEITAS	479.789,3	531.575,0	10,8%
1.1. Recolhimento Bruto	344.826,1	383.787,6	11,3%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	8.552,1	8.365,5	-2,2%
1.4. Receita das Operações de Crédito	1.335,9	1.134,5	-15,1%
1.5. Receita do Salário Educação	8.020,3	8.932,9	11,4%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	117.106,4	129.360,7	10,5%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	-
2. DESPESAS	504.237,3	604.826,1	19,9%
2.1. Liberações Vinculadas	104.261,2	126.896,0	21,7%
Transferências a Fundos Constitucionais	66.945,0	75.174,2	12,3%
Demais transferências a Estados e Municípios	15.007,1	16.339,7	8,9%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	812,5	2.762,5	240,0%
Outras Vinculações	21.496,6	32.619,6	51,7%
2.2. Liberações Ordinárias	399.976,1	477.930,1	19,5%
Pessoal e Encargos Sociais	86.984,5	92.579,3	6,4%
Encargos da Dívida Contratual	1.875,4	3.332,4	77,7%
Dívida Contratual Interna	326,8	170,0	-48,0%
Dívida Contratual Externa	1.548,6	3.162,4	104,2%
Encargos da DPMF - Mercado	38.175,7	45.474,0	19,1%
Benefícios Previdenciários	132.483,9	135.973,5	2,6%
Custeio e Investimento	136.362,0	197.538,7	44,9%
Operações Oficiais de Crédito	4.094,7	3.032,1	-26,0%
Restos a Pagar	0,0	0,0	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (1 - 2)	-24.448,1	-73.251,1	199,6%
FLUXO DE FINANCIAMENTO			
4. RECEITAS	77.696,4	241.481,2	210,8%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	72.060,6	230.087,7	219,3%
4.2. Outras Operações de Crédito	5.635,8	11.393,5	102,2%
5. DESPESAS	162.598,8	265.461,5	63,3%
5.1. Amortização da Dívida Interna	162.065,9	263.817,6	62,8%
Resgate de Títulos - Mercado	161.477,8	263.055,8	62,9%
Dívida Contratual	588,1	761,7	29,5%
5.2. Amortização da Dívida Externa	533,0	1.643,9	208,5%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-89.417,2	-32.968,1	-63,1%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	17.949,5	34.174,5	90,4%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-83.088,3	-63.056,9	-24,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração

1/ Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente saziados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

PGF
106

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Maio/14 Abr/14	Maio/14 Mai/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	13.427,6	47.709,1	5.629,5	-88,2%	-58,1%
Emissão de Títulos	8.634,9	42.102,6	0,0	-100,0%	-100,0%
Remuneração das Disponibilidades	4.418,6	5.135,2	5.195,0	1,2%	17,6%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	374,1	471,3	434,6	-7,8%	16,2%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS NO BACEN	21.700,0	43.644,7	3.862,3	-91,2%	-82,2%
Resgate de Títulos	16.963,6	41.659,3	0,0	-100,0%	-100,0%
Encargos da DPMF	4.736,4	1.985,4	3.862,3	94,5%	-18,5%
3. RESULTADO (1 - 2)	-8.272,4	4.064,4	1.767,3	-56,5%	-

Obs: Dados sujeitos a alteração.

^{1/} Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OS's.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai/14 Jan-Mai/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	114.207,7	177.381,4	55,31%
Emissão de Títulos	77.244,3	119.670,9	54,93%
Remuneração das Disponibilidades	22.146,7	24.563,1	10,91%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2.270,8	2.368,6	4,31%
Resultado do Banco Central	12.545,8	30.778,9	145,33%
	101.000,0	143.206,9	41,79%
2. DESPESAS NO BACEN	83.465,8	119.712,0	43,43%
Resgate de Títulos	17.534,2	23.495,0	33,89%
Encargos da DPMF	13.207,7	34.174,5	158,75%
3. RESULTADO (1 - 2)			

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos estatais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente saídos da Conta Única por meio da emissão de OOs.



Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões

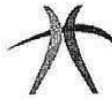


Discriminação	2013	2014	2014	Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Mal/14 Abr/14	Mal/14 Mal/13
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	852.208,7	849.913,8	875.218,9	3,0%	2,7%
Dívida Interna	2.734.511,2	2.921.230,6	2.995.659,0	2,5%	9,6%
<i>DPMFI em Poder do Público</i> ^{2/}	1.840.605,3	1.959.660,7	2.029.699,6	3,6%	10,3%
LFT	404.041,5	388.552,2	401.357,1	3,3%	-0,7%
LTN	547.209,7	571.155,9	612.543,7	7,2%	11,9%
NTN-B	591.002,3	684.847,3	692.055,1	1,1%	17,1%
NTN-C	66.013,1	70.671,4	71.138,0	0,7%	7,8%
NTN-F	196.847,3	208.654,2	216.064,8	3,6%	9,8%
Dívida Securitizada	7.941,4	7.424,9	7.385,7	-0,5%	-7,0%
Demais Títulos em Poder do Público	27.549,9	28.354,7	29.155,2	2,8%	5,8%
<i>DPMFI em Poder do Banco Central</i>	922.824,8	986.393,6	991.964,4	0,6%	7,5%
LFT	308.822,0	179.776,5	181.331,2	0,9%	-41,3%
LTN	174.001,4	321.931,5	324.612,1	0,8%	86,6%
Demais Títulos na Carteira do BCB	440.001,4	484.685,6	486.021,1	0,3%	10,5%
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	-33.241,2	-28.422,7	-29.518,5	3,9%	-11,2%
Demais Obrigações Internas	4.322,4	3.599,0	3.513,5	-2,4%	-18,7%
Haveres Internos	1.882.302,5	2.071.316,8	2.120.440,1	2,4%	12,7%
<i>Disponibilidades Internas</i>	522.184,5	573.745,3	615.467,0	7,3%	17,9%
Haveres Junto aos Governos Regionais	509.271,7	537.167,2	539.064,0	0,4%	5,8%
Bônus Renegociados	5.118,7	4.792,6	4.787,0	-0,1%	-6,5%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.475,6	1.288,0	1.261,6	-2,1%	-14,5%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.377,3	12.811,7	12.821,6	0,1%	3,6%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	19.001,6	14.013,2	13.944,9	-0,5%	-26,6%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	396.551,3	423.321,3	424.855,3	0,4%	7,1%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	66.412,4	73.571,9	74.020,2	0,6%	11,5%
Antecipação de Royalties	6.374,4	5.335,8	5.337,5	0,0%	-16,3%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	1.960,4	2.027,7	2.035,9	0,4%	3,8%
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	310.479,5	359.189,0	362.745,9	1,0%	16,8%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	175.308,0	198.448,8	198.557,6	0,1%	13,3%
Fundos Constitucionais Regionais	78.373,4	86.482,4	87.479,3	1,1%	11,6%
Fundos Diversos	56.798,1	74.257,8	76.759,1	3,4%	35,1%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	540.366,8	601.220,3	603.163,2	0,3%	11,6%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.771,0	5.811,6	5.816,0	0,1%	0,8%
Haveres de Operações Estruturadas	67.808,3	66.753,9	67.138,4	0,6%	-1,0%
Haveres Originários de Privatizações	9.201,7	8.567,7	8.629,2	0,7%	-6,2%
Haveres de Legislação Específica	432.424,8	495.235,6	496.996,0	0,4%	14,9%
Demais Haveres Administrados pela STN	25.161,0	24.851,5	24.583,7	-1,1%	-2,3%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	93.997,1	92.478,2	92.811,6	0,4%	-1,3%
Dívida Externa	94.590,0	92.902,1	93.223,5	0,3%	-1,4%
<i>Dívida Mobiliária</i>	81.359,9	83.245,6	83.482,2	0,3%	2,6%
Euro	2.367,5	5.716,4	5.654,5	-1,1%	138,8%
Global US\$	65.207,6	63.897,7	64.079,4	0,3%	-1,7%
Global BRL	13.751,3	13.631,5	13.748,4	0,9%	0,0%
Demais Títulos Externos	33,4	0,0	0,0	-	-100,0%
<i>Dívida Contratual</i>	13.230,1	9.656,5	9.741,3	0,9%	-26,4%
Organismos Multilaterais	7.596,9	2.919,8	2.903,7	-0,3%	-61,7%
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.633,2	6.736,7	6.831,6	1,4%	21,3%
Haveres Externos	592,8	423,9	411,9	-2,8%	-30,5%
<i>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</i>	592,8	423,9	411,9	-2,8%	-30,5%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	946.205,8	942.392,0	968.030,5	2,7%	2,3%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ^{2/}	20,7%	19,0%	19,4%	2,1%	-6,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.


TESOURO NACIONAL

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVIII - nº 5 - Maio de 2014 - Internet: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

Comentários

Em maio de 2014 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 33,26%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 12.049.624,55 (mil), ante R\$ 9.042.035,92 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na internet no portal da Secretaria do Tesouro Nacional - STN:

- <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: → Governo (Estadual ou Municipal) → Gestão → Gestão de Recursos → Repasses de recursos → [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2013			2014			Variação Nominal		
	Abril	Maio	Até Maio	Abril	Maio	Até Maio	Mai/14 Abr/14	Mai/14 Mai/13	Até Mai/14 Mai/13
FPM	4.037.487	5.801.320	24.991.603	4.623.768	6.161.740	28.061.685	33,26%	6,21%	12,28%
FPE	3.858.043	5.543.483	23.880.864	4.418.267	5.887.885	26.814.498	33,26%	6,21%	12,28%
IPI-Exp	215.189	289.363	1.351.295	301.193	327.597	1.521.590	8,77%	13,21%	12,60%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Maio	35,3%	33,26%	35,3%	33,26%	7,4%	8,77%

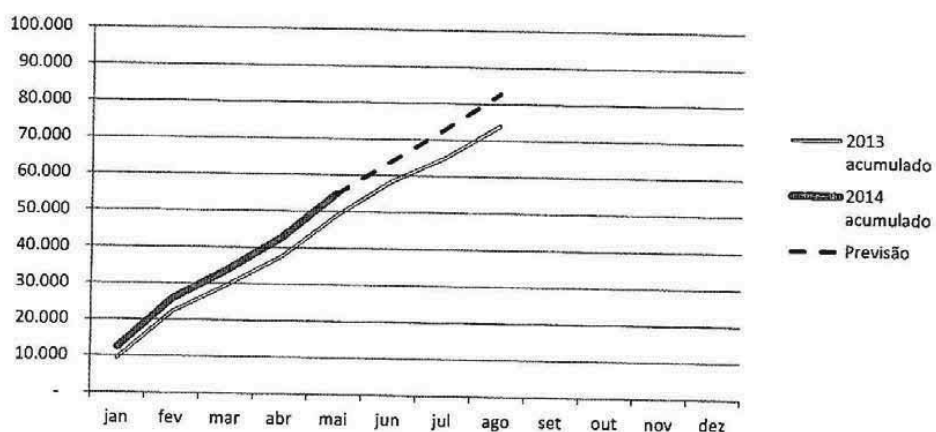
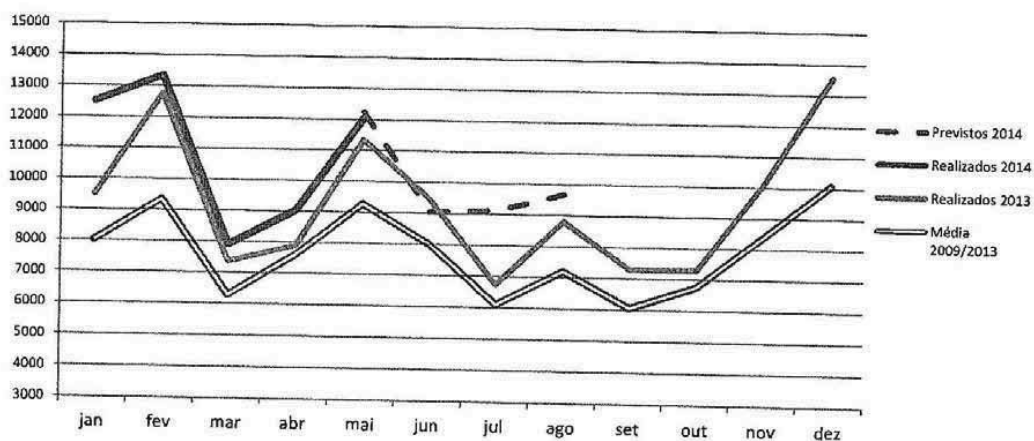
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Junho	Julho	Agosto
FPM	-24,9%	1,0%	6,0%
FPE	-24,9%	1,0%	6,0%
IPI - EXP	-0,2%	2,0%	5,0%



Gráficos

VALORES ACUMULADOS (FPM e FPE)**SAZONALIDADE ANUAL (FPM e FPE)**

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2014 a 20/05/2014, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
ABR/3º DEC	2.653.981	20.564.108	23.218.089	MAI/1º DEC	3.993.511	4.179.256	212.318	8.385.086
MAI/1º DEC	852.150	1.589.221	2.441.371	MAI/2º DEC	419.916	439.447	68.172	927.534
MAI/2º DEC	588.831	7.983.596	8.572.428	MAI/3º DEC	1.474.458	1.543.037	47.106	3.064.601
TOTAL	4.094.962	30.136.925	34.231.888	TOTAL	5.887.885	6.161.740	327.597	12.377.221

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais.
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa).
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição dos Fundos

Estados	UF	R\$ Mil		
		FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	32.847,89	201.424,53	16,01
ALAGOAS	AL	146.897,32	244.941,89	284,13
AMAZONAS	AM	94.560,92	164.295,53	2.539,73
AMAPÁ	AP	24.163,04	200.894,62	576,72
BAHIA	BA	564.376,85	553.237,42	18.464,43
CEARÁ	CE	306.126,00	431.988,21	2.071,58
DISTRITO FEDERAL	DF	10.470,25	40.638,18	539,71
ESPIRITO SANTO	ES	106.850,76	88.318,27	16.291,74
GOIÁS	GO	226.163,84	167.398,45	7.430,15
MARANHÃO	MA	256.160,25	424.999,29	2.906,16
MINAS GERAIS	MG	808.177,31	262.275,82	47.151,86
MATO GROSSO DO SUL	MS	91.548,52	78.426,62	5.879,05
MATO GROSSO	MT	112.464,32	135.886,49	5.077,91
PARÁ	PA	216.645,28	359.867,51	19.302,62
PARAÍBA	PB	199.228,69	281.964,91	377,25
PERNAMBUCO	PE	303.395,82	406.275,82	1.359,85
PIAUI	PI	163.571,28	254.439,05	66,45
PARANÁ	PR	416.445,10	169.759,49	25.836,12
RIO DE JANEIRO	RJ	184.951,82	89.949,21	56.268,30
RIO GRANDE DO NORTE	RN	155.238,53	245.989,93	281,42
RONDÔNIA	RO	52.300,72	165.779,28	934,65
RORAIMA	RR	30.706,12	146.060,75	11,84
RIO GRANDE DO SUL	RS	417.070,64	138.647,91	31.421,47
SANTA CATARINA	SC	240.603,39	75.353,15	17.509,32
SERGIPE	SE	92.037,31	244.659,27	153,18
SÃO PAULO	SP	621.095,13	58.878,85	65.519,40
TOCANTINS	TO	87.642,81	255.534,19	325,95
TOTAL		6.161.739,90	5.887.884,66	327.596,98

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

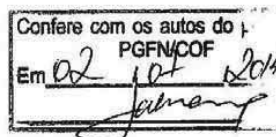
No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

- <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br



BRASIL

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD

(BR-L1343)

Ata de Negociação

21 de Maio de 2014

I. Objetivo e Participantes

1. **Objetivo.** O propósito da negociação foi a revisão das minutas dos Contratos de Empréstimo e de Garantia para o Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD/RS, acordando os termos e condições previamente enviados pela equipe do Banco às autoridades do Governo Brasileiro.

2. **Participantes.** A reunião de negociação foi realizada no Banco, em Brasília. Participaram:

Por parte da Delegação Brasileira: Ana Rachel Freitas Silva (Procuradora, PGFN/MF), Lília Maya Cavalcante (Coordenadora, SEAIN/MP), Luiz Fernando Fernández Costa (Analista de Finanças e Controle STN/MP), Juçara M. Dutra Vieira (Secretária da Secretaria Justiça e dos Direitos Humanos - SJDH/RS), Aldo Silveira Peres (Diretor Administrativo da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos - SJDH/RS), Ricardo Guimarães (Assessor da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos - SJDH/RS), Carlos Robério Garay Correa (Coordenador de Assessoria - Gabinete do Governador do Estado do Rio Grande do Sul/RS), Sergio Fernando E. Filomena (Chefe da Divisão da Dívida Pública - Secretaria da Fazenda/RS), Eduardo Cunha da Costa (Procurador Geral Adjunto Substituto - Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul/RS), Joelza Mesquita A. Pires (Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo/RS), Rodolfo Castro (Diretor Administrativo Financeiro da FASE), e Marcos Viana (Chefe de Gabinete da FASE).

Pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento: Dino Capriolo (Chefe de Equipe - IFD/ICS), Andres Consuegra (Advogado - LEG/SGO), Kátia Sousa (Analista de Operações - CSC/CBR), Tiago Cordeiro (Consultor - ICS/CBR) e Antonio Yamada - (Consultor Financeiro - FMP/CBR).

II. Pontos Acordados

1. **Contrato de Empréstimo (Disposições Especiais, Garantia e Anexo).** Durante a negociação foram revisadas as minutas dos documentos mencionados neste parágrafo e as partes acordaram as modificações pertinentes. Os textos revisados dos referidos documentos encontram-se anexados à presente, em versão limpa.

2. **Uso de sistemas de país.** A pedido da PGFN, o BID, através de seu setor fiduciário e do departamento legal, acordou com as contrapartes sobre a exclusão da cláusula de uso de sistemas de país de sua minuta de Disposições Especiais. Com a exclusão da referida cláusula, fica claro que o Mutuário terá a opção de utilizar o sistema de país, assim que este tenha sido completamente validado pelo Banco, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação aplicável validada, conforme disposto no Artigo 7.02(b) das Normas Gerais. As partes acordam, ainda, que caso o uso de sistema de país seja validado, estas deverão, caso aplicável, firmar aditivo contratual para fazer constar os termos da validação do sistema de país, conforme autorizado pelo Banco. Na data de hoje, não se prevê o uso de sistemas de país.

3. **Municípios do Projeto.** O Mutuário manifestou o interesse de ter a possibilidade de incluir ou substituir outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, em particular, Novo Hamburgo, dentro do escopo do Projeto. O Banco informou que o Projeto foi desenhado tendo em conta o diagnóstico das condições socioeconômicas, demográficas e de vulnerabilidade à violência dos municípios de Porto Alegre, Viamão e Alvorada e que a eventual inclusão ou substituição de municípios precisaria de diagnósticos detalhados que justifiquem sua inclusão. O Banco manifestou que poderia analisar esta possibilidade durante a execução do Projeto uma vez sejam feitos os diagnósticos necessários tendo em consideração os critérios de seleção dos municípios beneficiários, sujeito a aprovação das instâncias superiores do Banco e do Governo Federal Brasileiro.

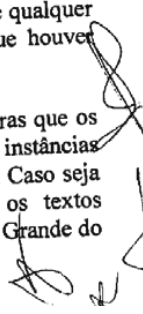
4. **Financiamento dos Centros de POD/Juventude.** O Mutuário salientou ao Banco seu compromisso de garantir a sustentabilidade econômica para a operação e manutenção dos Centros de POD/Juventude do Projeto, independentemente do cumprimento das obrigações de financiamento daqueles centros por parte dos municípios.

5. **Assinatura sujeita ao cumprimento de Condições Prévias Especiais.** O cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso constitui exigência para a assinatura do Contrato de Empréstimo.

6. **Solicitação de Manifestação Prévia a Respeito do Cumprimento de Condições Prévias Especiais.** A pedido da Delegação Brasileira, antes da assinatura do Contrato de Empréstimo, o Banco manifestar-se-á de forma preliminar, por meio de sua representação no Brasil, quanto ao cumprimento das condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

7. **Necessidade de Aprovação da COFIEX.** Foi reiterado pela SEAIN que qualquer modificação nos prazos de desembolso e outras modificações contratuais que houver deverão ser previamente apresentadas ao GTEC/COFIEX para aprovação.

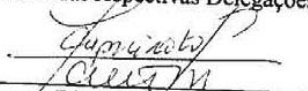
8. **Aprovação e Modificações.** O Banco informou às autoridades brasileiras que os termos e condições da operação proposta ficam sujeitos à aprovação pelas instâncias superiores do Banco e às modificações que estas possam efetuar nos mesmos. Caso seja necessário efetuar modificações nos documentos revisados que afetem os textos acordados, o Banco informará oportunamente às autoridades do Estado do Rio Grande do

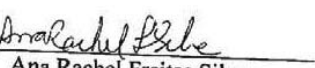


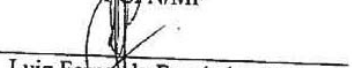
Sul e da República Federativa do Brasil, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, com o objetivo de receber suas observações e autorizações a respeito. Da mesma forma, os representantes do Governo Federal informaram ao Banco que os termos e condições da operação proposta ficam sujeitos à aprovação pelas instâncias superiores do Governo Federal Brasileiro.

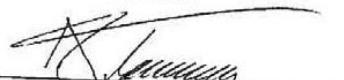
9. **Disponibilidade de Informação.** Em conformidade com o estabelecido na Política de Acesso à Informação do Banco (documento GN-1831-28), o Mutuário manifestou não ter identificado na Proposta de Empréstimo (com seus anexos, apêndices e links) nem no Contrato de Empréstimo informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto nessa política. Portanto, o Banco informou ao Mutuário que colocará à disposição do público, através do site do Banco, a Proposta de Empréstimo (com seus anexos, apêndices e links) uma vez que esta tenha sido distribuída à Diretoria Executiva do Banco para sua consideração, e o Contrato de Empréstimo, uma vez que tenham sido assinados pelas partes e entrado em vigor. Além disso, o Banco informou ao Mutuário que colocará à disposição do público, através do site do Banco, os Demonstrativos Financeiros Anuais Auditados ("DFA") do projeto que receber do Mutuário, de acordo com as disposições estabelecidas no Contrato de Empréstimo.

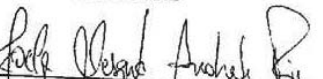
Esta Ata foi elaborada e assinada em Brasília, em 21 de maio de 2014, e revisada pelos membros das respectivas Delegações.

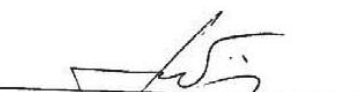

Dine Capriolo
Chefe de Equipe, Banco

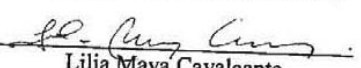

Ana Rachel Freitas Silva
PGFN/MF

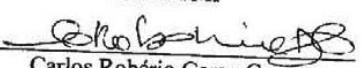

Luiz Fernando Fernández Costa
STN/MF

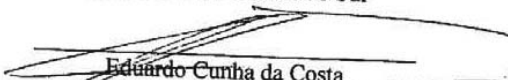

Sergio Fernando E. Filomena
SEFAZ/RS


Joelza Mesquita A. Pires
Presidente da FASE/RS


Jucara M. Dutra Vieira
Secretária da Secretaria Justiça e
dos Direitos Humanos – SJDH/RS


Lilia Maya Cavalcante
SEAIN/MP


Carlos Robério Garay Correa
Gabinete do Governador
Estado do Rio Grande do Sul


Eduardo Cunha da Costa
PGE/RS

Confere com os autos do processo
PGFN/COF
Em 02/07/2014
[Assinatura]

PGFN/COF
111



Resolução DE-__/_

MINUTA DE
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO No. ____/OC-BR

entre o

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD

(Data prevista)

LEG/SGO/CSC/IDBDOCS:37275849

Advogado do Projeto: Andres Consuegra

NOTA: ESTA MINUTA É PRELIMINAR E INFORMAL NÃO CONSTITUINDO UMA PROPOSTA DE CONTRATO. A MINUTA FINAL SOMENTE SERÁ ENVIADA DEPOIS DA APROVAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**DISPOSIÇÕES ESPECIAIS****INTRODUÇÃO****Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor e Garantia****1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO**

CONTRATO celebrado no dia __ de _____ de 20__ entre o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, da República Federativa do Brasil, a seguir denominado "Mutuário", e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado "Banco", para cooperar na execução de um programa, a seguir denominado "Projeto", que consiste em contribuir para reduzir os índices de criminalidade violenta de jovens de 15 a 24 anos de idade nas cidades de Alvorada, Porto Alegre e Viamão, no Estado do Rio Grande do Sul, mediante a abordagem integral dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções. O Anexo Único apresenta os aspectos mais relevantes do Projeto.

2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS

(a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais de abril de 2014 e o Anexo Único, que se juntam ao presente. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, do Anexo Único ou do Contrato de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais, no Anexo Único ou no Contrato de Garantia, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais ou do Anexo Único ou do Contrato de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.

(b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, conversões, desembolsos, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Projeto. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

3. ÓRGÃO EXECUTOR

A execução do Projeto e a utilização dos recursos do empréstimo outorgado pelo Banco serão efetuadas pelo Mutuário, por intermédio de sua Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), que para os fins deste Contrato será denominada indistintamente "Mutuário" ou "Órgão Executor".





4. GARANTIA

Este Contrato fica sujeito a que a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Fiador", assine o Contrato de Garantia e assumas as obrigações nele estipuladas.

CAPÍTULO I

O Empréstimo

CLÁUSULA 1.01. Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo. Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Dólares), a seguir denominado o "Empréstimo", para contribuir para o financiamento do Projeto.

CLÁUSULA 1.02. Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos. (a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no Artigo 4.03 das Normas Gerais.

(b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em moeda distinta do Dólar, de acordo com o disposto no Artigo 5.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Disponibilidade de moeda. Se o Banco não tiver acesso à moeda solicitada pelo Mutuário, o Banco, de comum acordo com o Mutuário e com a não-objeção do Fiador, poderá desembolsar o Empréstimo em outra moeda de sua escolha.

CLÁUSULA 1.04. Prazo para desembolsos. O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer extensão do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e estará sujeita ao previsto no Artigo 3.02(f) das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.05. Cronograma de Amortização. (a) A Data Final de Amortização é a data correspondente a 25 (vinte e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do presente Contrato. A VMP Original do Empréstimo é de () anos¹.

(b) O Mutuário deverá amortizar o Empréstimo mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. O Mutuário deverá pagar a primeira prestação de amortização na data de vencimento do prazo de sessenta e seis (66) meses, contado a partir da data de entrada em vigor deste Contrato, e a última, no mais tardar, na Data Final de Amortização. Se a data de vencimento do prazo para o pagamento da primeira prestação de amortização não coincidir com uma data de pagamento de juros, o pagamento da primeira prestação de amortização deverá ser realizado na data de pagamento de juros imediatamente anterior à data de vencimento de tal prazo de sessenta e seis (66) meses. Se a Data Final de

¹ A ser incluída no momento da assinatura, dependendo da opção de pagamento, nunca maior que 15,25 anos.

- 3 -

Amortização não coincidir com uma data de pagamento de juros, o pagamento da última prestação de amortização deverá ser realizado na data de pagamento de juros imediatamente anterior à Data Final de Amortização.

(c) As Partes poderão acordar a modificação do Cronograma de Amortização do Empréstimo de acordo com o disposto no Artigo 3.02 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.06. Juros. (a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.03 das Normas Gerais.

(b) O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente. O Mutuário deverá efetuar o primeiro pagamento de juros na data de vencimento do prazo de (6) seis meses contado a partir da data de entrada em vigor do presente Contrato. Se a data de vencimento para o primeiro pagamento de juros não coincidir com o dia 15 do mês, o primeiro pagamento deverá ser realizado no dia 15 imediatamente anterior à data de tal vencimento.

CLÁUSULA 1.07. Comissão de Crédito. O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito de acordo com o disposto nos Artigos 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.08. Recursos para Inspeção e Supervisão. Exceto se o Banco estabelecer o contrário de acordo com o disposto no Artigo 3.06 das Normas Gerais, o Mutuário não estará obrigado a cobrir os gastos do Banco a título de inspeção e supervisão gerais.

CLÁUSULA 1.09. Conversão. O Mutuário poderá solicitar ao Banco uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros em qualquer momento durante a vigência do Contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais.

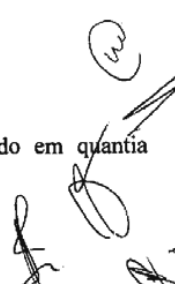
(a) **Conversão de Moeda.** O Mutuário poderá solicitar que um desembolso ou a totalidade ou uma parte do Saldo Devedor sejam convertidos a uma Moeda de País Não Mutuário ou a uma Moeda Local, que o Banco possa intermediar eficientemente, com as devidas considerações operacionais e de gestão de risco. Entender-se-á que qualquer desembolso denominado em Moeda Local constituirá uma Conversão de Moeda, ainda que a Moeda de Aprovação seja tal Moeda Local.

(b) **Conversão de Taxa de Juros.** O Mutuário poderá solicitar em relação à parte ou à totalidade do Saldo Devedor que a Taxa de Juros Baseada na LIBOR seja convertida a uma taxa fixa de juros ou qualquer outra opção de Conversão de Taxa de Juros solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco.

CAPÍTULO II

Custo do Projeto e Recursos Adicionais

CLÁUSULA 2.01. Custo do Projeto. O custo total do Projeto é estimado em quantia equivalente a US\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de Dólares).





CLÁUSULA 2.02. Recursos adicionais. O valor dos recursos adicionais ao Empréstimo de acordo com o Artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Projeto, é estimado em quantia equivalente a US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo.

CAPÍTULO III

Uso dos Recursos do Empréstimo

CLÁUSULA 3.01. Utilização dos recursos do Empréstimo. (a) O Mutuário poderá utilizar os recursos do Empréstimo para pagar bens, obras e serviços adquiridos, de acordo com o Capítulo IV destas Disposições Especiais.

(b) Os recursos do Empréstimo serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.

CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, os seguintes requisitos:

- (a) Apresentação de evidência da criação formal do Escritório de Projetos (EP) na estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH-RS) e designação do coordenador geral do Projeto.
- (b) Apresentação da Ata de Criação da Comissão Especial de Licitações.
- (c) Designação do Assessor Jurídico para a análise dos processos do Projeto.
- (d) Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a SJDH-RS e a Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS).
- (e) Apresentação do Regulamento Operacional do Projeto (ROP) e do modelo de termo de cooperação a ser assinado com os municípios participantes do Projeto.

CLÁUSULA 3.03. Reembolso de despesas a débito do Empréstimo. Com a concordância do Banco, dos recursos do Empréstimo poderá ser utilizada até uma quantia equivalente a US\$ 200.000,00 (duzentos mil Dólares) para reembolsar despesas efetuadas com o Projeto para cobrir honorários e gastos relacionados com serviços de consultoria para a elaboração dos desenhos executivos de obras. Essas despesas devem ter sido efetuadas antes de _____ [data de aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], mas após _____ [data que não poderá ser anterior à mais de 18 meses a data da aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. Com a concordância do Banco, os

- 5 -

recursos do Empréstimo também poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Projeto a partir de _____ [data de aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco] e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLÁUSULA 3.04. Taxa de câmbio. Para efeito do estabelecido no Artigo 4.09(a) das Normas Gerais deste Contrato, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (a)(i) do referido Artigo..

CAPÍTULO IV

Execução do Projeto

CLÁUSULA 4.01. Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(49) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e a aquisição de bens, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Aquisições, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva aquisição ou contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(c) A concorrência pública internacional será utilizada para aquisições e contratações estimadas em valor superior a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Dólares) para a contratação de obras e a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares) para a aquisição de bens e a contratação de serviços diferentes de consultoria. Caso o Banco aumente o limite que determina o uso da concorrência pública internacional conforme estabelecido pelo Banco na página www.iadb.org/procurement, o Mutuário poderá optar pela adoção do novo limite. Abaixo deste limite, o método de seleção será determinado de acordo com a complexidade e características da aquisição ou contratação, o qual deverá estar refletido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(d) No que se refere ao método de licitação pública nacional, os respectivos procedimentos de licitação pública nacional poderão ser utilizados sempre que, à critério do Banco, tais procedimentos garantam economia, eficiência, transparência e compatibilidade geral com a Seção I das Políticas de Aquisições e levando em conta, entre outros, o disposto no parágrafo 3.4 de tais Políticas.

CLÁUSULA 4.02. Manutenção. O Mutuário se compromete a: (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Projeto, de acordo com normas técnicas geralmente



aceitas; e (b) apresentar ao Banco, durante os 5 (cinco) anos seguintes à conclusão de cada obra do Projeto, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção, conforme disposto na Seção V do Anexo Único. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.

CLÁUSULA 4.03. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local. O Banco poderá reconhecer, como parte da contrapartida local, as despesas efetuadas no Projeto, distintas das previstas na Cláusula 3.03 destas Disposições Especiais, até quantia equivalente a US\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil Dólares), que tenham sido efetuadas antes de [data de aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], mas após [data que não poderá ser anterior à mais de 18 meses a data da aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. O Banco também poderá reconhecer, como contrapartida local, as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o Projeto a partir de [] [data de aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco] e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLÁUSULA 4.04. Seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(50) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de Dólares). Abaixo deste limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Mutuário.

CLÁUSULA 4.05. Monitoramento e Avaliação. O Mutuário apresentará ao Banco, para sua aprovação, utilizando o Marco de Resultados e conforme o estabelecido no Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto, os seguintes relatórios de avaliação:

- (a) impacto do Projeto na participação de jovens de 15 a 24 anos de idade em crimes violentos;
- (b) impacto dos componentes de prevenção; e
- (c) resultados antes e depois da efetividade da polícia comunitária.

- 7 -

CLÁUSULA 4.06. Relatório de avaliação "ex post". (a) O Mutuário apresentará ao Banco, no final dos doze meses contados a partir do vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas extensões, um relatório de avaliação econômica *ex post* do Projeto, com base na metodologia e de acordo com as diretrizes ajustadas com o Banco.

(b) O Mutuário deverá ainda compilar, arquivar e manter atualizados, por 3 (três) anos contados do final da execução do Projeto, a documentação e a informação de suporte do Projeto que permita ao Banco realizar a avaliação *ex post*, caso o Banco considere conveniente.

CLÁUSULA 4.07. Condições especiais de execução. (a) O Mutuário deverá apresentar ao Banco, para a sua não-objeção:

- (i) evidência da posse legal dos terrenos e do cumprimento integral do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), antes de poder contratar as obras previstas para os Centros POD-Juventude, Centros da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e Bases Comunitárias de Segurança Pública Cidadã; e
- (ii) evidência da assinatura dos termos de cooperação com os municípios para as atividades dos Centros POD-Juventude; e
- (iii) evidência da contratação e/ou designação do pessoal que operará os Centros POD-Juventude, os Centros FASE e as Bases Comunitárias de Segurança Pública Cidadã antes do último pagamento ao empreiteiro.

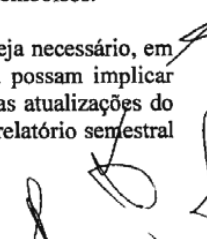
CAPÍTULO V

Supervisão

CLÁUSULA 5.01. Registros, inspeções e relatórios. O Mutuário se compromete a manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras e outros relatórios auditados, de acordo com as disposições estabelecidas neste Capítulo e no Capítulo VIII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 5.02. Supervisão da execução do Projeto. (a) O Banco utilizará o plano de execução do Projeto a que se refere o Artigo 4.01(d)(i) das Normas Gerais como um instrumento para a supervisão da execução do Projeto. Tal plano deverá basear-se no Plano de Aquisições de que tratam as Cláusulas 4.01 e 4.04 destas Disposições Especiais e deverá compreender o planejamento completo do Projeto, com a rota crítica de ações que deverão ser executadas para que os recursos do Empréstimo sejam desembolsados no Prazo Original de Desembolsos.

(b) O plano de execução do Projeto deverá ser atualizado quando seja necessário, em especial quando se produzam modificações significativas que impliquem ou possam implicar atrasos na execução do Projeto. O Mutuário deverá informar o Banco sobre as atualizações do plano de execução do Projeto, no mais tardar por ocasião da apresentação do relatório semestral de progresso correspondente.



- 8 -



CLÁUSULA 5.03. Demonstrações financeiras. O Mutuário se compromete a apresentar diretamente ou através do Órgão Executor, se apresentem os seguintes relatórios:

(a) Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Órgão Executor e durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Projeto, devidamente auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS). O último desses informes será apresentado dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões.

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. Este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Extinção. O pagamento total do Empréstimo e dos juros e comissões, assim como dos demais gastos, prêmios e custos originados em virtude deste Contrato, dará por extinto o Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

CLÁUSULA 6.03. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

CLÁUSULA 6.04. Comunicações. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra em virtude deste contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:

Do Mutuário:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Piratini
Praça Marechal Deodoro, s/nº - Centro Histórico
90010-300 - Porto Alegre - RS

Endereço postal para assuntos relacionados com a execução do Projeto:

Secretaria de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 11º andar
90110-150 - Porto Alegre - RS
Fax: (51) 3288-7373

- 9 -

Endereço postal para assuntos relacionados com o serviço do Empréstimo:

Secretaria de Estado da Fazenda
Av. Mauá, 1155 – sala 402A
90030-080 - Porto Alegre - RS

Do Banco:

Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

Fax: (202) 623-3096

CLÁUSULA 6.05. Correspondência. O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Projeto.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil

Fax: +55 (61) 2020-5006

CAPÍTULO VII

Arbitragem

CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo X das Normas Gerais. (



- 10 -

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e [lugar da assinatura] no dia acima indicado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO_____
[Nome e título do Representante]_____
[Nome e título do Representante]

Confere com os autos do processo	
Em	PGFN/COF
02	12/2014
[Assinatura]	

(w) [Assinatura]

PGFN/COF

Aviso nº 259 - C. Civil.

Em 9 de julho de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos os recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD".

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Publicado no DSF, de 15/7/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF
OS: 13062/2014